

**REVISTA
DO INSTITUTO
HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE
DO NORTE**

EDIÇÃO: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO NORTE

**Revista
do
Instituto Histórico e Geográfico
do
Rio Grande do Norte**



R. IHGRGN

NATAL

n.70

p.176

1980

**Revista
do
Instituto Histórico e Geográfico
do
Rio Grande do Norte**

Sumário

Apresentação	09
01. Subsídios para a história do Centro Norte-Riograndense Manoel Rodrigues Melo	11
02. Homenagem a Ferrarin e Carlo Del Prete Enélio Lima Petrovich	21
03. Luís Soares, educador exemplar Raimundo Nonato da Silva	25
04. A lenda de Nova Cruz; a anta esfolada Diógenes da Cunha Lima	31
05. Aspectos da Educação no Brasil Carlos Borges de Medeiros	33
06. Os Pontos Vespucianos da costa do Brasil..... Manoel Xavier de Vasconcelos Pedrosa	65
07. Dr. José Pacheco Dantas Hélio Dantas	68
08. O negro na Etnia do Rio Grande do Norte Tarcísio Medeiros	85
09. As tradições democráticas do Exército Brasileiro José Gurgel Guará	104
10. Seca e migração para Natal Itamar de Souza	119
11. Grupamento tático; Caicó Dióscoro Gonçalves Vale	128
12. Floriano Cavalcanti de Albuquerque; aspectos de uma vida ilustre João Batista Pinheiro Cabral	150

13. Depoimento sobre Câmara Cascudo	159
Arthur Cezar Ferreira	
14. Peregrino, oitentão.....	163
Odylo Costa Filho	
15. Fatos de uma época	165
Cristiano Gurgel	
16. Passo da Pátria	167
Jayme dos Guimarães Wanderley	
17. Relatório da Presidência; 29.03.77 a 29.03.78.....	169

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

Fundado em 29 de março de 1902

DIRETORIA E COMISSÕES PERMANENTES

(de 29-03-1977 a 29-03-1979)

Presidente: Dr. Enélio Lima Petrovich

1º Vice-Presidente: Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo

2º Vice-Presidente: Escritor Manoel Rodrigues de Melo

1º Secretário: Dr. Mariano Coelho

2º Secretário: Escritor Minervino Wanderley de Siqueira

Secretário-Adjunto: Dr. Hélio Dantas

Orador: Historiador Luís da Câmara Cascudo

Vice-Orador: Dr. Paulo Pinheiro de Viveiros

Tesoureiro: Dr. Manoel Varela de Albuquerque

Tesoureiro Adjunto: Dr. Boanerges Januário Soares de Araújo

Diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo: Escritor João Carlos de Vasconcelos

Diretor Adjunto: Dr. Hélio Mamede de Freitas Galvão

COMISSÃO DE FAZENDA E ORÇAMENTO

Dr. José Tavares da Silva

Prof. Vicente de Almeida

Des. João Vicente da Costa

COMISSÃO DE ESTATUTO E REDAÇÃO DA REVISTA

Drs. Luís da Câmara Cascudo

Tarcisio da Natividade Medeiros

Boanerges Januário Soares de Araújo

Apresentação

Aqui está, caros confrades e amigos leitores, outra Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. É a do ano de 1978 - volume LXX.

Pela ordem das páginas, inserem-se os trabalhos dos consócios ilustres Manoel Rodrigues de Melo, um nosso, Raimundo Nonato da Silva, Carlos Borges de Medeiros, Diógenes da Cunha Lima, Manoel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, Hélio Dantas, Tarcísio Medeiros, José Gurgel Guará, Itamar de Souza (colaborador), Dióscoro Gonçalves Vale, João Batista Pinheiro Cabral, Arthur Cezar Ferreira Reis, Odylo Costa, filho e Cristiano Gurgel (colaborador) e Jayme Wanderley, além do Relatório da Presidência (de 29.03.77 a 29.03.78).

São valiosas pesquisas que contribuem sobremodo para a melhor clareza e o reconhecido aprimoramento da História, fonte perene de estudos para quantos se dedicam a esse campo de lucubrações.

E não podemos, evidentemente, deixar de aludir, de novo, à ajuda imprescindível do Conselho Federal de Cultura, que nos deu condições para editar mais este número da Revista.

Fica, pois, nestas rápidas considerações preliminares, o maior agradecimento aos que integram aquele alto colegiado do Ministério da Educação e Cultura.

Decerto, sempre os elevados propósitos nos orientam, à frente do venerando Instituto Histórico e Geográfico — a Casa da Memória Norte-rio-grandense — que, há 77 anos vem prestando, na medida do possível, relevantes serviços à cultura regional e pátria, graças ao apoio, também, dos eminentes consócios, valendo, neste ensejo, destacar os membros da Comissão de Estatuto e Redação da

Revista, historiadores Luís da Câmara Cascudo, Tarcísio da Natividade Medeiros e Boanerges Januário Soares de Araújo.

E como, em 30 de dezembro de 1978, o mestre Câmara Cascudo, sócio benemérito da tradicional instituição, completou 80 anos de idade, nos incorporamos, com mais esta Revista, às justas homenagens que foram prestadas, espontânea, telúrica e emocionalmente ao nosso maior historiador.

Enfim, que os leitores encontrem nas páginas seguintes, algo útil para os seus estudos e as suas pesquisas.

Se assim ocorrer — e confiamos — válido tem sido o esforço da presidência do IHGRGN.

*Natal, 25 de Dezembro de 1979.
(Data do 380º aniversário de fundação
da Cidade do Natal)*

*Enélio Lima Petrovich
— Presidente —*

*Subsídios para a História do Centro Norte-Rio-Grandense
do Rio de Janeiro*

M. Rodrigues de Melo

(Sócio Efetivo)

As atividades culturais da Colônia Norte-rio-grandense, no Rio de Janeiro, poderão ser resumidas em seis períodos:

- 1º) Clube Norte-rio-grandense;
- 2º) Centro Rio-Grandense do Norte;
- 3º) Grêmio do Rio Grande do Norte;
- 4º) Associação da Mocidade Potiguar;
- 5º) Associação Potiguar;
- 6º) Centro Norte-Rio-Grandense.

O primeiro data, mais ou menos, de 31 de outubro de 1888, quando a sua diretoria, tomando posição na Questão de Grossos, endereçava uma representação à Câmara dos Deputados, solicitando a atenção do Congresso Nacional para o projeto de lei, de 11 de setembro de 1867, que em seu modo de ver resolveria a contento das duas partes a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte. Essa representação era assinada pela diretoria do Clube Norte-Rio-Grandense, composta de M.A. Galvão, Presidente; José Leão Ferreira Souto, 1º Secretário; Henrique Buriti, 2º Secretário Interino e Manoel Francisco da Trindade, Tesoureiro.

No dia 4 de novembro do mesmo ano, o Clube Norte-Rio-Grandense, em ofício assinado pela referida diretoria, significava o seu apreço ao Dr. Antônio Coelho Rodrigues, deputado geral pelo Piauí, em face da posição que este assumira perante a questão de limites entre os dois Estados, dando razão ao Rio Grande do Norte. Neste documento, em vez de assinar o 2º Secretário Interino, Henrique Buriti, assinava o 2º Secretário Efetivo, Antônio Pinheiro de Albuquerque

Maranhão. Ambos os documentos faziam referência a uma conferência que o Clube Norte-Rio-Grandense deveria promover na sede da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro sobre a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte.

A conferência foi logo depois realizada, na palavra de José Leão Ferreira Souto, 1.º Secretário do Clube. E tal foi a sua repercussão, que o seu autor resolveu continuar debatendo o assunto em segunda conferência, sendo ambas transcritas, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Vol. III, Nº s. 1 e 2, janeiro e julho de 1905.

Não é muito fácil falar da atuação do Clube Norte-Rio-Grandense fundado, não se sabe bem a data, certamente para debater os grandes temas da Abolição e da República, se a documentação existente anda toda dispersa e ninguém se anima a pesquisá-la, em arquivos públicos e particulares.

O historiador Nestor Lima, em artigo publicado no *Diário de Natal*, de 9 de abril de 1950, por ocasião do centenário de nascimento do seu tio José Leão Ferreira Souto, não faz referência ao Clube Norte-Rio-Grandense, do qual era aquele saudoso conterrâneo um dos elementos mais destacados. Alude, sim, à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em cuja sede José Leão pronunciou as duas conferências, mas não menciona o Clube Norte-Rio-Grandense, chegando mesmo a confundí-lo com o Centro Norte-Rio-Grandense, que só apareceu alguns anos depois.

O nosso intuito no debate dessa questão é tão somente esclarecer pontos obscuros da nossa engateante historiografia, mercedores de retoque e de análise, dentro de uma concepção positiva.

Inegavelmente, muita coisa já foi feita, por historiadores como Ferreira Nobre, Tobias Monteiro, Rodolfo Garcia, Tavares de Lira, Rocha Pombo, Antônio Soares, Luís Fernandes, Nestor Lima, e, sobretudo, Luís da Câmara Cascudo, mas, não se pode negar que há muita coisa ainda por fazer, com relação à história antiga e moderna do Rio Grande do Norte.

Há poucos dias, deu-se um caso, em Natal, que manteve em suspense, durante vários dias, o meio intelectual da cidade. O escritor Raimundo Nonato, indo à Cidade dos Reis Magos, levantou a idéia, logo aceita, de restaurar-se o Monumento consagrado aos sacrificados de Canudos, que estava abandonado no Cemitério do Alecrim. Lançada a idéia, começou o trabalho de pesquisa, entrevistas, consultas entre pessoas contemporâneas do acontecimento. Ninguém sabia de nada. Os historiadores da cidade, nenhum havia registrado o fato histórico. Apelou-se, então, para a busca nos arquivos e nos jornais do tempo. Em pouco mais de um mês, estava feito o levantamento do material, possibilitando ao Instituto Histórico e à Polícia Militar do Estado a restauração do Monumento, construído e inaugurado em 1897. A festa de reinauguração do Monumento, promovida pela Polícia Militar, e a sessão solene, realizada pelo Instituto Histórico, no dia 29 de março deste ano, tiveram o condão de fazer renascer das cinzas do esquecimento a história do 34.º Batalhão de Infantaria.

Eis o motivo por que, mesmo lutando com escassez de documentos, resolvemos aceitar o convite para contar um pouco da história das instituições culturais do Rio Grande do Norte, sediadas no Rio de Janeiro.

O segundo é o Centro Rio-Grandense do Norte. Em 1902 já se encontra referência ao seu nome. Tinha como presidente o Coronel Francisco Victor da Fonseca e Silva e vice-presidente, Ildefonso Azevedo. É tudo quanto se sabe de positivo. Há vagas reminiscências de que Augusto Severo pertencera ao seu quadro social. É possível.

O terceiro é o Grêmio do Rio Grande do Norte. Fundado a 29 de maio de 1904, por iniciativa do Dr. José Pacheco Dantas, que, em reunião promovida “para agradecer à Imprensa Fluminense e às diversas Associações, a maneira condigna, porque acudiram ao apelo feito em favor dos nossos conterrâneos, flagelados pela horrível seca, que assola o nosso Estado”, propôs ainda a criação do Grêmio do Rio Grande do Norte, “cujos estatutos já aprovados, não só estão organizados de modo a amparar os seus associados conterrâneos, que aqui cheguem, mas também cogitam dos meios de serem, aqui e em todo o país, conhecidos o desenvolvimento moral, comercial, agrícola, industrial e as riquezas naturais do nosso solo natal”. Aprovada a proposta, ficou assim constituído o Conselho Administrativo do Grêmio:

Presidente — Dr. João Lindolfo Câmara;
Vice-Presidente — José Leão Ferreira Souto;
1º Secretário — Alferes João Augusto Cesar da Silva;
2º Secretário — Honório H. de Moraes Grilo;
Tesoureiro — Manoel Francisco da Trindade.

A sede do Grêmio ficava na Ladeira do Castelo, nº 1, esquina da rua de São José. (Ver documento nº 1).

O Grêmio do Rio Grande do Norte viveu vários anos e teve grande atuação na vida da Colônia Potiguar, no Rio de Janeiro.

De 1904 a 1911, pouco se sabe da sua história, mas, de 1912 a 1918, desenvolveu intensa atividade, tratando dos mais diferentes problemas do Estado, na capital da República. Para comprovar este depoimento, basta transcrever ligeiros tópicos da imprensa do Rio de Janeiro, referente ao mesmo período. O “Jornal do Brasil”, por exemplo, na sua edição de 19 de setembro de 1912, dizia: “O Grêmio cogita de obter do governo do Estado a compra da casa onde nasceu o saudoso rio-grandense José Leão Ferreira Souto, para ser nela instalada uma escola pública que terá o seu nome e bem assim publicar, como patrimônio de família, para o que obterá desta a necessária licença, as obras do mesmo senhor, sendo o pecúlio entregue à viuva e filhos”. Na mesma nota dizia: “Pretende conseguir a redução nas tarifas da Estrada de Ferro Central e da Great Western, localização em vários pontos do Estado de emigrantes portugueses, um Banco Agrícola, e também se empenhará pela construção da Estrada de Ferro de Mossoró a S. Francisco”. No mesmo local, acrescentava: “Pretende inaugurar na sua sede os retratos dos rio-grandenses Srs. Segundo Wanderley, José Leão, Nísia Floresta, Auta de Souza e Ferro Cardoso”.

“O Paiz”, por sua vez, dizia, na sua edição de 1º de fevereiro de 1913: “O General presidente do Loid Brasileiro, de acordo com as informações do chefe do tráfego dessa companhia, comandante Abreu, deferiu o pedido do Grêmio

Rio-grandense do Norte, relativamente aos camarotes e ao aviso à agência de Natal, da partida dos navios do porto do Ceará, em viagem para o sul. Ontem mesmo foram dadas as necessárias ordens nesse sentido”.

O “Jornal do Brasil”, na sua edição de 8 de janeiro de 1913, informava: “O Sr. Conselheiro João Alfredo, Presidente do Banco do Brasil, em carta dirigida à comissão deste Grêmio, composta dos Srs. Drs. Augusto Leopoldo, Pacheco Dantas e Miguel do Monte, declarou que tem muita satisfação em atender ao pedido pela mesma comissão feito sobre a criação de uma agência do Banco do Brasil na cidade de Natal, logo que seja possível”.

Vimos antes que a primeira diretoria do Grêmio é de 1904. A falta de documentos, referentes ao espaço de 1904 a 1911, tornou impossível qualquer tentativa no sentido de esclarecer a sua movimentação naquele período. Em 1912, porém, aparece funcionando regularmente. Assim é que, no dia 12 de setembro do mesmo ano, elege a sua diretoria que fica assim constituída: Presidente — Senador Joaquim Ferreira Chaves; Vice-Presidente, Dr. José Pacheco Dantas; 1º Secretário, Major José Leitão de Almeida; Segundo Secretário, Capitão José Lacerda; Tesoureiro, Luís Inácio Fernandes Oliveira; Procurador, Padre Gastão Aranha; **Comissão de Imprensa e Estatística:** Dr. Albuquerque Gondim, Dr. Érico Souto, Capitão José da Penha, Capitão Joaquim Antônio Brilhante, Dr. Jerônimo Rosado Filho, Dr. Rafael Fernandes, Dr. Dantas Sales, Dr. José Lucas da Câmara; **Conselho Fiscal:** Capitão Jacinto Torres Júnior, Coronéis Vicente Fernandes e André Júlio Maranhão. Na mesma reunião, foi proposto sócio benemerito do Grêmio, o Senador Tavares de Lira. A sessão foi presidida pelo Dr. Pacheco Dantas e secretariada pelo Dr. Rosado Filho e pelo Capitão José Lacerda. A posse desta diretoria se deu em sessão solene, a 12 de outubro de 1912, no salão nobre da Associação dos Empregados no Comércio, à Av. Rio Branco, 120. Tocou uma banda de música na entrada do edifício. Estas notas constam dos jornais *A Notícia*, de 13 de setembro de 1912 e *Correio da Manhã*, de 7 de outubro de 1912. Pertencem, atualmente, ao Arquivo da Biblioteca “Dr. José Pacheco Dantas”, de Ceará-Mirim, por doação do seu filho, Dr. Iolando Pacheco Dantas, residente no Rio de Janeiro. Chegaram às minhas mãos por gentileza do Dr. Hélio Dantas, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e sobrinho do Dr. Pacheco Dantas. Dois anos depois, a 17 de julho de 1914, realiza-se nova eleição, ficando a diretoria assim constituída: Presidente honorário, Dr. Joaquim Ferreira Chaves, em virtude da sua eleição para o governo do Estado; Presidente, Dr. José Pacheco Dantas; Vice-Presidente, Ildefonso Azevedo; 1º Secretário, Major Leitão de Almeida; 2º Secretário, Dr. Heitor Carrilho; 3º Secretário, Dr. José Galhardo; 4º Secretário, Capitão Dr. João Augusto; Tesoureiro, Major Luís Fernandes de Oliveira; Procurador, João Getúlio Chaves; Orador, Dr. Manoel Carvalho e Sousa e Vice-Orador, Dr. João A. Gondim. **Conselho Consultivo:** Ministro Amaro Cavalcanti, Senador Tavares de Lira, Desembargador Elviro Carrilho, Almirante Teotônio Cerqueira, Professor Dr. Marcos Cavalcanti, Senador Eloy de Sousa e Dr. João Lindolfo. **Comissão de Imprensa:** Drs. João Augusto, Heliodoro Barros, Luís Lobo, Rafael Benjamin da Fonseca, Jacinto Torres, Alfredo Varela, João Meira e

Sá e Luís Trindade. *Conselho Fiscal*: Coronel Francisco Tertuliano, Eugênio Fernandes e Alfredo Dantas e Jeremias Guará. *Comissão de Estatística*: Drs. Pedro Minervino, Feliciano de Araújo, Paulo Maranhão, Francisco José da Costa Barros, Francisco Barroca, Leandro Cavalcanti, Majores Joaquim Brilhante, André Júlio Maranhão, Gonçalo Monteiro, J. Coelho, Tenente Tobias Rocha e José Epaminondas Wanderley, acadêmico Mário Rangel e José Lacerda. Ficou resolvido que a posse dessa diretoria seria com solenidade e sob a presidência do Dr. Tavares de Lira. A solenidade constaria de um concerto e de uma parte literária, contando com a presença das escritoras Júlia Lopes de Almeida e Virgínia Quaresma, especialmente convidadas. Estas informações foram extraídas da edição de *O Paiz*, de 18 de julho de 1914, pertencente à Biblioteca “Dr. José Pacheco Dantas”, de Ceará-Miriam, por doação do Dr. Iolando Pacheco Dantas, filho do saudoso fundador do Grêmio do Rio Grande do Norte.

A quarta é a Associação da Mocidade Potiguar, (Documento nº 2) nascida pela “iniciativa sonhadora de um grupo de jovens rio-grandenses do norte que num quarto de pensão, a fundou. Eram poucos, mas, animados de um só pensamento: Congregar os conterrâneos dispersos na cidade grande para cultivar, em conjunto, a terra querida que ficava longe, acenando-lhe, saudosamente, com o leque verde dos seus coqueiros e a incitá-los à vitória com a audácia intrépida das suas jangadas. E, desde logo, os seus objetivos ficaram firmados: Trabalhar para o Rio Grande do Norte, triunfar pelo Rio Grande do Norte”. (Ver documento nº 3).

Esta Associação da Mocidade Potiguar, fundada em 1934, logo depois transformou-se em Associação Potiguar, constituindo-se esta última em núcleo da mais alta resistência social e intelectual, no Rio de Janeiro, para cantar as glórias e enaltecer as virtudes da terra e da gente potiguares. É bom que se dê, desde já, o devido realce à Associação Potiguar, fundada sob os auspícios de uma mocidade calorosa e vibrante, nascida no Rio Grande do Norte e transplantada para a capital do País, onde permaneceu e lutou fiel aos nobres sentimentos de amor e fidelidade ao torrão natal.

A Revista Potiguar, órgão oficial da Associação, marcou para sempre, a presença do Rio Grande do Norte, na vida intelectual do Rio de Janeiro.

Ao lado de *Rio-Jornal*, de Georgino Avelino, *Gazeta do Norte*, de Pacheco Dantas e *Diário de Notícias*, de Orlando Dantas, *Revista Potiguar* não desmerece na tenacidade e brilho dos seus redatores.

O Departamento Feminino, responsável pelas promoções sociais da entidade, exerceu papel de relevo na vida da Associação.

O mesmo se poderá dizer do Departamento Cultural, sob a liderança de Dioclécio Duarte, auxiliado por João Seabra e outros, que dinamizou a vida intelectual da Associação, dando-lhe projeção nacional.

A Revista Potiguar, em seu número 19, IV, 1939, assim resume as atividades da Associação, no Rio de Janeiro:

a) publicação de uma Revista de excelente qualidade, não só do ponto de vista material como intelectual;

b) auxílios aos conterrâneos necessitados que chegarem à capital do país ou precisarem regressar à província, quer em passagens, quer em dinheiro;

c) reuniões mundanas, esportivas e culturais;

d) Departamento Social, a cargo do Dr. Edilson Varela, que promove reuniões dançantes, pic-nics, horas de artes;

e) Departamento Esportivo, dirigido por João Cláudio Machado, através do qual, se realizam semelhantes jogos de foot-ball, tornando conhecidos os nomes do Estado e da Associação;

f) Departamento Cultural, sob a direção de João Seabra, que promove reuniões de caráter cultural e social com grande proveito.

Fundada a 22 de abril de 1934, ficou assim constituída a primeira diretoria da Associação:

Presidente — Edilson Cid Vareia

Vice-Presidente — Deolindo Lima

1º Secretário — Luiz Gomes

Tesoureiro — Rodolfo Pereira

2º Tesoureiro — Mário Souto Lira

COMISSÃO DE ESTATUTO: Deolindo Lima, Raimundo Cunha, Edilson Varela, Milton Pedrosa e Luiz Gomes.

Composta, em sua totalidade, por gente moça e idealista, a Associação Potiguar desenvolveu um programa de intensa atividade, de 1934 a 1949, aliciando novos sócios, promovendo festas, realizando tertúlias e conferências, publicando a Revista e divulgando longe o nome do Estado e do seu Povo.

Os bons fados da Associação da Mocidade Potiguar, transformada mais tarde em Associação Potiguar, levaram a nova mudança de nome, determinando o aparecimento do Centro Norte-Rio-Grandense, mais consentâneo com os objetivos e com as aspirações da Colônia Norte-Rio-Grandense.

Fiel, pois, à cronologia que vimos seguindo, devemos dizer que a primeira diretoria do Centro Norte-Rio-Grandense, como sucessor da Associação Potiguar, foi eleita no dia 22/04/1949, ficando assim constituída.

Presidente — Dr. João de Albuquerque Maranhão

1º Vice-Presidente — Dr. Petrarca da Cunha Melo Maranhão

2º Vice-Presidente — Dr. Alferes Galdino dos Santos Lima

1º Secretário — Dr. Inácio Joaquim da Silva

2º Secretário — Orlando Lima

Orador — Dr. Marciano Freire

1º Tesoureiro — Cristiano Gurgel

2º Tesoureiro — João Moreira Dantas

Bibliotecário — Francisco Omar Gurgel

Senhores:

Gostaria de continuar este discurso dentro da sistemática histórica que me impus desde o início. Morando em Natal, longe das fontes de consulta, não me foi possível colher dados seguros sobre determinados aspectos que desejaria abordar nesta palestra. A organização da Biblioteca, por exemplo, de tão grande significação na vida da instituição, mereceria algumas palavras de louvor e compreensão àquela diretoria ou àquele presidente que a idealizou e instalou, inspirada ou inspirado, certamente, no bem e na felicidade da pequena comunidade social, que aqui vive sob a égide e a inspiração da terra do Rio Grande do Norte. Quem foi esse herói anônimo que a conseguiu reunir, livro sobre livro, peça sobre peça, até chegar ao ponto em que se encontra? Terá sido obra de um só ou de muitos? Como quer que seja, só o fato de conseguir montá-la, organizá-la, encaderná-la, e sobretudo mantê-la, já é motivo de louvor e de aplausos àqueles que trabalharam nessa iniciativa benemérita. Se não me falha a memória, parece que a Biblioteca teve início na gestão do presidente Marciano Freire, responsável igualmente pela aquisição da sede própria, ponto básico da sua sobrevivência e da sua permanência no tempo e no espaço. Marciano Freire merece a nossa simpatia e a nossa gratidão não só pelos grandes serviços prestados ao Centro Norte-Rio-Grandense como também ao Rio Grande do Norte. Além da sede e da Biblioteca, devemos a ele, já foi dito várias vezes, mas é bom que se repita, a trasladação dos restos mortais da grande escritora e educadora Nisia Floresta Brasileira Augusta, de Ruão, França, para o sítio Floresta, na antiga cidade de Papari, Rio Grande do Norte, hoje batizada com o seu nome fulgurante, universalmente conhecido.

Desejaria falar com detalhes sobre as presidências proveitosas de Armando Peregrino Seabra Fagundes, José Moreira Brandão Castelo Branco, Dioclécio Dantas Duarte, José Adauto Gomes de Araújo, João de Albuquerque Maranhão, José Augusto Bezerra de Medeiros, Umberto Peregrino Seabra Fagundes e Felinto Rodrigues Neto, se o tempo permitisse e as fontes de consulta tivessem sido mais generosas e liberais.

Quanto aos presidentes Vicente da Mota Neto e Dióscoro Gonçalves Vale, por serem talvez mais recentes, tenho sido testemunha presencial do esforço que cada um desempenhou e desempenha no sentido de manter bem alto o nome desta benemérita instituição.

Palestras, conferências, reuniões sociais, focalizando assuntos de interesse nacional e regional, são metas constantes e permanentes do Centro Norte-Rio-Grandense, dentro da visão panorâmica e temática dos tempos modernos.

Ao lado do trabalho rotineiro, normal, diário, para manter a casa sempre em ordem, obrigações em dia, e não é pouco, funciona o espírito de vigilância, atento aos grandes problemas da hora presente, debatendo, discutindo e optando pela melhor solução.

O zelo e o cuidado com a Biblioteca, renovando e ampliando o seu acervo, são constantes do espírito de continuidade que preside às atividades desta Casa.

Destaque-se na presidência Mota Neto, a publicação do Boletim do Centro Norte-Rio-Grandense, vários números, bem impresso, bem escrito, dinâmico, mo-

vimentando, sacudindo para longe o nome do Centro e do Estado e tornando conhecidos os seus brilhantes redatores e colaboradores.

Na presidência Dióscoro Vale, sente-se que o barco veleja em alto mar, seguro da sua rota, tripulação aguerrida e corajosa, disposta a enfrentar os percalços da tempestade ou velejar serena no grande oceano das idéias. O general é o grande comandante, sereno, prudente, objetivo, sabendo mandar e sendo obedecido. Para ele e o seu brilhante secretariado, voltam-se as atenções de todos, neste dia de vitória e regozijo.

Senhores:

Falar da Colônia Norte-Rio-Grandense, no Rio de Janeiro, é falar do Rio Grande do Norte, do seu Povo e de sua história. A colônia se forma pelo deslocamento do povo no tempo e no espaço. Os motivos desse deslocamento são vários. Há os que vêm soprados pelos bons ventos, tocados pelos bons fados, mas há também, os desgarrados da terra, deserddados da sorte, sem eira nem beira, que vêm sozinhos, aventureiros e lutadores, que vêm porque vêm. Estes são os heróis anônimos, lutadores, vencedores, que ficam pertecendo ao número dos heróis desconhecidos. E são muitos. Não têm nomes. Mas são do Rio Grande do Norte. São papa-jerimuns. Amam e estremecem a terra distante, a terra de seus pais, de seus avós, a terra que é uma, duas, três, quatro, cinco vezes sua, pelo atavismo e pelo coração. Natal, por exemplo, é uma cidade tão boa, tão generosa, tão acolhedora, tão marcadamente nordestina e brasileira, que os estranhos, se lá chegam, não querem mais voltar, e os da terra, se vivem distantes, amargam e pungem a sua separação. Inteligente e empreendedor, o nordestino idealizou um meio de mitigar, de saciar, de amaciar esse sofrimento, criando os centros de cultura paraíba, cearense, riograndense, pernambucana, piauiense, maranhense, como meio de amar e sentir a terra natal, mesmo fora de suas fronteiras. Há nisso uma sublimação do amor irrealizado, do amor descarnado da terra, que se contenta, ao menos em lembrar, sugerir os problemas do torrão em que nasceu.

Estamos reunidos em nome do Rio Grande do Norte e do seu povo. Elevemos o pensamento a Deus e peçamos paz e justiça para o seu povo, retidão e firmeza nas suas autoridades, tranqüilidade para as suas famílias, amor e paz para todos os seus filhos.

Esta é a vocação do Centro Norte-Rio-Grandense, falando da Cidade Universitária do Rio de Janeiro, para todo o Brasil.

(*) Palestra proferida no Centro Norte-Rio-Grandense do Rio de Janeiro, no dia 19 de abril de 1978, a convite do General de Divisão R/1, Dióscoro Gonçalves Vale, Presidente do referido Centro.

Notas: —

Documento n.º 1

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1904

Ilustre Cidadão Diretor do “Oito de Setembro”.
Natal-Rio Grande do Norte.

A colônia Rio-Grandense do Norte, domiciliada nesta capital, reunida a 29 de maio próximo findo, por iniciativa do Sr. Dr. Pacheco Dantas, para agradecer à Imprensa Fluminense e às diversas Associações a maneira condigna porque acudiram ao apelo feito em favor dos nossos conterrâneos, flagelados pela horrível seca, que assola o nosso Estado, resolveu também, por proposta daquele senhor, nessa mesma reunião, criar o Grêmio Rio Grande do Norte, cujos estatutos já aprovados, não só estão organizados de modo a amparar os seus associados e conterrâneos, que aqui cheguem, mas também cogitam dos meios de serem, aqui e em todo o país, conhecidos o desenvolvimento moral, comercial, agrícola, industrial e as riquezas naturais do nosso solo natal.

Certo de que o vosso valiosíssimo concurso, nesse grande cometido forte auxílio virá prestar ao nosso Grêmio, tenho a satisfação de dar-vos os nomes do Conselho Administrativo e Fiscal que têm de vigorar até junho de 1905.

Conselho Administrativo

Presidente, Dr. João Lindolfo Câmara
Vice-Presidente, José Leão Ferreira Souto
1.º Secretário, Alferes João Augusto Cezar da Silva
2.º Secretário, Honório H. de Moraes Grilo
Tesoureiro, Manoel Francisco da Trindade.

Conselho Fiscal

J. Pacheco Dantas (Dr.)
Érico Souto (Dr.)
José Leão de Almeida

Assim, pois, aceitai os protestos de alta consideração do vosso conterrâneo e amigo.

João Augusto Cezar da Silva
1.º Secretário

(Sede do Grêmio: Ladeira do Castelo, n.º 1, esquina da rua São José).

“Oito de Setembro”, 22/07/1904, N.º 172

Documento nº 2 — Sobre a fundação desta instituição, depõe o jornalista Meneval Dantas, participante das mencionadas ocorrências.

Meu caro Manoel Rodrigues,

Junto lhe estou enviando, em Xerox, um artigo do ex-presidente do CNR, Castelo Branco, cheio de subsídios para as nossas curiosidades. Ele é de São Gonçalo, se me não engano.

Há, no 2º parágrafo do mesmo, o seguinte a acrescentar: As primeiras reuniões para se discutir e assentar a fundação da Associação da Mocidade Potiguar, foi na rua Hadock Lobo, 47. Uma pensão onde residem uns e faziam refeições outros, alguns dos fundadores daquela entidade. O 83 era uma dependência que servia de dormitório a muitos dos referidos pensionistas e cedida pelo proprietário de ambas, que nos pediu essa mudança, visto a conveniência para ambas as partes — nós teríamos mais espaço e liberdade e ele se veria livre do acúmulo de gente e do tumulto que inevitavelmente se fazia.

Estas informações são absolutamente certas, pois tomei parte nas ocorrências mencionadas.

Um abraço do conterrâneo amigo, que fica a sua disposição

Rio, 8 de julho de 1978.

Meneval Dantas

Documento 3 — Revista Potiguar — Rio-Ano II, nº 4, abril de 1973.

Homenagem a Ferrarin e Carlo Del Prete

Enélio Lima Petrovich

(Sócio Efetivo)

Debruçamo-nos sobre a tradição e o passado e revemos a cidade cativante e bela, já além de menina-moça.

Assim, com essa imagem e sob esse prisma, num misto de alegria e emoção, aceitamos o convite que nos formulou o Segundo Comando Aéreo Regional, através do Brigadeiro Luiz Portilho Antony, Comandante do CATRE.

Se o momento presente exige de todos a coerência de atitudes, sobreleva sempre o dever de fixar, para a História, os feitos dos heróis e dos mártires e, em ocasiões como esta, prestar-lhes a homenagem mais telúrica, mais emocional, mais evocativa.

Breve a nossa palavra, ela é, todavia, bem significativa, ao pé desta coluna, plantada no chão potiguar, repositório do agradecimento maior da Itália ao Brasil.

E por que a dádiva, a oferenda, esse mármore milenar ?

— Sim, já se proclamou e se repetiu: Dois aviadores italianos, Arturo Ferrarin e Carlo Del Prete, há meio século, nesta mesma data — 5 de julho de 1928 — atravessando o atlântico, pisaram em terras norte-rio-grandenses, trazendo uma mensagem de solidariedade humana e de compreensão aos povos deste ocidente, abençoado por Deus.

Partiram de Roma — vôo direto, em linha reta. Do alto, a visão de Gibraltar, Vila Cisneiros, Las Palmas, São Vicente e Porto Praia. Em Natal, o tempo não estava bom e, por isso, o seu avião — de nome Savóia, da fábrica Marchetti — desceu perto do Cabo de São Roque, em Touros. Daí, um pequeno

Esta, pois, não representa uma homenagem louvaminheira, adulatória. Não e não. Traduz o reconhecimento das gerações de hoje àqueles que nos legaram páginas de civismo e de fraternidade universal, de nação à nação.

Por isso, frente a esta coluna arrancada do Capitólio, ergue-se a nossa voz, humildemente, como preito de gratidão e de saudade, aos dois corajosos aviadores italianos — Ferrarin e Del Prete, que riscaram, justamente há 50 anos, os céus da Europa e os céus brasileiros, até este Natal, ponto mais avançado do atlântico maravilhoso que nos banha.

E que coincidência feliz: Rio Grande do Norte, berço de Augusto Severo, o qual, recuando 26 anos no tempo, em maio de 1902 (antes 4 anos de Santos Dumont — o Patrono da Aeronáutica), realizou, na fascinante Paris, a primeira conquista do ar, no seu dirigível PAX. O nosso herói Severo foi também homenageado pela Itália, através de Ferrarin e Del Prete, que depositaram uma coroa de flores naturais em sua estátua, na praça que tem o seu nome, como assim, de igual modo, em maio de 1930, fez a Alemanha, do Graf Zepelin.

Hoje, porém, graças à tecnologia, são supersônicos os aviões mais modernos e sofisticados, evidenciando a pertinácia, a bravura e o amor patriótico dos primeiros e atuais navegadores do espaço.

Mas tinha de chegar a despedida, nesta existência tão fugaz. E a 27 de julho de 1928, voando sobre Natal, Ferrarin e Del Prete assim nos saudaram:

“Prestes a deixar o formoso Rio Grande do Norte em viagem para a capital do país, cumprimos o grato dever de expressar ao Sr. Presidente do Estado, Sr. Prefeito da cidade, a todas as autoridades federais e estaduais, e ao nobre povo norte-rio-grandense, os nossos mais profundos e sinceros agradecimentos pela fidalga acolhida que aqui tivemos; pelo auxílio generoso que nos foi prestado; pela honra que nos foi feita, concedendo-nos a cidadania desta bela e futura cidade.

Sempre está conosco a lembrança dos dias que aqui vivemos. Ao Rio Grande do Norte, ao seu Governo e ao seu generoso povo, o agradecimento imorredouro de Ferrarin e Del Prete.”

Afinal, pela fatalidade ou pelo destino que reserva Deus a cada um de nós — pobres criaturas humanas — logo ao retornar ao Rio, Carlo Del Prete veio a falecer, a 16 de agosto do mesmo ano de 1928. 13 anos decorridos da façanha memorável, julho de 1941, foi a vez de Ferrarin, em outro vôo de experiência. Ambos já se encantaram, conforme as expressões de Guimarães Rosa.

O poeta Ricardo da Cruz (que, por sinal, ajudou no conserto do avião, em Touros, e que ainda está vivo), no sétimo dia do falecimento de Del Prete, versejou:

defeito no trem de aterrissagem, e pelo avião Breguet 158, aqui chegaram e foram aplaudidos os ases italianos. Presidia o Estado, Juvenal Lamartine. O Prefeito era Omar O'Grady de Paiva, ainda vivo, residente no Rio de Janeiro. Houve festa — uma romaria jubilosa. Foram-lhes outorgados os títulos de cidadãos natalenses.

Na verdade, esta coluna capitolina, inaugurada em 8 de janeiro de 1931 — quase 3 anos do feito — sintetiza e consagra a amizade entre a Itália e o Brasil, marco perene daquela travessia. Um *raid*, sem precedentes, em distância. Trouxe-na, da Roma dos Césares e dos Papas, por ordem de Benito Mussolini, o cruzador “Malloccello”. Pelo evento triunfal, 4 esquadrilhas de hidroaviões, sob o comando do Generalíssimo Ítalo Balbo, intrépido aeronauta, amerissaram no Rio Potengi, dois dias antes da solene inauguração, 6 de janeiro — data dos Três Reis Magos, e do início, em 1598, à margem do mesmo rio, da construção do primeiro baluarte histórico da cidade que nascera a 25 de dezembro de 1599. Dom Marcolino de Souza Dantas, Bispo Diocesano, abençoou o monumento, hoje fincado, já incompleto, nesta Praça Carlos Gomes. É que mãos criminosas e covardes destruíram o seu primitivo pedestal, onde se lia, em um dos lados, um trecho, em italiano, evocando a histórica viagem, cuja tradução é esta (o trecho é do escritor Nello Quillici):

“Trazida de um só lance
sobre asas velozes
além de toda a distância tentada por
Carlo Del Prete e Arturo Ferrarin,
a Itália aqui chegou
a 5 de julho de 1928.
O oceano não mais divide e sim une
as gentes latinas
da Itália e do Brasil.”

Na época, Irineu Jofilly ocupava a Interventoria Federal. O Palácio do Governo rejubilou-se para receber os integrantes das Forças Aéreas Italianas.

Todos esses fatos — oportuno destacar — o consócio João Alves de Melo tão bem registrou com fotografias célebres, inseridas em seu livro, ainda inédito, “Pioneiros da Aviação”.

Igualmente, por iniciativa da Prefeitura Municipal de Natal, na gestão Ernani Silveira, a Secretaria de Turismo, sendo titular o jornalista Paulo Macedo, editou, em 1969, uma plaqueta — “Presença de Roma em Natal”, do confrade Paulo Pinheiro de Viveiros, quando esta coluna aqui foi recolocada.

Em sua “Oração dos Apóstolos”, já o velho Ruy nos ensinou:

“A justiça está a reconhecer aos heróis a glória dos atos em que eles rompiam com o seu tempo.”

“E depois que conquistou tamanha glória,
Ficaria para nós sempre lembrado
o seu nome nas páginas da História.”

Eis o nosso depoimento, traduzindo também — permitam-nos — a palavra oficial do nosso venerando Instituto Histórico e Geográfico, na singeleza e significação deste instante solene.

Sem dúvida, a História, que é eterna, transmite à contemporaneidade, aos nossos filhos e descendentes, o que aconteceu e acontecerá.

Por amor à cultura histórica, sob os desígnios da fé e da paz, com as vistas voltadas para o desenvolvimento social, econômico e tecnológico, sobressai a certeza de que a lição dos heróis e dos mártires, a exemplo de Ferrarin e Del Prete, há de ser sempre um facho, irradiante e perene, que iluminará a consciência brasileira, pela unidade e pelo progresso nacional.

(Discurso proferido ao pé da Coluna Capitolina, na Praça Carlos Gomes — Baldo — Natal, em 5 — julho — 1978 — cinquentenário da travessia Roma — Natal, pelos aviadores italianos Arturo Ferrarin e Carlo Del Prete).

Luiz Soares, Educador exemplar

R. Nonato

(Sócio efetivo)

O açuense Luiz Correia Soares de Araújo (1888-1967) foi o orador da primeira turma de diplomados pela Escola Normal de Natal (1910). Uma notável vocação de educador, que se projetou pela vida toda. Homem simples e austero, perseverante e dinâmico, digno chefe de família, tornou-se, principalmente, o paladino insuperável do escotismo na terra potiguar. Combateu tenazmente o jogo, o alcoolismo, o fumo e todos os males que podem comprometer o futuro da juventude.

Seus pais eram primos. Ele, Pedro Soares de Araújo (1855-1927), também açuense, dos Soares de Macedo do pé da Serra da Estrela, (Vila do avô), perto de Coimbra, e da Ilha de São Miguel (Ponta Delgada), nos Açores, tenente-coronel da Guarda Nacional, político muito hábil e de grande influência, exerceu por mais de vinte anos, seguidamente, o cargo de Inspetor do Tesouro do Estado (Secretário da Fazenda) e, em diversas legislaturas, o mandato de deputado estadual, quase sempre integrando a Mesa da Assembléia. Ela, Ana Senhorinha Soares de Araújo (1855-1941), dos Pereira Monteiro, de Serra Negra do Norte, onde nasceu, parenta próxima, também, dos Saldanha e dos Dantas, estes últimos da Serra do Teixeira, na Paraíba.

Luiz Soares, como diretor e professor, iniciou as atividades no Grupo Escolar Almino Afonso, de Martins (1911), sendo removido, no ano seguinte, para o de Açú, cujo patrono, tenente-coronel José Correia de Araújo Furtado (1788-1870), seu bisavô, fizera parte da Junta de governo Provisório da Província, após a Independência (1823).

Todavia, o destino do jovem mestre estava no bairro do Alecrim, criado na Capital em 1911 e ao qual veio dedicar cinquenta e quatro anos de suas múltiplas atividades, sempre no Grupo Escolar Frei Miguelinho, que inaugurou em 21 de abril de 1913 e só teve de deixar no dia de sua morte, em 13 de agosto de 1967,

com o estabelecimento já transformado em Instituto Padre Miguelinho. Tão longa a ininterrupta permanência, no cargo de Diretor, na mesma casa de ensino público, talvez seja, caso único no Brasil.

De início, com ele lecionavam as professoras Natália Fonseca, Carolina Wanderley e Beatriz Cortez. As aulas começavam às 10 e terminavam às 14 horas. O porteiro era o poeta Antônio Glicério. Luiz Soares chegava num burrinho, vindo de seu pequeno sítio Taba-Açu, na rua Apodi.

- Como era o Alecrim, nos primeiros tempos?

O bairro começava no Baldo, um reservatório das águas que desciam do Barro Vermelho, pela mata da Passagem. Daí, prosseguiam para o Oitiseiro, por dentro da Usina Elétrica, dirigida pelo mecânico alemão Johann Bragard, situada defronte da Santa Cruz da Bica. Poucas ruas e casas. Mais adiante, largas avenidas numeradas, repletas de mata-pasto e se prolongando, quase desabitadas, em direção ao Tirol. Existiam o Cemitério Público, inaugurado em 1856, o Isolamento da Piedade (Hospício de Alienados), cuja construção fora iniciada em 1882 e a Escola de Aprendizes Marinheiros, que principiara a funcionar em 1908. Com o tempo, foram chegando aos prédios a luz elétrica e a água encanada. A linha de bondes demorou um pouco. Candieiros e lamparinas iluminavam as casas. Quem não tinha poço ou cacimba no quintal tratava de obter água em chafarizes públicos, junto aos poucos cataventos. Lá para o quilômetro seis dos trilhos da Great Western funcionavam, em prédios adaptados, o Isolamento de São João de Deus, para tuberculosos e o Isolamento de São Roque, para variolosos. A pequena igreja de São Pedro, na praça Pedro Américo (hoje Pedro II), foi alargada e elevada após a criação da Freguesia, em 1919. O padre alemão Fernando Nolte, da Ordem da Sagrada Família, vigário local, promoveu até mutirão, nas tardes de domingo, quando, para as obras, muitas pessoas, inclusive meninos, iam buscar tijolos e telhas junto à linha férrea e subiam pela rua Silvío Pélico.

E os principais habitantes do bairro, na época ?

No Barro Vermelho, constituído de sítios de muitas fruteiras, alguns com água corrente, pássaros cantando por toda parte, locais privilegiados para os melhores piqueniques e festas juninas, residiam o juiz federal Meira e Sá, o tenente João Bandeira de Melo, do Batalhão de Segurança; o comerciante Joaquim das Virgens Pereira; o guarda-mor da Alfândega Carlos Policarpo de Melo, o escriturário do Tesouro Estadual João Fernandes de Campos Café, também pastor protestante; a família Melo, de Augusto Severo, e outros. **Na atual praça Pedro II**, do lado direito: Os comerciantes Alfredo Manso Maciel; José Antônio Fernandes e Isidro José da Rocha, os proprietários Elpidio Estelita Manso Maciel (Estelo Manso) e Pedro Joaquim Lins; os funcionários federais José Augusto da Fonseca e Silva e José Ildefonso de Oliveira Azevedo; o fiscal da Inspeção Geral de Higiene (Secretaria de Saúde Pública) Antônio Cavalcanti de Albuquerque Maranhão (Cavalcanti Grande); do lado esquerdo: Os comerciantes Clínio e Teódulo Sena e Francisco Antônio Fernandes; o capitão Joaquim Andrade de Araújo, do Batalhão de Segurança; o pistonista José Alves de Melo, o sacristão Francisco Antônio do Nascimento, depois oficial comissionado do Exército (tenente Chico); o tenente João Alexandre de Vasconcelos (Joca de Xandu), que combateu em Canudos; o

desembargador Hemetério Fernandes Raposo de Melo, cuja casa foi ocupada em seguida pelo fiscal de consumo José Ribeiro de Paiva. **Na rua Boa Vista**, no centro da qual havia enorme barreiro: O tenente Inácio Gonçalves Vale, do Batalhão de Segurança e o comerciante João Andrade. **Na rua General Fonseca e Silva**: O oficial de justiça Abílio César Cavalcanti, depois delegado auxiliar da Capital e juiz de direito no interior, e o administrador do Hospício, Cândido Henrique de Medeiros, que fundou, em 19 de julho de 1914, a Conferência de São Pedro, dos vicentinos e a presidiu até quase o fim da vida. Cândido Medeiros (Seu Candinho), à frente dos confrades, prestou grandes serviços à pobreza do Alecrim e lecionou à noite, por algum tempo e sem remuneração, num dos salões do Grupo, tendo constituído, talvez, o primeiro curso, no Estado, de alfabetização de adultos. Em sua residência, seu filho Lauro, com alguns rapazes do bairro, fundou em 1917 e presidiu o Alecrim Futebol Clube. Os times treinavam e jogavam, inicialmente, num campo improvisado, em local para novo cemitério, nas proximidades da capelinha de São Sebastião, na Baixa da Beleza (rua Coronel Estêvão). O goleiro do quadro principal era o estudante João Café Filho, futuro Presidente da República. **Na rua América**: João Antônio Moreira, carteiro dos Correios, que organizava e ensaiava, no quintal, anualmente, para o Carnaval, o Bloco Alecrinense, que todos chamavam A Maxixeira porque seus foliões desfilavam como verdureiras; Faustino de Vasconcelos Gama, administrador do Cemitério, que, nas festas natalinas, costumava mandar exibir, defronte da morada, para o público em geral, o Bumba-meu-Boi e os Congos, já que Pastoril ou Lapinha, Boi de Bonecas e João Redondo eram apresentados dentro de sítios ou salas. **Na rua Borborema**: Os irmãos José e Francisco Martins Pinheiro, funcionários do Tesouro Estadual; os comerciantes Vicente Barbosa, João Luiz de França, Bento Manso Maciel, Luiz Rogério de Carvalho e Genuino de Sousa Menino; o líder João José da Silva (João Ponche), da Liga Artístico-Operária, da Cidade Alta e o sargento-enfermeiro da Marinha Serôa da Mota, que realizava na residência sessões do Espiritismo. **Na rua Amaro Barreto**: Os comerciantes Antônio Jeremias de Araújo e Manoel Firmino e o tabelião Miguel Leandro, que ensaiava em seu sítio o melhor Fandango natalense e o levava, nas festas de fim de ano, com a Nau Catarineta, a um grande tablado, na atual praça Gentil Ferreira. Cosme Ferreira Nobre, oficial de justiça do Tribunal, instalou nessa rua uma assembléia dos Pentecostistas. Havia por ali, pontos do chamado Jogo do Bicho, que em Natal não era tido como contravenção penal. **Na rua Coronel Estêvão**, a mais extensa: O desembargador Antônio Soares de Araújo, então juiz de direito da Capital, que, à falta de médico no bairro, forneceu todas as manhãs, à sua custa e gratuitamente, durante anos, doses de homeopatia aos doentes sem recursos, que o procuravam; o cônego Estêvão José Dantas, professor do Atheneu Norte-Rio-Grandense, que cooperava também nos atos religiosos da Paróquia; o guarda-livros Manoel Pinto Meireles, os poetas Damasceno Bezerra e Manoel dos Santos Filho; o capitão Felizardo Toscano de Brito (que voltaria a morar no Alecrim quando general da Reserva), Mário Eugênio Lira e José de Vasconcelos Chaves, secretário e tesoureiro da Prefeitura; a viúva Adelaide Fonseca (os quatro últimos na faixa conhecida como Alto da Bandeira); os comerciantes Manoel dos Santos Morais, Francisco Gorgônio da Nóbrega, Francisco das Chagas Dantas (Seu Chaguinhas) e Antônio Ferreira da

Silva (Tota de Chicó), os três últimos os organizadores da Feira do Alecrim. **Na avenida Alexandrino de Alencar:** O coronel Manoel Lins Caldas, ex-comandante do Batalhão de Segurança (hoje Polícia Militar); o professor José Elídio Carneiro, da Marinha; o comerciante Sandoval Capistrano e o tesoureiro do Correio Geral, Pedro da Fonseca e Silva, o qual exercia também a função gratuita de delegado de polícia do bairro. Ali, ficava também o Posto Policial. **Na rua Sílvio Pélico:** O funcionário da Alfândega Antônio de Araújo Costa. Em casa próxima à Escola de Aprendizes Marinheiros, morava o comandante Antônio Afonso Monteiro Chaves, que matriculava os filhos no Grupo Escolar, o mesmo fazendo os que serviam naquele estabelecimento militar. Os pequenos cariocas, uns mais adiantados e esclarecidos, eram escutados com grande curiosidade pelos coleguinhas do bairro, sobre coisas do Rio de Janeiro.

As noites eram tão tranqüilas que, muitas vezes, se conseguia ouvir, das imediações do Grupo, o toque de silêncio, das vinte e duas horas, do clarim do Esquadrão de Cavalaria, no Tirol (avenida Hermes da Fonseca).

Esse o Alecrim dos dez primeiros anos de sua criação, o bairro que o professor Luiz Soares, educando gerações, viu diariamente, durante mais de meio século, crescer e progredir.

Naquele tempo, o passeio-escolar mensal, para que os alunos aprendessem melhor a amar a Natureza, era vez por outra dirigido pela avenida Alexandrino rumo à Lagoa do Enforcado ou à Lagoa Seca. Um dia muito alegre para mestres e discípulos. O próprio diretor do Grupo organizava, com especial carinho, anualmente, duas comemorações — a Festa da Árvore e a Festa das Aves. Diversos alunos, na véspera, munidos de gaiolas e alçapões, percorriam sítios do Barro Vermelho e as matas do Refoles, a fim de apanharem passarinhos, os quais eram soltos, alegremente, na manhã seguinte, quando as alunas, sob a regência de Carolina Wanderley, entoavam o Hino às Aves.

A pobreza dominava os alunos. Não conheciam Papai Noel. Nem havia a merenda-escolar do governo. O pequeno horário de recreio, nas áreas internas, tinha a supervisão benéfica dos inspetores de alunos, Laurentino Ferreira de Moraes (que faleceu como coronel da Polícia Militar) e Maria Elisa Pinto Meireles. Também não se adotava, em estabelecimento primário, a prática organizada de esportes. Muitos aprenderam a nadar fugindo de casa, à tarde, a fim de se banharem na maré, no Refoles. Outros, se iniciaram no futebol na via pública, com bolas-de-meia, ou então adquirindo, em clubes, bolas de couro já imprestáveis, que enchiam com bexigas de boi obtidas na Matança (Matadouro Público), situado junto à grande curva da via férrea, no Oitiseiro. Aqui e ali, com muita dedicação, o diretor e as professoras conseguiam uma ou outra diversão gratuita para os discípulos.

O grande ideal do professor Luiz Soares foi sempre ver o Escotismo difundido, com eficiência, por todo o território nacional, por lhe parecer a melhor escola de preparação moral e cívica infanto-juvenil. Foi também o que procurou demonstrar, no Catete, em 1922, quando recebido em audiência pelo Presidente Epitácio Pessoa.

De início, participou com Henrique Castriciano e Monteiro Chaves, em 1917, da fundação da Associação Brasileira de Escoteiros do Rio Grande do Norte.

Levou para ela cerca de trinta alunos de seu Grupo Escolar. A entidade nem chegou a completar dois anos de funcionamento. Por isso, ele fundou, em 14 de julho de 1919, a Associação de Escoteiros do Alecrim, hoje incorporada à Regional de Escoteiros.

Havia um antigo chalé, coberto de zinco, na atual praça Pedro II, esquina da rua Soledade, utilizado para fábrica de redes e, em seguida, para cinema, no qual atuava, como pianista, o futuro maestro Waldemar de Almeida. Pois ali nasceu a Associação, naquela radiosa manhã de 1919. Setenta e cinco escoteiros, quase todos alunos do Grupo Escolar, desfilaram pelas ruas do bairro e participaram da missa campal, na Igreja de São Pedro, comemorativa da assinatura do Armistício, após a Primeira Guerra Mundial.

O professor Luiz Soares obteve do governo Ferreira Chaves a construção dos salões do Grupo que ficam do lado da rua Coronel Estêvão e o instrumental para uma banda de música de dezesseis figuras, regida por José Gabriel Gomes da Silva (pistonista), funcionário dos Correios e pelo sargento Manoel Florentino de Albuquerque (clarinetista), depois guarda-fiscal do Tesouro. As aulas teóricas de Música começaram em 2 de maio de 1918 e já em 15 de outubro essa banda escolar (a Charanga do Alecrim) estreava fazendo alvorada pelo natalício do Governador, na residência oficial deste, à praça Pedro Velho.

Do governo Antônio de Sousa, conseguiu a criação, em 1920, do Curso Complementar, noturno, inclusive para adultos, sendo designado, no começo, para a cadeira de Geografia e História do Brasil. As outras ficaram regidas pelos professores Israel Nazareno de Souza (Português), Francisco Ivo Cavalcanti (Aritmética) e Anísio Soares de Macedo (Francês). Funcionou também no Grupo, naquele governo, uma Escola Profissional.

Obteve, igualmente, que, no Frei Miguelinho, a quinta-feira fosse considerada Dia do Escoteiro, terminando as aulas ao meio-dia. O pavilhão nacional era hasteado no início, com execução, pela Charanga, do Hino à Bandeira, cantado pelas alunas. As áreas e salões do Grupo eram ocupadas, à tarde, pelos exercícios dos escoteiros, os quais desfilavam, em seguida, pela via pública precedidos da banda de música e de banda marcial. Depois, a Bandeira era arriada ao som do Hino Nacional e Luiz Soares proferia palestra sobre tema de Moral e Civismo.

Mas, não foi somente o bairro do Alecrim que absorveu as atividades do grande educador.

Em 1927, ele reorganizou, com outra denominação, a Liga de Desportos Terrestres do Rio Grande do Norte, tendo sido eleito presidente da nova entidade. Esse trabalho profícuo levou o Presidente Juvenal Lamartine, seu parente e amigo, a construir, em 1929, no Tirol, o Estádio que conserva o nome daquele chefe de governo. No mesmo ano, conferiu a Luiz Soares, no Dia do Professor, a medalha de Honra ao Mérito.

Houve elementos frustrados na vida que chegaram a apontá-lo como “amigo de todos os governos”. Mas, na verdade, Luiz Soares nada pedia para si, não era político, viveu e morreu pobre. Explicava apenas, naquele tempo, que nenhum empreendimento educacional, num meio pobre, poderia esperar completo êxito sem a decisiva cooperação dos governos. Esse desprendimento pessoal e a probidade do dedicado mestre mereceram, igualmente, reconhecimento e

admiração dos revolucionários de 1930. Vitorioso o movimento em todo o país, da Paraíba quiseram indicá-lo para o magistério federal, a fim de dirigir a Escola de Aprendizes Artífices de Natal (hoje Liceu Industrial). Não obstante as grandes vantagens pecuniárias, em relação aos parcos vencimentos do magistério estadual, recusou delicadamente a honrosa lembrança para pedir apenas que o deixassem prosseguir em sua obra no Alecrim.

Vinte anos depois, na esperança de obter maiores benefícios para a coletividade e a fim de atender a insistentes apelos de alguns ex-alunos, concordou em disputar eleição para Vereador. Seus pares, em expressiva homenagem, o elevaram à Presidência da Câmara Municipal. A experiência, porém, não o satisfez. Deixou de concorrer a cargo político.

Luiz Soares foi um dos fundadores da Associação dos Professores e pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, à Academia Potiguar de Letras e ao Conselho Estadual de Educação e Cultura. Cooperou no Instituto de Proteção e Assistência à Infância e em outras entidades educativas, sociais e esportivas. Partiu dele a criação das Faculdades de Odontologia, Farmácia e Direito, havendo participado das atividades destinadas à instalação e funcionamento dessas escolas superiores. Um cidadão verdadeiramente útil à coletividade natalense.

Em sua incansável operosidade, viajou em 1950 até Roma, a convite de seu filho Pedro Segundo, procurando localizar e movimentar, no Vaticano, o processo de beatificação do padre João Maria Cavalcanti de Brito, o apóstolo da Caridade, o inesquecível vigário da Catedral de Natal.

Cuidou da assistência médico-hospitalar à população, conseguindo construir a Policlínica do Alecrim, hoje Hospital Professor Luiz Soares. Recebeu também seu nome o velho Grupo, de que foi o único Diretor e que passou a funcionar dentro do Instituto Padre Miguelinho. Uma rua do Alecrim lembra igualmente, aos habitantes de Natal o nome do professor emérito.

Não se poderia aqui enumerar tudo quanto ele, através de decênios, realizou no Grupo Escolar e no Escotismo. Basta se recordar, nestas linhas, que seus escoteiros se iniciaram precisando, por força das circunstâncias, prestar assistência a muitos desvalidos, durante situações calamitosas. Primeiro, em 1918, na terrível epidemia conhecida por “influenza espanhola”, num Posto de Emergência, no próprio estabelecimento de ensino, para distribuição de remédios e alimentos até a domicílio. Em seguida, no atendimento a flagelados da seca de 1919, os quais tiveram de ser abrigados, pelo governo, em galpões de palha, de más condições higiênicas, improvisados em terreno baldio no Barro Vermelho. Deus protegeu, porém, a saúde daqueles jovens.

Teve Luiz Soares, nos últimos tempos, a felicidade de receber a maior (e, por isso, muito rara) das condecorações a um Chefe-Escoteiro: A Comenda do Tapir de Prata, que o General Sir Robert Baden Powell — o criador do Escotismo — reservou àqueles que, em qualquer parte do mundo, houvessem prestado, durante longos anos, com abnegação e patriotismo, inestimáveis serviços à instituição.

Nunca poderão ser esquecidos os que fizeram da educação da infância e da juventude verdadeiro apostolado.

A Lenda de Nova Cruz

A Anta Esfolada

Diógenes da Cunha Lima

(Sócio Efetivo)

Conta-se, já faz um bocado de tempo, havia um lugar tranqüilo, simples e lindo. Ficava perto do encontro das águas dos rios Bujari e Curimataú. O Bujari era um rio menino, quase riacho, alegre nas correrias, barulhento, sinuoso como uma cobra, arrancando e levando flores e cheiros das suas margens. O Curimataú, um rio sério, mais fundo, as curimatãs subiam nadando nas suas águas doces. O povo era feliz no verde, onde o gado pastava, a vida mansa. Se não havia igreja, missas, culto a Deus, também ninguém agradava ao Diabo nas suas artes. O viver era cuidar do gado, arrancar as urtigas abundantes, plantar e colher, alegrar-se nos banhos de rio e poço. A caça rara, mas de boa qualidade. E nada quebrava a paz do lugar.

Num mês de junho, encarnado de flores do mulungu, ouviu-se dizer que tinha uma anta enorme que andava no entroncamento dos rios. À boca da noite, saiu um caçador com a sua "lazarina" carregada de pregos e chumbo à procura da anta. Depois de andar muito, divisou por trás do tronco rugoso de um pé de mulungu o pêlo escuro da anta com mais de dois metros de altura. O animal aproximou-se sem medo, balançando levemente a tromba com mostras de alegria pelo encontro. O caçador nem ligou: Fez pontaria e fogo. A anta caiu e ainda viva lhe foi tirado o couro. Mesmo esfolada, fugiu sangrando prá dentro do rio.

O caçador enterrou o couro na areia do Curimataú. E acabou-se o sossego do lugar: A anta aparecia nas noites, assombrando os moradores, com as carnes à mostra, gemendo como se fosse gente.

O povo morador da margem direita do Rio Curimataú só se acalmava quando havia enchente. A anta ficava do outro lado. E todo mundo sabe que

assombração não atravessa água. Quando as águas baixavam que o leito do rio restava só areia, recomeçavam as aparições. O remédio era ficar nu porque assombração só aparece à gente vestida. Mas ninguém queria ficar nu o tempo todo. Quem se aventurasse a andar de noite, se não encontrava a anta, ficava marcado, inchado das urtigas. O que fazer?

Nisto, veio um santo missionário pregando ao povo, mandando rezar e pedir a Jesus Cristo. O missionário, capuchinho, sabedor do medo da população e o sem-remédio da aflição, mandou que se cortasse um grande pé de inharé e se chantasse uma cruz à margem direita do Rio Curimataú, onde todos deveriam vir rezar. A assombração se foi. Mudou-se o nome da povoação. Já não mais Anta Esfolada, passou a se chamar Nova Cruz. Só que, por mais que se procurasse, ninguém encontrou o couro da anta. E as águas do Curimataú ficaram salobras, até o dia de hoje.

Aspectos da Educação no Brasil

Carlos Borges de Medeiros

(Sócio Efetivo)

A razão principal, a mais fundamental, a que me assiste atribuir o mérito de me haverdes convocado e eleito para integrar o honroso quadro de sócio efetivo do *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte* — dita a minha consciência e fala a minha sensibilidade de avaliar ou de imaginar — é a de sobrecarregar nos meus ombros, com amor, desvelo e honra, o magnificante título de professor — aquele que mais me desvanece, ao que confiro maior altitude dentre os modestos encargos ou funções que exerço ou hei exercido, ao longo da minha vida, vez que foi o mesmo, aquele que me proporcionou o ensejo e a oportunidade de haver palmilhado e percorrido a interminável estrada que nos leva ao ensino e à educação, numa percuciente caminhada de três cansativas décadas, a serviço da mocidade da minha terra e do meu Estado.

Mossoró, a minha sempre lembrada terra, nos idos anos de 1937, me abria as suas portas — largas e agasalhadóras — para ingressar na vida magisterial.

Era ao tempo de *Raimundo Nonato da Silva e Alcides Dias Fernandes*, dois nomes que não podem ser olvidados em qualquer época, ou no instante em que o mossoroense lembrado e reconhecido, queira e se digne de escrever reminiscências ou aspectos da história educacional da sua terra.

Procurei, no melhor dos propósitos, corresponder, dentro do maior apreço e das limitações dos meus conhecimentos, da minha vocação e da minha vontade, a confiança que me davam aqueles educadores, para servir a sua comunidade e, em especial, a sua juventude.

Servia-se, àquele tempo, ao ensino, com amor, com devotamento, com dedicação e com acolhimento.

O professor era um missionário encarregado de executar uma obra que iria ser útil à posteridade.

Os tijolos e a argamassa com que o professor manuseava e juntava, para a sua edificação, eram sentados e alinhados com o maior afeto e o mais real interesse de servir.

Dava-se continuidade a um trabalho educacional que, na terra, se pressagiava como dos mais fecundos e promitentes ao seu desenvolvimento e ao futuro da sua gente.

O professor João Batista Cascudo Rodrigues, figura das mais conceituadas desta Casa, na sua plaqueta *Universidade e Comunidade*, no capítulo referente à Universidade Regional e Tempos Históricos, assim se pronuncia:

“Constituem traços visíveis da caminhada em seus rumos dificultosos, mas certos, as marcas alinhadas através da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Faculdade de Serviço Social, listas de 1943 — *Raimundo Nonato da Silva, Alcides Dias Fernandes, Carlos Borges de Medeiros, Antônio Francisco de Albuquerque e Alcides Jácome Mascarenhas*”.

Hoje, vemos que o que, ali, se plantou, brota e viceja. O que se construiu, numa cruzada de redenção pela educação, com atitudes, exemplos e uma eficaz ação educativa, impregnada de um idealismo construtivo, progride no trabalho persistente e continuado de elevar o homem por meio da educação.

O entusiasmo que contribuiu para levar avante um trabalho afanoso e cansativo, estimulado pelo desejo de crescer, alimentado por um calor humano tão característico da gente da terra, ainda vigora e se fortalece em tantos e por tantos que, patrioticamente, mantêm, sob sua responsabilidade, a caminhada do processo educativo, sempre ajustado e aprimorado, ao correr das circunstâncias, das vicissitudes, das alternativas e dos revezes que o tempo ou a sociedade vai mostrando e indicando.

O mestre, ali, como aqui, na época, era um espírito dedicado e movido pelo altruísta sentimento de apostolicidade.

Ele sentia e já prenunciava, no ensino, uma necessidade social.

Nele existia, nata, a qualidade da sociabilidade, “que conduz o professor a ser comunicativo, a se solidarizar com o aluno nos seus bons designios e nos seus sadios propósitos, a estimar e a procurar a sua convivência, a se tornar dele mais amigo, a se alegrar com as suas vitórias, a sofrer com o que de mal lhe possa acontecer”, como tão bem ensina *Everardo Backheuser*, no seu livro — *O Professor*.

Tanto assim que, ensinando, ele acompanhava o aluno na sua vida escolar, orientando, sempre que possível nos seus pensamentos, nas suas reivindicações, nos seus desejos e nas suas determinações.

O professor era, ainda, por força das circunstâncias e das necessidades, um orientador educacional.

Falava-se e se discutia, à época, sobre a *Orientação Educacional* que se fazia nos colégios dos grandes centros, e que surgira, como uma resultante de congressos e movimentos sociais, de simpósios de educação e de psicólogos, no ano de 1908, nos Estados Unidos, sendo mais tarde disseminada e de marcante influência e aperfeiçoamento em nações do continente europeu.

No Brasil fora introduzida em 1934, na *Escola Amaro Cavalcante*, da Prefeitura do antigo Distrito Federal, através da professora *Araci Muniz Freire*, sendo a sua expansão exercida, mais por autodidatas, vez que não havia, naquele tempo, técnicos para a implantação e a difusão de suas linhas estruturais.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário, promulgada pelo Decreto-Lei de 9 de Abril de 1942, dizia no seu artigo 81:

“É função da Orientação Educacional, mediante as necessárias observações, cooperar no sentido de cada aluno se encaminhe, convenientemente, nos estudos e na escolha de sua profissão, ministrando-lhe esclarecimentos e conselhos, sempre em entendimento com a família”.

Art. 82: “Cabe à Orientação Educacional cooperar com os professores no sentido da boa execução, por parte dos alunos, dos trabalhos escolares, buscar imprimir segurança e atividade aos trabalhos complementares e velar para que o estudo, a recreação e o descanso dos alunos decorram em condições da maior conveniência pedagógica”.

A exposição de motivos que precedia a Lei, dizia:

- a) a Orientação Educacional deve estar articulada com a administração da Escola;
- b) a Orientação Educacional deve estar articulada com o corpo docente.

Embora instituída pelo Ministério da Educação, só em 1957, a CADES (Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário), organizava o seu primeiro Simpósio, no bom sentido de discutir, dialogar, comparar e, enfim, formar especialistas através da Faculdade de Filosofia.

O conceito da Orientação Educacional ganhava ênfase e aceitação, como uma das palavras usadas com maior frequência no vocabulário da Educação.

Não se tratava de um processo mecânico, mas sim um método altamente especializado no sentido de cooperar com o educando a proceder mais acertadamente, a sentir e entender a realidade das coisas e da vida onde ele iria trabalhar.

Esse método não se constituía, tão só, pelo trabalho de especialistas, mas sim, de equipe, de cooperação para a qual se exigia a participação do pessoal da Escola que se encarregaria de acompanhar os problemas relacionados com o estudante.

A tendência natural do espírito para a execução do trabalho, a índole, a disposição, a vocação, a propensão para o ofício, faziam do professor, na decorrência daquelas décadas, muito antes da implantação oficial do método da Orientação Educacional, um *autodidata*, no cumprimento da tarefa, no exercício de um trabalho paciente, dedicado e construtivo em procurar ajustar o educando, mantendo, nas aulas e no ambiente escolar, uma atmosfera educativa impregnada de uma filosofia democrática.

O professor acompanhava as suas tendências inatas (boas ou más), aprimorando-as no aproveitamento dos seus dotes e de suas aptidões, da sua capacidade positiva latente, da potencialidade do seu comportamento, da sua maneira de se conduzir, do meio de se integrar junto ao desenvolvimento da vida social na comunidade educacional, como vocação, pendores ou inclinações que jaziam adormecidos dentro de si.

Não se descurava o professor em estudar e acompanhar no adolescente os seus problemas de ordem moral, física, intelectual e espiritual.

Aos que anunciavam reflexos nervosos ou de possível desajustamento, aos que apresentavam uma resistência moral fraca ou vacilante, recorria o professor aos meios que a psicoterapia poderia oferecer, contanto que ajudasse o aluno no processo da sua autorealização, a participar de suas lutas, dos seus conflitos, dos seus rumos, do seu destino e dos seus ajustamentos para com a família, a sociedade e a Escola.

Aquela Escola, pois, não servia ao aluno, tão só, como uma mera transmissora de conhecimentos.

Se a Orientação Educacional era, ao tempo, ou se ainda, hoje, o é, um trabalho lento e uniforme, sem pressa e sem pausa, se achando presente onde houver indivíduos em formação, quer dirigida, quer assistemática, como ensina a lição da professora *Emília de Melo Ribeiro*, em conferência pronunciada, em Porto Alegre, sob o título *Diretrizes para a Orientação Educacional na Escola Secundária*; se a Orientação Educacional é um processo auxiliar da Educação, como enfatiza o *Padre Antônio Benko*, no seu estudo sobre *Conveniência e Integração da Orientação Educacional na Escola Secundária*, o professor àquela época, portando-se face a face com o aluno, pela presença, pela convivência, pela paciência e pela intercomunicação do dia a dia, nas salas e corredores escolares, sentindo as inclinações ou os pendores dentro de uma heterogeneidade de formação de princípios e de idéias, começava a refletir ou sentir os presságios de uma crise social que começava a se esboçar, uma metamorfose que se prenunciava a acontecer nos tempos, com os novos processos de desenvolvimento atingidos por um maior impulso da industrialização que se alimentava com um crescimento tecnológico e com a extrema complexidade conseqüente dos costumes de uma nova sociedade em prospectiva.

Todo um processo educativo consubstanciado nas mudanças e transformações que se prefiguravam e se pressupunham, marchando paralelas e se identificando com as naturais modificações no comportamento e nas atitudes do educando, oferecia um manancial de experiências e de conhecimentos àqueles *autodidatas*, comparáveis às melhores leituras e ensinamentos que se poderiam aurrir nos mais categorizados compêndios especializados de psicologia geral e do adolescente, da filosofia da educação, da filosofia pedagógica, da sociologia geral e da educação.

Toda aquela doutrina adquirida e aplicada se convertiria numa lição que, inapelavelmente, iria servir e despertar no jovem educando, dentro dos seus instintos, dos seus sonhos com o heroísmo, das suas decisões, um ideal, e alimentar neste o interesse em busca de uma predestinação ou vocação manifestada no temperamento que, cada um traz consigo, perfigurando o desejo do trabalho preferencial para o seu futuro, diante da horizontalidade de um mundo que continuava a se modernizar e no qual aquele jovem teria que se integrar, sem se corromper, ante o séquito ou o cortejo avassalador das suas inapeláveis conseqüências.

Aquele *autodidata* cumpria, então, modesta e anonimamente, o seu dever, no trabalho continuado dos seus ensinamentos, modelando a formação do caráter do jovem dentro de uma atmosfera de confiança recíproca, de estímulo, de calor humano, de honestidade e de compreensão, predicados estes que constituem, na lição de *Maria Junqueira Smith*, “o melhor fator de profilaxia dos desajustamentos”.

Estes prolegômenos a que me propuz alinhar são indicados, ou melhor me expresso, são atribuídos aos mestres do *ensino comum*, como chamava *Anísio Teixeira*, “do ensino destinado a todos, ou seja, na fase contemporânea, os mestres da escola primária e da escola secundária”.

E são exemplos vivos e candentes que não podem ser esquecidos pelas gerações que se sucedem, as figuras já desaparecidas de *Manoel João Evangelista*, *Severino Bezerra*, *Júlio Régis*, *Alfredo Simoneti*, *Abel Freire Coelho*, *Celestino Pimentel*, *Olda Marinho*, *Josefa Sampaio*, *Eliseu Viana*, *Manoel de Almeida Barreto*, *João Jacinto*, *Solon Moura*, *José Ivo*, *Ivo Cavalcanti*, *Nestor Lima*, *Luis Antônio*, *Padre Monte*, *Clementino Câmara*, *Mário Cavalcanti*, *Paulo Nobre*, dentre outros tantos que conseguiram resistir com altruísmo, abnegação e desprendimento, o fausto artificial e momentâneo que a vida não se cansa de oferecer, apresentar e iludir, a todo instante, quando preferiram viver na modéstia das suas condições, do seu temperamento e do seu modo de se apresentar, outros, da humildade que constituía a característica e o respaldo que lhes davam maiores e mais honestas condições ao exercício de um trabalho altamente construtivo e patriótico, marcado na consciência, na lembrança e na consagração de todos nós, exercido, oferecido e dedicado à juventude norte-rio-grandense para quem deixaram um legado de honestidade, de luta e de moral.

Esses professores eram dotados do espírito do sacrifício. Neles, essa virtude assomava altas dimensões. Não litigiavam por valiosas retribuições materiais, e, sim, tão somente, a gratidão e “as recompensas da glória e das honras que a sociedade tributa à sua nobre função”, abdicando o interesse pelas comodidades e pela ostentação, pelo aparato e pelo luxo, fazendo jus, assim, às qualidades que se situam na classificação das características vocacionais.

Foi da vocação, da humildade, da paciência de atender e de bem servir, da resignação e do sofrimento, que se erigiram as primeiras pilastras para a formação da educação no Brasil que tem a sua origem, em 1549, quando aqui chegaram os seis primeiros padres, sendo dois jesuítas.

Um destes era o Padre Manoel da Nóbrega que integrava a comitiva de *Tomé de Souza*, primeiro Governador Geral, e que trazia a missão especial de fundar, na Bahia, a capital da nova Colônia.

Padres da Companhia de Jesus, franciscanos, beneditinos e carmelitas, estes últimos, embora com atuação moderada, tiveram destacada participação nas iniciativas de caráter educativo que, à época, começaram a florir.

Naquele tempo, escola e educação tinham pouco sentido no Brasil.

Diz o prof. *Roberto Moreira*, no seu livro *Educação e Desenvolvimento no Brasil*, que “os portugueses quando ocuparam as costas brasileiras não tinham

outro propósito que o de procurar riquezas que lhes permitissem uma vida melhor em Portugal”.

O povo que não era escravo, trabalhava e auferia o necessário para a sua sobrevivência.

A sociedade se desenvolvia ao sopro dos ciclos econômicos. Não havia orientação para o trabalho. Desconhecia-se o planejamento ou a organização, tornando-se, assim, difícil a formação de uma consciência cultural.

Ler e escrever não eram necessários. Embora a atividade principal preferida fosse a caça e a pesca, e houvesse a obrigação do cumprimento ao serviço militar, alguma instrução era administrada nos primeiros passos do período colonial.

Trazia o *Padre Manoel da Nóbrega* o entusiasmo do clericalismo que dominava quase todo o sistema educacional português.

Foi com percalços e dificuldades que iniciou aquele missionário a catequese, com a ajuda do Padre Vicente Rodrigues, na Bahia, e do Padre Leonardo Nunes, em São Vicente e São Paulo, cristianizando silvícolas, construindo igrejas e escolas, fundando cidades e pacificando colonos.

A par desse trabalho infestado de tanta apostolicidade, os padres auscultavam e recrutavam vocações sacerdotais indígenas, além de encaminharem seus discípulos para as atividades agrícolas, trabalho, ao tempo, altamente necessário para a vida da Colônia.

Os rudimentos ensinados, apenas na área da alfabetização, as aulas de ler, escrever e contar, das quais se afastavam os meninos logo que recitavam a jaculatória e redigiam bilhetes, conforme ensinamento de *Pedro Calmon*, na sua *História Social do Brasil*, aquelas aulas distribuíam, pela maioria da população branca, o mínimo de conhecimentos de que a vida necessitava”.

A catequese interessava mais à Companhia de Jesus, como meio de chamamento a adeptos, vez que o catolicismo se sentia abalado com o pensamento manifestado e expandido pela *Reforma* — movimento religioso iniciado no século XVI, tumultuando a Europa com o surgimento de várias seitas separatistas da Igreja.

Como ensina *Maria Lúza Santos Ribeiro*, na sua *História da Educação Brasileira*, edição 1978, “a catequese também interessava sob o ponto de vista econômico, à medida que tornava o índio mais dócil e mais fácil a ser aproveitado como mão-de-obra”.

O idealismo e a aura sagrada que acompanhavam aqueles sacerdotes, se tornavam irradiantes e projetantes, ao ponto de admitirem a formulação de um sistema educacional que escalasse os rudimentos de ler e escrever, até os estudos filosóficos e teológicos.

Após 10 anos de labor inventivo e criador, eis que os padres da Companhia de Jesus decidem penetrar nas matas, enveredando pelas serras, desbravando ínvios caminhos, para chegarem a instalar a sua pousada que, mais tarde, seria a base da sua fé nas terras de Piratininga.

Está no livro, *Brasil, Terra de Contrastes*, de Roger Bastide: “Houve no Brasil duas colonizações: A dos conquistadores de terras e a dos conquistadores de almas”.

Nóbrega, se alia, pelo sofrimento e pelo ideal de apostolicidade, ao *Padre José de Anchieta* que, em 1553, chegava ao Brasil, com a expedição do fidalgo português *Duarte da Costa*, segundo governador geral do Brasil.

Em fevereiro daquele ano, se instalava um tosco barracão que iria servir para começar as bases do primeiro colégio “do qual emanariam a fé, a brasilidade”.

São palavras do *Padre Anchieta*, segundo a lição do escritor *Oscar P. da Silva*, no livro *A Fundação da Cidade de São Paulo*:

“A 25 de Janeiro do Ano do Senhor de 1554, celebramos em paupérrima e estreitíssima casinha a 1.^a missa no dia da conversão do apóstolo São Paulo e, por isso, a ele dedicamos nossa casa. O barracão servia de dormitório, de refeitório, de cozinha, de enfermaria, de escola e de capela.

Principalmente, de escola e de capela. Nesta aldeia, continua o *Padre Anchieta*, 130 índios de todo sexo foram chamados para o catequismo e 36 para o batismo, os quais são todos os dias instruídos na doutrina, repetindo orações em Português e na sua própria língua.

Eram ensinados com amor e com fé genuína. Em redor do colégio crescia o povoado. Os índios acorriam e “dez léguas pela terra adentro”, uma igreja foi erguida.

Mais um pouco, e foi fechado o colégio de São Vicente, transferidos seus professores e alunos para o planalto, cada vez mais movimentando o caminho da Serra do Mar”.

A obra dos Jesuítas se expandia não só naquelas terras, como em outros pontos da Colônia onde continuavam se dedicando à catequese dos aborígenes, à leitura e à escrita, numa vinculação que jamais apagaria a sua luta e o seu pioneirismo nos primórdios da história da nacionalidade.

Com a de São Vicente, a Bahia vira nascer a primeira Escola Brasileira, no ano de 1549. Outras se seguiram em S. Paulo, Vitória do Espírito Santo, Olinda, Igarauçu, Porto Seguro e Santos.

Na lição de *A. Souto Maior*, na sua *História do Brasil*, lemos que “essas escolas abriam uma indelével marca na formação católica do Brasil”.

Do sacerdote a missão pedia experimentação através da qual se capacitariam aqueles que demonstrassem e apresentassem “energia, abnegação, disciplina e capacidade de trabalho, atributos estes que, segundo o ensinamento do historiador *Haddock Lobo*, na sua *História do Brasil*, tornavam os religiosos da Companhia de Jesus, especialmente indicados para as difíceis lutas em que haviam de se empenhar”.

Os óbices se manifestavam a cada instante, e a cada investimento para novas iniciativas, surgiam estorvos e embaraços.

A pobreza grassava e, com ela, o natural acompanhamento de necessidades, obstáculos e impedimentos.

Essa luta de idealistas não teria a continuidade de se alargar e ganhar fronteiras, se não fora a oportuna interferência do Rei de Portugal, Dom Sebastião,

no ano de 1654, em permitir a participação da Companhia de Jesus nos dízimos cobrados pela Coroa Portuguesa.

A providência trouxera aos padres um novo alento.

Mais colégios foram inaugurados em São Luís, Paraíba, Ilhéus, Recife, Paranaguá e Desterro.

Com a instalação dessas unidades, voltavam-se os padres para a melhoria do ensino, dividindo-o em duas espécies:

As de alfabetização, exercícios espirituais em que se aprendiam a leitura e as operações básicas de aritmética e gramática, com uma boa freqüência de índios menores e filhos de colonos, e os colégios, onde além de matérias básicas, se traduziam Ovídio, César e Cícero, cujos conhecimentos iriam servir para o preparo e adestramento de administradores da Colônia.

Havia uma carência de líderes católicos.

Nos meados do século XVIII, os jesuítas já contavam com mais de 17 colégios que se espargiam por toda a extensão da Colônia, levando aos seus habitantes — índios e brancos — uma noção das atividades mais carentes do seu tempo.

A *Ratum Studiorum*, sistema pedagógico pelo qual se regia o ensino jesuítico, promulgada em 1586 e reformada em 1599, estabelecia o ensino das artes e das Ciências Sagradas.

As famílias que dispunham de recursos, matriculavam seus filhos nos colégios dos Jesuítas para adquirirem “os chamados conhecimentos humanísticos que eram um dote cultural que qualquer jovem rico deveria possuir, se aspirasse uma posição de relevo na política, na administração ou na literatura”.

“Do seio da Sociedade colonial, heterogênea, dispersa e inculta, ensina *Fernando de Azevedo*, na sua obra *A Cultura Brasileira*, vol. II, não tardou a surgir com a instrução ministrada pelos jesuítas, uma nova categoria social — a dos intelectuais — que, ao concluir seus estudos preliminares e, protegidos pelas condições materiais que lhes eram favoráveis, se encaminhariam para a Universidade de Coimbra onde se doutrinavam em Ciências Jurídicas, ou para a de Montpellier ou Paris, os que preferiam as Ciências da Saúde”.

Era costume nas famílias abastadas, o filho mais velho ou primogênito ser o herdeiro das terras, o segundo filho ia doutorar-se na Europa e o terceiro seguia a carreira religiosa, como padre ou freira.

A obediência a esse costume constituía um orgulho para a família.

Foi caracterizado o século XVIII, como “a época das luzes”. Os reis admitiam, e disto se achavam certos e seguros de que seus ministros “sob a luz dos conhecimentos da época”, se conscientizavam, se capacitavam de encontrarem soluções para as alternativas que se apresentassem, ao correr dos tempos, em toda a conjuntura social ou econômica que viesse a surgir.

A educação passava para a esfera do poder estatal. A Companhia de Jesus começava a sentir as primeiras pressões e a se submeter aos primeiros vexames e suscetibilidades em torno do sistema de ensino adotado que, sendo observado com minúcias e pormenores, examinado e censurado, fora passível de defeitos, imperfeições e carências, sendo os padres acusados de tentarem realizar a uniformidade

intelectual com a adoção de um “ensino dogmático, abstrato e sem flexibilidade, com métodos autoritários e rotineiros, de preferência à literatura greco-romana e retórica, como objetivos dominantes, marginalizando o ensinamento das ciências e línguas contemporâneas”.

Na segunda metade do século XVIII, medidas arrasantes se incidiram sobre as organizações jesuíticas, promovidas por países católicos da Europa que tomaram a iniciativa de expulsar os padres da Companhia de Jesus dos seus territórios, e fechar as suas instituições educacionais.

Eram os primeiros presságios do desmoronamento de toda a organização educacional dos padres inicianos.

D. José I que subiu ao trono português, em 1750, sucedendo a *D. João V*, nomeou seu Primeiro Ministro, *Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal*, estadista português que já havia exercido as funções de embaixador em Londres e Viena e, posteriormente, Ministro da Guerra e do Exterior.

O poder esteve em suas mãos durante um quarto de século, governando, ditatorialmente, os destinos de Portugal. A sua carreira política é parte integrante e insubstituível da história daquela nação do sudoeste da Europa.

“Nada, antes de 1755, ensina *Hélio de Alcântara Avellar*, na sua obra *História Administrativa e Econômica do Brasil*, antepunha *Carvalho* à Companhia de Jesus. Nessa época, criada a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, acarretando prejuízos à ação mercantil dos jesuitas na Amazônia, o *Marquês de Pombal*, se ressentindo com o antagonismo dos padres inicianos aos trabalhos daquela Companhia, procurou, de logo, através de contrapropaganda, intrigá-los com a opinião pública e Roma. Convinha ao Gabinete, por vários motivos, abalar o poder da Sociedade de Jesus”.

Dentre as suas determinações governamentais, organizou as finanças, o ensino, o exército e a marinha, aboliu a escravatura em Portugal e deu impulso ao desenvolvimento do Brasil.

Em 3 de Setembro de 1758, tendo *D. José I* sofrido um atentado, *Pombal*, de logo, culpou os jesuítas e, a partir daquele ano, procurou arquitetar planos ou idéias no sentido de expulsá-los do País, como cúmplices daquele ato criminoso.

O atentado, conforme o ensinamento da História, não fora dirigido ao Rei, e, sim, a “um válido real que se postara com impertinência ante o soberbo Duque de Avieiro. Aconteceu, entretanto, que o soberano foi ferido. Houve implicações e responsabilidades a fidalgos e jesuítas. Elementos da nobreza foram presos, outros sofreram “a pena capital, com torturas”.

A crueldade era comum na época. Lembra a História, *Damiens*, “cujo suplício não fora menor, na França, em 1757, réu de atentado contra Luiz XV”.

Acusados eram, ainda, os religiosos de possuírem um valioso poder econômico que deveria pertencer ao governo, e, ainda de costumarem educar os cristãos sob as ordens e interesses da Companhia e, não do País.

Além desses presumíveis motivos que se iam somando aos planos e contexturas de *Pombal*, agravava-se a situação, conforme o ensinamento de *Hélio Vianna*, na sua *História do Brasil*, a questão da demarcação dos limites das terras

pertencentes a portugueses e espanhóis, nas bacias platina e amazônica, em consequência do *Tratado de Madri*, em 1750.

Os indígenas *guaranis* não concordavam com os entendimentos diplomáticos que os aconselhavam ao abandono de suas povoações, “e a *guerra guaranítica*, prevista, não foi evitada, pois, face à catequese jesuítica, tinham eles adquirido o sentimento de amor à terra, razão pela qual reagiram à ordem de êxodo”.

Na Europa chegavam notícias de que no sul do Brasil se prenunciava a formação de um *reino guarani*.

A chamada *guerra guaranítica* fora dada às operações militares, conjuntas e organizadas, entre portugueses e espanhóis para obrigarem aos padres e índios a cumprir o acordo feito.

Na lição de *A. Souto Maior*, na sua *História do Brasil*, “fermentou-se o antijesuitismo. Em 1756, portugueses e espanhóis promoveram uma ampla operação militar entre índios e jesuítas”.

Sobre toda uma série de ocorrências que se desencadeavam *Pombal* admitia uma “ação sub-reptícia” dos padres jesuítas, apesar dos mesmos negarem, peremptoriamente, sua participação.

Pombal é agraciado com o título de *Conde de Oeiras*.

Seus gestos, atitudes, atos e demonstrações públicas continuavam hostis a Roma.

A 3 de Setembro de 1759, expediu *D. José I* decreto para “exterminar, promover e mandar expulsar dos seus Reinos e domínios, os religiosos da Companhia de Jesus”, acusando-os de perigosos para a Coroa, chegando a julgar a Companhia de Jesus “um Estado dentro de outro Estado”.

Mostrava, assim, o Rei de Portugal, à Cúria Romana, uma absoluta assunção de soberania nacional, ao afastar do poder pontifício o direito de intervir nos negócios da Igreja em Portugal.

Após a expulsão dos jesuítas, o Alvará, publicado a 19 de Maio de 1759, dizia: “não só se reparar os estudos de letras humanas para que não acabassem de cair na total ruína a que estavam próximos, mas, ainda, restituir-lhes aquele antecedente lustre que fez dos portugueses tão conhecidos na república das letras, antes que os ditos religiosos (os jesuítas) se intromettessem a ensiná-los com sinistros intentos e infelizes sucessos”.

Segundo a lição de *Hélio de Alcântara Avellar*, em obra citada, foi criado, pelo Alvará, o cargo de Diretor de Estudos (equivalente ao de Ministro da Educação Nacional); instituído no Brasil, naquele ano, a Diretoria de Estudos, e, em decorrência da expulsão dos professores jesuítas, a criação de *aulas régias* (escolas públicas, inclusive no Brasil).

Concomitante ao gesto arbitrário do monarca português, por toda uma extensão da Europa, se difundia e se propagava uma onda de insatisfação, por parte dos poderes públicos, ao ensino ministrado pelas instituições educacionais dos padres jesuítas.

A França, pelo ano de 1763, por ordem do Duque de Choiseul, o reino de Nápoles, Sicília e Parma, na Itália, a Espanha com suas colônias, em 1767, por

ordem do Conde de Aranda, tomaram idêntica atitude, culminando com a resolução do Papa Clemente XIV, em 27 de Julho de 1773, de extinguir a Ordem dos Inacianos, dando-se a devida divulgação da *Bula Dominus Ac Redemptor*, de dissolução da Companhia de Jesus naqueles reinados, “suprimindo a bem dos interesses da Igreja e da paz da Cristandade, a fim de que maiores dissabores e desgastes não viesse a sofrer o catolicismo”.

A reorganização das instituições jesuíticas e o seu trabalho só voltaram a reacender, quando sustadas as instabilidades e as tensões políticas que ocorriam na Europa, clareadas a partir da eclosão da Revolução Francesa, de 1789.

Sentindo um desenvolvimento que se prenunciava para Portugal, o Primeiro Ministro lançou os fundamentos de uma nova mentalidade no ensino, dando-lhe nova forma e estrutura no sentido de acompanhar o progresso por que iria passar o País, colocando o novo sistema educacional na larga estrada do capitalismo que nascia na Europa, equivalendo-se ao *iluminismo*, na esfera cultural.

Precisava, no entanto, o governo de meios e mais francas condições para atender ao custeio dos novos investimentos com a educação. Para arcar com os novos compromissos, criou, em Novembro de 1772, o *subsídio literário*, “espécie de imposto que incidia sobre a carne verde, sal, vinho, vinagre e aguardente”, com o fim específico de se destinar ao financiamento da educação, inclusive o ensino primário, ou, como era corrente, na época, as escolas de ler e escrever”.

O historiador *Hélio Vianna*, em obra citada, ensina que o referido imposto era, tão só, para a manutenção das denominadas *aulas régias*, espalhadas por todo o País.

A medida, contudo, não despertou no povo o esperado acolhimento. O imposto não rendia, dando motivos, assim, para que os professores passassem meses sem receberem seus vencimentos, tornando-se, debalde a expectativa augurada pelo governo.

Em 1774, passou a ser cobrado no Brasil, sendo seu excedente, se o houvesse, enviado para a Coroa como ajuda à administração e continuidade do ensino superior.

Comenta a História: “Se os colégios não serviam ao povo, em geral, a expulsão dos padres prejudicou apenas a educação formal e literária da aristocracia rural brasileira”.

Faltava a *Pombal* a norma pedagógica para substituir a adotada pelos jesuítas.

Foi por aquela época, dentro das instituições educacionais do Reino, sentindo a aura das idéias liberais que cresciam e se expandiam pela Europa, no século XVIII, que os moços brasileiros, mais tarde, os nossos porta-vozes e os nossos líderes, sob o calor e a ascensão vertiginosa dos ideais políticos, então apregoados, que passaram a participar dos acontecimentos históricos que precediam o 7 de Setembro de 1882.

Escreve o Prof. Fernando de Azevedo, citado pelo historiador *A. Souto Maior* que, em 1759, o que sofreu o Brasil, “não foi uma reforma do ensino, mas a destruição pura e simples de todo o sistema colonial do ensino jesuítico”.

Empreendia a Coroa um inusitado esforço e um vigoroso desejo de acertar. Professores vieram de Coimbra para atender às necessidades, as mais carecentes que exigiam o ensino, mormente o de latim, hebraico, grego e filosofia.

Na ânsia de servir melhor, de corrigir distorções, apagar erros e manter as linhas estruturais do seu plano e da sua orientação ao novo sistema educacional, **Pombal** chegou a devolver o ensino às instituições religiosas.

A partir de 1774, os padres franciscanos, atendendo a apelos de sentido patriótico, deram início a novos cursos que passaram a funcionar no Brasil.

Não havia, contudo, uma aceitação, ou melhor um progresso que satisfizesse ao discutido sistema de ensino.

As classes populares não se dedicavam ao estudo e nem tampouco, demonstravam o menor interesse em apoiar e acatar as decisões do governo imperial que desejava dar à Colônia um ensino mais real e mais consentâneo com as suas necessidades.

Havia um obscurantismo cultural e o povo não se apercebia das mínimas manifestações de sensibilidade ante as freqüentes manifestações da Coroa em promover uma nova ordem ao ensino.

Em 24 de Fevereiro de 1777, morria **D. José I**.

D. Maria, sua filha, sucessora do trono, não encobria a sua desestima e desafeição pelo **Marquês de Pombal**.

Com as manifestações evidentes e públicas dessa maneira de proceder do **Marquês** começaram a se afastar os seus áulicos e cortesãos.

Desprestigiado, só lhe restava pedir exoneração, o que foi feito e, de pronto, atendido.

Em 1779, submetia-se **Pombal** a processo contra acusações que lhe eram assacadas. Sustentava em sua defesa de que toda a administração emanava de **D. José**.

Em 1781, um decreto real, proibiu-lhe morar a menos de 20 léguas do Paço.

Os ressentimentos guardados e possuídos por **D. Maria I**, do **Marquês de Pombal**, já vinham de muitos anos, quando Princesa do Brasil, pois, freqüentemente, lhe chegavam notícias e cogitações, sem pedidos de reservas, de que o **Marquês** tentara, com astúcia e habilidade, excluí-la da sucessão de **D. José I**, em favor do então **Príncipe da Beira**.

Os brasileiros que estudavam na Europa, notadamente, na Universidade de Coimbra, à época reformada por **Pombal** em 1772, e em outros centros culturais do Continente, chegavam ao Brasil, imbuídos dos ideais largamente manifestados pela Revolução Francesa de 1789.

Eram idéias libertárias que aqui chegavam sopradas por ventos alienígenas, com reflexos, influência e ampla expansão, fazendo surgirem e serem divulgadas, investidas e manifestações ao ideal de emancipação do país e a conseqüente instalação da República, sustadas e reprimidas, violentamente, com macabras medidas impostas pela Coroa que culminaram com o enforcamento de **Alferes José Joaquim da Silva Xavier**, o **Tiradentes**, no Rio de Janeiro, em 21 de Abril de 1793.

Urgia, portanto, ante as ocorrências e acontecimentos que despontavam, já prejulgando fatos que poderiam se precipitar e surgir, que algum cometimento de real valia e notória repercussão popular viesse a ser executado, com as novas determinações reformistas que inspiravam os sentimentos de *Pombal*.

Em 1798-1800, o Bispo e Governador *Azeredo Coutinho*, seguidor do ideal pombalino, fundou o Seminário de Olinda, que deveria seguir os estatutos e a orientação do Colégio dos Nobres, criado em Lisboa e que veio se constituir, mais tarde, no primeiro foco de ensino liberal, ensejando o ideal que levou os intelectuais da época, a organizarem os movimentos revolucionários de 1817 e 1824.

O Seminário mantinha um currículo de sólida base cultural, ministrando, além das tradicionais matérias ensinadas nos colégios, a gramática, o latim, a retórica, a poética, a filosofia e a teologia, acrescida do grego, francês, semântica, física, história natural, desenho, matemática, química e mineralogia.

Marcou a sua criação, a última realização, no plano cultural do Brasil Colônia, antes da chegada de D. João VI.

Todo o esforço dispendido e o trabalho realizado pelo *Marquês de Pombal*, no melhor dos propósitos de criar um sistema de instrução pública, se desmoronou ante a reação que se desencadeou depois de sua morte.

Com a trasladação da Família Real para o Brasil, começou a se processar um maior surto de desenvolvimento ao problema educacional. O trabalho do governador *Azeredo Coutinho* teve o seu seguimento nas idéias e nas determinações de D. João VI, com a criação de instituições culturais e tecnológicas, estas ainda inexistentes.

No ano de sua chegada, 1808, foram criadas a Imprensa Régia, a Academia Real da Marinha, os cursos de Medicina, cirurgia e anatomia, no Rio de Janeiro e na Bahia; em 1810, a Academia Militar, a Biblioteca Pública com um acervo de 60 mil volumes, mas franqueadas ao público, só em 1814; em 1812 a Academia Real Militar, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, órgão oficial precursor da imprensa brasileira, seguindo-se o Curso de Agricultura em 1814, o Curso de Química em 1817 e a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, e em 1827 dos Cursos Jurídicos em Olinda e em São Paulo, em antigos cenóbios dos padres de São Francisco e no mosteiro de São Bento.

Proclamada a Independência do Brasil, a 7 de Setembro de 1822, o Governo Imperial de D. Pedro I, dava início à organização de um sistema de ensino popular e gratuito e que viesse melhor atender às necessidades às novas investidas impulsionadas ao desenvolvimento cultural do País.

Entretanto, além de persistirem as precárias condições herdadas da Colônia, como deficiência de pessoal e inexistência de meios para o preparo da formação de docentes, eram manifestos e claros o desinteresse e o desestímulo do povo no que dizia respeito aos problemas que se incidiam na instrução pública.

A escravidão refletia, sobretudo, junto às iniciativas que se apresentavam a prol do ensino.

No escravo se apoiava a alavanca propulsora do desenvolvimento do trabalho e da produção nacional, de um resultado econômico, como ensina o historiador, “favorável a uma minoritária aristocracia rural contrária a qualquer desenvolvimento tecnológico e cultural mais acelerado”.

A 1.^a Constituição Brasileira, de 1823, fazia constar no seu texto a organização do ensino e a criação de universidades, anseio este que não se concretizou face “ao golpe de estado dirigido pelo Imperador que a dissolveu, anulando, conseqüentemente, um trabalho que se propunha realizar”.

O mesmo Imperador *Pedro I*, um ano depois, a 25 de Março de 1824, outorga uma nova Constituição em que dizia no seu art. 179, item 32, que a instrução primária fosse gratuita a todos os cidadãos, acrescentando no item 33 que os colégios e universidades ensinassem elementos das ciências e artes.

Em 11 de Agosto de 1827 foram criados os dois primeiros Cursos Jurídicos, no Brasil; um no convento de São Francisco, em São Paulo, instalado a 1.^o de Março de 1828, e o outro no mosteiro de São Bento, em Recife, que começou a funcionar em 15 de Maio daquele ano.

Figuras da maior relevância no campo das letras, da jurisprudência e do Parlamento fizeram daqueles centros de estudo e polêmica, palco de memoráveis campanhas cívicas já deflagradas em todo o território nacional, nos pronunciamentos de *Rui Barbosa*, *Castro Alves* e *Joaquim Nabuco*.

A 1.^a Lei que especificou a matéria relativa a ensino, data de 15 de Agosto de 1827, e no seu texto “se determinava que em todas as cidades e vilas mais populosas, deveriam existir escolas de primeiras letras, segundo as necessidades da população”.

Persistindo, entretanto, as condições de que a Colônia se ressentia, da falta de professores, enunciaram-se medidas que tornassem mais acessíveis e viáveis às recomendações estabelecidas em benefício do problema educacional.

Foi adotado o método monitorial de *Bell Lancaster*, “pelo qual com um só professor, auxiliado por alunos mais adiantados (os monitores), era possível ensinar centenas de pessoas em um só salão ou classe”.

Originário da Inglaterra, numa das fases processuais da sua industrialização, aquele método não teve êxito no Brasil.

Sucediam-se leis, atos administrativos, portarias, avisos, recomendações, todos, enfatizando medidas a serem postas em prática e que viessem ao encontro das necessidades mais prementes do povo.

Não se esboçava, no entanto, o efeito desejado nas contínuas reformas procedidas pelas Províncias, pelo que se depreende de um dos relatórios datados de 1827, da Província de São Paulo, sede de uma Faculdade de Direito e de onde se espargiam luzes para todas as partes do Império: “Tem crescido o número de escolas nos últimos anos e com elas as despesas para mantê-las, mas sem correspondente proveito. E assim deve ser porque não valem escolas sem mestres, não valem mestres sem habilitação”.

Tamanha era a necessidade do preparo de professores, maior era o desejo do poder público em preencher uma lacuna de inexcusável relevância.

Face a um trabalho que se pressagiava profícuo e proveitoso, aliado a um manifesto desejo de acertar, foram criadas as primeiras Escolas Normais no Brasil: Em 1835, Niterói; em 1836, Bahia; em 1845, Ceará e em 1846, São Paulo.

Eram escolas de dois anos e em nível secundário, segundo a lição de *Maria Luisa Santos Ribeiro*, em obra citada.

Entretanto, conforme ensinamento do historiador *Paschoal Lemme*, no seu livro *Educação Democrática e Progressista*, a providência de maior importância e que determinou um efeito mais duradouro sobre o ensino no Brasil, foi o Ato Adicional à Constituição, datado de 12 de Agosto de 1834, de caráter descentralizador e que dava às Províncias, hoje Estados, “a organização e a manutenção do ensino primário no País”.

O ensino secundário e o superior passariam para a dependência do Governo Federal.

Em 1825, era criado o *Ateneu do Rio Grande do Norte*, em 1836 os Liceus da Bahia e da Paraíba; em 2 de Dezembro de 1837, fundava-se o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, tornando-se o primeiro estabelecimento de ensino de grau médio, tendo a sua inauguração se efetuado no ano seguinte com expressa recomendação para servir de padrão de ensino.

Foi este um dos últimos educandários a serem criados no 1º reinado, onde, “os alunos depois de sete anos de estudos, recebiam o grau e a carta de bacharel em letras, depois de prestarem juramento perante o Ministro do Império que lhe punha sobre a cabeça o barrete branco da Faculdade de Letras”.

No segundo reinado que se estendeu até 1889, período de consolidação e de maior desenvolvimento do Império — viveu o País um pleno apogeu escravocrata, com a sua economia responsável na cultura cafeeira, não existindo maiores condições, “para uma educação dirigida às massas populares”, embora fosse criado um clima de maior desenvolvimento ao incentivo à cultura, artes, música, literatura, que, aos poucos se expandiu, transformando a panorâmica nacional.

Entre os anos de 1824-45, os jesuítas, retornaram ao País. Disseminava-se o gosto e já havia uma melhor boa vontade para o ensino.

Colégios se instalavam. Tanto os jesuítas, como de particulares.

No ano de 1864, eram raros os estabelecimentos de ensino superior, contando-se 2 Faculdades de Direito; 2 Faculdades de Medicina; 1 Escola de Engenharia e 1 Escola Militar.

Além das escolas de grau médio, cogitou o governo de promover o incremento ao ensino agrícola, técnico-comercial e industrial.

Não houve o êxito esperado. Entretanto, com a longa guerra do Paraguai, surgiram novas classes de profissionais especializados que, no manuseio do seu trabalho teriam, forçosamente, que se perceber, conscientemente, da problemática educacional.

Crescia o interesse pelas profissões liberais.

Paralelo a esses acontecimentos, surgia uma nova força social — o clero — que após a guerra do Paraguai, e renovado de idéias liberais, começou a defender a libertação dos escravos e a profligar contra a aristocracia rural, encetando veemente campanha no sentido de se criarem melhores e mais amplas condições para a instrução pública gratuita e a sua disseminação pelas cidades e povoações.

À época, *Rui Barbosa*, pela imprensa, na Bahia, e, depois, em 1879, deputado à Assembléia Provincial daquele Estado, mais tarde, em 1884, deputado Geral, ardoroso tribuno e independente parlamentar, havendo recusado um Ministério no Gabinete Souza Dantas, proferiu pertinentes pareceres sobre os problemas do ensino, dos quais extraímos de publicações especializadas e lemos, trechos como este:

“A chave misteriosa das desgraças que nos afligem é esta e só esta: A ingnorância popular, mãe da servilidade e da miséria. Eis a grande ameaça contra a existência constitucional e livre da nação; eis o formidável inimigo intestino, que se axila nas entranhas do País”.

Ainda no governo imperial, o *Conselheiro João Alfredo* e *Leôncio de Carvalho*, em 1871 e 1878/79, respectivamente, foram os primeiros a legislar sobre o ensino.

Modificavam-se currículos, organizações e métodos, então existentes.

Propiciava-se um momento para uma arrancada em demanda do ensino público que se sentia arquejante e anemizado.

Pela *Reforma Leôncio de Carvalho*, de 19 de Abril daquele ano, era facultada a liberdade de ensino, ou seja, oportunidade era dada ao aluno de interpretar suas idéias, segundo as conclusões, ou segundo a forma que lhe fosse mais natural e aceita quanto ao estudo no método escolhido.

Ocorria, no entanto, que, no caso de abuso ou exorbitância, ser-lhe-ia aplicada uma repressão criminal.

Quanto ao magistério, a lei proporcionava condições para que o governo melhor remunerasse a classe, complementando, entretanto, que o seu exercício “era incompatível com o de cargos públicos e administrativos”.

A freqüência não era obrigatória. O aluno podia escolher sua classe e o seu mestre.

Chegava a República, e a ela se incorporou uma população, na sua maioria analfabeta, oriunda do trabalho escravocrata.

A Independência fora arquitetada, planejada e proclamada, graças à atividade de uma elite brasileira que se opunha aos interesses ingleses com vistas à nossa potencialidade econômica.

A República eclodiu graças ao trabalho perseverante e idealista de uma plêiade de brasileiros conscientes da responsabilidade de tomarem a seus ombros os destinos da novel república sul-americana.

A sua proclamação não emanou do povo. Os estadistas que lideraram o seu movimento e promoveram a sua emancipação não mantinham contato com as camadas populares que, por serem analfabetas, se mantinham afastadas e marginalizadas das conversações, dos entendimentos, das urdiduras e das altas decisões nacionais.

Daí nos ensinar a História de que, naquele dia 15 de Novembro de 1889, o povo estupefacto e indiferente, assistiu, ocasionalmente, sem a menor idéia do que se passava ou do que se sucedia, sem o mais leve vislumbre de reacção ou de aplauso, um dos maiores feitos registrados na História Pátria.

Diz o *Prof. Roberto Moreira*, em obra já citada, “que o despertar do povo brasileiro para a participação na vida política, é recente, só começando a ter importância decisiva depois de 1945, e que a República, pelo sistema educacional e de instituições culturais que criou, foi um dos fatores do atual início do amadurecimento político e social do povo”.

Anísio Teixeira, na sua obra *Educação Não é Privilégio*, comentando o acontecimento disse que o povo acordava de uma letargia, e que se iniciava uma pregação semelhante à que aconteceu na segunda metade do século XIX, nas nações, então, em processo de democratização.

Os educadores pregavam e falavam sem sensibilizar o povo, e diziam que “não era possível, economicamente, a solução do problema educacional brasileiro”.

Quatro Leis de ensino foram decretadas ao correr dos anos que se passavam. A obrigatoriedade escolar era instituída e mantida em todos aqueles estatutos:

Em 1891, a 1.^a Lei Republicana, inspirada nos ideais positivistas de *Benjamim Constant*, tornou leigo o ensino público que assim permaneceu, por curto período, voltando a ser confessional com a Constituição de 1934.

Fora mantida a liberdade de ensino. A laicidade constituiu um dos seus elementos orientadores. A Escola primária passou a funcionar em 2 classes: O 1.^o grau para alunos da faixa etária de 7 a 13 anos, e o 2.^o grau para os de 13 a 15 anos.

A secundária tinha um período de 7 anos. A Lei, pela disposição e determinação contidas no texto, tendia para um ensino *formador*, afastando a prática ou o uso já existentes, de preparar o aluno para o ingresso na Faculdade.

Foi inovado um sistema de ensino: O exame de *madureza* que dispensava o aluno de freqüentar regularmente o Colégio, podendo até deixar de comparecer às obrigações ou exercícios escolares, vez que, no final do ano, teria de se submeter a exames das matérias relacionadas nos currículos normais das séries lecionadas no decurso dos anos letivos.

Deu-se mais valorização ao estudo das ciências. A matemática, a física, a química e a biologia passaram a ter predominância sobre as tradicionais matérias constitutivas da tradição humanística clássica.

Na lição do Professor *Fernando de Azevedo*, na sua obra *A Cultura Brasileira*, vol. III, no primeiro período republicano, nenhuma Reforma, a não ser a de *Benjamim Constant*, “introduziu alteração substancial na sua estrutura interna, nem procurou extirpar de nossos ginásios o seu caráter utilitário, nem cuidou da formação do magistério secundário”.

A Reforma que se seguiu, ou seja, o *Código do Ensino de 1901*, (dec. n.^o 3890, de 1.^o de Janeiro daquele ano), do *Ministro Epitácio Pessoa*, no governo *C. .pos Sales*, manteve o sistema de preparatórios.

Foi permitido o regime de equiparação dos colégios particulares, sob fiscalização federal. Nenhuma modificação se introduziu no ensino secundário.

A sua vigência se estendeu de 1901 a 1910.

A 3.^a Reforma de ensino de 1.^o período republicano, a *Rivadavia Correia*, chamada *Lei Orgânica do Ensino*, (dec. de 5 de Abril de 1911, “refletiu, segundo *Fernando de Azevedo*, em obra citada, a orientação positivista dominante no Rio Grande do Sul. Criou o regime de ensino livre; estatuiu o exame vestibular; tirou do Estado a supervisão nas atribuições do domínio da Educação; suprimiu diplomas, substituindo-os por um certificado de assistência e aproveitamento, e, por fim, “despojou o governo do direito de se imiscuir na economia interna dos institutos superiores, contribuindo, ainda para acentuar a degradação a que descera o ensino secundário, quer sob o regime dos exames parcelados, quer sob a vigência dos exames de madureza, quer sob o sistema das equiparações”.

Seus resultados foram desastrosos, conforme *Maria Luíza Santos Ribeiro*, em obra citada.

Em 18 de Março de 1915, veio a reação com a *Reforma Carlos Maximiliano*, “reoficializando o ensino secundário, com 5 anos de cursos, e mantendo os exames preparatórios em colégios particulares, perante bancas nomeadas pelo Conselho Superior de Ensino.

A seguir, a Reforma João Luiz Alves/Rocha Vaz, de 13 de Janeiro de 1925, que teve sua vigência até a Revolução de 1930.

Na década de 1920 — 1930 já se vislumbravam vestígios de um amadurecimento na consciência política da nação, quando se iniciava a batalha pelo voto secreto e livre que, no pensamento de *Anísio Teixeira* “viria tornar a educação não apenas uma liberalidade, mas necessidade invencível da organização social brasileira”.

Era a conquista da emancipação política. Representava o apogeu de uma luta de mais de 20 anos. Seriam constituídos os poderes da República, dos Estados e dos Municípios.

Arremata aquele emérito educador, cujas obras sempre constituíram um valioso acervo para a cultura brasileira, indagando perplexo: “Como chegamos a essa conquista, sem preparo, sem escolas para formação adequada não só dos que iriam governar, mas para a formação dos quadros que passariam a constituir e compor toda uma estrutura governamental e social”. Teríamos que sofrer das conseqüências melancolicamente profetizadas por todos os teóricos da democracia, lembrando a assertiva de um imortal americano: “A democracia sem a instrução será uma comédia, quando não chegue a ser uma tragédia”.

A educação teria que ser levada a todos, indistintamente. Era o pensamento maior.

A idéia passou a ganhar uma mais consistente expressão após o fim da 1.^a Guerra Mundial, com o movimento chamado Escola Nova ou Escola Ativa, cujas linhas estruturais procediam da Europa Ocidental.

Já se tornava preciso a manifestação do ideal renovado da Educação com um posicionamento que desse impulso a um maior sentido de uma revisão no panorama educacional.

Entretanto, não parecia fácil aos educadores a disseminação de suas idéias de renovação, face a inúmeras dificuldades com que tiveram de arrostar, algumas já persistentes, como a indiferença de um grande público, o descaso, o desinteresse a omissão em uma fase, convém se ressaltar, à época do 1.º surto industrial, para mais tarde atingir ao decênio de 1926-36, com uma geração de renovadores que, no dizer do *Prof. Fernando de Azevedo*, “constituiu a fase mais fecunda e, também, a mais tempestuosa desse movimento de idéias e de realizações”.

A divulgação que deveria surgir como fruto da aspiração maior de um ideal de renovação, cresceu e tomou dimensões através de debates, simpósios, conferências, diálogos e investigações, no sentido de tornar o programa educacional, mais real, mais adequado e mais consentâneo com os princípios norteados e defendidos pelos seus idealizadores.

Em 1924, em São Paulo, surge a reforma *Sampaio Dória*, inquietando e alvoroçando os círculos educacionais, ao ensejar nos dilatados horizontes de ensino, a abertura de amplas e mais novas perspectivas, além de uma reação aos métodos de educação vigentes à época.

No mesmo ano, no Rio de Janeiro, era fundada a Associação Brasileira de Educação, orientada por educadores que tiveram à frente *Heitor Lira* que assumiu a liderança de um vasto movimento de renovação escolar, abrindo destarte, o caminho que ensejou a iniciativa de uma série de conferências nacionais sobre educação.

Coincidente àquele sopro de ideal renovador, o *Prof. Carneiro Leão*, emérito e renomado educador pernambucano, assumia as funções de Diretor Geral do Departamento de Educação do Distrito Federal, imprimindo ao ensino uma nova e mais conscientizada orientação.

No mesmo período de tempo, 1922-1926, em São Paulo, sob a inspiração do *Prof. Fernando de Azevedo*, se instaurava, através de *O Estado de São Paulo*, “o mais largo inquérito que se tentou fazer sobre a educação pública, analisando e criticando à luz das novas teorias pedagógicas e das novas condições sociais e econômicas, o sistema educacional do Estado”.

Em 1927-30, aquele mesmo educador *Carneiro Leão*, agora, em sua terra, incentivava a orientação de uma nova política de educação, a par de melhores perspectivas ao ensino secundário e uma mais ampla distinção à rede de ensino primário.

Em 1928-30, *Francisco Campos* e *Mário Casassanta*, em Minas Gerais, *Lourenço Filho* e *Fernando de Azevedo*, em São Paulo, *Carvalho de Souza*, no Rio Grande do Sul, procuravam estruturar um trabalho moldado nas novas bases e princípios que refletiam e se expediam no campo da educação, no limiar de uma nova mudança política no Brasil.

As sucessivas reformas disciplinavam o que se criava. Não havia um verdadeiro sistema de ensino, segundo o ensinamento de *Maria José Garcia Werebe*, no seu livro *Misérias e Grandezas do Brasil*; “era antes um conjunto de escolas, nos

três graus do ensino, mal integradas no todo, e funcionando, por isso, sem harmonia.

Todas aquelas reformas empreendidas e exaustivamente executadas com o idealismo de acertar e poder melhor servir, tinham exclusivamente, por escopo, criar um sistema de escolas que, dentro dos meios possíveis e das conjunturas que se apresentassem, tornarem-se capacitadas de darem à sociedade o respaldo tecnológico-cultural necessário e indispensável ao seu desenvolvimento e à continuidade da sua formação democrática.

Em 1930 eclode a Revolução Liberal, de 3 de Outubro, abalando e sacudindo a estrutura da sociedade brasileira.

É criado o Ministério da Educação e Saúde que passou a dirigir a política educacional do País.

A idéia, já esboçada e embrionária, de uma reformulação na política da educação, havia que se precipitar, sob a natural evolução dos acontecimentos e as mudanças revolucionárias que iam se sucedendo na panorâmica política, econômica e administrativa da Nação.

As iniciativas oscilavam em instantes decisivos nos mais diversificados caminhos a seguir.

A partir de 1930, o ensino secundário apresentou apreciável expansão, especialmente, nas mais diversas áreas urbanas, graças à iniciativa privada. Disseminaram-se os colégios mantidos por associações religiosas. A par a essa desenvoltura e estímulo ao trabalho e ao incentivo que se manifestavam, os governos estaduais criavam e mantinham, em cada capital, um estabelecimento de ensino secundário.

Em Abril de 1931, o governo sancionava o decreto 19.890, dando organização ao ensino secundário, até então sujeito ao critério estabelecido para exames preparatórios.

Tinha aquele decreto o mérito de transformar a Escola Secundária numa instituição renovadora, com 7 anos de curso, dividido em 2 períodos, sendo o último destinado a especializações profissionais.

Pela Reforma *Francisco Campos* (decreto 19.851 e 19.852, de 11 de abril de 1931), foram estabelecidas disposições, orientação e organização ao ensino superior, e que o mesmo “poderia ser ministrado em institutos isolados”.

Já se fazia sentir a necessidade de um mais rígido delineamento que posicionasse a nova política educacional.

Pela Reforma, é adotado o sistema universitário e criadas as Reitorias “com a função de coordenar administrativamente as Faculdades”.

Surgia, na época, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, lançado ao povo e ao governo, em Março de 1932, redigido pelo *Prof. Fernando de Azevedo*, e subscrito por mais de 25 jovens educadores, como *Almeida Junior*, *Anísio Teixeira*, *Sampaio Dória*, *Lourenço Filho*, *Afrânio Peixoto*, *Hermes Lima*, *Julio de Mesquita Filho*, *Delgado de Carvalho*, que levou apreciáveis subsídios à consideração da Revolução, no sentido de dar ao ensino, princípios de “uma escola única, ativa, leiga, obrigatória e gratuita”.

O *Manifesto* sensibilizara a opinião pública e ao governo que se instalara. O Presidente da República, comparecendo a uma sessão na Associação Brasileira de Educação, chegou a revelar o desejo de conhecer claramente o pensamento dos educadores brasileiros, e “lhes dirigiu um apelo para que traçassem um plano para a reorganização do sistema da educação nacional, de acordo com as nossas aspirações e as exigências sócio-culturais do País”.

Secundando a fala presidencial, o Ministro da Educação vem a público para se pronunciar sobre o *Manifesto*, dizendo: “O documento em que uma plêiade de educadores fixou as bases para a reforma de nosso sistema de ensino, tendente a encaminhá-lo à sua verdadeira função, utilitária nos seus objetivos e equitativa na distribuição de seus benefícios pela massa da população escolar, constitui um documento digno de registro pela sua oportunidade e significação”.

Dois anos, depois, a 16 de Julho de 1934, a Assembléia Constituinte, promulgava a 2.^a Constituição Republicana, sendo o seu Cap. 149 consagrado à educação, estimulando a obra educativa em todo o País, e dando ênfase para que o ensino primário se tornasse gratuito e de frequência obrigatória extensiva aos adultos.

Foi permitido o ensino religioso facultativo. Continuava a estrutura federativa e presidencialista.

Era notório, e se proclamava, o esforço conjugado e generalizado por parte da classe de educadores para que os princípios conceituais do *Manifesto* fossem cumpridos e acatados.

As condições sociais do homem, seus hábitos, costumes, seu estilo de vida, se modificavam, acessados pela civilização técnica industrial que se aproximava, ou que já vinha chegando.

O sistema de ensino tinha, por imperativo das circunstâncias, que se respaldar em um plano de conjunto, além de conscientizar das mudanças econômicas, políticas e sociais da vida da Nação, como estavam acontecendo, e o que as mesmas representavam para a sobrevivência da Escola.

Eram visões novas. Eram instantes novos, conjunturas e acontecimentos que se que desabrochavam, dando ocasiões para se ver, refletir, pensar e agir. A escola tinha, indubitavelmente, que acompanhar e viver a sociedade.

Ante, a tão ansiosa expectativa, surgiu, em São Paulo, naquele ano de 1934, no governo *Armando Sales Oliveira*, a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e a fundação da Universidade de São Paulo.

No mesmo ano, em Porto Alegre e no Distrito Federal, eram criadas as suas Universidades.

Face a tão auspicioso movimento renovador, a Associação Brasileira de Educação, empreendia, junto à Câmara Federal, um persistente e perseverante apelo, no sentido de que fossem consignadas na Carta Magna as resoluções inspiradoras do Manifesto de 1932.

Em 1937, instalava-se no País, um regime autoritário — *O Estado Novo*. Ascendia o facismo na Europa e os seus reflexos sopravam para além do continente.

Cerceava-se a liberdade democrática.

Houve perseguição a professores e educadores. Reformava-se o ensino secundário.

Foram criadas duas instituições que seriam mantidas para o aperfeiçoamento e a formação de operários adolescentes e adultos: *O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial* — SENAI, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — SENAC.

A nova Constituição promulgada naquele ano, no dia 10 de Novembro, no seu art. 15 — título IX, dizia: “Fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude”.

Em artigos subsequentes como o de nº 128 declara a arte, a ciência e o ensino livres à iniciativa individual, que é dever do Estado contribuir direta e indiretamente para o seu estímulo e desenvolvimento; no art. 129, à infância e à juventude, a que faltaram os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurarem meios para lhes dar uma educação adequada; no art. 130, o ensino primário é obrigatório e gratuito.

Está no livro de *Paschoal Lemme*, obra citada, em sua pág. 86: “Por oito anos, o País viveu num clima de opressão e obscurantismo. A ditadura, nesse período, declara várias reformas de ensino, de sentido nitidamente reacionário e descentralizador. Não obstante essas iniciativas, as condições básicas da educação popular não melhorara; ao contrário, as estatísticas oficiais mostram que o número de escolas primárias, já tão insuficiente, e também a matrícula, diminuíram nesse período, e o ensino secundário, apesar da expansão numérica, quase que inteiramente em mãos de particulares, piorou qualitativamente e encareceu sempre, tornando-se cada vez menos acessível, até mesmo às classes médias”.

Pelo Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de Abril de 1942, o Ministro *Gustavo Capanema*, propunha ao governo uma nova Lei de Organização do Ensino Secundário.

Era a *Reforma de Ensino Capanema*, que segundo *Maria Luiza Santos Ribeiro*, em livro citado, “refletia o transplante da ideologia nazi-facista, já agora na organização escolar brasileira”.

No seu texto se definia “a formação da personalidade integral dos adolescentes, da consciência patriótica e humanística e a de promover a preparação intelectual geral que servisse de base a estudos mais elevados de formação especial”.

Passava o ensino secundário a ser ministrado em 2 ciclos, sendo um, de 4 anos — o ginasial; o segundo — o colegial, em 2 cursos paralelos, o clássico e o científico, em 3 anos.

Após essa legislação, os colégios particulares se criaram e se multiplicaram, não só sob a égide da Igreja, mas do professor civil.

Em comentário sobre a Lei, inserido no livro de *Maria José Garcia Werebe*, aqui já citado, “a legislação dava papel eminentemente formador aos cursos secundários, ao lado da missão de preparar os alunos para os estudos superiores”.

A função formadora ainda não fora indicada no ensino secundário, a não ser em vagas alocações teóricas.

A sua origem, buscando remotas datas, sempre se acentuou intelectualista.

Arremata aquela educadora: “A sua organização se inspirara no da escola francesa, da qual foram copiados, currículos, programas e diretrizes, sem que tivessem sido adotadas as condições para o seu funcionamento”.

Terminada a 2ª Guerra Mundial, em 1945, os reflexos da vitória dos países aliados se espargiam e se dilataram pelo mundo inteiro, dando mais alento e mais viveza à democracia que se iria firmar e se consolidar na nossa Pátria.

A 18 de Setembro de 1946, era promulgada uma nova Constituição.

Do Congresso que a discutiu, estudou e votou, fazia parte o ex-presidente Getúlio Vargas que governara o Brasil por 15 anos, e, ali, integrava o Senado Federal, como seu representante mais votado.

Surgia a 3ª República.

A nova Constituição atribuía à União competência para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (art. 5º, n.º XV, letra D). Ainda no art. 166, Capítulo referente à educação e cultura, dizia: “A educação é um direito de todos e será dada no lar e na Escola, devendo inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana; que o ensino primário é obrigatório e só será ministrado em língua nacional; que o ensino primário oficial é gratuito para todos, e que o ensino oficial ulterior ao primário será para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos”.

No mesmo ano, era promulgada a Lei Orgânica do Ensino Primário, determinando a obrigatoriedade do ensino para a idade de 8 a 12 anos.

Ainda me prevalecendo da leitura de conceitos e do aprendizado em livros especializados, cito *Maria José Garcia Werebe*, em obra mencionada, que diz: “A obrigação escolar não era encarada seriamente, nem pelas autoridades educacionais, nem tampouco pelo povo. Os poderes públicos nos três âmbitos governamentais, jamais cuidaram das medidas para garantir a sua aplicação”.

É claro, diz a educadora, “que o Estado não pode coagir das famílias a manterem seus filhos, no primário, durante a idade escolar obrigatória, se as instituições existentes são insuficientes para os alunos que as procuram, espontaneamente, se o ensino é deficiente e não interessa à criança do campo e, mesmo, à da cidade, se a maioria da população vive em condições precárias, às vezes de miserabilidade, sem meios para enviar os filhos à escola, seja por falta de recursos para comprar roupas e livros, seja porque os mesmos trabalham e seu trabalho pesa no orçamento da casa, seja, enfim, porque no atraso cultural em que vivem, não podem compreender os benefícios que a educação pode proporcionar-lhes”.

Atendendo ao que preceituava o art. 5º da Carta magna, e no sentido de estudar a matéria, e dar-lhe e propor, rumos a encetar, mais seguros e mais condizentes com as necessidades, que se impunham, o sr. *Clemente Mariani*, Ministro da Educação e Cultura do governo do Presidente Gaspar Dutra, instituiu a “*Comissão de Estudos das Diretrizes e Bases da Educação*”.

A Comissão era composta por 15 professores atuantes e com vivência no ensino, sendo dividida em 3 subcomissões que se encarregaram e se responsabili-

zaram pelas linhas estruturais do ensino primário, secundário e superior, de cujas diligências e de cujo Estado, se elaboraria o anteprojeto que deveria ser encaminhado ao Poder Legislativo.

O *Prof. Almeida Junior* foi o seu relator que “procurou fixar o pensamento dominante entre os educadores que integraram aquele órgão”.

Aprovado o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Profissional, foi enviado ao Presidente da República, pelo seu Ministro, que acompanhado de Mensagem, chegava à Câmara dos Deputados, sofrendo, ali, uma estranha e indesculpável demora de 15 anos, na sua tramitação, pois, só veio a ser sancionada em 20 de Dezembro de 1961, publicada no Diário Oficial da União, sob o n.º 4.024.

Relatam os comentaristas que, em 1949, o então deputado *Gustavo Capanema*, da tribuna da Câmara e nas suas Comissões proferira severas e contundentes críticas ao *Projeto Mariani*, relativo às Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Admitiu-se, destarte, que a sua dilação fora causada pelos conflitos de opiniões a ela manifestadas e sugeridas, dada a influência, a importância e a atualidade do seu texto.

Pelo maior cuidado na elaboração, na execução e interesse no aperfeiçoamento que a ela hajam dedicado os parlamentares, a matéria não fora esgotada, nem definitivamente inserida no espírito de sua finalidade, vez que face às mutações por que, periodicamente, passa a sociedade, no seu amplo processo evolucionista, o Estado democrático, como aludia o mestre *Anísio Teixeira*, “tende a organizar serviços educativos indispensáveis ao funcionamento da Sociedade, assegurando oportunidades educativas em obediência a condições de justiça e com a eficiência necessária para que todos dela se possam aproveitar”.

Com a nova Lei foi mantida a duração do curso fundamental de 4 séries, ficando, entretanto, determinado que o sistema de ensino poderia estender a duração do curso até 6 anos, “ampliando nos 2 últimos, os conhecimentos do aluno e iniciando-o em técnicas de artes aplicadas, adequadas ao sexo e à idade”.

A extensão da escolaridade alterou, desta forma, o que era adotado como referência ao antigo ensino complementar, ou 5.ª série primária que servia, tão só, de estudo complementar aos alunos que não se achavam convenientemente preparados para se submeterem aos exames de admissão ao curso ginasial.

O que mais inovou, entretanto, ainda se referindo ao ensino secundário, foi a redução do número de matérias existentes nos seus cursos, anulando-se a padronização e a estrutura rígida até, então, cumpridas. Passou-se a “exigir” o mínimo indispensável para a formação cultural básica do aluno”.

Foi mantida a divisão nos dois ciclos. O latim passou a ser quase abandonado nos ginásios, e o espanhol, nos colégios.

Segundo as disposições da Lei, o Conselho Federal de Educação indicava as disciplinas que deveriam ser ensinadas nos cursos secundários, bem como as complementares e as optativas, “que poderiam ser sugeridas aos Estados pelo Ministério da Educação, enquanto não fosse criados os Conselhos Estaduais de Educação”.

Houve uma liberalidade, e estabelecidos vários planos e critérios de ensino nos ciclos ginásial e colegial.

Aos diretores e professores passaram a ser atribuídas maiores e mais várias responsabilidades, embora uma maior liberdade fora-lhes concedida, vez que sobre as suas atribuições “pesavam hábitos formados no regime excessivamente centralizador que imperava”.

No seu texto não encontramos uma referência que incida diretamente no alcance, finalidade ou objetivos do ensino médio, em geral, nem no secundário.

No art. 33 lemos: “A educação de grau médio, em prosseguimento à ministrada na escola primária, destina-se à formação do adolescente”.

Promulgada, e em execução, o seu espírito consistiu em integrar socialmente a nação com um sistema de educação que melhor viesse atender a população escolar, oferecendo-lhe um acesso franco e mais aberto em igualdade de oportunidades, dentro de uma respectiva faixa de escolaridade.

No longo período de sua dilatação no Congresso, nada se introduziu para o enriquecimento e crescimento das instituições escolares, apesar dos mandatos presidenciais que decorriam e se passavam, como a volta de *Getúlio Vargas*, de 1951 a 1954; a presidência de *Café Filho*, de 1954 a 1955; a presidência de *Juscelino Kubitschek*, de 1956 a 1961; o governo de *Jânio Quadros*, eleito a 3 de Outubro de 1960 e renunciando ao mandato a 25 de Agosto de 1961, e, por fim, o Presidente *João Goulart* que tomara posse a 7 de Setembro de 1961 e em cujo governo foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, acima referida.

Na decorrência daqueles mandatos presidenciais, escolas se criaram e se amontoaram, respaldadas por leis dispersas, várias e fragmentárias, “sem a orientação de uma política nacional que presidisse a essa expansão quantitativa que se processou pela própria força das coisas, ao capricho das circunstâncias ou sob a pressão nefasta dos interesses políticos ou eleitorais,

Havia, pois, sobejas e patrióticas razões para a larga e ampla divulgação dada às expressões contidas no esboço e nos primeiros delineamentos contidos no *Manifesto dos Educadores* a que anteriormente me referi, quando dizia: “atingia a sua maior intensidade a campanha de renovação educacional, e o que víamos diante de nós, era um sistema escolar arcaico e ultrapassado, embora organizado e coerente, mas que se procurava combater para se pôr em seu lugar outro mais ajustado às novas condições de vida social, econômica e cultural”.

Nesta análise perfunctória da organização e dos objetivos da Lei de Diretrizes e Bases, observamos que o legislador procurou atentar para a realidade e para a exigência dos dias que transcorriam, procurando dar à Escola mais claras iniciativas, os mais seguros rumos para, dentro de uma melhor alternativa, atender, especialmente, aos colegiais que já não podiam mais acompanhar, se acomodar e se adaptar ao obsoleto ensino que se vinha ministrando.

Havia a necessidade de se reformar o ensino e as partes constitutivas da sua estrutura, como necessidade e imperativos surgiram após a sua decretação, para um melhor aperfeiçoamento, como outros haverão de nascer e de despontar, à proporção que os dias caminharem, alterando-se a Escola e modificando-se o ensino, contanto que ambos se ajustem e se amoldem às metamorfoses e às transformações que a sociedade venha apresentar.

A Reforma Capanema, decretada em 1942, vigorou até a aprovação da **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, em 1961.

As Constituições de 24 de Janeiro de 1967 e a de 17 de Outubro de 1969 mantêm o mesmo espírito efetivo e a mesma assistência devotada aos deveres e às obrigações para com a educação, adotando nos seus textos a obrigatoriedade para os que se situam na faixa etária dos 7 aos 14 anos (Constituição de 69), gratuidade nos estabelecimentos oficiais, e enfatiza que a educação é direito de todos e deveres do Estado, e será dada no lar e na Escola.

A partir destes dois últimos anos, segundo Mensagem Presidencial ao Congresso, expandiram-se os recursos necessários à manutenção do sistema educacional.

Pelo **Fundo de Apoio ao Desenvolvimento**, apreciáveis somas de recursos têm sido destinadas ao ensino.

As matrículas nos dois níveis do ensino, contando-se de 1967, superaram as previsões do **Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social**, de 1967 a 1977, conforme dados estatísticos elaborados pelo Ministério da Educação e Cultura, sendo que no 2º grau “a terminalidade e a continuidade tiveram que ser balanceadas, corretamente, impondo-se, na nova estrutura, o preparo do aluno para ingressar diretamente no mercado de trabalho ou para prosseguir nos estudos da Universidade”.

Para o ensino primário, reputado como o de educação fundamental, tem procurado o Governo Federal aperfeiçoar o planejamento educacional, modernizando, administrativamente, as secretarias de educação, desenvolvendo o programa técnico-curricular, enfatizando estudos de pesquisas na busca de novos métodos e técnicas, para um melhor rendimento escolar, acelerando a escolaridade de alunos, lançando, ainda mais, suas vistas para uma maior assistência interiorana, na melhoria da rede de ensino, ajudando e atendendo a todos os municípios que apelam e invocam para a sua administração.

Concomitante a tão salutares e promissoras iniciativas, instituiu o Ministério da Educação e Cultura, o **Crédito Educativo**, que vem dando uma maior evidência à sua plataforma de trabalho, tangenciando-o do lugar comum da rotina administrativa no empenho dos despachos nos processamentos naturais que, a todo o instante, tramitam através dos seus Departamentos especializados, para a porta larga e mais aberta do atendimento às mais reais necessidades da população escolar.

Está atendendo o Ministério da Educação e Cultura a mais de 300.000 estudantes universitários, acontecimento este que constituiu uma referência nacional, afirmado na palavra do jornalista **Edson Lobão**, dos Diários Associados, que o **Crédito Educativo** “é o maior programa de assistência ao estudante conhecido no mundo inteiro”.

Criado há mais de dois anos, aplicado em maior volume no Norte e Nordeste, para este ano, segundo a imprensa, a verba para a sua manutenção é de 4 bilhões de cruzeiros, “considerando o atendimento de novos contratos e os aditamentos de 1976/1977, daqueles que continuam estudando”.

Outras realizações de sucessos indiscutíveis, merecem, nesta hora, um registro alentador: Refiro-me ao **Movimento Brasileiro de Alfabetização**, o **Mobral**,

criado pela Lei 5.379, de 15 de Dezembro de 1967, que vem alfabetizando, ao correr destes anos, milhões de brasileiros, e, também, ao *Ensino Supletivo*, criado pela Lei 5.692, de 11 de Agosto de 1971, ambos preocupando o Ministério em dar ao homem o progresso social compatível com o avanço tecnológico, não se descurando, porém, de envidar todos os esforços, no sentido de evitar com que esse ensino venha a exercer uma ação paralela e concorrente ao ensino regular.

Há meses passados, quando da realização do concurso para Professores Assistente, da disciplina de *Estudos de Problemas Brasileiros*, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o *Prof. Luis Eduardo Carneiro Costa*, ao meio às explanações e conceitos emitidos sobre sua tese intitulada *O Ensino Supletivo na Educação Brasileira*, assim se expressava: “A escola é um dos importantes fatores de mobilidade social, e, a via supletiva é um dos itinerários mais procurados pelo homem brasileiro para buscar o lugar social que deseja. Quando isso é propiciado, considerando que a educação é direito de todos, e viabilizá-la é dever do Estado, democratiza-se o ensino, como resposta ao apelo social do momento”.

Ainda nesta tese, acha-se inserido trecho, por demais oportuno, de um parecer do *Conselheiro Valmir Chagas*, do Conselho Federal de Educação, sobre a conceituação e estrutura ao Ensino Supletivo: “O Ensino Supletivo encerra talvez, o maior desafio proposto aos educadores brasileiros pela Lei 5.692, de 11 de Agosto de 1971.

Ligando o presente ao passado e ao futuro, na mais longa linha de continuidade e coerência histórico-cultural de uma reformulação educacional já feita entre nós, ele constitui e constituirá cada vez mais daqui por diante, um manancial inesgotável de soluções para ajustar, a cada instante a realidade escolar às mudanças que se operam em ritmo crescente no País como no mundo”.

A par a tão saliente programação, ao desejo de servir e a manifestar vontade de acertar, surgem pronunciamentos, como os inseridos no livro *Investimentos em Educação no Brasil*, editado pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social, órgão subordinado à Secretaria do Planejamento da Presidência da República, em que o *Prof. Claudio de Moura Castro*, diz que “enquanto o sistema educacional está se expandindo num ritmo satisfatório, a qualidade do ensino nos 4 anos da Escola Primária, deixa muito a desejar”.

Segundo o professor, em declarações ao jornal O Globo, do Rio de Janeiro, pode-se observar “má dramática redução no número de alunos de matrículas entre cada ano letivo: as do 2º ano escolar representam 50% do primeiro e caem para apenas 20% no quarto ano”. A causa imediata de tal redução, prossegue o professor, no tamanho das turmas é a dificuldade de aprovação”.

O aluno que facassa, ou deixa a escola ou repete o ano.

À mesma época dessas declarações e conceitos formulados por educadores e técnicos em educação a uma enquete promovida por aquele prestigioso vespertino carioca, o IPEA — *Instituto de Planejamento Econômico e Social*, há pouco referido, procurando auscultar as causas anunciadas e que concorrem para o baixo aproveitamento e rendimento no ensino, nas 4 primeiras séries do 1º grau, assim se manifestou:

- a) qualificação dos professores — 43% do magistério compõem-se de professores leigos (não normalistas), e, destes, apenas 25% têm primário completo;
- b) deficiência organizacionais — o critério de promoções do corpo docente é extremamente deficiente, (os programas são inadequados e os horários das aulas são reduzidos, como resultado de prática de três turnos de aula;
- c) equipamentos e instalações precárias.

Acrescenta o IPEA, ainda existem causas exógenas ao sistema escolar, como: Baixo nível da saúde mental e física das crianças em idade escolar; má condição econômica e social das famílias; ambiente cultural desfavorável e dificuldades de acesso às escolas.

A última Lei de ensino, a de nº 5.192, de 1971, teve a “sua preocupação básica de avivar, perante a consciência pedagógica nacional, aspectos relevantes de nossa educação”.

No seu mérito sente-se a boa vontade de proceder a um chamamento à responsabilidade de todos quanto, de uma ou de outra forma, como esclarece o *Prof. Walter Garcia*, pelo preparo, performance e pela orientação às novas gerações, dentro de uma pesquisa, estudo ou indagação indicadores de alternativas ou novos caminhos sugeridos e trilhados, possam aplicar, dentro do que for mais útil, as experiências ou contribuições valiosas que se manifestaram e se aproveitaram nos sistemas educacionais passados.

Tecendo considerações em torno da Lei 5.692, o *Prof. Élie Vieira*, em recente estudo publicado no livro *Educação Brasileira Contemporânea*, esclarece que a mesma fixadora das Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus”, contém a proposta de uma educação eminentemente popular e voltada para o desenvolvimento do homem brasileiro como elemento realizador do progresso e do crescimento da Nação”.

A Lei se mune e se acautela do desejo de sentir e observar as aptidões para o trabalho e profissionalização do aluno, no tempo adequado.

No seu currículo se encontra uma parte de educação geral e outra de formação especial.

“No ensino de 1º grau, a parte de educação geral é exclusiva nas séries iniciais e predominantemente nas finais.

No ensino de 2º grau, predomina a parte de formação especial.

Observando a sua natureza, concluímos que “no ensino de 1º grau a parte de formação especial do currículo terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho”.

O ensino de 2º grau que substitui o antigo curso colegial, “distingue deste principalmente quanto à sua natureza profissionalizante”.

O Sistema de ensino que vigia anteriormente, ou seja, o que antecedeu à Lei 5.692/71, somente os cursos técnicos, como o industrial, e de contabilidade ou comercial, o agrícola e o pedagógico do 2º ciclo, ofereciam condições à profissionalização do aluno.

Hoje o quadro difere. A estrutura do ensino do 2º grau pode oferecer aos seus alunos uma habilitação profissional.

O ciclo básico de ensino sempre despertou um maior empenho e mais acuidade àqueles que se interessam pelos caminhos da educação brasileira.

A educação, hoje, se preocupa mais em formar o indivíduo, conscientizando-o da especialidade para o trabalho e para a sociedade, adaptando-o e orientando-o para o trabalho, e capacitando-o para os enteveros e as mutações que a vida, a cada instante, apresenta.

Publicações e considerações em torno daquela Lei, esclarecem que a intenção do governo é que 90% das crianças brasileiras estejam matriculadas nas escolas de 1º grau até 1980.

Sete anos já decorridos da Lei 5.692, as estatísticas dizem que cresceu sensivelmente o número de matrículas e que a finalidade expressa no texto legal — a municipalização do ensino — começa a atrair a atenção dos planejadores educacionais.

Nestes lances, neste segmento, ou nesta conjuntura, onde os educadores se empenham em, dentro de um trabalho de equipe, digno e eficiente, apresentar e oferecer uma obra que, na verdade, retrate a realidade atual, outros depoimentos se apresentam e se divulgam, para o conhecimento dos especialistas e do público, como advertência, ou melhor, como cooperação a um estudo e um esforço homogêneo e continuado de se encontrar meios e de se procurar mais aperfeiçoar o sistema educacional brasileiro.

Ouvido, em enquete, pelo jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, edição de 22/1/78, o ex-secretário de Educação do antigo Estado da Guanabara, o atual deputado federal, pela Arena, *Carlos Pleza Ribeiro*, acha que “a Reforma de ensino de 1971 agravou o quadro geral da Educação no País, lançando balbúrdia e confusão na combalida estrutura educacional”.

Ainda, aquele educador: “vejo a nossa escola de 1º grau como todos a conhecem: um símbolo da pobreza do Brasil. Insuficiente em quantidade e, sobretudo, deficiente em qualidade. Dir-se-ia que a escola de 1º grau no Brasil vive às custas de devotamento e de patriotismo de seus professores, que constituem a classe mais mal remunerada do País”.

Recentemente, através da agência *Anda*, com publicação no jornal *O Poti*, desta capital, edição de 9/7/78, voltou a declarar aquele deputado: A grande nação de 114 milhões de habitantes cresceu vitoriosamente em muitos setores, como o da energia, o das telecomunicações, o rodoviário, o da previdência social e tantos outros, mas é triste ver-se que o programa educacional permaneceu o mesmo, estagnado, parado”.

Entende aquele educador que o problema da educação no Brasil depende hoje de uma decisão política a ser tomada em nível de Presidente da República.

O jornalista e escritor *J. C. de Macedo Soares Guimarães*, no seu último livro *Para Onde Vamos?* escreve à pág. 98:

“Sem um correto sistema educacional jamais se poderá construir uma nação. Este tem sido o problema capital do Brasil, por várias e várias gerações, cantado por prosa e verso pelos brasileiros mais ilustres.

E por que ainda hoje está sem solução? Porque, evidentemente, o problema é complexo, tem sido tratado por gente que também não é suficientemente

preparada para isto, porque somos um povo subdesenvolvido e porque nossas origens ibéricas enfatizaram padrões filosóficos e acadêmicos que, embora fora da realidade, no mundo moderno, ainda influenciam nossas decisões”.

Há poucos meses, o atual Ministro da Educação e Cultura, *Dr. Euro Brandão*, quando Secretário Geral do Ministério, ouvido pela imprensa carioca sobre a problemática do ensino básico no Brasil, assim se manifestou: “Não vemos necessidade de mudar a filosofia de ensino inferida da atual Lei de Diretrizes e Bases. Entretanto, é essencial que se diga que justamente a pretendida universalização do ensino de 1º grau em 8 anos, já representa uma mudança de filosofia de ensino.

Ela implica num aperfeiçoamento do enfoque educacional.

O antigo ginásio não é mais um ensino seletivo e complementar, mas integrado à necessidade cultural de todo cidadão”.

Hoje, como ontem, o problema educacional lidera a soma de esforços com que os governos se apresentam e se defrontam com os anseios populares.

“Na hierarquia dos problemas nacionais, — está escrito na *Introdução ao Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, em 1932 — nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação.

Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional”.

É um problema que, pelas circunstâncias que o rodeiam, viveu e sentiu em todas as épocas, a realidade social.

Esta é que sempre tem oferecido as condições de mudança para o seu encaminhamento, sua apreciação e seu êxito.

A sociedade é dinâmica. Ela não pára. Evolui e se transforma. Razão por que não causa estranheza de que a Escola sempre se renova no que diz respeito aos seus padrões, aos seus currículos, suas normas administrativas e seus programas.

São alternativas que, periodicamente, se impõem, vez que o processo educacional sempre seguiu a problemática da vida, as mais reais e justas carências e reivindicações da sociedade, na sua fase de acompanhar, com acerto, o desenvolvimento do país, no emprego ou na adoção de uma filosofia necessária à sua estrutura, para se tornar mais atual, mais condizente e mais conscientizada com a destinação social.

A educação, sendo um fenômeno geral, permanente, existente em todas as épocas, em todas as classes sociais e em todo o indivíduo, tendo-se iniciado com o seu nascimento, caminha e acompanha-o na sua primeira infância, na sua segunda infância, na adolescência, na juventude e na senectude.

Seu começo, suas seqüências e conseqüências, seus processos de pesquisa, investigações, inquirições, indagação, deduções ou conclusões, seus estudos e alternativas, seus debates e discordâncias, em um trabalho mediatório, na elaboração de planos ou metas a serem executadas, constituem características próprias da sua evolução autocorretiva e da sua marcha nunca estacionária, mas crescente e autoperfectível, em desenvolvimento, tornando-se um processo praticamente indefinido em busca de um aperfeiçoamento e de soluções sempre desejadas.

O seu processo de se gerar, a sua formação, o seu desenvolvimento se encontram no próprio ambiente particular em que vive a pessoa, na atmosfera em que evolui a criança, tendo-se em consideração que a leitura, as companhias de sua preferência e convivência, os seus costumes, a aquisição de hábitos, a formação de habilidades, passeios, conversas, estudo são conceituações que, aos poucos, vão se delineando e se formando no contexto da sua personalidade, no desenvolvimento do seu caráter e da sua moralidade.

É um processo vital, ao qual se deve irmanar, espontaneamente, a vontade do educando.

Nesse processo a influência da família é predominante.

Daí, dizer *John Dewey*, em seu livro *Vida e Educação*, “A criança vive em um mundo em que tudo é contato pessoal. Dificilmente penetrará no campo da sua experiência qualquer coisa que não interessa diretamente seu bem-estar ou o de sua família e amigos. O seu mundo é um mundo de pessoas e de interesses pessoais, não um sistema de fatos ou leis”.

“O processo educativo é um processo de contínua reorganização, reconstrução e transformação da vida. Na frase de *Dewey*, o hábito de aprender diretamente da própria vida, e fazer que as condições da vida sejam tais que todos aprendam no processo de viver, é o produto mais rico que pode a escola alcançar”.

Na escola e em casa, professores e pais exercem uma ação educativa sobre o aluno.

E não é uma tarefa fácil, pois, estes responsáveis têm que diariamente, observar e comparar a inclinação que a criança segue ou possui que de mais positivo, correto e perfeito que a vida lhe possa oferecer.

É um trabalho que não cessa. É permanente. Tanto assim que em todo o período da vida social, os mais jovens, em contato com seus superiores, vão recebendo destes a necessária influência educativa.

Essa ação, esse processo, essa influência não são assinalados e aceitos, tão só, nas horas em que pais ou mestres lhe ministram aulas ou aconselhamentos.

Essa maneira como se conduzem pais e mestres, esse ato ou efeito de agir, essa manifestação, essa influência estão presentes pelo exemplo, pelo comportamento, pela palavra e pelos atos praticados que têm seus reflexos e sua predominância na formação do jovem.

Encontro essa conceituação no livro de *Emile Durkheim*, na sua 6ª edição, traduzida pelo *Prof. Lourenço Filho*, em que o sociólogo e educador francês “procurou caracterizar a educação como ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações jovens para adaptá-las à vida social”.

Numa prática, permanência e observação ao longo de 30 anos no exercício da cátedra de ensino médio, cheguei a sentir e aprender que não só o processo educativo, mas as regras, as normas, as linhas demarcadoras e delimitadas das Instituições e das organizações da vida e da atividade coletiva passam a sentir e a sofrer a crítica e o julgamento, quando as mudanças sociais se alteram ou se modificam.

O saudoso mestre *Anísio Teixeira*, escreveu no seu livro *Educação Progressista*: “A grande tarefa dos nossos dias é preparar o homem novo para o

mundo novo que a máquina e a ciência estão exigindo. A ciência está nas vésperas de resolver os problemas econômicos, os problemas sociais, e o homem pode ser educado de modo a evitar a maior parte dos seus problemas de desajustamento moral e social. O progresso não consiste nas mudanças materiais que sofre a vida, mas no enriquecimento dela em sentido, em amplitude, em maneira mais finas de apreciar e de compreender”.

Os grandes ideais que uniram e unificaram educadores e professores, ao longo dos anos, pelo pensamento e pela ação, jamais se distanciaram ou se abateram, embora circunstâncias e vicissitudes óbvias e várias hajam ocorrido, num trabalho persistente e perseverante, em busca de novas luzes e mais reais conquistas, na interminável batalha em defesa e na preservação da maior obra que o homem vem realizando através das gerações que se sucedem.

Com as vocações que existem e outras tantas que irão se despertar, surgirão novas perspectivas e reaparecerão novos horizontes numa contínua e ininterrupta cruzada de renovação educacional.

“O problema da educação, segunda a lição do *Prof. Fernando de Azevedo*, no seu livro *A Educação entre dois mundos*, — o maior e o mais difícil problema proposto ao homem, — se transportou, entre nós, de uma vez, da atmosfera confinada do empirismo didático, para o ar livre do pensamento moderno, da rotina burocrática, para as idéias político-sociais, e dos planos do imediatismo utilitário, para os domínios das cogitações científicas e filosóficas, de que dependem os sistemas de organização escolar, no seu sentido e na sua direção”.

O Professor de Educação da Universidade da Califórnia, *George Kneller*, no seu livro *Introdução à Filosofia da Educação*, traduzido por Alvaro Cabral, na sua 4.^a edição, à pág. 35, ensina:

E a educação pode ser considerada em dois sentidos: um lato, o outro técnico. Na sua acepção técnica, a educação é um processo pelo qual a sociedade, por intermédio de escolas, ginásios, colégios, universidades e outras instituições, deliberadamente transmite sua herança cultural — seus conhecimentos, valores e dotes acumulados — de uma geração para outra”.

O que temos visto, o que temos assistido, observado ou analisado, no dia-a-dia que, célere, passa, é que no decurso dos anos, os processos que norteiam os sistemas de educação, têm, por imperiosa necessidade, de adaptar, de refletir e de espelhar a filosofia predominante que alicerça uma sociedade que vem, a cada época abrindo novas perspectivas ao pensamento pedagógico, harmonizando as suas condições de vida com um universo, em um constante e desusado movimento, onde a Escola ainda se sobressai como a instituição social onde se despertam, se refletem e se manifestam as mais variadas necessidades dos grupos sociais.

(Discurso de posse, na categoria de “Sócio Efetivo”,
pronunciado em 12-07-78, no Salão Nobre do I.H.G.R.G.N.
cuja saudação, ao novo confrade, coube ao sócio efetivo
Vicente de Almeida).

Os Pontos Vespucianos da Costa do Brasil

Manoel Xavier de Vasconcelos Pedrosa

(Sócio Correspondente)

Decididamente, não vim ao Rio Grande do Norte para ensinar a quem quer que seja, História ou qualquer outra disciplina científica com ela correlata. É que entre vós está um mestre das ciências históricas, as eruditas e as populares, a quem o Brasil rende ininterrupta homenagem, o Sr. Prof. Câmara Cascudo.

Ao contrário do que possa parecer, aqui estou para pedir conselho a esse Instituto, o seu apoio para a minha idéia peregrina sem admitir, contudo, haver nela nenhum anacronismo histórico.

Ela não é menos que o panorama cultural que se espalha por todo o litoral brasileiro, desde a latitude 5° sul até a latitude 37° percorrido em 1501-1502 pelo navegador Florentino, Américo Vespúcio, a serviço do Rei Dom Manuel de Portugal, na primeira expedição que veio para reconhecer as terras que acabavam de ser descobertas por Pedro Álvares Cabral.

Vespúcio participante da expedição comandada pelo Capitão Gonçalo Coelho e não por outro capitão, se ocupou em dar o nome a todos os lugares onde os três navios tocaram ou demoraram, mais vezes deste modo do que do outro.

Como cosmógrafo da expedição, ele media a altura do sol e a distância de Lisboa de cada lugar e punha-lhe um nome de acordo com o calendário romano. Era o calendário um estatuto universal. Com esse livro à mão, partiu para conhecer as novas terras. Nada mais próprio para marcar o local e o dia da chegada.

Parece que na metrópole os encarregados de desenhar os mapas ficavam aguardando os dados que ele havia de colher nos confins do mundo. Há aqui um tema a debater. Sendo assim, não vale a ironia de Afrânio Peixoto, dizendo que o grande historiador Varnhagen saiu com o calendário hagiográfico a batizar, em

Dr. José Pacheco Dantas (*)

(Centenário de nascimento)

Hélio Dantas

(Sócio Efetivo)

Transcorre a 28 de agosto do corrente ano de 1978, o primeiro centenário de nascimento do ***Dr. José Pacheco Dantas***, nascido no Rio Grande do Norte, no Município do Ceará-Mirim, no mesmo dia e no mesmo mês do ano de 1878.

Era filho do prestigioso Coronel Felismino do Rego Dantas Noronha, um dos fundadores do Partido Republicano neste Estado e de Maria Amélia Pacheco Dantas, proprietários, inclusive, do Engenho União, encravado no ubérrimo Vale do Ceará-Mirim, famoso pelo fabrico do melhor açúcar mascavo do referido vale.

Mas, Pacheco Dantas nascera no Engenho Guarani, então pertencente ao seu mencionado pai. Pouco se conhece de sua infância. Sabe-se que estudou as primeiras letras com o Professor Zózimo Fernandes. A mais remota manifestação escrita que se conhece de Pacheco Dantas, é um bilhete escrito a sua tia Francisquinha, sem data, porém que se pode concluir, pela letra, conteúdo e redação, ter sido redigido aos 6 ou 7 anos, portanto, dataria de 1884 ou 1885, documento este que reputamos relevante sua reprodução, até por curiosidade, o qual diz textualmente: —

“Tia Francisquinha
a Deus

Chegamos às 6 horas da tarde e fiz boa viagem graças a Deus o mester (sic) é bom tem feito montos (sic) traslados. A sadades (sic)

(*) — Conferência pronunciada no salão nobre da “Biblioteca Pública Municipal Dr. José Pacheco Dantas”, do Ceará-Mirim, a 27 de agosto de 1978.

são em cabaves (sic). Virgilio contoume (sic) aquilo e minha mãe brig... (roto)... disse que não ia mais... (roto)... quando Ella for, de lembranças a todos, a Deus que estou na escola, com estima sou de Vss.^{cc} a tento (sic) Ob.^o sincero

José P. Dantas”

Parece que o menino Pacheco Dantas, familiarmente chamado Cazuza, teria ido até à cidade do Ceará-Mirim e ao retornar ao Guarani, na Escola, escrevera a sua tia Francisquinha. Pela redação infantil do bilhete, pela pontuação quase reduzida a vírgulas e pelas erronias naturais do principiante estudante, presumimos ter ele aquela tenra idade.

A amizade e a correspondência com a tia Francisquinha somente seriam interrompidas pela morte. Ela informaria a Pacheco Dantas, quando se mudou para o Rio, não só do cotidiano, mas de tudo do seu onipresente Ceará-Mirim.

Mas, como menino de engenho, deve ter feito as mesmas travessuras dos garotos de sua época. Sabemos, também, que teve seu carneirinho, pitorescamente chamado “Cravo das Moças”, no qual deve ter montado tantas vezes, em seus passeios pelo Guarani.

Sabemos, com segurança, ter sido batizado na matriz do Ceará-Mirim, pelo venerando Padre João Maria Cavalcanti de Brito, a 4 de setembro de 1878, logo com sete dias de nascido, tendo sido padrinhos da criança José, Antônio Dantas do Rego Noronha (seu avô paterno?) e Francisca Carolina Pereira Dantas, sua avó materna, conhecida por todos os netos e bisnetos pelo apelido de Mãe de Tonha.

Se pouco sabemos da infância de Pacheco Dantas, o mesmo diremos em relação a sua adolescência. Todavia, há um fato de importância marcante, revelando o futuro promissor desse garoto de 16 anos, então. É que Pacheco Dantas, juntamente com Dantas Sobrinho, conclusivamente em setembro de 1894, funda no Ceará-Mirim, o jornalzinho impresso intitulado “O Eco Juvenil”, que se dizia: — “Órgão Literário, Noticioso e Crítico”. O Jornal, na seção — Expediente — declarava que se publicava três vezes por mês, bem como anunciava que sua assinatura era de 1\$000 (hum mil réis) por trimestre! Valor hoje inconversível em cruzeiros.

Dizia ainda na mencionada seção: —

“Considera-se como assinante, todo aquele que não devolver o primeiro número”.

Era assim uma espécie de assinatura tácita e compulsória. Temos quatro números de “O Eco Juvenil”, xerocopiados dos originais, entre centenas de documentos que pesquisamos sobre a vida de Pacheco Dantas, num dossier constante de muitas pastas, nas quais trabalhamos sua biografia em elaboração, sem falar em estudos encontrados em livros e periódicos.

“O Eco Juvenil”, é importante ressaltar, reafirma a presença do Ceará-Mirim na História da Imprensa, no Rio Grande do Norte, numa presença precoce, quando um prelo era testemunho do nível cultural de um povo. Assim, ainda adolescente, porque aos 16 anos de idade, começara a servir a seu querido Ceará-Mirim e à sua gente.

Em 1897, agora aos 18 anos, o “Almanaque do Rio Grande do Norte”, editado por Renaud & Cia., Natal, inseria em suas páginas, um substancioso trabalho de Pacheco Dantas, sob o título — CEARÁ-MIRIM — que constitui talvez a melhor súmula global sobre este Município, com um levantamento abrangendo aspectos geo-econômicos, político-administrativo, educacional, sua potencialidade, aproveitamento de suas riquezas, urbanismo, etc. Esse trabalho julgo de cardeal importância para o estudo e conhecimento do Ceará-Mirim, do último quartel do século XIX ao 1º quartel do século XX.

Este artigo, datado de agosto de 1896, e o jornal “o Eco Juvenil”, de 1894, revelam cabalmente seu pendor para a imprensa, vocação que vai afirmar-se, mais tarde, na antiga capital federal, o Rio de Janeiro, como veremos.

Conforme diário íntimo que nos chegou às mãos, se bem um tanto ambíguo, de autoria de sua mãe, Maria Amélia Pacheco Dantas, mas para todos Dona Marica, registra ela que seu filho Cazuza, ainda moço e com os preparatórios incompletos, que cursava no Ateneu Norte-Rio-Grandense, embarca em Natal, no navio “Alagoas” (o mesmo que conduzira o Imperador D. Pedro II ao exílio), para o Recife, onde pretendia morar, isto em 21 de março de 1897. E prossegue o diário: —

“...neste mesmo vapor, embarcou para o Rio de Janeiro. Chegou na manhã de 29, fazendo boa viagem”.

Portanto, consoante o invocado diário, embarcara ele para o Recife, onde pretendia morar, cidade sua conhecida, porquanto lá estudara algum tempo no Colégio Santa Cruz, na Rua do Hospício, nº 75. Desta cidade, resolveu prosseguir para o Rio, onde chega em março de 1897.

Segundo correspondência familiar, Pacheco Dantas aporta ao Rio como passageiro de 3ª classe, ou como ele próprio diz em carta ao filho: —

“Seu pai chegou a esta terra com passagem de proa e não teve dinheiro para saltar com a pequena mala que trazia e ficou a bordo do navio Alagoas...”

Naturalmente, não tendo dinheiro suficiente para hospedar-se, daí ter ficado a bordo do “Alagoas”. Posteriormente, sabemos por versão oral, conseguiu acomodar-se num quarto de um companheiro de dificuldades e dormia sobre jornais, abertos no chão.

Fazia refeições em restaurantes humildes, até que esgotado seu último tostão, com fome, sentou-se numa casa de pasto de baixo nível, pediu o prato do dia

e, após o repasto, informado quem era o proprietário da casa, um português que estava na caixa, dirigiu-se a este, travando-se o diálogo:

— Estou informado de que o senhor é o proprietário deste restaurante. Eu sou nortista, estava com fome, pedi o almoço, não tenho dinheiro para pagar, mas não sei furtar. O senhor ordene qualquer serviço para eu fazer em pagamento da comida, como lavar pratos, limpar o chão, o sanitário, qualquer trabalho, pois não tenho dinheiro para pagar, mas não quero dar-lhe prejuízo.

E o português, compreensivo e generoso, respondeu-lhe: —

— Tu és honesto, está-se a ver, ó rapaz. Sempre que tiveres fome, venhas a comer.

Outras vezes lá voltaria Pacheco Dantas para comer, sempre anotando as refeições que fazia e, logo obteve seu primeiro emprego, junta o valor da dívida contraída, vai ao agora amigo proprietário saldar sua conta. Mas o português se manteve em sua nobreza: Não aceitou o pagamento. E ficaram grandes amigos.

No Rio, luta inicialmente com imensas dificuldades e lentamente vai progredindo. Mais tarde, concluídos os preparatórios (nível do atual curso colegial), matricula-se no curso superior. Enquanto estuda, ensina e trabalha. Obtém uma humilde função na Polícia Civil, então chamada “Tambor”, uma espécie de “office boy”, em novembro de 1897. Trabalhou também na Biblioteca Nacional, de janeiro de 1898 a abril de 1900, por nomeação devida ao ilustre Dr. Amaro Cavalcanti, que viria a ser um dos seus grandes amigos.

Ingressa na Capital Federal, nos jornais “Cidade do Rio” e na “Folha da Tarde”, neste, graças aos bons officios do Dr. Lopes Trovão, escrevendo sob os pseudônimos de Pensador e Governador. Depois, por mercê ainda do Dr. Amaro Cavalcanti, entra no “Jornal do Brasil”, e no “O País”. Iniciara-se no Rio, na imprensa, como simples revisor, galgando a seguir a função de colaborador, chegando mais tarde a redator, diretor e proprietário de jornal. O jornalismo foi uma das suas grandes atividades.

Em face de sua atuação polivalente, passamos a descrever José Pacheco Dantas, sob vários aspectos: — acadêmico, o doutor, o jornalista, o homem público, o intelectual, o servidor público, o cidadão, etc, conquanto tenha exercido tais atividades cumulativamente, ora em conjunto, ora em parte, todavia, é uma maneira ordenada de estudá-lo.

O ACADÊMICO — Ingressa ele no curso superior em 1900, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, pela qual vem primeiramente a formar-se, em 1902, em Odontologia e Farmácia. Concluídos estes dois cursos, continua estudante de medicina. Desde acadêmico, começa a projetar-se, bem como a interessar-se pelos problemas de sua terra natal, na Capital Federal.

Com efeito, quando da tremenda seca de 1903, sobre cuja calamidade o engenheiro Mateus Nogueira Brandão publicou o livro — “A Seca de 1903” — com fundamentado estudo das secas do Nordeste e dos remédios para aliviá-las, vamos encontrar já a presença de Pacheco Dantas. E esse autor faz inserir em seu referido trabalho a “Carta Acadêmica ao Exm^o Sr. Ministro da Viação”, subscrita pelo estudante Pacheco Dantas, então com 24 anos, em que ao tratar dos efeitos dessa calamidade no Rio Grande do Norte, faz sentir a necessidade da

“...construção de estradas de ferro que facultem ao mesmo tempo o trabalho e o meio de comunicação mais fácil aos habitantes do sertão com os do litoral. Existe no meu Estado uma estrada de ferro já em adiantado estado de construção, que em seis meses poderá estar terminada. É a estrada de ferro de Natal, capital do Estado, à ubérrima cidade de Ceará-Mirim...”

E passa o acadêmico a falar sobre as riquezas deste município, de sua potencialidade, do cultivo da terra e de sua produção, para depois sugerir o traçado que a estrada deveria seguir pelo interior deste Estado até ao da Paraíba.

Adiante, continua o acadêmico:

“Façam-se as estradas de Natal ao Ceará-Mirim e de Mossoró ao São Francisco e terá realizado assim o Governo Federal o que presentemente é de absoluta necessidade para salvar milhares de brasileiros condenados à morte certa pela seca atual, e ampará-los de outras no futuro.

A estrada do Ceará-Mirim já está começada e a respectiva planta e relatório dos trabalhos feitos se acham no Ministério da Indústria e Viação.

Assim, esperamos que o digno Sr. Ministro da Indústria, sem perda de tempo, mande executar estas obras como principais medidas de salvação pública naquela região, até hoje impiedosamente abandonada e desprotegida, não só da União como do Estado, e cuja laboriosa e aflita população só é lembrada para pagar tributos pavorosos e desumanos ao Município, ao Estado e à União”.

Ao lado deste apelo ao Governo Federal, o acadêmico Pacheco Dantas mobiliza seus colegas e organiza no Rio “um grande bando precatório composto de alunos de todas as escolas da Capital Federal, com cinco bandas de música”, para angariar auxílios para os patrícios flagelados.

Com o apoio de outros estudantes, organiza ainda o Comitê Central Pró-Famintos do Nordeste, do qual foi o Presidente e em nome do qual dirigiu uma representação assinada pelas colônias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco ao Governo Federal, solicitando a construção da Estrada de Ferro de Mossoró ao Rio São Francisco.

E a cidade de Mossoró comovida, através de uma comissão de senhoras, passa-lhe uma mensagem telegráfica de agradecimento. Faz mais a cidade: Seu órgão de imprensa “O Mossoroense”, edição de 11.12.1903, dedica-lhe toda a 1.^a página, em que traça seu perfil biográfico, do qual extraímos os seguintes períodos:

“Acadêmico J. Pacheco Dantas

É este o nome do rio-grandense-do-norte, que nos dirigiu o telegrama alviçareiro, que publicamos no Boletim de 2 do corrente.

É este o nome de um moço de 23 anos de idade, que aninha em seu grande coração os sentimentos grandes de caridade e patriotismo.

.....
Eis, em ligeiro traços, a vida escolástica de Pacheco Dantas, que já se tornou credor dos nossos reconhecimentos pelo modo por que caridosamente, patrioticamente, tem se esforçado por socorros para os vitimados à grande seca que ora nos flagela, e pela construção da ferrovia, daqui ao rio São Francisco.

O Rio Grande do Norte espera um grande homem na pessoa de Pacheco Dantas, que hoje nos move ao reconhecimento, como amanhã se há de impor à admiração de todos”.

Participou também da Liga Nacional Contra as Secas do Nordeste, pugnando em nome desta, para se obter do Governo Federal a drenagem do Vale do Ceará-Mirim, reivindicação esta que foi secundada por um memorial ou abaixo assinado, firmado pela maioria dos rio-grandenses-do-norte, residentes na Capital da República.

Foi, ainda, Presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina do Rio, Diretor da Revista “Escola Médica”, órgão dos estudantes de medicina, 1º Secretário do Clube Acadêmico e sócio efetivo da Federação de Estudantes Brasileiros.

O DOUTOR — Os cursos de Odontologia e de Farmácia conclui, em 1902, na antiga Faculdade de Medicina, situada na Rua da Misericórdia, no Rio. Mas, somente em 1905, na mesma Escola superior, é que vem a colar grau em medicina, apresentando perante banca examinadora especial sua tese de doutoramento — Sífilis e Casamento — em que preconiza a necessidade do exame pré-nupcial, o que não só era revolucionário para a época, como provoca certo escândalo socialmente, se bem tenha sido plenamente aprovada e recebido os melhores elogios dos meios científicos.

Doutor em medicina, visita o Estado, indo ao Ceará-Mirim, onde vem a contrair núpcias, a 2 de maio de 1906, no Engenho Guaporé, com a senhorita Isabel da Cunha Pacheco Dantas, filha do Dr. Antônio Galdino de Araújo e de Isabel Pereira da Cunha, conhecida por Dona Chambre.

Sua citada esposa, a Dona Belinha, como era chamada, além de prendada jovem, era decantada por sua beleza, sendo descendente, pelo lado materno, em linha reta, dos Barões do Ceará-Mirim, de quem era bisneta.

De volta ao Rio, instala seu consultório, à Rua Uruguaiana nº 29, onde clinica durante muitos anos. Além de clínico geral, era médico operador, como então se preferia dizer, ou cirurgião, como hoje preferimos.

Como tal, exerceu as funções de médico legista da Polícia Civil do Distrito Federal, foi interno do Hospital da Brigada Policial, do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, interno da clínica sifiligráfica e de moléstias da pele, do Prof. Pizarro Gabizo, interno da clínica ginecológica e obstétrica do Diretor da Faculdade de Medicina, Prof. Feijó Júnior, interno da clínica cirúrgica do Barão de Pedro Afonso, auxiliar sanitário, chefe da clínica hospitalar do Prof. Miguel Couto, médico da Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, médico da Liga do Operariado do Distrito Federal, farmacêutico e etc.

Convém registrar que não nos consta tenha exercido a profissão de odontólogo, porém como farmacêutico que era, exerceu direta ou indiretamente tal profissão, não somente porque auxiliar da medicina, mas até mesmo porque assinala em sua tese de doutoramento, ser farmacêutico, o que sugere uma atividade, pois já o mesmo não diz quanto à outra, de dentista.

O JORNALISTA — Já vimos que revelou sua inclinação para a imprensa, ainda adolescente, pois aos 16 anos é fundador e redator do jornal, em formato pequeno, “O Eco Juvenil”, editado no Ceará-Mirim, mas com correspondentes em Natal e no interior do Estado, entre outras, nas cidades de Macaíba, Taipu e Parelhas, bem como com intercâmbio com jornais de João Pessoa, Areia-Pb, Recife, Bom Sucesso-MG, Mercês do Pomba-MG, com o Estado do Piauí, de Alagoas, etc.

Foi o ponto de partida para sua futura atuação no jornalismo brasileiro, no qual manteve vasto e copioso desempenho. Vejamos sua presença na imprensa nacional.

No Rio Grande do Norte, fundou, em Natal, o “Tagarela” e colaborou nos principais jornais da capital do Estado: — Em “A República”, no “Diário”, na “Gazeta do Comércio”, em “A Capital” e no “Município”.

No Rio de Janeiro, trabalhou nos jornais: — “Cidade do Rio”, de José do Patrocínio, o abolicionista, “Folha da Tarde”, de Euclides Moura e no “Jornal do Brasil”, ainda em circulação. Escreveu durante muito tempo nas revistas “Fon-Fon”, sob o título “Cartas Jagunças”, no “Jornal das Moças” e na “Careta”, em ambas sob o pseudônimo de Plínio Tabatinga, revistas estas muito prestigiosas e conhecidas de minha geração. Colaborou também na “Revista da Semana”.

Quando terceiranista de medicina, manteve ativa campanha na imprensa contra a varíola e a sífilis, através de artigos publicados no “Jornal do Brasil” e na “Cidade de Viçosa” de Minas Gerais.

Colaborou, outrossim, no “Gurupaense” do Estado do Pará, no “O Pão” do Ceará, em “A Palavra” de Alagoas, na “Era Nova” de Pernambuco, no “Ad Lucem” da Bahia. Demorada colaboração manteve nas páginas do jornal carioca, “A Nota”.

Como correspondente especial do “Correio da Manhã” do Rio, esteve no Rio Grande do Norte, no ano de 1903, ainda estudante de medicina, por ocasião da seca daquele ano que assolava o Nordeste, publicando no referido jornal uma “série de artigos cheios de patriotismo e duras verdades”.

Também escreveu no “Almanaque do Rio Grande do Sul” e no “Almanaque do Rio Grande do Norte”, na revista paulista “Chácaras e Quintais”, bem assim na publicação especializada do Ministério do trabalho, intitulada “Boletim do Departamento Nacional da Indústria e Comércio”, em que divulgou a importância do aproveitamento industrial do sargaço.

Foi, igualmente, correspondente de “O Lutador”, do Estado de Alagoas e do jornal “O Ceará-Mirim”, que se editava nesta cidade do Rio Grande do Norte.

Não obstante tal folha de serviço à imprensa nacional, ele vai reafirmar sua indômita paixão pelo jornalismo ao fundar seu próprio órgão — “*Gazeta do Norte*”. O primeiro número deste periódico aparece a 18 de outubro de 1912, em formato grande, como dos maiores jornais que se editavam no País. É de notar-se com que inauditos esforços conseguiu esse norte-rio-grandense fundar e manter um jornal na Capital da República.

A “Gazeta do Norte” tinha um objetivo específico, pois abaixo de seu título diz: — “Órgão de Propaganda do Norte”. Não foi um jornal diário. Temos dezenas de números da “Gazeta”, mas até esta altura de minhas pesquisas, não obtive o 1º número do jornal. Mas, conheço e tenho reprodução parcial do primeiro número, cujo artigo de fundo explora um tema por demais atual: Integração nacional. Deste editorial passamos a reproduzir os seguintes tópicos: —

“Com licença...

É duro dizer-se, mas é um fato incontestável que, para os brasileiros, tanto quanto para os estrangeiros, a maior parte do Brasil permanece inteiramente desconhecida, especialmente o Norte. Apenas sabe-se no Sul que pelas margens ubérrimas do Amazonas, se estendem florestas intermináveis de árvores que servem para produzir borracha, e imaginam que, à sua sombra, costumam descansar miríades de jacarés, enquanto se relacionam à idéia do Maranhão, extensos areais cobertos de carnaubeiras; e ao Rio Grande do Norte, à Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, gigantescos canaviais e extensos coqueirais, ao passo que à Bahia juntam-se sonhos de esplêndidos quitutes, bem temperados azeite de dendê, saboreados entre cacauzeiros, majestosos coqueiros e odorantes laranjeiras.

.....
Em compensação, o Norte paga o Sul na mesma moeda, tudo ignora do que existe do Espírito Santo para baixo, e não tem desse vasto território outro conhecimento que se estenda além dos nomes de Rio de Janeiro, São Paulo e talvez Santos.

.....
Enfim, o nosso programa será: Difundir conhecimentos sobre a nossa Pátria, tornando-a bem familiar aos nossos patricios e simpática aos estrangeiros, lançando mão para isso, já do aplauso merecido, já da censura necessária.

Assim, licença para a *Gazeta do Norte* que quer viver para proveito do grande Patrimônio Nacional”.

E foi o que a “Gazeta” fez — propaganda constante do Norte do Brasil e também informando sobre o Sul, num trabalho patriótico de integração nacional. Isto em 1912, é preciso que se ressalte! Vale também salientar que o Rio Grande do Norte, de modo geral, e o Ceará-Mirim, em especial, sempre que havia uma deixa, lá estava o jornal a invocá-los ou divulgá-los.

A “Gazeta do Norte” circulou de 1912 a 1930, tendo sido seus primeiros redatores os jornalistas, doutores Pacheco Dantas, Gustavo de Freitas e Pascoal de Moraes, havendo depois entrado no corpo redacional o Dr. Paulo Vidal. Foi gerente durante muitos anos e até a fase final do jornal, o jornalista Antônio A. de Castro. A “Gazeta” teve diversas tiragens a cores, chegando a ser impressa em quatro idiomas.

Temos muitos números avulsos que cobrem ponderável parte desse vasto período de 18 anos de vida da “Gazeta do Norte” e, logo concluamos nosso trabalho, doaremos todo o material pesquisado à Biblioteca Pública Municipal de Ceará-Mirim, que tem como patrono um dos mais ilustres filhos do Município: — Dr. José Pacheco Dantas.

Num informe conclusivo e final, diremos que em função da “Gazeta”, o seu fundador manteve a cobertura de todos os Estados do Norte e Nordeste do Brasil, de alguns do Centro Oeste e de vários do Sul, inclusive o Rio Grande do Sul.

Foi, com efeito, uma tarefa memorável!

O HOMEM PÚBLICO — A vida de Pacheco Dantas foi uma constante devoção à causa pública, desde os bancos acadêmicos, como já vimos. De fato, ao lado do socorro que obtém na Capital Federal em prol dos flagelados do Rio Grande do Norte, propugna pela construção da Estrada de Ferro de Mossoró ao Rio São Francisco e pela Estrada de Ferro Central, hoje, Sampaio Correia, com o trajeto pelo Ceará-Mirim (porquanto forças políticas da época pretenderam mudar o plano da ferrovia para o Município de Macaíba), mas com os argumentos da necessidade de exportação dos produtos do vale açucareiro e o prestígio do Senador Lauro Sodré e do Deputado Barbosa Lima, conseguiu não seja alterado o projeto.

Ainda como estudante, em 1902, “sua voz constituiu elemento ponderável para que o Lloyd Brasileiro fizesse entrar no porto de Natal o primeiro vapor, o “Planeta”. Organiza o “Comitê Central Pró Famintos do Norte”, do qual foi o Presidente. Participa da “Liga Nacional Contra as Secas do Norte”, pela qual pleiteia a drenagem do Vale do Ceará-Mirim.

No Congresso de Aplicações Industriais do Álcool, realizado em 1903, no Rio de Janeiro, representou o Município do Ceará-Mirim. Em 1912, realiza-se no Palácio Monroe, então sede do Senado Federal, o 4º Congresso Operário Brasileiro, sendo Pacheco Dantas representante da “Liga Artística e Operária Norte Rio-Grandense”, havendo não somente presidido uma das sessões plenárias, como apresentou “Propostas” reivindicatórias das classes trabalhadoras do Rio Grande do Norte.

Destaque-se, igualmente, sua iniciativa no Grêmio Rio-Grandense-do-Norte, que reorganizara no Rio, solicitando à Presidência do Banco do Brasil, a instalação de uma agência desse estabelecimento de crédito em Naal, pleito que foi respondido pelo Sr. Conselheiro João Alfredo, então Presidente do Banco, dizendo que a agência seria instalada, “logo que seja possível”. Isto ocorria em 1913.

Sempre voltado para os interesses do Estado, nada passava em branco. Assim, manda por iniciativa própria proceder a exames nas águas das Fontes de Pureza e de Olho d’Água do Milho. Temos a xerocópia da “análise quantitativa” da amostra desta última fonte, procedida pelo Gabinete de Pesquisas Científicas da Polícia do Distrito Federal do Rio, em 28.12.1936.

Numa série de artigos, consultas e estudos, inclusive correspondência trocada com o Consulado Geral do Brasil em Valparaíso, no Chile, batalhou pelo aproveitamento do sargaço, abundante nos mares setentrionais do Brasil, no sentido de sua industrialização. Publicou fundamentado artigo no “Boletim do Departamento Nacional de Indústria e Comércio”, do Ministério do Trabalho, em que inclusive destaca que enquanto no Japão há 500 usinas de beneficiamento, nenhuma havia no Brasil.

Sobre o assunto, também fez divulgação o “Jornal do Comércio” do Rio de janeiro, de 1933. Participa ainda da comissão que foi recebida pelo então Ministro da Viação, José Américo de Almeida, filho da Paraíba, a quem faz entrega de um memorial, visando ao aproveitamento do sargaço.

O incansável Pacheco Dantas aborda no Grêmio Norte-Rio-Grandense, onde deixa um estudo, a necessidade da larga divulgação no Rio Grande do Norte, do cultivo da mamona, lembrando que seu óleo se presta a diferentes fins, inclusive para alimentação. E que seu bagaço ou torta presta-se para combustível e a cinza para adubo. No mesmo estudo, trata ainda da exploração do amendoim e do trigo “Timor”, ressaltando a necessidade de o nordestino abandonar a monocultura, pela policultura.

Dirige-se, outrossim, ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, grande centro de estudo e pesquisa, para o exame de planta encontrada no sertão do Rio Grande do Norte, conhecida por “Mata-cabra”, em expediente de 22.11.1923, ao Diretor desse estabelecimento, com Parecer emitido pelo Prof. A. J. de Sampaio.

Diria dele o eminente Luís da Câmara Cascudo, na “Acta Diurna”, publicada na “A República” de 25.01.1942:

“José Pacheco Dantas não vê o Rio Grande do Norte há mais de quarenta anos. Não existe, entretanto, ninguém mais bem informado da história, sucessos, recursos, fórmulas administrativas, conquistas modernas do Estado, literatura, economia, figuras velhas e moças. Não podendo ficar no Rio Grande do Norte, levou com ele um outro Rio Grande do Norte, miniatura com movimento e vida, crescendo e subindo dentro de sua memória que a saudade ilumina e amplia.

.....
Visitei-o ainda na Rua do Senado. Era passear, numa distância de dois mil e quatrocentos quilômetros, nas terras

potiguares. Tudo lembrava, sugeria, materializava o Rio Grande do Norte. Desde o saguão, corredor, sala, gabinete, dependência, sucediam-se as seções de um mostruário, de um museu, de uma exposição, numa aparatosa, constante, obstinada exibição do pequenino Estado”.

Seu nome foi cogitado para Deputado Federal. Uma vez, em 1914, quando chegou a concorrer a uma cadeira no Palácio Tiradentes, mas com votação sem densidade neste Rio Grande do Norte a quem tanto servira. Mais tarde, no governo de Bertino Dutra, novamente seu nome foi lembrado, mas sem qualquer efetivação. Conhecemos e temos sobre sua candidatura à Câmara Federal, um apelo-proclamação da colônia potiguar no Rio, ao eleitorado do Rio Grande do Norte e uma “Carta Aberta” do candidato Pacheco Dantas, cheia de bons propósitos e desejo de melhor servir ao seu berço.

Bem dissera o mestre Câmara Cascudo, na citada Acta Diurna:

“Mas ao Rio Grande do Norte, deve José Pacheco Dantas apenas o direito de filho. Direito não. Dever. Tem tido os deveres e nunca os direitos. Aquele madrugador vigilante nos interesses norte-rio-grandenses nunca recebeu um sinal coletivo de distinção, um gesto claro de simpatia. Nunca lhe permitiram o ambiente favorável para que desenvolvesse aquela força em potencial. Foi uma grandeza útil que se multiplicaria em serviços. O que fez, realizou individualmente, com suas energias, com sua inteligência, num esforço diário e lindo de perseverança e dedicação admiráveis”.

Também tivera seu nome indicado, no Distrito Federal, para mandato eletivo, pelo Partido Evolucionista, todavia, não chegou a eleger-se. Pacheco Dantas, com efeito, era um homem com um permanente desejo de servir ao seu Estado, porém não era talhado para a política. Ele sempre entendeu, patrioticamente, que acima dos partidos, está a Pátria. Mas esse idealismo nem sempre funciona na política partidária, cujos caprichos dos interesses em choque podem pairar acima dos interesses da coletividade. E o Dr. Dantas jamais teria formação moral e cívica para transgredir seus princípios éticos. Não era positivamente um homem fadado para a política.

Nada obstante, pertenceu ao “Centro Pró Washington Luís — Melo Viana”, candidatos à Presidência e à Vice-Presidência da República, ao Centro Republicano do Distrito Federal, do qual foi membro da Comissão Executiva, e ao Centro Republicano General Pinheiro Machado, do qual foi um dos fundadores e Vice-Presidente, em 1914.

O SERVIDOR PÚBLICO — Sua primeira função pública foi de “Tambor”, como então se dizia, humilde atividade comparável a de “office boy”, na Polícia Civil do Distrito Federal. Já em 1898, pelos bons officios do Dr. Amaro Cavalcanti, passa a trabalhar na Biblioteca Nacional, até abril de 1900.

Mas somente em fevereiro de 1902 é que foi nomeado e empossado, interinamente, no cargo de Praticante de Secretaria da dita Polícia Civil, sendo ainda nesse mesmo ano, efetivado nessa função.

E no decurso do tempo, é promovido, sucessivamente, a *amanuense* (1905), depois elevado para o cargo de *escriturário* (1911), a seguir é promovido a *official chefe* da 3ª seção (1920). Finalmente, foi Diretor da Secretaria da Polícia Civil, comissionado por duas vezes, cargo este de alta relevância e muito cobiçado por ser o substituto eventual do Chefe de Polícia do Distrito Federal.

Do seu "curriculum" funcional constam diversos elogios. Veio a aposentar-se, compulsoriamente, por decurso de idade, a 13 de setembro de 1948, por ter completado 70 anos.

Como médico, funcionou diversas vezes no Gabinete Médico Legal, no serviço de verificação de óbitos, como auxiliar e mesmo comissionado como Médico Verificador de Óbitos, no impedimento de seu titular, na referida Polícia Civil do Rio de Janeiro, da qual só se afastaria por imperativo de idade.

INSTITUIÇÕES A QUE PERTENCEU — Pacheco Dantas pertenceu a instituições de fins diversos, tais como de cunho estudantil, literário, profissional, histórico, operário, jornalístico, beneficiante, cultural e político.

A mais remota entidade a que vamos encontrá-lo associado, foi o Clube Acadêmico, do qual foi o 1º Secretário, tendo ainda sido sócio efetivo da Federação de Estudantes Brasileiros e Presidente do Diretório Acadêmico de Medicina, todos no Rio de Janeiro.

Dentre as instituições profissionais, citamos o Grêmio dos Internos dos Hospitais, o Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro e a Sociedade de Medicina e Cirurgia, também do Rio. Pertenceu, outrossim, às seguintes sociedades jornalísticas: — Associação de Imprensa do Rio, da qual foi fundador e secretário, e à Associação Brasileira de Imprensa.

Entre as entidades histórico-geográficas, integrou o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (admitido em 1913), o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1918) e o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (1930).

Pelos serviços prestados à classe, foi sócio benemérito da Liga Artística e Operária de Natal e sócio honorário do Sindicato Operário do Ceará-Mirim. Foi também sócio honorário do Grêmio Literário Pedro II, igualmente deste Município.

Além das já mencionadas, convém destacar entre as entidades culturais, por sua relevância, a Sociedade Brasileira de Homens de Letras, da qual foi fundador; a Federação dos Centros do Norte, da qual foi fundador e secretário, pelos nobres fins de servir à região Norte-Nordeste; e o venerando Grêmio Rio-Grandense-do-Norte, do qual foi seu reorganizador, em 1912, e seu Presidente, com assinalados serviços prestados ao Rio Grande do Norte, pois foi através dele que foram feitas muitas reivindicações para o Estado.

Há ainda outras instituições, no número das quais devemos recordar, porque já invocadas, as de natureza política, particularmente, o Centro Republicano General Pinheiro Machado, de que foi fundador e Vice-Presidente; o Centro Republicano do Distrito Federal, do qual foi membro da Comissão

Executiva; e o Centro Pró Washington Luís — Melo Viana, candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República.

HOMENAGENS — Pacheco Dantas foi alvo de significativas homenagens, que lhe foram tributadas no Rio de Janeiro. Seu nome foi repetidamente lembrado e celebrado na passagem de seu natalício, quando de sua atuação na Capital Federal.

Desejamos, todavia, recordar seu aniversário a 28 de agosto de 1913, no Rio de Janeiro. Uma comissão composta de pessoas da maior representação na Capital Federal, tais como doutores, oficiais superiores do Exército, Presidente do Centro Paraibano, Presidente do Centro Alagoano, Presidente do Centro Paranaense, Presidente da Sociedade Nacional de Medicina e Cirurgia, jornalistas, comerciantes e acadêmicos, distribui convite impresso às pessoas gradas daquela Capital para a “manifestação de apreço ao Dr. J. Pacheco Dantas, por ocasião de seu aniversário, em 28 de agosto” daquele 1913, e que se realizaria “no salão nobre da Associação dos Empregados no Comércio”.

Durante a solenidade, seriam ofertados ao homenageado os seguintes presentes: “Uma caneta e pena de ouro, um estojo para termômetro de ouro cravejado de esmeraldas e brilhantes, um relógio Patek Philip, um guarda-chuva com castão de ouro, uma carteira de couro da Rússia com monograma em ouro, além de muitos outros...”

Interessante frisar um detalhe do convite: — “O Dr. Castelo Branco fará uma conferência sobre o Vale do Ceará-Mirim”. O Rio Grande do Norte não poderia estar ausente e, em particular, o Ceará-Mirim, o que com certeza foi para o homenageado o item aconchegante da cerimônia.

E o Dr. Pascoal de Moraes, um dos redatores de a “Gazeta do Norte”, naturalmente de acordo com o corpo redacional do órgão, dedica toda a edição do jornal ao Dr. José Pacheco Dantas, subscrevendo o editorial.

Anteriormente, como já foi dito, o periódico “O Mossoroense”, em edição de dezembro de 1903, reserva-lhe a 1ª página, publicando seu clichê, com esboço biográfico, numa mensagem de saudação, agradecimento e desejo de venturas.

Em Alagoas, o jornal “O Lutador”, em edição de 1913, também lhe rende um “preito de homenagem”, reservando o espaço da 1ª página ao Dr. J. Pacheco Dantas.

A revista médica francesa — Le Correspondant Médical — editada em Paris, em edição em língua portuguesa, datada de 1912, dedica-lhe igualmente uma página, reproduzindo seu clichê, de onde extraímos o seguinte tópico:

“Espírito lúcido e perfeitamente orientado, tem-se empenhado sempre em introduzir no Brasil todos os progressos e adiantamentos da terapêutica e farmacologia modernas. Nesse intuito, mantém com os principais centros estrangeiros relações assíduas, e não cessa um instante de seguir com interesse o movimento da velha Europa”.

O jornal "Al Adl" (A Justiça), órgão sírio, publicado em árabe, números 565 e 578, respectivamente, edições de novembro de 1912 e de fevereiro de 1913, presta homenagem ao Dr. Pacheco Dantas, estampa sua foto, tecendo-lhe referências sobre seu relacionamento com a colônia síria no Rio.

A Confederação Brasileira de Trabalho, no Rio de Janeiro, proclamou-o "Glória do Rio Grande do Norte". Todavia, o mesmo Rio Grande do Norte a quem tanto servira, jamais lhe prestou a mais pálida homenagem. Bem dissera Câmara Cascudo:

"Mas, ao Rio Grande do Norte, deve José Pacheco Dantas apenas o direito de filho. O direito não. Dever. Tem tido os deveres e nunca os direitos. Aquele madrugador vigilante nos interesses norte-rio-grandenses nunca recebeu um sinal coletivo de distinção, um gesto de simpatia".

Em compensação, o Ceará-Mirim, o seu querido e inesquecível berço, não o olvidou. O Dr. Roberto Pereira Varela, quando Prefeito desse Município, encaminhou um projeto de lei à Câmara Municipal, propondo fosse dado o nome do Dr. José Pacheco Dantas a uma das artérias da cidade, em cuja justificação reconhece tratar-se de

"... um dos mais ilustres filhos de nossa terra, rebento de tradicional família norte-rio-grandense, merece, certamente, pelo seu valor, maiores distinções do que esta que a Prefeitura de Ceará-Mirim lhe pretende tributar".

O projeto é aprovado pela Câmara e, sancionado, passa a ser a Lei nº 159, de 26.11.1954, que em seu artigo único dispõe:

"Passa a denominar-se Rua Dr. José Pacheco Dantas a atual Rua Silva Jardim desta cidade; revogam-se as disposições em contrário".

Anteriormente, o Prefeito desse Município, Sr. Ângelo Pessoa Bezerra, "devidamente autorizado pelo Departamento das Municipalidades e Conselho Administrativo do Estado", sanciona o Decreto-Lei nº 76, de 14.8.1945, que cria a Biblioteca Municipal José Pacheco Dantas, ato este também subscrito pelo Secretário da Prefeitura, Floriano Ferreira da Silva, que por sinal, também subscreveria a lei que denominara uma rua com o nome do Dr. Dantas.

Foram realmente dois preitos muito iustos e merecidos ao eminente e incansável lidador pelos interesses de sua terra e de seu povo. Hoje, graças à prestimosa colaboração do Dr. Yolando Dantas, ilustre filho do homenageado, tem a Biblioteca Pública Municipal do Ceará-Mirim a melhor sede de todas quantas há no interior do Estado e poucas da Capital a superam. Mais da metade do seu acervo constitui doação da família Dantas do Ceará-Mirim, sendo um dos melhores do Estado, pela sua atualização constante.

A “Biblioteca Municipal José Pacheco Dantas”, hoje é justo orgulho da cidade do Ceará-Mirim, tendo sua atual sede sido inaugurada na administração do Prefeito Rui Pereira Júnior, em dezembro de 1976.

O CIDADÃO — Todos quantos conheceram José Pacheco Dantas, decantam suas virtudes morais, sua bondade, seu amor ao torrão natal. Era um homem humilde e sumamente probo. Seu caráter era de uma retidão que enobrece sua geração.

Vejamos a opinião de alguns de seus contemporâneos sobre sua pessoa. Assim se pronunciou o Dr. Pascoal de Moraes:

“Jovem, patriota, humanitário, polemista fecundo, espírito infatigável, cheio de ideais alevantados e progressistas, coração amoroso, modesto e almejando o sacerdócio do bem e da verdade, quis abraçar a carreira das letras médicas, as que justamente mais lhe fascinavam e atraíam”.

Para o Major Leitão de Almeida, que foi o 1º Secretário do Grêmio Rio-Grandense-do-Norte,

“Pacheco Dantas, antes do mais, tem a grande virtude de desconhecer vaidades.....

... no exercício da nobre profissão que abraçara, é um verdadeiro humanitário, exemplo inigualável de altruísmo e, por isso mesmo, desprendido do interesse sórdido de muitos outros...

A sua preocupação é, antes de tudo, zelar o nome conquistado honestamente no labor incessante de muitos anos, com carinho, além da atitude altamente simpática, na defesa do bem-estar da terra amada, onde soltou os primeiros vagidos e onde respirou os primeiros bafejos.....

... dessa inebriante região nordestina...”

Por seu turno, o Dr. J. M. de Madureira traça-lhe o seguinte conceito, em “Le Correspondant Médical”:

“O doutor Pacheco Dantas goza no Rio de Janeiro de enormes simpatias. A reputação deste homem de ciências é universalmente apreciada pelos nossos bons compatriotas. O seu coração excelente, a afabilidade do seu trato, a sua extrema bondade para com todos os desfavorecidos da fortuna que o procuram, são quase proverbiais, nessa grande cidade sul-americana, onde tanto abunda, ainda assim o espírito de filantropia e de altruísmo”.

Igualmente, o Coronel Tobias Rocha, em artigo sob a epígrafe — “O Rio Grande do Norte e o Dr. Pacheco Dantas” — assim se expressa: —

“Incontestavelmente, é o Dr. Pacheco Dantas, digno que se faça menção da sua pessoa de homem devotado ao engrandecimento e à prosperidade de sua terra e do seu povo. Como político integra um prestígio sadio, de homem que se destaca pelas suas virtudes morais e pela sua inteligência oculta por uma modéstia pouco comum”.

São algumas opiniões, emitidas por escrito, que nos capacitam a concluir que o seu bom conceito não somente extravazava as esferas profissional e civil, como extrapolava as fronteiras continentais.

Conheci-o pessoalmente, na Rua do Senado 101, uma espécie de escritório dos interesses do Rio Grande do Norte, na Capital da República. Era um homem, entretanto, já envelhecido física e espiritualmente, nos seus então 68 anos de idade. Seu grande desgosto era não ter podido fazer pelo querido Estado o que desejava. E, então, repetia com alguma freqüência: —

“Sou sombra do passado...”

Mas, mesmo assim, não esquecia jamais sua terra. Tudo lhe fazia recordá-la. E ficava a indagar dos vivos e recordar os mortos, do progresso local, se já havia isso ou aquilo.

Em maio de 1952, portanto, em vias de 74 anos, escrevera ao Governador do Estado, Sílvio Pedroza, nestes termos:

“Permita V. Excia. que, obedecendo aos impulsos do coração, venha pedir a V. Excia. determinar a construção de um hospital em Ceará-Mirim e bem assim a canalização d’água para a cidade”

Era admirável que aquele ancião não tivesse esmaecido o acendrado amor ao inviolável Ceará-Mirim. Não atendido, em março de 1955, dirige-se ao então Presidente da República, João Café Filho, em cuja carta assim falava:

“Como V. Excia. é filho do município de Ceará-Mirim, venho lembrar a V. Excia. que nossa terra precisa de um hospital, de água encanada para a população, de telefone e de uma agência da Caixa Econômica”.

Isto, aos 77 anos! Como se pode observar, em qualquer oportunidade e apesar da idade, Pacheco Dantas era um vigilante servidor de seu berço, um devotado filho à causa de seu estremecido torrão.

Seu desejo constante, ao envelhecer, era recomendar aos seus que queria repousar, em seu sono eterno, sobre terras do Ceará-Mirim. Mandei-as do Engenho Guarani, onde nascera. Acontece que em fevereiro de 1951, em sua última visita ao Rio Grande do Norte, colheu com as próprias mãos areias do Ceará-Mirim, sobre as quais repousa sepultado no Cemitério do Caju, Quadra 36, jazigo perpétuo, nº 2.316, no Rio, desde 24 de julho de 1961.

Fora cumprida sua última vontade!

Neste momento, em que celebramos o centenário do grande lidador — JOSÉ PACHECO DANTAS — nesta Biblioteca Pública Municipal do Ceará-Mirim, que o tem como Patrono, ao reverenciar a sua memória e o seu passado, desejo destacar a importância e o significado da presença do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, ao qual pertenceu o homenageado, Dr. Enélio Lima Petrovich.

Seu comparecimento expressa a própria presença da veneranda Casa da Memória, instituição cultural a mais antiga, a mais relevante e a dos mais assinalados serviços à preservação dos nossos antepassados, e ao culto dos homens que dignificaram este Estado.

Sua presença significa a participação do Instituto Histórico na celebração desta efeméride, o que é particularmente confortador, nesta evocação de Pacheco Dantas, principalmente quando sabemos que, mais uma vez, o seu querido Rio Grande do Norte, como entidade, o esqueceu, em seu centenário de nascimento, mas em compensação, toda a imprensa escrita de Natal, na qual muito militou, hoje registra com destaque o evento: — “O Poti”, sob o título — “José Pacheco Dantas, Patriarca do Ceará-Mirim”; “A República”, sob a epígrafe — “Dr. Pacheco Dantas — Centenário de Nascimento”; e a “Tribuna do Norte”, com a nota — “Centenário de Pacheco Dantas será comemorado amanhã no Ceará-Mirim.

E aqui estamos todos nós, no teu Ceará-Mirim, Pacheco Dantas, e que não te esqueceu, de bolsos vazios, é certo, mas de corações cheios: Cheios de admiração à tua personalidade e ao teu exemplo; cheios de veneração à tua luta constante pela tua terra; cheios do teu amor irrefragável ao teu adorado berço; cheios e ricos de tua bela lição de como edificaste a tua vida!

E como historiador, acomodando o pensamento do eminente Câmara Cascudo, proclamo e anuncio, “do cimo da Torre da história, qual alviçareiro, no horizonte dos acontecimentos velhos e passados”, do Rio Grande do Norte e do Ceará-Mirim, esses fatos vividos e que não volverão jamais.

Tombaste, bravo lidador, diante da inexorabilidade da lei da morte, e repousas eternamente sobre areias do Ceará-Mirim, mas imperecível na perpetuidade da cultura e da História, desta terra e desta gente, a quem tanto amaste e a quem tanto serviste!

O negro na etnia do Rio Grande do Norte

Tarcísio Medeiros

Pelo Tratado de Tordesilhas, em 1494, todos os territórios até 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde pertenciam a Portugal. O traçado garantia a Portugal as terras na orla Atlântica da América do Sul entre 4°, 50' e 6°,30' abaixo da linha equinocial, o que correspondia ao Brasil e à costa da futura Capitania do Rio Grande. Antes dos portugueses chegarem, os seus competidores do século XV pelas rotas marítimas do mundo de então, os de Espanha, já haviam nela tocado, traçado os seus contornos, registrado os seus acidentes em sigilo, cautelosos.

Segundo Varnhagen, em fins de junho de 1499, Juan de la Cosa e Américo Vespúcio, companheiros de Alonso de Hojeda, encontraram terra à latitude de cinco graus ao sul da equinocial, certamente o delta do Rio Açu ou Apodi. Diogo de Lepe, logo depois chegava também à região, tanto que o planisfério de La Cosa, de outubro de 1500, registra o contorno e acidentes topográficos considerados norte-rio-grandenses, como a foz do Rio Açu, a Ponta do Tubarão, o Morro do Tibau, etc. — Vicente Iañez Pinzón, em 26 de janeiro de 1500, antecede Cabral ao tocar a ponta do Calcanhar neste Estado, como diz o Barão do Rio Branco, ou como está provado hoje o Cabo de São Roque. Escritores atualizados, como José M. B. Castelo Branco (O RGN na Cartografia do Séc. XVI), J. Quadros e A. Arinos (História do Povo Brasileiro) e Guarino Alves de Oliveira (A Costa Setentrional do Brasil na Carta de Navegar de Alberto Cantino), esclarecem o assunto.

A seguir, oficialmente descoberto o Brasil, para firmar posse e manter soberania na terra recentemente descoberta, Portugal manda a primeira expedição exploradora por aquele que levava a D. Manoel a carta de Caminha, ou seja Gaspar de Lemos, isto a 10 de maio de 1501. A armada abicou no litoral do Rio Grande do Norte, na posição de 35° e 48' de Greenwich e 5°,5 de latitude Sul, correspondente à Praia de Touros, légua e meia do "Canto de Cima", e ele em terra fincou o marco

de Pedra com o Brasão d'Armas de Portugal. O local coincide com o da descrição da viagem feita por Vespúcio, companheiro de Gaspar de Lemos, em sua "Lettera" para Pietro Siderino, narrando que a expedição tocou em terra abaixo da equinocial 5º graus de latitude Sul.

Também os portugueses, desta feita, não tiveram maiores contatos com o chão potiguar.

Dado o maior interesse econômico das Colônias da África e Índias no decorrer do século XVI, e sem meios humanos para manutenção do seu patrimônio no Brasil, os portugueses abandonaram a região por mais de 50 anos. Nem mesmo as tentativas de colonização pelas doações hereditárias deram resultados compensadores, senão Olinda e São Vicente. A donatária do Rio Grande, pertencente ao nobre e historiador português João de Barros, feitor das Casas de Guiné e Índias, também fracassou depois de duas tentativas dele para conhecê-la, associado a Aires da Cunha.

Por esses motivos, aqui chegaram os franceses.

No inconformismo da divisão do mundo pelo Papa entre Portugal e Espanha, foi a França a primeira a investir na competição do comércio marítimo, precursora da guerra de corso para a posse de feitorias, onde fosse possível estabelecê-las, de maneira preferencial nos locais de existência do "Bois de Pernambuco", o pau-brasil tanto apreciado e necessitado na Europa.

Segundo a Cartografia do século XVI revelada por José Maria Brandão Castelo Branco (Rev. do Inst. Histórico do RGN — Vol. XVII — 1951-1952) e mapoteca de Jacques de Voudeclaye, Dieppe — 1579, o Nordeste brasileiro, sobretudo a costa do Rio Grande, está delineada com a descrição dos locais de tabas dos gentios amigos, com quem mantinham comércio de escambo e viviam já em miscigenação.

Foram eles que primeiro vadearam a barra do rio Potengi, e à meia légua da embocadura fundearam suas naus para manterem essas relações com os potiguares, gentios da nação tupi que dominavam a região da margem esquerda do rio, desde Redinha, Jenipabu (Extremoz), Ceará-Mirim até as ribeiras do Açú e Apodi, comandados pelos tuxauas Poti, Jacaúna, Surupeba, Jaguarari, Ibiratinim e outros, como também pela margem direita onde seria fundada Natal, os tabuleiros adjacentes, o vale do Capió, até os limites da praia dos marcos de Baía Formosa da Capitania da Paraíba chefiados por Pau Seco, Sorobabé e Ilha Grande.

Alguns desses flibusteiros, como Charles de Vaux e Jacques Riffault, naturais de Dieppe, numa curva mais ao sul do rio, resguardavam sua naus e, por isso, um topônimo gravou o local e fixou o fato incontestante: Diz-se nau do Refoles, ou simplesmente Refoles (de Riffault) até hoje a parte do bairro do Alecrim onde se ergue a Base Naval.

Também dessa convivência resultou não apenas a troca de mercadorias, mas que os produtos de sustentação trazidos, como o gado para o abate, especialmente este, foram introduzidos na região; gado da Normandia como comprova Júlio Gomes de Senna (Ceará-Mirim, exemplo nacional — 1938-1972) provavelmente antes de 1540, originando o nosso gado "Crioulo", porque de outro modo não se explica a presença desse animal em tão grande quantidade

quando, no fim do século XVI, foi encontrado pelos portugueses chegados pela primeira vez em Jenipabu, e mais tarde a região ser o centro abastecedor do Recife holandês.

Para saber-se do vulto de [redacted] no estuário do Potengi, basta a circunstância de que, apoiados eles, franceses, nos arcos dos amigos potiguares, de 15 a 18 de março de 1597, atacaram Cabedelo (Paraíba) por mar e desembarcaram de treze navios, enquanto outros vinte reforçavam a investida.

Por isto, antes de surgir a Capitania portuguesa no Rio Grande, a miscigenação regional primeira foi entre aborígenes potiguares e franceses. Todos os historiadores confirmam o evento. Rocha Pombo, em "História do Rio Grande do Norte", afirma que "muitos franceses chegaram a ficar vivendo por ali, tomando os costumes, aprendendo a língua daqueles índios, e até formando famílias". Sérgio Buarque, na "História Geral da Civilização Brasileira", é de opinião que — "ali, como em tantos outros lugares da América, aventureiros da Normandia e da Bretanha andavam em íntima promiscuidade com os grupos indígenas estabelecidos na marinha ou mesmo no sertão"... "em contraste com muitos colonos anglo-saxões do Novo Mundo não se mostravam eles (os franceses) esquivos ao convívio e mestiçagem com as populações nativas" — Maximiliano Lopes Machado (Hist. da Prov. da Paraíba — Ed. UF/Pb — 1977), citando Paul Gaffarel, em Hist. du Brésil Français), não esconde a intimidade francesa no Rio Grande. Júlio Gomes de Senna (op. cit. pág. 351), chega a afirmar: "— Que o reduto das permutas franco-brasileiras era calmo e sentimental, permitindo que 50 franceses se casassem com moças amarebas guajiruenses". E já agora Carlos Studart Filho (Hist. do Ceará Holandês, in Rev. do Inst. Histórico — Ceará — Vol. 97 — 1977), atesta: — "Quando contrabandistas franceses transferiram seu campo de negócios para Paraíba, depois para o Rio Grande do Norte, que se transformaram, assim, centros de intensa fusão étnica. Segundo o testemunho de Knivet, os franceses deixaram larga geração na Paraíba e no Rio Grande do Norte".

X

X

X

O passo seguinte, para retomada das terras do Potengi aos franceses, é dado pelos portugueses e espanhóis, já com intenção colonizadora.

As cartas régias de 1596 e 1597, ao tempo do domínio espanhol sobre Portugal, da chancela de Filipe II, determinavam providências de ordem militar e de ordem econômica, que permitissem a conquista da nova capitania, evitando que, pelo "Uti possidetis" os franceses adquirissem direitos sobre as novas terras.

Todos sabem que, por cumprimento dessas ordens, os esforços de Manoel Mascarenhas Homem, Capitão-mor de Pernambuco, Feliciano Coelho, Capitão-mor da Paraíba, Jerônimo de Albuquerque e irmãos, e os Padres Lemos, Gaspar de São João Peres e Frei Bernardino proporcionaram o êxito da expedição composta de cinco navios e seis caravelões, além de três companhias de infantaria e uma de cavalaria e índios em armas.

O desembarque efetuado no final de dezembro de 1597 à margem direita do Potengi, já na desembocadura para o Atlântico, permite o núcleo de

resistência fortificado, cujo traço em Fortaleza, por ter sido iniciada em 6 de janeiro de 1598, recebeu o nome dos “3 Reis Magos”. A luta contra os potiguares e franceses, para o interior em direção sul e dos caminhos que demandavam Paraíba e Pernambuco, só termina em março de 1599, graças aos irmãos Albuquerque, mestiços de fácil e habilidoso trato com os nativos, quando a paz definitiva é firmada solenemente em Filipéia de N. S. das Neves (Paraíba). Com a pacificação, foi possível, em ato solene, delimitar-se o sítio da cidade do Natal, meia légua além do Forte, porque celebrado em 25 de dezembro de 1599, da iniciativa de Jerônimo de Albuquerque e presença de Mascarenhas Homem, o responsável pela expedição concluída.

A Fortaleza dos 3 Reis Magos seria o último reduto português em direção Norte, permissivo da expulsão dos franceses, e portanto ponto de irradiação em direção Norte da colonização portuguesa. Ela foi o abrigo do faminto Pedro Coelho de Souza, voltando vencido de sua tentativa de colonizar o Ceará, em 1606; hospedou o Padre Luís Figueira, em 1608, salvo da felonía dos Pacarijus, trucidadores do padre Francisco Pinto; de sua guarnição partiu Martim Soares Moreno, em 1611, para a conquista definitiva do Ceará; de suas muralhas também saiu a expedição que foi dissipar a França Equinocial, comandada pelo próprio Jerônimo de Albuquerque, como também Francisco Castelo Branco, seu capitão-mor, para criar a cidade de Presépio de Belém do Pará.

Sem dúvida, foi a partir desse instante que o português branco fixou-se definitivamente entre nós, e num período de 223 anos de colonização vai miscigenar mais com os nativos e menos com o elemento negro, último a entrar na Capitania, constituindo com o anterior sangue francês e o posterior e pouco sangue holandês o biótipo do sertanejo norte-rio-grandense das regiões salineira-norte, Açú-Apodi, Serrana, Seridó e Borborema potiguar, onde prevalecem os branquicéfalos e dolicocéfalos do Entre-Douro e Minho, das Beiras, ou como provam os registros das velhas paróquias de descendentes das ilhas dos Açores, de Viana do Castelo, vindos de Pernambuco e Paraíba, através da Borborema, ou mesmo da Bahia, do vale do São Francisco, e também pelo Norte pelo vale do Jaguaribe, somente a partir da segunda metade do século XVIII, após o domínio holandês e a guerra dos bárbaros.

Evidentemente, nesse início do século XVII, com o português, chega ao Rio Grande do Norte o elemento negro. A sua presença entre nós tem de ser estudada diretamente com o fenômeno da escravidão, e esta no momento de sua permissibilidade e no instante de sua importação por ato do colonizador. Este ato, cronologicamente, ocorreu em 1600, quando os primeiros escravos negros chegaram à vila do Natal, em decorrência de autorização dada a João Rodrigues Colaço, então Capitão-Mor, em seu requerimento de sesmarias, haver justificado: *“Porque tendo comprado escravos da Guiné, era a primeira pessoa que começou a roçar e a fazer benfeitorias no Rio Grande”*.

Decorridos 23 anos depois da expedição colonizadora, no governo de Bernardo da Matta, o viajante Domingo da Beiga, visitando a Capitania, registrou em seu relatório “não possuir a mesma além de 300 moradores e escravos, 300 índios frecheiros repartidos em quatro aldeias”, porque, na verdade, o progresso

era lento e se fazia em direção sul, por onde tinha vindo aquela expedição primeira, elo de ligação entre Paraíba e Pernambuco. Com o norte já se não dava o mesmo. O desenvolvimento da criação, o arroteamento dos campos, as necessidades da defesa é que iam permitir desviar para esse lado, em procura do Ceará, a atenção e os esforços dos conquistadores.

Durante aqueles anos, os negros, em pequeno contingente, foram empregados em Cunhaú e Ferreiro Torto, primeiros engenhos que acenderam fogos por pouco tempo, vindos todos eles de Pernambuco, centro principal, mercado maior de escravos negros para todo o Nordeste brasileiro, de tal forma que Maurício Goulart, o mais abalizado informador de estatísticas sobre escravos, afirmava que até 1652 haviam entrado em Pernambuco 108 mil negros, o que justificava, mais tarde, dizer o Padre Antônio Vieira: “Sem negros, não há Pernambuco; e sem Angola não há negros”.

X

X

X

Na primeira quadra de fixação efetiva do português branco no Rio Grande, a contribuição do escravo negro para a etnia, além daquela energia motriz, foi quase nula. O cruzamento era feito mais com os nativos, porque, para a entrada ao sertão, os primitivos colonizadores contaram com o apoio dos índios potiguares, pertencentes à nação dos Tupis, inimiga dos cariris, habitantes do interior, — além do rio Açu que divide o Estado ao meio, — os quais mais tarde, aliciados por Jacob Rabi, desceram do interior para aliança com os holandeses.

Com o domínio holandês, caindo Recife, em 2 de março de 1630, ante o dilatado da linha de abastecimento, o Atlântico, pelo qual recebiam os novos conquistadores das terras do Nordeste os meios para manutenção, voltaram as vistas para o Rio Grande, ante a premência de tempo e o aspecto estratégico que lhes oferecia a região, não somente necessária ao desbordamento da Paraíba que resistia, como também por constituir rico manancial de gado bovino capaz de resolver o abastecimento de Recife.

Não é preciso relembrar essa conquista batava com a tomada do Forte dos Reis Magos em 12 de dezembro de 1633, o sacrifício do seu comandante Pero Mendes de Gouveia, a transformação do baluarte em Castelo Ceulen, Natal em Nova Amsterdã, senão que foi o início de um domínio no qual a Capitania recém-nascida, por vinte e um anos, só conheceu violência, extorsão, vilipêndio e rapinagem, como atestam as atrocidades de Cunhaú, Ferreiro Torto, Uruaçu, Extremoz, Guarairas... Da Capitania só interessava o fornecimento de reses para consumo dos soldados de Pernambuco em crescimento, sem o que *“os holandeses, como dizia ao tempo Herman Watje (O Domínio Holandês no Brasil), tão miseravelmente tratados com recursos dos armazéns, ficariam condenados a morrer de fome”*. Conseqüência desse tratamento, é que da população portuguesa do Rio Grande 60% sucumbiram.

Enquanto isto ocorria, Recife, centro do domínio flamengo, requeria mais escravos para exploração da cana-de-açúcar e seu desenvolvimento ao tempo de Maurício de Nassau. E eles chegando da África, para aqui eram desnecessários

por estarem os dois únicos engenhos existentes — Cunhaú e Ferreiro Torto, de fogos apagados por causa daquelas depredações e mortandades. Houve, é verdade, uma tentativa de fazer funcionar Cunhaú, porém as guerrilhas de Camarão e Henrique Dias impediram e acabaram com o resto dos escravos que havia. Como escreveu Frei Manuel de Calado, no seu “Valeroso Lucidemo”, “nos combates de Guaraíras, próximo a Cunhaú, até os negros foram exterminados”.

Dessa convivência do tempo, é evidente que a mestiçagem com o negro foi nula, enquanto persistiu do branco português com seus aliados potiguares, cujos chefes principais: Felipe Camarão e Jaguarari, foram os heróis da guerra contra o branco herético invasor holandês, que, por sua vez, aliado aos Cariris, teve em Gaspar e Antônio Paraupaba, e o único potiguar Pedro Poti, os responsáveis pela união de forças e sangue entre suas gentes de tal forma que, no dizer de um cronista holandês — do contato de mulheres brasileiras tanto com portugueses como também com os neerlandeses, nascem muitos bastardos, entre os quais não raro se encontram formosos e delicados tipos quer de homens, quer de mulheres — Ernani Silva Bruno — Hist. do Bras. Vol. 2 Nordeste ; fato que Gilberto Freyre confirma em “Nordeste”: “Seriam tais louros, em alguns casos, restos de normandos ou de flamengos do século XVII, de alemães, ingleses e franceses dos tempos da invasão holandesa!”.

Serve de exemplo, ainda, a circunstância de que milhares de soldados em campanha, sem família no Brasil, penetrando fundo o sertão para as mais variadas missões de guerra unidos aos silvícolas e suas mulheres, muita vez, nas tabas ou à luz das fogueiras dos acampamentos, cruzaram com as “cunhãs” e deixaram seus cromossomos na formação de novos seres.

A união entre holandeses e nativos foi tão íntima, que Hendrikszon, encarregado de patrulhar a costa potiguar, levou vários Cariris para a Holanda, entre eles, aqueles, pai e filho —, Gaspar e Antônio Paraupaba. Educados lá, voltaram falando holandês e lendo a Bíblia reformada. Antônio, que sobreviveu à derrota de Taborda, retornou e de Haia, onde morreu deixando descendentes, dirige, em 6 de agosto de 1654, petição ao governo daquele país, suplicando meios para retirar sua gente abandonada e perseguida nos sertões do Rio Grande, “com muitos desta nação e seus familiares”, na forma de documentos publicados por A. Tavares de Lyra, em “Domínio Holandês... especialmente no RGN”. Doutra maneira, pelo convívio contínuo e posse de bens e presas de guerra, entraram em litígios entre eles. Dá notícia aquela resolução do Supremo Conselho das Índias Ocidentais, reunido em Recife, em 23 de dezembro de 1645, a respeito de que no Rio Grande, muitos neerlandeses se casam com viúvas de portugueses e mulheres nativas e depois sustentam que os bens lhes pertencem”...

X

X

X

Em maio de 1654, o domínio português estava restaurado em todas as capitanias anteriormente ocupadas pelos holandeses. No Rio Grande, mesmo antes de ter chegado a intimação, os holandeses fugiram. Muitos deles, sem outros meios

de transportes, refluíram para o interior, em companhia dos nativos seus aliados, esperando melhor oportunidade para retornarem à pátria.

Foi Antônio Vaz Gondim o primeiro capitão-mor nomeado para a Capitania, em janeiro de 1656, por seis anos. A obra de colonização, tão promissoramente iniciada antes da invasão holandesa, recomeçava agora em condições mais favoráveis, tendo de recolher 150 moradores para tanto. Depois de 28 anos, o Capitão-mor Manoel Muniz, dizia, porém, “que os sesmeiros ou seus prepostos residentes nas terras do interior, *sem recursos para comprarem negros da Guiné ou Angola, premiados pela obrigação de viver, recorriam freqüentemente à captura dos indígenas*”...

Do estado da Capitania, depois da saída dos flamengos, Aires de Casal (Corografia Brasília), citado por Euclides da Cunha em “Os Sertões”, dava notícia: “*Os negros sam poucos nesta Província, onde os indígenas há largo tempo foram de todo reduzidos, apesar da sua ferocidade; e cujos descendentes, por meio das alianças com os Europeos e africanos tem aumentado as classes dos brancos e pardos*”.

Assim, nessa segunda arrancada da colonização portuguesa para o interior do Rio Grande, o negro estava ausente, quando o nativo passou a ser sistematicamente liquidado.

Com efeito, o resultado dessa vivência inusitada entre colonos e indígenas espoliados de suas terras e ainda escravizados, não podia tardar. Foi a chamada “Guerra dos Bárbaros” que teve início no ano de 1687, por ocasião do governo de Pascoal Gonçalves, como revide dos índios movidos pelo sentimento de sobrevivência. À persistência por 30 anos deve-se o apoio dos holandeses, atendendo aos pedidos daquele Antônio Paraupaba, regedor-mor cariri, residindo em Haia. Navios corsários que aportaram no delta do rio Açu e na embocadura do Jaguaribe trouxeram armas e munições, alentando a revolta.

Então a Colônia, em perigo, gritou alto, pedindo socorro, e eles vieram de todas as partes: Terços de Henrique Dias e Camarões, Terços dos Paulistas, comandados por nomes como Matias Cardoso de Albuquerque, Domingos Jorge Velho, Jorge Luiz Soares, Manoel Alvares de Moraes Navarro, a quem o governo de S.M.S. não fornecia os meios necessários. E quando eles faltavam, os soldados desertavam e o cariri avançava, jarreteando os bois, destruindo tudo, chegando ao Ceará-Mirim, Ferreiro Torto, bem próximo de Natal.

Como incêndio, apagado aqui, ressurgindo ali, essa guerra só foi concluída definitivamente no século XVIII, depois de 1720 com o aldeamento dos caboclos em Guajiru (Extremoz), Apodi, (Vila do Regente, depois Portalegre), Guarairas (Arez), Gramació (Vila Flor) e Mipibu (São José de Mipibu).

Portanto, os acontecimentos narrados do domínio holandês e da guerra dos bárbaros deram à Província um atraso de 100 anos em relação às demais do Brasil, não permitindo o seu povoamento e sua exploração, para os quais o elemento humano menos classificado, ativo e presente, como testemunha da história foi o negro. O branco, este sim, além de passar a condição de posseiro da terra, na luta contra o primeiro senhor, o índio, com ele miscigenou, fazendo pela força do sangue surgir seus caracteres antropológicos nas populações de então, na

forma escrita por historiadores citados e agora corroborada nesta definição conjunta de Gustavo Barroso e A. Tavares de Lyra: "*Talvez esteja mesmo no maior cruzamento então operado entre elles e os índios a explicação para a diferença de typo que, não raro, se observa entre os sertanejos e os habitantes do litoral norte-rio-grandense. No meio dos primeiros veem-se quasi sempre homens alourados, fortes, de olhos azues, que lembram os holandezes; e quem viaja pelo interior encontra a miudo, brincando na porta dos casaes, criancinhas louras, de inquietos olhos de cor de safira*".

Juntem a esses elementos os variadíssimos braquicéfalos e dolicocefalos, comuns na região portuguesa do Entre-Douro e Minho e nas Beiras, como foi dito, fontes irradiantes de migração para o Nordeste brasileiro e, em especial, para o Rio Grande, e esta conclusão dos mestres merece fé e acatamento.

X

X

X

O século XVIII é a época do povoamento efetivo da Capitania norte-rio-grandense. Foi o restabelecimento da paz com os nativos que proporcionou a enérgica reação. Imigrantes vindos do reino e das ilhas em busca de ambicionadas riquezas, oficiais que tinham deixado o serviço ativo, empregados que deixavam as suas funções, praças que tinham pertencido às forças regulares, negociantes e lavradores, sobretudo criadores de gado seduzidos pelas excelentes pastagens existentes no sertão, começaram a entrar na formação da capitania, elevando a sua cultura e seu nível moral.

A confluência das duas correntes, a que viera do São Francisco e a que subira do litoral, tornou vigoroso o povoamento do interior, sobretudo pelo interesse da pecuária. Habitantes de Pernambuco e Paraíba constituíram os troncos das famílias de todo o Seridó. Pela decorrência do processo de colonização por elementos vindos de outras Capitánias, foi que o negro ingressou ativamente na história do Rio Grande do Norte, no século XVIII.

A única estatística do tempo, de relativo crédito, feita na governança de Paula Cavalcanti de Albuquerque, datada de 31 de dezembro de 1805, porém referente ao século findo (XVIII), consignou uma população de homens e mulheres: Brancos, 16.900; pardos, 19.058; pretos (livres e escravos), 8.192; e índios, 5.050, para um total de 49.200 almas viventes no Rio Grande.

Comentando a respeito dessa mistura racial, ao tempo, Ferdinand Denis dizia: "*No sertão, o coeficiente dos índios e mamelucos foi superior, talvez pela razão de que cedo se observou que os pretos eram em geral mui desmazelados para que fossem bons pastores, de sorte que os grandes rebanhos do sertão são confiados a brancos e afeitos ao clima e que podem suportar as fadigas, ou antes a homens de sangue misturado que descendem da aliança de europeus com indígenas. Os mamelucos são essencialmente próprios para a vida arriscada do sertão e suas fadigas*".

Como se nota, durante esse século a entrada do elemento negro é ainda pequena por não haver diversificação de produtos de sustentação econômica em que ele fosse empregado na mão-de-obra como escravo, sobretudo.

Na segunda metade do século XIX, a Província com a maior parte de suas terras ocupadas, as fontes de produção aumentaram, fazendo surgir a exportação dos seus produtos.

Assim, na Assembléia Provincial de 1849, o 16º Presidente, Benvenuto Augusto de Magalhães Taques, anunciava “a carnaúba e a sua cera constituem um dos principais ramos da produção da província. Particularmente no município de Açú, arrendam-se extensos carnaubais para o corte dos palmitos que, secando ou passados em água, dão a cera empregada nas velas compostas”. Em 1853, ano em que os vales açucareiros, Capió e Ceará-Mirim, começam a produzir, o 19º presidente, Antônio Francisco Pereira de Carvalho, afirmava “que é na cana-de-açúcar que a Província começa a depositar todas as suas esperanças”. E Pedro Leão Veloso, em sua fala provincial de 1862, informava . . . “depois da cana-de-açúcar, é o algodão o ramo da lavoura de maior importância na província”.

Na verdade, a indústria açucareira no Rio Grande do Norte foi ativada a partir de 1845 nos vales de São Gonçalo, Ceará-Mirim, São José de Mipibu, Papari, Goianinha, Canguaretama. Em Ceará-Mirim existiam 44, entre São José e Papari 33, isto num total de 173 engenhos moendo, incluindo os das outras cidades. Em 1854, a exportação de açúcar orçava em 82.749 arrobas. Em 1859, a exportação subia para 350.000.

Nessas circunstâncias, a escravidão subia em razão direta da produção, sobretudo açucareira, comprados os pretos em Pernambuco ou no Maranhão, estes desembarcados em Areia Branca, via Ceará, para as necessidades, também, daquela Província e do nosso litoral norte, onde os estabelecimentos salineiros já se elevavam a boa escala industrial, principalmente os situados em Açú, Mossoró, Macau e Areia Branca.

O surto econômico maior da cana-de-açúcar na região do agreste-litoral foi até 1870, quando cedeu lugar à agricultura do algodão no sertão do Seridó, isto pela maior demanda dos mercados europeus em plena “*cotton famins*” da segunda etapa da revolução industrial. Portanto, marca o ano de 1870 o maior índice de população negra no Rio Grande do Norte, porque daí para diante cai a importação humana, a renovação dos estoques não é feita, a miscigenação diminui e as manumissões espontâneas, pela descessidade do negro, vão anteceder a lei áurea.

X

X

X

Os recenseamentos demográficos do século XIX demonstram que o negro no Rio Grande do Norte, além de pouca projeção racial, como ficou provado nessas assertivas anteriores, comparados os índices ao longo de alguns anos do século XX, legou a menor percentagem pigmentar do país.

Para tanto, é preciso atentar-se que, de 1819, quando foi feita a primeira tentativa de recenseamento geral por intermédio do Conselheiro Veloso de Oliveira, até 1870, os critérios para apuração dos valores demográficos variaram de: LIVRES e ESCRAVOS, TOTAL e PERCENTAGENS, para a classificação BRANCOS, PARDOS (livres e escravos) e TOTAL.

Evidentemente, quando as estatísticas usaram a classificação de PARDOS, foi em consideração à escala do antropologista Von Luschan, que incluiu como “*faiodermos*” os indivíduos de pele mais ou menos escura, ou sejam aqueles comumente conhecidos como mamelucos (brancos e índios), caboclos ou curibocas (negros e índios), e mulatos (brancos e negros), peculiaridade da miscigenação brasileira. Os “*melanodermos*”, com variante de 30 a 36 da escala de coloração da pele, escuros, são negros quando ainda apresentam as características essenciais da raça, no que concerne à maior espessura dos lábios, achatamento horizontal das narinas e cabelos ulótricos.

Os recenseamentos oficiais divulgados pelo IBGE, referentes aos anos de 1872, 1890, 1900, 1920, 1940 e 1950, na coluna “*Especificação*”, “*segundo a cor*”, além de brancos, pretos, pardos, vem acrescida de mais: — “*amarelos*” e “*sem declaração*”, certamente para ocorrer ao fenômeno da imigração de outros povos estimulada desde 1850, no Brasil. Como particularidade, talvez motivada pela sã política de evitar a discriminação racial, nos anos de 1900 e 1920, nenhuma referência foi feita “*segundo a cor*”. Voltou ao modelo anterior, nos censos de 1940 e 1950. De 1970 em diante, não há referência neste sentido.

Certamente, ainda hoje, conservam os técnicos do IBGE tal classificação. Pela diversidade de opiniões existentes, é preferível, como mais racional e lógica, a classificação de HADDON, que destacou nas características dos verdadeiros negros, isto é, da raça negra ou nigricina: “A pele negra, cabelos encarapinhados, nariz largo e chato, lábios volumosos, prognatismo, alta estatura (1m73 em média), dolicocefalia moderada (índice cefálico 74 a 75)” — traços que se encontram nos grupos formados por Nina Rodrigues: Sudaneses e bantos. *Sudaneses* seriam os Nagôs, Gegês, Minas, Mandingas e Haussás. *Bantos*, especialmente os Angolas, Congos, Moçambiques.

Para o Rio Grande do Norte, vieram os Bantos, via Pernambuco, porque como ficou dito nas palavras do Padre Antônio Vieira: — “Sem negros não há Pernambuco e sem Angola não há negros”, embora os cronistas dos séculos XVI e XVII os confundissem como sendo da Guiné, então Colônia portuguesa na África em maior evidência.

Assim interpretadas as estatísticas demográficas perquiridas, a partir do censo do Conselheiro Veloso de Oliveira, transcrito por Pandiá Calogeras, o Rio Grande do Norte, em 1819, possuía: 61.812 pessoas livres; 8.109 escravas, num total de 70.921 almas, sendo a percentagem de escravos (negros) de 12,8; enquanto que, no quadro feito em que vem toda a população do Brasil se verifica que a percentagem negra atingira o máximo no Maranhão, com 66,6% da população composta de escravos das fazendas de algodão; a 42,5%, em Goiás, na mineração aurífera; a 38,6% em Mato Grosso; a 38,8% em Alagoas. Os *mínimos* achavam-se no Rio Grande do Norte, com 12,8% e na Paraíba, 17,4%. As médias das demais Províncias oscilavam de 20,3% no Piauí a 32,6% em São Paulo.

Em 1835, o Estado possuía 10.240 escravos, dos quais 6.016 eram negros e 4.224 eram pardos. Livres: Negros 6.247; pardos: 36.109. Elementos na etnia: Igual a 12.263 negros e 40.333 pardos. Em 1884, numa população de 149.072,

foram consignados 23.467 pessoas escravas, certamente incluindo negros e pardos, assim como no censo de 1855 possuía 20.244 escravos e no de 1870, 24.236 escravos.

Tão somente nos recenseamentos oficiais de 1872 e 1890, que encerram o século XIX, são indiscutíveis os números representativos dos índices demográficos verdadeiros do Brasil.

— 1872 — Total — 233.979.

Segundo o sexo:

Homens.....119.292

Mulheres.....114.687

(Pela primeira vez os homens superaram as mulheres).

Segundo a cor:

Branços.....102.465 — percentagem 43,79

Pretos.....30.031 — percentagem 12,83

Amarelos..... nihil — percentagem ----

Pardos.....101.483 — percentagem 43,38

— 1890 — Total — 268.273

Segundo o sexo:

Homens.....130.712 — percentagem 48,82

Mulheres.....137.561 — percentagem 51,28

Segundo a cor:

Branços.....118.370 — percentagem 44,12

Pretos.....24.084 — percentagem 8,98

Amarelos..... nihil — — — — ----

Pardos.....125.819 — percentagem 46,90

Causas determinantes da diminuição do índice demográfico da Província ocorreram a partir de 1865, alcançando todas as camadas da população. Um pouco por ocasião da guerra do Paraguai: De 2.000 homens, dos quais perdemos 700 por doenças, 500 em ação e 800 voltaram estropiados. Mas, as grandes perdas aconteceram com as secas. O fenômeno climático constatado no período de colonização do século XVII esteve em maior evidência nos séculos seguintes, sobretudo no século XIX, nos anos 1877-1879, fazendo abater o povoamento pela morte e migração para as Províncias do Sul, e os escravos vendidos para salvarem os seus senhores da insolvência.

Neste particular da população negra, a campanha abolicionista teve grande influência para diminuí-la cada vez mais, mesmo antes de 30 de setembro de 1883, quando Mossoró alforriou os seus 50 últimos escravos. Outras cidades seguiram o exemplo, como Natal: A 1.º de janeiro de 88, quando foi fundada a

“Libertadora”, existia, conforme o derradeiro boletim de inscrição da Comarca, 30 escravos, e, em chegada a Lei Áurea, apenas 5. Em toda a Província, a matrícula anterior a 1888, informava da existência de 3.716 escravos, entre negros e pardos, o que fez ao encerrar os seus trabalhos, a “Libertadora Norte-Rio-Grandense”, consignar em sua ata — “que quando chegou a lei eram avaliados, apenas, em trezentos e poucos, de modo que o Rio Grande do Norte pode dizer com orgulho: Em meu território, muito pouco encontrou a fazer a lei que aboliu a escravidão no Império”.

No século XX, pelos dados publicados pelo IBGE, os recenseamentos das populações presentes nos Estados, de 1900 até 1950, são os seguintes:

ANO DE 1900	Total	274.317		
Segundo o sexo	— Homens.....	133.925		
	— Mulheres.....	140.392		
Segundo a cor	— Nada foi consignado.			
ANO DE 1920	Total	537.135		
Segundo o sexo	— Homens.....	260.778		
	— Mulheres.....	276.357		
Segundo a cor	— Nada foi consignado.			
ANO DE 1940	Total	768.018		
Segundo o sexo	— Homens.....	379.945		
	— Mulheres.....	388.073		
Segundo a cor	— Brancos.....	333.952	— Percentagem	43,49
	— Pretos	102.790	“ “ “	13,38
	— Amarelos	101	“ “ “	0,01
	— Pardos	330.870	“ “ “	43,08
	S/Declar	305	“ “ “	0,04
ANO DE 1950	Total.....	967.921		
Segundo o sexo	— Homens.	473.861		
	— Mulheres	494.060		
Segundo a cor	— Brancos	472.146	— Percentagem	48,78%
	— Pretos	91.581	“ “ “	9,46%
	— Amarelos	16	“ “ “	0,00%
	— Pardos	402.471	“ “ “	41,58%
	— s/declaração	1.777	“ “ “	0,18%

Interpretando-se os índices de percentagens, compreende-se que, de 1890 a 1940, a população tendo quase triplicado, a de raça branca estava em maioria sobre as demais com 43,49%; os pardos com 43,08%, um pouco abaixo dos brancos; e os pretos com 13,38% de total, o menor e inexpressivo. Dez anos depois,

isto é, em 1950, quando a população total comparada a de 1890 tinha quase quadruplicado, os brancos estavam com a maioria sobre os pardos e pretos de 48,78%; os pardos tinham 41,58% da população, portanto diminuído em relação aos brancos; e os negros, o índice tão somente de 9,46%.

Desta maneira, de 1950 para cá, cada vez mais os negros, enquadrados à matrizes antropológicas apontadas de início, estão desaparecendo no Rio Grande do Norte, assimilados por uma crescente maioria de brancos e pardos. Estes últimos, por sua vez, oriundos daqueles cruzamentos longínquos de brancos com pretos, de brancos com índios e pretos com indígenas, agora somente entre eles e brancos, ante a falta de reserva negra substancial no Estado, tendem para uma deflexão maior como resultado da escala de Von Luschan, confirmada por Roquette Pinto: A progressiva transformação para o fenotípico alvarinto será o resultado final.

X

X

X

O negro, das três raças, foi o elemento que por último chegou ao Rio Grande do Norte, quando a mestiçagem já começara entre nativos e franceses, portugueses e holandeses, como foi dito.

Transmudado, adaptou-se às condições do meio físico nas piores condições de trabalho que lhe foram impostas. Sobreviveu e proliferou em razão das necessidades da produção e por significar um bem de valor econômico apreciável. Nada trazendo de seu para a nova terra, só ofereceu de si o que recebera em tradição de seus antepassados e a dedicação àqueles que foram seus senhores. Por isto não sofreu exterminação sistemática como ocorreu com o nativo, salvo quando formou quilombo, o que não ocorreu no Estado dado a que somente foi reclamado nos vales açucareiros e sem expressão nas fazendas, na vida do sertão.

Após a abolição da escravatura, cidadão livre, excluído o preconceito racial, não mereceu restrições, vivendo em condições civis iguais às do branco; ao contrário do silvícola, antigo dono da terra, que, ainda hoje, noutras partes do país onde existe, sofre limitações de nacionalidade, cidadania, naturalização e incorporação à comunhão nacional, em face de expressa determinação constitucional.

Os negros libertos encontraram, inicialmente, dificuldades para viver. Nos centros urbanos a mão-de-obra assalariada não lhes dava vez pela falta de habilitação, excesso existente e até pelo preconceito. Para o interior, não havia possibilidade na agricultura, com a terra já ocupada e com os seus irmãos sobrando na vida de vaqueiro. O deslocamento foi, portanto, de engenho em engenho, de fazenda em fazenda, muitos se deixando ficar com seus antigos senhores e sinhás, trabalhando “de meia”, de “empleitada”, tendo apenas o necessário para o sustento. Construíram, assim, sociedades fechadas com hábitos de vida, costumes econômicos e princípios religiosos.

Remanescentes dessas sociedades constituem os legítimos descendentes de antigos escravos no Rio Grande do Norte. São poucos, geralmente,

100 a 150 pessoas, dedicando-se à agricultura, criação, pescaria ou cerâmica, e, para alguns grupos, unidos pela endogamia. No vale do Ceará-Mirim, existem os pretos de “Coqueiros”, exímios limpadores de canais do rio dos Engenhos, chamados de “cambiteiros” pela melhor indústria de cangalhas existente no Município e de instrumentos de sopro, em forma de flauta, que fazem com bambu. Fabricam, ainda, a famosa farinha do alagadiço. Na foz do Rio Punaú, Município de Touros, entre o Rio do Fogo e Pititinga, em plena praia, existe “Zumbi”, outro grupamento idêntico ao de “Coqueiros”, vivendo da pescaria e da pequena agricultura. O topônimo é negro, raríssimo, aliás.

No vale do Capió, compreendendo a região de engenhos de São José, Goianinha e Canguaretama, no Município de Tibau do Sul, existem os povoados de Munim, Catolé, Grotá, Manimbu e Sibaúma, de gente de cor fortemente escura. Gente descendente de antepassados longínquos que serviram na Casa Grande de Cunhaú, engenho que acendeu fogo e moeu cana desde o alvorecer do século XVII, e depois se fixaram nas imediações, conservando na maneira da exploração da terra, do trabalho e organização familiar, todas as características do “Clã”.

O caso de Sibaúma, de população toda negra, mereceu da Revista “Realidade” (n.º 37, abril-1969) uma reportagem sensacionalista por ter sido classificado o povoado como um quilombo, coisa que jamais existiu na história do Rio Grande do Norte, considerado como reduto de pretos fugidos, formadores de um núcleo de resistência à legal instituição escravocrata da época, como o exemplo de Palmares, em Pernambuco e Alagoas.

Sibaúma foi e continua a ser uma comunidade pacífica, originada de maneira idêntica àquelas outras mencionadas, sem constituir, sequer, uma exceção. O topônimo é de origem tupi e, desde o século XVII, vem gravado nos mapas do **Livro Que Dá Razão do Estado do Brasil**, significando “Concha Preta”. Primeiro sesmeiro, foi Gregório Pinheiro, sargento da Fortaleza dos Reis. No início do século atual, as terras pertenciam ao professor Teódulo Câmara que foi destituído de suas posses pelos Leandros, família nigricina, cujos descendentes ainda hoje vivem por lá. (Ponto de Vista — A Tribuna n.º 87, ano XXII).

Dessa forma, se o grupamento de pretos formadores de Sibaúma só chegou ao lugar no **começo do século** (1.900), quando já não existia escravidão por haver ocorrido a abolição de 13 de maio de 1888 (século anterior), evidentemente não existiu quilombo, por contrair o bom senso da clássica definição de Beaurepaire — Rohan: “**QUILOMBO**, habitação clandestina nas matas e desertos, **que servia de refúgio a escravos fugitivos**.”

X

X

X

Negros fixados no sertão, últimos sobreviventes do braço escravo, do ciclo do couro, das fazendas, estão em número diminutivo na Zona Fisiográfica do Seridó: Caicó, Jardim do Seridó (os pretos do Bom Sucesso), Parelhas (Boa Vista), Acari (Barra, família dos Higinos) e Currais Novos (negros do Riacho),

todas com idêntica forma de vida, mas integrados na comunidade e participando do processo econômico da região.

Foi nessa região do Seridó que os negros introduziram as “Confrarias Religiosas”, com oragos diversos, como São Benedito, Santa Efigênia, São Gonçalo, sendo a mais comum a “Confraria de Nossa Senhora do Rosário”.

O professor Veríssimo Pinheiro de Melo, que pesquisou o assunto, acha que as irmandades ou Confrarias religiosas constituíram, no passado, o fulcro de uma das mais importantes posições de resistência e defesa dos negros contra a escravidão no Brasil.

Sabe-se das várias formas de reações contra-aculturativas dos negros. Algumas violentas, ruidosas, como as rebeliões de negros muçulmanos na Bahia, os quilombos, os crimes. E outras silenciosas, mais de fundo psicológico, como o banzo, os suicídios, as fugas ou refúgio nas regiões. As irmandades ou Confrarias religiosas podem ser consideradas sob o segundo aspecto, pois de outra forma não se pode entender o interesse dos negros por uma religião, a católica, totalmente estranha às suas crenças primitivas.

O estudo dessas irmandades ou Confrarias revela que o ingresso de negros nelas era muito mais uma posição do que uma conversão, bem como esclarece a origem de várias instituições próprias dos pretos cativos, como a solenidade de coração de reis e rainhas, autos e festejos populares como os congos, caboclinhos, reisados, maracatus, etc, pois todos esses elementos estavam diretamente vinculados a essas instituições. Destaque-se, ainda, nessas ocasiões, as festas barulhentas e coloridas, o sincretismo altamente inteligente dos negros. A sombra da devoção católica, os negros confraternizavam, adoravam seus ídolos, promoviam festas públicas e se quotizavam para alforria de companheiros mais credenciados, tudo sob as vistas cegas dos senhores, que na região apontada, ao contrário de outras partes do Nordeste e do Brasil, até colaboravam, delas participando, inclusive no cargo de tesoureiro, o qual, geralmente, tinha de ser um homem branco de respeito, como ainda hoje ocorre.

Cronologicamente, o culto a N. S. do Rosário teve no Rio Grande do Norte a sua fase inicial, por ocasião em que os negros escravos construíram em Natal a Igreja de N. S. do Rosário, concluída em 1714, também considerada a Igreja dos Justicados por receber os corpos dos executados não reclamados, todos sepultados interna ou externamente, conforme as circunstâncias. O matador da hamburguesa, Alexandre José Barbosa, último dos enforcados, em 31 de outubro de 1848, não aparecendo quem o levasse, fê-lo a justiça que o mandou conduzir para a capela do Rosário, onde se acha enterrado. Da Confraria, se existiu, não há rastro. Atualmente, nela funciona a Irmandade de São João.

Confraria ou irmandade como sociedade religiosa, com estatuto regulamentando a finalidade, o funcionamento, sem constituir o santo orago ou padroeiro do lugar, a mais antiga do Estado é a da cidade do Caicó, que teve a sua primeira mesa constituída em 11 de junho de 1771. Em 9 de fevereiro de 1772, recebeu a Irmandade, em Portugal, o selo da Real Mesa da Consciência e da Ordem, e, no dia 7 de março do mesmo ano, a aprovação real.

Outra de idêntico motivo, foi a de Jardim do Seridó, porém aprovada pela Lei n.º 951 de 16 de abril de 1885, já no Segundo Império.

Informa Cristóvão Rodrigues de Oliveira, em **“Sumário em que brevemente se contêm algumas cousas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa”**, — que o costume não era propriamente brasileiro. Veio da Europa, onde em 1552, já havia com iguais encargos na cidade de Lisboa. A Confraria de N. S. do Rosário se compunha dos pretos forros e escravos, no tempo em que, segundo Clenaro, lá em Lisboa, entravam todo ano dez mil, e temia Garcia de Resende que acabassem enchendo o reino. Desviou-se para a América Portuguesa a migração africana, e de Lisboa passou ao Brasil, sobrecarregada com o seu culto específico de São Benedito.

Dr. Juvenal Lamartine de Faria, que dá as minúcias das festas do Rosário em **“Velhos Costumes do meu Sertão”**, conta ainda que, anualmente, no mês de outubro, elegiam um rei e uma rainha, os quais, por sua vez constituíam o seu estado-maior, nomeavam as damas de companhia e sua guarda pessoal. Durante os três dias que duravam as festividades, permaneciam reunidos na casa chamada do Rosário, e ali se divertiam à larga, dançando, bebendo, e comendo. Era um alarido ensurdecedor, pois tocavam toda sorte de instrumentos: Gaita, fole, viola, tudo acompanhado de tambores que não cessavam de azucrinar, dia e noite os ouvidos.

Dessas danças e canções, colheram material para monografias Veríssimo de Melo, em **“Festas de N. S. do Rosário (dos pretos), em Jardim do Seridó; Luciano Nóbrega, “Os Folgedos do Caicó”**; e Câmara Cascudo, em **“Dança do Espontão”**, em **Currais Novos**.

No derradeiro dia de festa, rei e rainha, ostentando mantos vistosos e uma coroa de papelão enfeitada com cacos de espelhos e fitas coloridas, dirigiam-se à igreja acompanhados de todo o seu séquito e precedidos de sua guarda de honra, constituída de negros moços armados de lanças (Espontão), que cabriolavam à frente dos monarcas. Ao chegarem à igreja, o rei e a rainha ocupavam duas cadeiras ao centro do templo, enquanto as damas de companhia e o estado-maior sentavam-se em derredor, ali permanecendo até o fim da missa, quando se retiravam com o mesmo aparato. Ao regressar à Casa do Rosário, era servido um pantagruélico banquete, onde, além da **“casa-real”**, seus convidados de honra comiam à tripa-forra. À tarde, antes do reinício das danças, procedia-se à eleição dos reis que deviam presidir os festejos do ano seguinte. A escolha recaía, muitas vezes, nas mesmas pessoas, não sendo raro um casal de pretos ser reconduzido ao elevado posto por muitos anos seguidos.

Essas irmandades que, pelas razões explicadas, proliferaram mais pelo interior (sertão) do que no litoral (engenhos), foram dedicadas a outros santos de predileção dos negros escravos. Em certa época, constituíram constrangimento às autoridades eclesiásticas, motivando a que, por Edital de 22 de setembro de 1777, D. Tomás da Encarnação da Costa e Silva, Bispo de Pernambuco, proibisse as **“novenas”** particulares em honra da Virgem da Conceição e outros Santos, bem como um culto, que o edital chama de **“indecente e supersticioso”** a **São Gonçalo do Amarante, realizado por meio de danças com mistura de um e outro sexo,**

comidas, bebidas e cânticos ilícitos, que soavam mal aos ouvidos dos cristãos", conforme traslado no Livro do Tombo da Matriz do Caicó, fl. 18, publicado na Rev. do Inst. Hist. e Geog. do RGN., vol. XXVII — 1930-31.

Com referência a cultos dedicados a esses santos, nas praias de Touros e Muriú, próximas à Zona açucareira do Ceará-Mirim, nas respectivas capelas, existem imagens de São Benedito, todas pretas. Em São Gonçalo do Amarante, a igreja do estilo barroco do século XVIII, tem como padroeiro o santo do mesmo nome, em vida português nobre, branco, que foi, "em priscas eras", patrono dos namorados, santo casamenteiro com prestígio superior ao de Santo Antônio de Pádua. O curioso, confirmando esse culto apenas pelos negros, são os dizeres daquele "**Edital**" fazendo referência a ele, o que mostra os festejos que lhe eram dedicados no Estado pelos escravos como também haver o professor Oswaldo de Souza tombado para o patrimônio da União uma belíssima imagem desse santo, em tamanho natural, porém completamente negra e sem olhos, legítima estatuária portuguesa do século XVII, encontrada na igreja do Acari, antiga capela de N. S. da Guia, hoje igreja do Rosário, templo mais antigo do Seridó, possivelmente de abril de 1738.

Certamente, o "edital" de D. Tomás da Encarnação da Costa e Silva jamais teve execução na Capitania, Província ou Estado, porque, com o decorrer dos séculos, embora o fervor religioso tenha diminuído, nem por isso os festejos profanos extinguíram-se. Os poucos descendentes de antigos escravos, ainda hoje, anualmente os repetem naquelas regiões, fiéis ao passado, perpetuando a tradição.

X

X

X

São raros os negros com raízes tradicionais no Rio Grande do Norte, descendentes em linha reta de antigos escravos. Hoje em dia, os existentes são importados por motivos vários. Luís da Câmara Cascudo, em 1934, disse que "o irmão negro estava desaparecendo", e apontava para o fato de que "o último africano puro que chegou a Natal, tinha sido Paulo Africano, pescador, dançador de zambê e tocador de puíta, que dizia ter desembarcado em Serinhaém", Pernambuco. Faleceu em Natal, a 23 de abril de 1905". E concluiu. "A raça, nos "stocks" maiores, dissipou-se com facilidade nos amores ávidos dos senhores brancos de predileção negra pelas cabrochas, alvarintas, mulatas e, sempre que possível, alguma branca. Para evidenciar a intensidade da miscigenação, basta lembrar que nos vales açucareiros de São José de Mipibu, Canguaretama, Ceará-Mirim, onde a população melanodérmica é apenas visível, há hoje em dia preponderância de crioulos, mestiços alvarintos (24 de Broca), cabelos finos e olhos claros. Para o sertão, o negro não teve a honra de pesar na coloração". (Hist. do RGN).

De resto, se a fixação do negro no território norte-rio-grandense tivesse sido uma constante denunciadora do povoamento, por certo a toponímia refletiria cada passo. É ainda Cascudo, em "Nomes da Terra", que deixa bem patente essa faceta: "Os tupis, tapuios (Cariris), e não os negros, foram a legião

auxiliar dos brancos situando fazendas, espavorindo feras, plantando moirões, tangendo a gadaria”...

Municípios, cidades, vilas, povoados, caminhos, veredas, fazendas, engenhos, rios, lagoas, serras... tudo denuncia mais ainda a sinonímia nativa ou portuguesa, da primitiva presença indígena na região ou dos primeiros sesmeiros e dos nomes dos vultos da terra. Apelidos de “mal-assombrados”, de fatos ocorridos, da história sagrada, de animais, vegetais, minerais, nomes de santos, nomes de tudo. Nomes africanos, apenas: Zumbi, Massangana, Cumbe, Catunda, Cabumbo... E só.

De manifestação cultural, o folclore recolhido por Câmara Cascudo e Mário de Andrade, presente e repetido nos festejos juninos e natalinos, legítimo, autêntico da herança branca portuguesa, são: O bumba-meu-boi, o fandango, a chegança, o pastoril, os caboclinhos, o mamulengo (João Redondo), o vaquejada, o jogo das argolinhas. São autos brasileiros de assuntos africanos, apenas e tão somente: Os congos e o bambelô, este em comum com os nativos.

De mito, nem o **quibungo** aparece para assustar a meninada. Na lúdica infantil, restou a espingarda de talo de bananeira, enquanto o “curumim” brincava com a peteca, ou bola de folha de milho.

De superstição no Estado ainda marca sua presença as “estórias” da mãe d’água, curupira, caapora, saci-pererê, sumé, rudá e o membira dos índios, em comum com as do lobisomem, de rezas para fechamento do corpo contra tiros e ponta de faca, ou para tirar “ramo” ou mau olhado, curar no rasto, de descendência negra.

Na culinária norte-rio-grandense, o negro influenciou apenas naquilo que no cativo pareceu-lhe substancial ao seu gosto. Mesmo assim, os produtos foram importados ou trazidos pelos colonizadores da África, como: Inhamé de Benin e Congo, a bananeira, o azeite-de-dendê, o coco, que é natural da Índia e estava na Bahia, aproximadamente, a partir de 1586; a galinha de Angola (guiné), a pimenta malagueta de Gana e Daomé, Nigéria, o quiabo, a vinagreira, a gengibre, a acofroa, gergelim da Guiné; o arroz, ou arroz de sorgo; os feijões, branco, preto, vermelho, grandes e pequenos. Das cítricas, o limão rosa, o limão, limão-cravo, tangerina.

Nas regiões do Brasil onde predomina na mestiçagem o negro, a sua cozinha, ou o cardápio afro-brasileiro predomina (exemplo a Bahia) como comida típica. A falta desse cardápio, ou mesmo indígena, (embora sensível neste particular no sertão), em uso noutros Estados brasileiros, é uma característica norte-rio-grandense, em cujos restaurantes não se oferecerá “Vatapá”, “Caruru” ou “Acara-jé”, nem tampouco um “Churrasco” verdadeiro, nem “um pato no tucupi”. Haverá, isto sim, comida típica de carne-de-sol ou carne-seca, com farofa, canjicão; peixada com pirão ou feijão verde com manteiga do sertão; um sarapatel, mão de vaca ou buchada; caranguejada ou siris ovados. Em tempo de inverno e de fartura, poderá haver o preparo de um peba verdadeiro, mocó, jacu, avoete seco, preparado

de paçoca. Quem pedir, poderá ser atendido de mungunzá, cuscuz, pamonha, coalhada, farinha de milho adoçado com rapadura, o queijo de coalho ou de manteiga. O refresco, ponche ou sorvete são autênticos, quando fabricados de frutas silvestres, como: Abacaxi, abiú, araçá, araticum, cajá, cajarana, caju, camboim, goiaba, guarabira, guajiru, ingá, jaboticaba, jenipapo, juá, maçanduba, manga, maracujá, murici, oiti, pitanga, umbu...

De 1950 para cá, o IBGE não mais publicou os índices correspondentes à classificação pela cor em seus recenseamentos, para se ter uma idéia da mudança do percentual. Mas é possível, com referência, **apenas à cidade do Natal**, que tenha havido um acréscimo do elemento negro na população de 1945 em diante, conseqüência da 2.^a Guerra Mundial, pela áfluência de milhares de militares vindos do Sul, e posteriormente, pelo rápido desenvolvimento dos meios de comunicação com os centros de maior densidade demográfica preta do país, à criação de indústrias patrocinadas pela SUDENE; a maior exploração de minérios e prospecção de petróleo na plataforma continental e em território do Estado. Foi essa população flutuante a responsável pela introdução na Capital do culto afro-brasileiro do Candomblé, Umbanda, Iemanjá, Xangô e outras coisas sem autenticidade, alienígenas, sem nenhuma raiz histórica, minoria ridícula de imitadores que pouco só consegue mistificar incaustos. Aliás, o mestre Câmara Cascudo atesta o fato: “De crendices e superstições das que viveram nos canaviais, ficou o canjerê, feitiço, a cousa-feita, mas desconhecemos o padê, xangô, águas de Iemanjá, que surgiram após a década de 1950, produtos de importação **made in Bahia**, Rio de Janeiro, Pernambuco”.

Assim, pelo visto, na verdade, a contribuição da raça negra para formação da etnia no Rio Grande do Norte, foi mínima: Pouco deixou de seus caracteres antropológicos, não representou, como escravo, elemento de importância na economia regional, e não legou manifestação cultural de valor.

Se, em face das circunstâncias especiais de tempo e espaço, o negro foi escravo entre nós, o foi em pacífica convivência, tratamento humano e restritas limitações de vida. Liberto antes da lei, participa das mesmas oportunidades dos demais em sociedade, em todos os aspectos da vida e pela vida, como irmão, sem preconceitos, sem segregação.

As Tradições Democráticas do Exército Brasileiro

José Gurgel Guará

(Sócio Efetivo)

SUMÁRIO

- 1 — Origem do Exército
- 2 — A Luta Contra a Rebeldia
 - 2.1 — Caxias, o Homem Necessário
 - 2.2 — A Bálaiada
 - 2.3 — Sorocaba
 - 2.4 — Barbacena
 - 2.5 — Farrapos
- 3 — O Combate à Tirania
 - 3.1 — Oribe, Rosas e Aguirre
 - 3.2 — Solano Lopes
- 4 — A II Guerra Mundial
- 5 — O Soldado Brasileiro
- 6 — A Revolução de 31 de Março
- 7 — Conclusão

1 — Origem do Exército

Costuma-se dizer que o Exército Nacional teve suas origens durante a luta contra os holandeses, quando surgiram as primeiras manifestações de sentimento nativista do povo brasileiro. Ai se surpreende o invasor audacioso e valente com a amálgama da unidade nacional, tão curiosamente representada pelos três ramos étnicos formadores da romântica mestiçagem do homem brasileiro.

Embora tal fenômeno tenha ocorrido nos Guararapes, nas Tabordas e em todas as fases da luta pela expulsão do invasor flamengo, durante todo o período colonial a base das forças terrestres, criadas e mantidas para a defesa do nosso território, ainda era de portugueses mesmo representando encargo oneroso para a Coroa, “pelo que era de boa política recorrer, tanto quanto possível, ao potencial humano nacional, na medida de suas aptidões e com as cautelas aconselháveis.” O processo de transformação tinha que ser lento, pois, somente depois de conhecidas as qualidades e o valor militar do cidadão brasileiro, iam sendo organizadas unidades de tropa inteiramente nacionais, comandadas por chefes nacionais.

O General Aurélio de Lyra Tavares, num livro de grande autenticidade, intitulado “Exército e Nação”, identifica as origens do Exército Brasileiro à formação da nacionalidade. A certa altura, afirma o ilustre militar e homem de letras:

“Essa organização militar, cada vez mais brasileira, tornou-se, afinal, o instrumento de força que deveria defender e afirmar os sentimentos e os ideais da nação, em face dos interesses, diferentes ou hostis, do colonizador. Foi com esse Exército, de caráter eminentemente popular, surgido, pouco a pouco, das lutas incessantes que marcaram quase toda duração do período colonial, e ao influxo das suas atitudes altivas, que preparamos e ganhamos a Independência.”

Nascia, então, uma força terrestre autenticamente nacional, vez que o exército colonial era uma composição heterogênea de elementos portugueses e brasileiros, completada por unidades mercenárias, de estrangeiros contratados. Chocavam-se dentro dele os nacionais e os colonizadores, pela impossibilidade de qualquer entendimento “no tocante aos destinos da pátria nascente.”

Em 10 de novembro de 1822, o próprio Imperador, na sua proclamação salientava que “só na organização eficiente das suas tropas poderia assentar com segurança, o prestígio e a estabilidade do seu reinado.” Vieram, então, as várias alterações introduzidas em nossa Instituição Militar de Terra, inclusive com dispensa de elementos contrários aos interesses nacionais. Calcula-se em 14.000 homens os militares portugueses deportados do Brasil, em decorrência de nossa emancipação política.

A primeira organização oficial do Exército Brasileiro, feita por decreto de 1º de dezembro de 1824, consistia na reestruturação das unidades então existentes. Àquele tempo, recorria-se ao voluntariado, ao recrutamento forçado, ao aprovei-

tamento dos escravos alforriados e até aos sentenciados, mediante concessão da liberdade condicional. Havia ainda, completando os quadros do Exército, o cidadão de condição humilde que procurava o quartel como único recurso para estudos, progredir ou ter acesso à Corte, como também os filhos desajustados de pais ricos que eram alistados como medida extrema de correção e recuperação. O Exército Brasileiro ia-se formando de toda sorte de elementos, com a árdua missão de educá-los, dando-lhe a condição de soldado.

Essa heterogeneidade foi, até certo ponto, benéfica ao Exército, pois lhe deu o sentido verdadeiramente popular de sua organização, ao longo de toda sua eficiente participação no quadro democrático da vida nacional.

Finalmente, veio a Lei de 24 de novembro de 1830, em função da qual foram demitidos do Exército todos os oficiais estrangeiros, com exceção dos que se tornaram fiéis à causa da Independência. Esta data, evidentemente, assinala a origem do Exército Brasileiro, “eficientemente organizado em bases de verdadeira instituição militar,” para a grande missão de manter a ordem interna, defender e preservar a integridade nacional.

2 — *A Luta Contra a Rebelião*

O ano de 1831 despontara como o ano terrível para a tranquilidade nacional. Os ânimos se exaltavam, pois havia os que aspiravam por uma independência completa. Temia-se um retrocesso no movimento de emancipação política, tão vibrantemente iniciado com o Grito do Ipiranga. Por outro lado, era crescente a incompatibilidade entre portugueses e brasileiros, ainda mais agravada diante das desconcertantes vacilações do Imperador.

A reação brasileira não se fez esperar. Começam a surgir fortes manifestações nacionalistas lideradas por Evaristo da Veiga, Carneiro Leão, Martiniano de Alencar e o Senador Vergueiro. O povo está nas ruas e procura a colaboração militar. A tropa sai dos quartéis e ocupa o Campo de Santana, onde confraterniza com a massa popular. Pela primeira vez na história da nação, o Exército iria atender às reivindicações populares para o restabelecimento da ordem, do respeito à autoridade, e do cumprimento dos preceitos compatíveis com a realidade constitucional.

Pedro I está só. Vítima de seu caráter impulsivo e de suas arbitrariedades, já não merece a confiança do povo. Para ele havia terminado a missão no Império que fundara. Restava, então, a abdicação. E foi o que se deu. Estava, assim, desagravada a alma brasileira, e o Exército, unindo-se ao povo, cumprira com o seu dever. Ao episódio, emprestaram o prestígio de sua função e valor pessoal o General Francisco de Lima e Silva, Comandante das Armas; o Coronel Manuel da Fonseca Lima e Silva, Comandante do Batalhão do Imperador; e “o austero e disciplinado Major Luiz Alves de Lima, futuro Duque de Caxias”.

Na análise desses acontecimentos, feita com a acuidade de profundo conhecedor dos fatos dominantes de nossa formação política, revela Affonso de Carvalho, no seu livro “Caxias”:

“O 7 de Abril é uma das datas mais expressivas da nossa história, porque representa, de fato, a vitória da vontade do povo, aliado às forças armadas numa alta missão de patriotismo, revelando nítida e preponderantemente, o irresistível imperativo da consciência nacional.”

2.1 — *Caxias, o Homem Necessário*

A esse movimento, que consagra a emancipação política nacional, sucede um período de desenfreada anarquia, sendo a Regência quem suportou o pesado ônus de garantir a ordem interna e o equilíbrio da política do Império, até que se declarasse a maioria de Pedro II. Considerando esses fatos, Affonso de Carvalho é de opinião que o maior título de glória da Regência foi, justamente, a constante preocupação em manter a linha média entre os exaltados, que insistiam em levar o Brasil precocemente para o futuro, e os restauradores, que queriam reconduzi-lo retardatariamente ao passado.

Nesse ambiente de lutas, incertezas e inseguranças, todas as atenções da política dominante procuram se concentrar nos militares, cujo passado possa servir de credenciais para a garantia do presente. Agora, o que interessa à Regência é estabilizar a revolução com o espírito conservador.

O Governo apela, então, nessa emergência, para o jovem Major Luiz Alves de Lima e Silva, pela maneira como agiu no dia 7 de abril, “por sua firmeza de caráter, suas qualidades de ação, sua severa serenidade e altos predicados de bravura que já o haviam consagrado no meio militar.” E continuaria assim, o ínclito militar, nos restantes 38 anos de sua luminosa existência e incansável atividade, coincidentemente, os mais significativos da história do Império, durante os quais, a espada invicta do grande soldado manteve-se exclusivamente ao serviço da Pátria, na paz e na guerra, para a defesa de seus legítimos direitos. Nas lutas internas, pacificando a família brasileira, e nos conflitos externos, no combate à tirania, Caxias uniu o seu destino às vitórias de seu Exército que o eternizou na glória.

2.2. — *A Balaiada*

Nos fins de 1839, irrompe no Maranhão a revolta conhecida como a Balaiada, tendo como chefes o vaqueiro Raimundo Gomes e o bandido Balaio. É a primeira manifestação do cangaço nas terras do norte e do nordeste, e tudo começou com uma vingança pessoal contra uma acertada ação da polícia. A partir das escaramuças iniciais, a luta degenerou num “cortejo horrendo de crimes contra a propriedade e contra a honra.” Dos engenhos e fazendas todos correm para as hostes do bandido Balaio, fazendo crescer, cada vez mais, essa massa de caboclos e mamelucos, “cheirando a couro e a pólvora.”

O Maranhão está impotente para conter e derrotar a insurreição. Teme-se pela segurança do povo. E os bandidos vão ganhando terreno. A cidade de Caxias é tomada e saqueada pelos revoltosos, após quarenta e seis dias de heroísmo, de privações e de sacrifícios, e quando “a força humana tem de ceder ao império das circunstâncias.”

Há cenas de indescritíveis barbaridades. A Nação sente-se revoltada contra tamanha ignomínia e, embora acesa a luta no Rio Grande do Sul, é preciso socorrer o Maranhão. Torna-se necessário restabelecer a lei e a ordem.

Para quem apelar? Como debelar a torrente de lama e de fogo que ameaça a outrora tranqüila Província do norte?

A nascente pátria brasileira entrega a penosa tarefa ao Exército, a quem, por tantas vezes, no longo caminho de sua formação, caberia grande parcela de sacrifício na defesa de sua honra e de sua soberania. O Coronel Luiz Alves de Lima e Silva é o escolhido para comandar o exército pacificador. Os seus meticolosos planos de combate, bem coadjuvados por indispensáveis ações preliminares de apoio logístico, dão-lhe o êxito almejado nessa guerra de guerrilha. Os bandidos são desbaratados e a 1.º de janeiro de 1841, Caxias pôde anunciar ao País a pacificação da Província, dando por encerrada a sua missão.

2.3 — Sorocaba

Um ano após a derrota dos revoltosos no Maranhão, explode a sedição de São Paulo, tendo como foco a região de Sorocaba e como líder o Coronel Rafael Tobias de Aguiar, prestigioso chefe liberal. No manifesto lançado pelos insurretos, há ataques à conduta do governo, sendo a Lei de Restauração do Conselho de Estado e a conseqüente dissolução das Câmaras o pretexto usado pelos liberais para atrair as simpatias populares ao movimento.

O Governo não deseja e nem pode tolerar a rebeldia. Na impossibilidade de pacificação, recorre às armas. Outra vez apela para o Exército e novamente Caxias é o escolhido para comandá-lo. O seu plano militar e a rapidez de manobra com que o executa proporcionam-lhe a vantagem esperada, a despeito da inferioridade numérica das forças legalistas. O encontro se dá em Venda Grande, nas proximidades da Cidade de Campinas. Os revoltosos são batidos, fugindo em completa desordem.

2.4 — Barbacena

Quase ao mesmo tempo da sedição de Sorocaba, rebenta a Revolta de Barbacena. Os motivos são os mesmos. É a luta entre Liberais e Conservadores. A revolta de Minas, no entanto, possui mais calor, organiza-se com melhores chefes e conta com mais perfeitas condições de terreno.

Mas a Corte está atenta e conta com a operosidade de José Clemente Pereira, Ministro da Guerra; com a vivacidade e tino administrativo de Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná e Presidente da Província do Rio de Janeiro; e Caxias, a maior figura militar da época.

O Brigadeiro Luiz Alves de Lima e Silva está em São Paulo, quando é nomeado comandante do exército legalista de Minas Gerais. Vai ao Rio e de lá regressa à província rebelada, fazendo o trajeto até Ouro Preto, em apenas 11 dias. Esta manobra lhe dá a vantagem de que necessita. Ocupa a capital mineira, organiza suas forças e traça os planos de combate, com a meticulosidade e paciência que sempre lhe caracterizaram todas as ações ao longo de sua brilhante carreira militar.

Em Santa Luzia encontram-se as forças. Após duras refregas, com alternativas de vitórias de parte a parte, vencem as tropas imperiais, reforçadas providencialmente pela coluna do Coronel José Joaquim de Lima e Silva, irmão de Caxias e comandante de uma das alas de seu exército.

Estava terminada a Rebelião de Barbacena, sendo “a estrela de Caxias sensivelmente maior que a falta de sorte dos revolucionários mineiros”, lembra Affonso de Carvalho. Não obstante, todos reconhecem no Pacificador as qualidades intrínsecas de bravura, astúcia, percepção e conhecimento psicológico do inimigo.

2.5 — *Farrapos*

No dia 20 de setembro de 1835, rebenta a Revolução Farroupilha, que por dez anos ensangüentaria o Rio Grande do Sul, levando a intranqüilidade a toda aquela próspera região da Nação Brasileira. O que pretendem os revoltosos? A quem combatem? Há ideal separatista?

Os gaúchos sempre negaram esta última alternativa, e no manifesto do chefe farrapo Bento Gonçalves nenhuma referência existe nesse sentido. Há, sim, a promessa de ajudar o povo gaúcho “a sacudir o jugo, que com a mão de um inepto administrador havia imposto uma facção retrógrada e anti-nacional”. De indifarsável conotação política regional, o manifesto é um violento libelo contra o Presidente da Província, General Sebastião Barreto.

Evidentemente, não houve, de início, interesse dos farrapos em promover a separação da Província, mas, no último ano da Revolução, Bento Gonçalves — que, por uma vez, aceitara ajuda militar do caudilho uruguaio Frutuoso Rivera — chegou a transmitir a Caxias as intenções não veladas do caudilho, que eram a de constituir uma República Federal, incluindo o Uruguai, a Província de Corrientes e o Rio Grande do Sul.

Durante sete anos, arrastava-se a Revolução Farroupilha, quando Luiz Alves de Lima, já Marechal de Campo Graduado, é nomeado Presidente da Província e Comandante do Exército Imperial em operações no Rio Grande do Sul.

De acordo com os seus métodos, o Barão inicia a fase de meticolosos preparativos, antes de desencadear a ação ofensiva das suas forças. Dentre essas medidas destacam-se:

- 1 — restabelecimento da ordem econômica e social da Província;
- 2 — privação de auxílio aos insurretos e de refúgio destes nas Repúblicas do Prata;
- 3 — provimento das necessidades inadiáveis da tropa, principalmente em relação ao problema da remonta.

Os revolucionários possuíam chefes de reconhecido valor combativo, como Bento Gonçalves, Antônio de Souza Neto, David Canabarro, José Antônio e Jacinto Guedes e contavam com as vantagens naturais de combaterem em seu próprio terreno. Mas Caxias não se deixa dominar pelas dificuldades iniciais e pela falta de meios para as necessidades de seu exército. Confia na sua estrela guerreira e na sua capacidade de chefe e de condutor de homens. Contra os farrapos, ia-se exigir de um mesmo homem, “a orientação segura do administrador, a elasticidade do político, a complacência do magnânimo, a elevação do patriota e a energia do soldado.”

Os insurretos usam a tática da surpresa e teimam em não aceitar combate, provocando, assim, a dilatação dessa luta inglória. O próprio Caxias dá conta dessa interminável busca, em carta dirigida ao Ministro da Guerra. Por fim, realiza-se o esperado encontro. Os farrapos oferecem combate, mas são destroçados em Ponche Verde e em Porongos. Sem condições de prosseguir a luta, David Canabarro assina a capitulação, em 1º de março de 1845. Caxias acabava de completar, com o seu Exército, a obra de unidade nacional. Fechava-se, desta forma, o ciclo sangrento das lutas internas, “como se, a uma misteriosa e segunda intenção do Destino, estivesse sendo preparado o homem predestinado para, a qualquer momento, defender o Brasil contra as insídias ou as violências de um inimigo externo.”

3 — *O Combate à Tirania*

Ao findar a Revolução dos Farrapos, era evidente a cobiça do caudilhismo espanhol, em relação ao nosso território. Alimentava-se o velho sonho de um Vice-Reinado do Prata, pretensão absurda, incômoda e permanentemente contrária aos interesses nacionais e à política do Império. Não fora sem propósitos, que a clarividência de Caxias pôde alertar aos farrapos, apelando para os seus sentimentos de brasilidade, com estas palavras:

“Lembraí-vos que a poucos passos de vós está o inimigo de todos nós, o inimigo de raça e de tradição.

Não pode tardar que nos meçamos com os soldados de Rosas e Oribe; guardemos para então nossas espadas e nosso sangue. Vede que esse estrangeiro exulta com essa triste guerra com que nós mesmos nos estamos enfraquecendo e destruindo.

Abracemo-nos e unamo-nos para marcharmos, não peito a peito, mas ombro a ombro, em defesa da Pátria que é nossa mãe comum.”

O apelo do maior dos nossos generais foi ouvido. O Brasil, unido sob a égide de seu Exército e de suas forças navais, enfrentaria, vitoriosamente, a partir dessas proféticas advertências, o inimigo externo, “o inimigo de tradição”, o inimigo da nacionalidade.

3.1 — *Oribe, Rosas e Aguirre*

Manuel Oribe, embora ágil e valente, não podia “disfarçar a sua vocação de audaz aventureiro ou contrabandista.” Como caudatário de Rosas, seguia-o como um vassalo “que se subalterniza na sua própria desumanidade.”

Juan Manuel Rosas era um tirano à moda dos Césares da antiga Roma. Os seus desatinos não foram igualados por nenhum outro tirano de sua terra. Nada fez, tendo deixado, apenas, para os seus pósteros a mais triste lembrança de sua figura doentia. Como tantos outros visionários, alimentou, também, o sonho de destruir o Império, a quem devotava ódio mortal.

Tudo porque o Brasil sempre se opôs aos atos de banditismo do caudilhismo espanhol, não permitindo anexação de territórios, nem maus tratos aos nacionais residentes na fronteira, espoliados nos seus bens e feridos na sua honra pessoal, quando não atingidos, também, pelos horrores de cruéis sevícias. A Nação Brasileira não poderia aceitar, pois, qualquer ato de provação à sua soberania.

É nessa emergência que o governo de Montevidéu invoca o socorro do Império que está decidido a não permitir que o povo uruguaio caia nas mãos de seus tiranos. Agora, o Brasil lutará contra o inimigo externo e o Exército vai defender a soberania nacional, ao lado da Marinha, numa impecável unidade de vistas e de planos de guerra, sendo esta, talvez, a maior glória militar da Campanha de 1851, “glória que, mais tarde, com recursos outros, não conseguiu ser superada na Campanha do Paraguai, apesar dos exemplos convincentes da Guerra de Secessão, nos Estados Unidos.”

À frente das forças terrestres se encontrava Caxias. Ao seu lado, estavam grandes comandantes que se tornariam lendárias figuras do Exército, como Osório, Andrade Neves e o futuro Conde de Porto Alegre, e os antigos chefes farrapos Bento Manuel e David Canabarro.

Comandava a esquadra o bravo John Pascoe Greenfell que vinha prestando assinalados serviços ao Brasil, desde as lutas da Independência.

Oribe e Rosas são vencidos em vários encontros com nossas forças terrestres e navais e seus aliados. Mais tarde, porém, surgiria Atanásio Cruz Aguirre, tiranete a serviço do caudilhismo espanhol, com novas provocações ao Império e opressões ao seu próprio povo. Novamente intervém o Brasil na defesa de seus direitos e na salvaguarda da integridade dos nacionais residentes nas proximidades da fronteira conflagrada. É a Campanha do Uruguai de 1864/1865. Tonelero, Santos Lugares, Monte Caseros, Vila do Salto e Paissandu são etapas

memoráveis dessas lutas, cujos desfechos, inteiramente favoráveis ao Brasil, trouxeram como resultado a destruição do caudilhismo na Argentina e no Uruguai e a tranquilidade em nossas fronteiras.

3.2 — *Solano Lopes*

Francisco Solano Lopes, Presidente da República do Paraguai, foi uma figura expressiva na história sul-americana. Affonso de Carvalho chega a afirmar que poucos homens no mundo exerceram tanta fascinação e poder sobre sua gente como o ditador do Paraguai. É verdade. O caudilhismo em Solano Lopes adquire a sua expressão mais grandiosa, pelo fenômeno de sugestão coletiva sobre o seu povo, a ponto de identificar seu destino com o da valorosa nação guarani.

Mas, o tirano do Paraguai era ambicioso como Rosas e mesquinho como Oribe. Foi o responsável pelos fuzilamentos em massa, tortura de prisioneiros e, por simples capricho, pelas mais revoltantes barbaridades.

Affonso de Carvalho, no livro “Caxias”, traçou magistralmente o perfil de Solano Lopes que mais vale como protesto contra os seus crimes e humilhações à espécie humana, do que uma definição de sua personalidade macabra.

“Nele se concentram todos os perigos da megalomania; todos os extremos da embriaguez; todas as expansões do animal, impulsionado por um sensualismo mórbido e audacioso; todas as taras recalcadas da astúcia e da ferocidade do índio e do espírito bélico aventureiro do antigo espanhol. Os crimes de Lopes são afrontas às leis da guerra e humilhações à espécie humana. Impossível descrevê-los todos, colecionar todos os pingos de sangue com que o ditador fez a púrpura da sua horrenda majestade”.

Não é necessário acrescentar mais nada, para se ter idéia da mesquinhez de suas atitudes e da hediondez de seus crimes. Mas, foi justamente esse infeliz dirigente de um nobre povo que se lançou contra o Brasil, sem motivos aparentes e apenas alimentado “no sanguinolento desembaraço de sua megalomania.”

E veio a guerra. O tirano lança contra os brasileiros a elite de seus valorosos combatentes, de onde surgiria um Bernardino Caballero, buscando nas ações de surpresa a vantagem inicial para suas armas. A alma nacional ferida se agiganta para enfrentar o inimigo. Era preciso desagrar esta nova afronta, expulsar o invasor, manter nossa soberania e fazer sobrepujar o direito sobre a força, a ordem sobre o caos e a liberdade sobre a tirania.

Unem-se, mais uma vez, o Exército e a Marinha para escreverem as mais candentes páginas de bravura e de sacrifício de nossa história militar, nas quais se revelaram a capacidade profissional, a coragem e o espírito de liderança dos nossos chefes; e a “constância e valor” dos soldados e marinheiros do Império que souberam “conservar os nossos canhões e bandeiras!” Ao lado de tão belos feitos,

de onde ressalta-se a perene noção do cumprimento do dever, legamos à posteridade, ainda, o admirável exemplo de heróicas mães brasileiras que ofereceram os seus filhos para a defesa da Pátria e renunciaram aos mínimos confortos em sua própria casa, numa consciente e voluntária mortificação, enquanto durasse a guerra e os filhos permanecessem ausentes, nos campos de batalha. Desnecessário descrever, pela natureza deste trabalho, as passagens da longa e gloriosa epopéia. Os fatos dizem mais expressivamente do que a mais comovente narrativa. Grandes foram os heróis e aos milhares os que se imolaram no seu martírio cívico. Sampaio, Gurjão, Andrade Neves, Argolo, Jacinto Machado Bittencourt, Niederauer, Fernando Machado de Souza, Vilagran Cabrita, Antônio João Ribeiro, Greenhalg, Mariz e Barros, Marcílio Dias, Pedro Afonso Teixeira, Feliciano Maia, Francisco de Lima e Silva, João Propício Mena Barreto e Ulisses Caldas representam todos os vultos que a imortalidade consagrou na bravura e na fidelidade ao Brasil.

Tudo enfrentamos. Por isso vencemos.

Riachuelo, Mercedes, Cuevas, Passo da Pátria, Estero Bellaco, Dourados, Tuiuti, Curuzu, Laguna, Estabelecimento, Sauce, Humaitá, Pequeciri, Itororó, Avaí, Lomas Valentinas, Angustura, Campo Grande e Cerro Corá são apenas algumas das mais significativas vitórias ou episódios épicos das armas brasileiras, na campanha contra Lopes, e que só terminaria com a morte do ditador. Aniquilado o seu exército, destruída a sua marinha, morta ou aprisionada quase toda a população masculina ativa, o tirano por pouco não levou ao extermínio seu próprio povo.

A Guerra do Paraguai revelou o espírito combativo e a bravura pessoal dos nossos soldados e marinheiros, dando a conhecer também o elevado nível profissional e espírito de liderança de valorosos chefes do Exército e da Marinha, cujos nomes a história guardou e cujos exemplos são o estímulo e a constante vocação dos chefes do presente.

Caxias, Osório, Sampaio, Mallet, Vilagran Cabrita, Andrade Neves, Tamandaré, Barroso, Inhauma, Delfim de Carvalho, Mariz e Barros, Manoel Marques de Souza, Antônio Neto, Antônio João Ribeiro, Portocarrero, Hilário Gurjão, Fernando Machado de Souza, João Propício Mena Barreto, Guilherme Xavier de Souza, Carlos de Moraes Camisão, Argolo Ferrão, Polidoro Jordão, Antonio Tibúrcio, Antonio Câmara, José Luís Mena Barreto, Vitorino Monteiro, João Manoel Mena Barreto, Jacinto Machado Bittencourt, David Canabarro, Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e tantos outros vultos das forças imperiais viveram os grandes momentos da sangrenta campanha e deram o melhor de seus esforços para a vitória das armas brasileiras. Uns tombaram no campo da honra e do dever. Outros sobreviveram à impetuosidade e à bravura das próprias ações, para se tornarem dignos do reconhecimento da história.

4 — A II Guerra Mundial

Foi a luta contra os inimigos da liberdade. O nosso país sempre esteve ao lado dos que resistiram à tirania. Consolidou sua soberania na luta pela supremacia

do direito e defendeu o princípio da autoridade, jamais tolerando a subversão da ordem. Plasmou sua nacionalidade obediente aos princípios éticos que comandam a vida em sociedade, resistindo aos atos de força ou a quaisquer manifestações negativas dos direitos e garantias individuais. Era normal, pois, até por uma coerência de princípios, a participação do Brasil ao lado das nações aliadas, na luta contra o Eixo, na Segunda Guerra Mundial.

Em 1935, a Alemanha ocupava a zona desmilitarizada da Renânia. O Nazismo, veladamente, iniciava um programa que só mais tarde daria a conhecer: Expansão territorial, submissão dos povos, imposição do conceito de superioridade racial, combate e extermínio do povo judeu e implantação de uma superestrutura estatal, sob a égide do Reich alemão. Realmente, três anos depois era anexada a Áustria e em 15 de março de 1939, a Tchecoslováquia desaparecia como nação independente. No mesmo ano, a 1º de setembro, o mundo é surpreendido com a invasão da Polônia, dando início ao grande conflito mundial. Nada resistia à impetuosidade do ataque alemão e, em poucos dias, a heróica resistência dos poloneses era esmagada, sob as lagartas dos carros de combate da Wehrmacht, na mais rápida, poderosa e irresistível invasão jamais conhecida em qualquer conflito na história da humanidade. Hitler havia desrespeitado os tratados de Versalhes e de Locarno, desconsiderando, ainda, os compromissos solenemente assumidos, em Munique, com a França e a Inglaterra.

O Brasil, ao contrário, sempre cumpriu os seus tratados e as suas forças armadas jamais realizaram guerra de conquista. Já estávamos ligados ao bloco americano, através de um sistema de consultas, para o caso de ameaça à paz mundial. Em julho de 1940, em Havana, as nações americanas declaravam que “todo atentado a qualquer de nossos países era um ato de agressão à América inteira”.

O ataque japonês a Pearl Harbor, na manhã de 7 de dezembro de 1941, veio precipitar os acontecimentos. Fiel aos seus compromissos, o Brasil rompeu relações diplomáticas com o Eixo, no dia 28 de janeiro de 1942, provocando, como seria de esperar, represálias da parte da Itália e da Alemanha. Em poucos meses, foram afundados dezenove navios, perdendo-se setecentos e quarenta vidas, entre tripulantes e passageiros.

No dia 22 de agosto de 1942, o Brasil declara-se beligerante. Era a guerra que batia à nossa porta. Respondíamos, como fizemos nos tempos da Campanha do Paraguai, com altivez e coragem às agressões e afrontas à nossa soberania, indo combater, novamente, os inimigos da liberdade.

A organização da Força Expedicionária Brasileira, sua partida para o teatro de operações e a participação na luta ao lado das tropas do V Exército Americano foi o coroamento de todo esse comportamento, cujas raízes estão na própria origem do nosso Exército, demais forças singulares e formação da nacionalidade.

Mais uma vez, o soldado brasileiro mostraria o seu valor, tornando-se digno da bravura e do espírito de luta de seus antepassados. As vitórias de Camaione, Monte Prano, Monte Castelo, Castelnuovo, Soprassasso, Montese, Zocca e Vignola

aí estão bem vivas na lembrança de todos nós, como marcos imperecíveis dos maiores eventos da nacionalidade e símbolos de tradição e grandeza das glórias do Exército.

5 — *O Soldado Brasileiro*

No estudo das raças ou dos grupos étnicos, chegou-se a acreditar na existência de uma superioridade biológica, favorecendo determinados povos que teriam, por esta razão, o poder de dominação mundial. São muito recentes as conseqüências dessa falsa afirmação. “Sabemos todos os tributos que a humanidade já pagou à prevalência do fator racial na composição nacional”, lembra o Prof. Tarcísio Meirelles Padilha, no seu livro “Brasil em Questão”.

Em relação ao homem brasileiro, divergem os autores, quando procuram estabelecer um conceito racial para o elemento nacional ou definir o produto acabado, cujas origens remontam ao português colonizador, ao índio dono da terra e ao negro trazido para o trabalho escravo. Com base nos estudos de Manoel Diegues Junior, sustenta Tarcísio Meirelles Padilha que a miscigenação por si só não explica todo o processo de criação do tipo nacional. Em sua opinião, o encontro das culturas foi que exerceu naturalmente seu influxo poderoso.

É que, explica o mesmo autor, a vinda do português ao novo mundo não proporcionou tão somente uma aculturação. Não houve apenas uma adaptação do colonizador ao novo meio geográfico ou lingüístico. O contacto entre as três raças provocou uma transculturação. Assim, a obra civilizadora daí resultante não deverá ser atribuída a qualquer das raças tomadas isoladamente.

Não é preciso, por outro lado, chegar-se ao pessimismo de Silvio Romero e nem ao ufanismo de Afonso Celso para compreender o caráter ou as aspirações do brasileiro. Basta sentir-lhe a alma, para descobrir todas as belas qualidades de sua formação.

Por fim, Tarcísio Meirelles Padilha, citando Euclides da Cunha que melhor do que ninguém soube definir a interação biológica e social do homem brasileiro, recorda que “entre os traços dominantes, um dos mais fortes, e considerado às vezes como a própria chave do caráter brasileiro, é o predomínio na sua estrutura, do afetivo, do irracional e do místico que se infiltram por todo o ser espiritual, amolecendo-lhe ou exasperando-lhe a vontade, conforme os casos, e dando-lhe a inteligência um aspecto essencialmente emocional e carregado de imaginação”.

Eis aí o homem brasileiro, cujo misticismo e afetividade pode fazê-lo um gigante na defesa de sua terra, de sua bandeira, de seus costumes e de suas instituições.

É o nosso soldado que sabe combater em qualquer terreno e sob quaisquer condições climáticas; que sabe ser bravo, enérgico e vitorioso nos combates, mas nobre e generoso depois do triunfo; que tudo pode enfrentar: “Marchas audaciosas em terrenos desconhecidos; matas espessas, servindo de abrigos e emboscadas; e um inimigo cruel, astuto e que não se rende”.

Em “Trinta Anos Depois”, sobre a atuação do soldado brasileiro na II Guerra Mundial, o General Octávio Costa presta um vibrante depoimento, afirmando:

“Vi-o enfrentar a lama e a neve, vencendo como ninguém, o flagelo do “pé-de-trincheira”, que amputava tantas pernas do V Exército. Vi-os nos ataques fracassados ao Monte Castelo, ansioso por voltar a atacar. Vi-o morrer, tentando buscar o corpo do companheiro, que o brasileiro não aceita deixar no chão do combate, nem seus feridos, nem seus mortos. Vi-o, como tigre, arremeter contra Castelnuovo, Soprassasso e Montese para, depois conduzir os prisioneiros, como crianças amigas, a quem tudo se dá”.

6 — *A Revolução de 31 de Março*

Os dias tumultuosos que marcaram o fim do governo de João Goulart não se apagaram da lembrança de todos os brasileiros que almejam melhores destinos para sua Pátria. Ninguém esqueceu os dias de incertezas, de sobressaltos, de insegurança, e de desespero vividos naquela época de iniquidades sem paralelos na vida da Nação. Na fase derradeira de um plano subversivo em execução, pretendia-se o aniquilamento das forças mais expressivas da nacionalidade, pelo enfraquecimento de nossa economia e o desprestígio das Forças Armadas. As greves continuadas nos transportes, na indústria, nas fontes produtoras de energia, nas universidades, nos hospitais, nos cemitérios e os atos de indisciplina ensaiados em alguns quartéis geravam a confusão, sedimentavam o ódio e conduziam ao desespero.

Por trás de todo esse ambiente de anarquia, como Pilatos no Pretório, um chefe de estado tentava se inocentar perante o País e o mundo da ignomínia de suas atitudes, da farsa de seu comportamento e do crime de alta traição contra o regime democrático.

Para a execução final do plano de bolchevização, restava, apenas, o enfraquecimento das forças armadas, imaculadamente fiéis ao cumprimento do dever e irrepreensivelmente ligadas às mais gloriosas jornadas da vida pública brasileira. A partir daí, seria a degradação total, a iniquidade, a anarquia. Não era possível descer mais, pois, estaria em perigo a própria família, a segurança do Estado e a vida da Nação.

Então, ergueu-se a consciência nacional. Uniram-se Forças Armadas e povo contra os usurpadores do poder, numa ação e acordo de vontades, para conquistá-lo e usá-lo, unicamente, em benefício dos altos interesses da Nação e da sobrevivência do ideal democrático. Foi um dos mais belos episódios da luta pelas liberdades no Brasil.

Vencidos os inimigos da Pátria, apeados do poder os corruptores do povo, reimplantou-se um clima de ordem, de segurança, de desenvolvimento, de dignidade administrativa, de austeridade no trato da coisa pública, de obediência à hierarquia e de acato à autoridade.

Foi esta a vitória da Revolução de 31 de Março de 1964. Foi a vitória da realidade nacional sobre a iniquidade de propósitos dos adeptos do marxismo-leninista. Foi a vitória da mulher brasileira, de terço na mão, símbolo edificante de coragem e de fé. Foi a vitória do povo, na autenticidade de seus consagrados líderes. Foi a vitória das Forças Armadas unidas na identidade de pensamento, na fidelidade aos princípios democráticos e às melhores tradições do nosso povo.

A Revolução de Março foi a redenção do povo brasileiro e o caminho aberto ao seu desenvolvimento.

É evidente que a crise de energia causada pela nova política do Petróleo, adotada pelos países árabes, em outubro de 1973, repercutiu de maneira desfavorável no mundo inteiro, afetando sensivelmente o ritmo do nosso desenvolvimento, obrigando o governo à adoção de medidas restritivas. Na impossibilidade de aplicação global, foram modificados os Planos Nacionais de Desenvolvimento. Outras conseqüências se fizeram sentir, sendo a elevação do índice inflacionário, com inevitável aumento do custo de vida, os fatores que mais diretamente afetaram a economia popular. E ainda, diminuíram as exportações, alterando o equilíbrio do balanço comercial. Encerramos, assim, o ano de 1978, sob as pressões e os temores de nova crise mundial.

Em que pesem os óbices de quaisquer naturezas, sejam fatores adversos, antagonismos ou pressões, muita coisa foi realizada nestes quinze anos de vida revolucionária. As críticas apressadas não resistem à análise serena dos programas e das reformas, pois a simples enunciação das obras dos governos revolucionários dispensa diálogos e divagações.

É indispensável, então, uma constante vigilância contra toda sorte de manifestações subversivas. O fruto de tantos e ingentes esforços não deve se perder por descaso ou má fé. Qualquer negligência levará o inimigo à nova tentativa de crimes ou atos contra a ordem legal e a segurança nacional.

7 — Conclusão

Aí estão os traços dominantes das origens do Exército e sua interação com as tradições democráticas do povo brasileiro. Pois se é certo que sua formação se fez dentro de rígidos princípios de disciplina e de respeito à autoridade, suas aspirações se confundem com os anseios do povo, sua índole revela dignidade e seus métodos projetam sua destinação para a glória.

Vigilante e comedido, esteve sempre presente nos movimentos políticos que assinalaram as mutações da vida nacional. A República adquiriu vitalidade nos quartéis e, quando pensou-se em derrubá-la, foi o Exército que a prestigiou, defendeu e consolidou. A epopéia dos 18 do Forte, nascida do idealismo de jovens tenentes, advertiu as lideranças e a opinião pública nacional e preparou a vitória da Revolução de 1930. Nas oportunidades em que maus brasileiros, a serviço de Moscou tentaram a comunização do Brasil, num golpe de traição e força, em 1935, ou pela luta de classes, através de um processo lento de subversão entre 1961 e 1963, foi-lhe destinada, ao lado da Marinha e da Força Aérea, a grande tarefa de sufocar a intentona e a segunda revolução em marcha, salvando os sentimentos democráticos do povo e a própria Nação dos abismos insondáveis de um completo aniquilamento.

Não terá sido em vão, pois, que o Brasil tenha apelado para suas forças armadas nas suas derradeiras esperanças.

Ao Exército, “grande e insubstituível escola de educação e de valorização do homem brasileiro”, coube, assim, ao longo de nossa história, a honrosa missão de defender a ordem interna e de assegurar a nossa soberania.

Na verdade, dos campos de Pirajá, berço de nossa independência, aos campos de Piratini, onde se plasmou a idéia de nacionalidade; de Tuiuti, chão de vitórias da Infantaria Brasileira, aos labirintos de Cerro Corá, epílogo da mais hedionda tirania; e de Camaioire a Montese, marcos heróicos e triunfais das armas brasileiras na II Guerra Mundial, firmaram-se dentro do Exército, o primado da ordem constitucional e de tradições de luta pelo ideal democrático.

Seca e migração para Natal — I

— 1904 —

Itamar de Souza

(Colaborador)

I — INTRODUÇÃO

Este é o início de uma série de artigos que pretendemos escrever focalizando a correlação entre seca e migração para Natal. A bibliografia existente sobre Natal faz poucas referências a este assunto. E, no entanto, as secas sempre resultaram em progresso para esta cidade. A pesquisa que realizamos nos permite fazer tal afirmação.

II — A ECLOSÃO DA SECA DE 1904 E A MIGRAÇÃO PARA NATAL

Os anos de 1901, 1902, 1903 foram de invernos irregulares, que não permitiram plantios e colheitas normais no Rio Grande do Norte. Significa isto que os camponeses estavam totalmente desprovidos de reservas alimentares para resistir à seca de 1904. Por isso, à medida em que a seca ia sustando as fontes de produção agro-pecuária do “hinterland” potiguar, os camponeses batiam em retirada a pé, em animal, por trem, por lancha e vapor em demanda do litoral. (1)

- 1. Telegramas Especiais — Areia Branca, 4 — Cerca de quatrocentos famintos embarcaram ontem no vapor costeiro. Por essa ocasião houve cenas comovedoras. Hoje chegaram várias lanchas trazendo em mísero estado flagelados*

—A República, 5 de março de 1904, p. 1

Por outro lado, alimentando a esperança de serem socorridos pelo Governo do Estado, os retirantes dirigiam-se para Natal, viajando de trem, a partir do agreste, assim como por via marítima, embarcando nos portos de Macau e Areia Branca. Para ilustrar, vejamos estes relatos: “Desembarcaram nesta capital, a bordo do vapor Jaboatão, chegado anteontem dos portos do norte, duzentos e noventa e quatro migrantes, vindos da cidade de Mossoró” (2)

“Presenciamos anteontem um espetáculo compungente: A chegada a esta capital, no horário da Great Western, de mais de cem pessoas ...” (3)

Esta corrente migratória avolumou-se mês após mês, ao ponto de atingir em junho de 1904, mais de 15 mil flagelados concentrados em Natal. Note-se que, segundo o Censo Geral de 1900, registrou-se no município de Natal uma população de 16.056 pessoas. (4)

III — A ASSISTÊNCIA AOS FLAGELADOS E O PODER NACIONAL

A partir do momento em que Natal se enchia de retirantes, o Governo do Estado, juntamente com os representantes do Rio Grande do Norte no Senado e na Câmara Federal, começou a solicitar do Governo da União recursos necessários para socorrer as populações flageladas.

Esta era uma missão de êxito bastante duvidoso. Pois não obstante a Constituição da República obrigar o Governo Central a socorrer a população nordestina por ocasião das secas, na prática, este dispositivo constitucional não funcionava a contento. É que na República Velha, o Estado era uma empresa a serviço dos paulistas e mineiros. O resto do Brasil ficava à margem do poder e, conseqüentemente, de todas as grandes decisões administrativas. As reservas do tesouro nacional estavam comprometidas com o financiamento da imigração estrangeira, principalmente a italiana, destinada a suprir de mão-de-obra os cafezais do Centro-Sul. Por isso, o dinheiro destinado ao socorro da população flagelada do Nordeste era reduzido e chegava quase sempre atrasado. Esta situação só mudou substancialmente, após a revolução de 30.

Em 1904, a economia brasileira estava dinamizada por dois grandes ciclos econômicos: No Norte, o da borracha; e, no Sul, o do café. Por isso, a principal medida tomada pelo Ministro da Viação foi oferecer “transporte gratuito” para os flagelados irem para o Norte ou para o Sul.

Desta maneira, o Governo Central estava proporcionando à burguesia cafeeira e à seringalista uma mão-de-obra abundante e barata.

2. *A República — 07 de março de 1904, p. 2*

3. *Idem — 18 de abril de 1904, p. 1*

4. *Em telegrama do Governador do Estado ao Presidente da República, lemos o seguinte: “É enorme a aglomeração sob as árvores e pelos passeios das ruas mais transitáveis.” — A República, 15 de abril de 1904, p. 1*

Além disso, autorizou a realização de açudagem nas localidades flageladas, assim como a construção da ferrovia Natal-Ceará-Mirim, a cargo do engenheiro Sampaio Correia. (5)

IV — A INTERVENÇÃO DO GOVERNO

Para socorrer os flagelados do Rio Grande do Norte, o Governo Federal concedeu três créditos: O primeiro, de 25.000\$000 (ainda no final do governo Alberto Maranhão), destinado à compra de sementes para distribuir quando chovesse; o segundo foi de 100:000\$000 para auxiliar os flagelados que em Natal e Mossoró estavam aguardando embarque; o terceiro foi de 50:000\$000 para socorrer os flagelados. (6).

O Governo do Estado, por sua vez, nomeou quatro comissões compostas pelas seguintes pessoas:

- 1.^a) Drs. Antônio Pereira Simões (nomeado pelo Governo Federal) Heliodoro Fernandes Barros e o Coronel Francisco Cascudo.
- 2.^a) Drs. Vicente Lemos, Eloy de Souza e o Coronel Joaquim Manoel Teixeira de Moura (Presidente da Intendência Municipal)
- 3.^a) Revm.^o Padre João Maria de Brito, Des. João Baptista de Siqueira Cavalcanti e o Dr. Luiz Manoel Fernandes Sobrinho.
- 4.^a) Drs. Manoel Moreira Dias, Vicente Lemos e Heliodoro Barros e outros.

Ficou estabelecido que duas comissões — a primeira e a segunda — alistariam os retirantes válidos para o trabalho; a terceira distribuiria diretamente aos retirantes os auxílios disponíveis; e a quarta supervisionaria todos os serviços. Em poucos dias, alistaram cerca de 6 mil pessoas (7).

Uma vez organizadas as comissões, o Governador contratou com o arquiteto Herculano Ramos o aterro e o ajardinamento da Praça Augusto Severo (8). No alagadiço desta praça havia um barracão de retirantes. Na execução dos trabalhos, o referido arquiteto empregou muitos flagelados que perambulavam pela cidade, procurando meios para sobreviver.

5. *A República* — 17/02/1904 — p. 1.

6. *A República* — 03/06/1904 — p. 1.

7. *A República* — “*Mensagem do Governador Augusto Tavares de Lyra*”, 16 de julho de 1904, p. 1.

8. *A República* — *Idem*.

Por outro lado, alimentando a esperança de serem socorridos pelo Governo do Estado, os retirantes dirigiam-se para Natal, viajando de trem, a partir do agreste, assim como por via marítima, embarcando nos portos de Macau e Areia Branca. Para ilustrar, vejamos estes relatos: “Desembarcaram nesta capital, a bordo do vapor Jaboação, chegado anteontem dos portos do norte, duzentos e noventa e quatro migrantes, vindos da cidade de Mossoró” (2)

“Presenciamos anteontem um espetáculo compungente: A chegada a esta capital, no horário da Great Western, de mais de cem pessoas ...” (3)

Esta corrente migratória avolumou-se mês após mês, ao ponto de atingir em junho de 1904, mais de 15 mil flagelados concentrados em Natal. Note-se que, segundo o Censo Geral de 1900, registrou-se no município de Natal uma população de 16.056 pessoas. (4)

III — A ASSISTÊNCIA AOS FLAGELADOS E O PODER NACIONAL

A partir do momento em que Natal se enchia de retirantes, o Governo do Estado, juntamente com os representantes do Rio Grande do Norte no Senado e na Câmara Federal, começou a solicitar do Governo da União recursos necessários para socorrer as populações flageladas.

Esta era uma missão de êxito bastante duvidoso. Pois não obstante a Constituição da República obrigar o Governo Central a socorrer a população nordestina por ocasião das secas, na prática, este dispositivo constitucional não funcionava a contento. É que na República Velha, o Estado era uma empresa a serviço dos paulistas e mineiros. O resto do Brasil ficava à margem do poder e, conseqüentemente, de todas as grandes decisões administrativas. As reservas do tesouro nacional estavam comprometidas com o financiamento da imigração estrangeira, principalmente a italiana, destinada a suprir de mão-de-obra os cafezais do Centro-Sul. Por isso, o dinheiro destinado ao socorro da população flagelada do Nordeste era reduzido e chegava quase sempre atrasado. Esta situação só mudou substancialmente, após a revolução de 30.

Em 1904, a economia brasileira estava dinamizada por dois grandes ciclos econômicos: No Norte, o da borracha; e, no Sul, o do café. Por isso, a principal medida tomada pelo Ministro da Viação foi oferecer “transporte gratuito” para os flagelados irem para o Norte ou para o Sul.

Desta maneira, o Governo Central estava proporcionando à burguesia cafeeira e à seringalista uma mão-de-obra abundante e barata.

2. *A República — 07 de março de 1904, p. 2*

3. *Idem — 18 de abril de 1904, p. 1*

4. *Em telegrama do Governador do Estado ao Presidente da República, lemos o seguinte: “É enorme a aglomeração sob as árvores e pelos passeios das ruas mais transitáveis.” — A República, 15 de abril de 1904, p. 1*

Além disso, autorizou a realização de açudagem nas localidades flageladas, assim como a construção da ferrovia Natal-Ceará-Mirim, a cargo do engenheiro Sampaio Correia. (5)

IV — A INTERVENÇÃO DO GOVERNO

Para socorrer os flagelados do Rio Grande do Norte, o Governo Federal concedeu três créditos: O primeiro, de 25.000\$000 (ainda no final do governo Alberto Maranhão), destinado à compra de sementes para distribuir quando chovesse; o segundo foi de 100:000\$000 para auxiliar os flagelados que em Natal e Mossoró estavam aguardando embarque; o terceiro foi de 50:000\$000 para socorrer os flagelados. (6).

O Governo do Estado, por sua vez, nomeou quatro comissões compostas pelas seguintes pessoas:

- 1.^a) Drs. Antônio Pereira Simões (nomeado pelo Governo Federal) Heliodoro Fernandes Barros e o Coronel Francisco Cascudo.
- 2.^a) Drs. Vicente Lemos, Eloy de Souza e o Coronel Joaquim Manoel Teixeira de Moura (Presidente da Intendência Municipal)
- 3.^a) Revm.^o Padre João Maria de Brito, Des. João Baptista de Siqueira Cavalcanti e o Dr. Luiz Manoel Fernandes Sobrinho.
- 4.^a) Drs. Manoel Moreira Dias, Vicente Lemos e Heliodoro Barros e outros.

Ficou estabelecido que duas comissões — a primeira e a segunda — alistariam os retirantes válidos para o trabalho; a terceira distribuiria diretamente aos retirantes os auxílios disponíveis; e a quarta supervisionaria todos os serviços. Em poucos dias, alistaram cerca de 6 mil pessoas (7).

Uma vez organizadas as comissões, o Governador contratou com o arquiteto Herculano Ramos o aterro e o ajardinamento da Praça Augusto Severo (8). No alagadiço desta praça havia um barracão de retirantes. Na execução dos trabalhos, o referido arquiteto empregou muitos flagelados que perambulavam pela cidade, procurando meios para sobreviver.

5. *A República* — 17/02/1904 — p. 1.

6. *A República* — 03/06/1904 — p. 1.

7. *A República* — “*Mensagem do Governador Augusto Tavares de Lyra*”, 16 de julho de 1904, p. 1.

8. *A República* — *Idem*.

Não obstante a utilidade destes melhoramentos, a oposição acusou o Governador de empregar o dinheiro público para honrar, com praças e monumentos, a oligarquia Maranhão.

O engenheiro Pereira Simões chefio os serviços organizados noutras áreas da cidade. Iniciou os trabalhos em fins de fevereiro, organizando trinta turmas de 25 trabalhadores. Os homens ganhavam uma diária de 1\$000; as mulheres, 700\$; os meninos (menores de 16 anos), 400\$ e as crianças (entre 6 e 10 anos), 200\$.

Doze turmas foram destocar mato, abrindo as ruas da Cidade Nova; 5 turmas foram construir um baldo para transformar em açude a Lagoa Manoel Felipe, onde grande número de lavadeiras vinha frequentemente lavar roupa. Turmas de mulheres e de homens encarregaram-se de quebrar pedras no outro lado do Potengi e transportá-las para a cidade. Estas pedras foram, em parte, utilizadas no calçamento da rua Nova (hoje, Av. Rio Branco). Outras turmas foram designadas para fazer a estrada de Natal a Ceará-Mirim, e outras cuidaram da limpeza do Baldo. (9)

Além disso, os flagelados trabalharam durante muitos dias carregando pedras para as Praças André de Albuquerque e Augusto Severo. Depois essas mesmas pedras foram removidas para outros lugares, a fim de se justificar o dinheiro pago a estes homens. (10)

Em mensagem dirigida ao Presidente da República, a burguesia comercial de Natal, através de sua Associação Comercial, reivindicou uma série de providências para socorrer os flagelados. A mais importante de todas foi, sem dúvida, a construção da ferrovia Natal — Ceará-Mirim. Apesar de ser uma antiga reivindicação dos senhores de engenho do vale do Ceará-Mirim, o momento era oportuno para se lembrar mais uma vez a efetivação deste empreendimento. (11)

A notícia da construção desta ferrovia determinou a vinda para Natal de milhares de retirantes à procura de trabalho. Em meados de março de 1904, o Dr. Sampaio Correia já trabalhava com cerca de 1.100 homens, que construíram até então cerca de 300 metros de aterro (12). Mas, este número de trabalhadores elevou-se rapidamente à medida em que os trabalhos prosseguiram. Tanto foi assim que, em discurso pronunciado no Senado Federal, o Dr. Ferreira Chaves disse que tornara-se “insuficiente o serviço da ferrovia de Natal ao Ceará-Mirim para dar ocupação e salário a todos os que, impelidos pela fome, reclamavam trabalho.” (13)

A concentração de mais de quinze mil retirantes em Natal acarretou sérios problemas de saúde. Pois, a falta de condições sanitárias, assim como o estado de

9. Ver carta de Pereira Simões ao Diário de Natal — 01 de março de 1904, p. 2

10. Diário de Natal — 26 de maio de 1904, p. 1

11. Idem — 18 de fevereiro de 1904, p. 1

12. Idem — 16 de março de 1904, p. 1

13. A República — 18 de maio de 1904, p. 1

saúde da população flagelada, concorreram para o surgimento de epidemias. Os índices de mortalidade geral e infantil elevaram-se muito acima da média existente antes da seca.

A fim de debelar as doenças, o Governador contratou dois homeopatas para darem assistência aos flagelados doentes. Nos armazéns e barracões onde ficou abrigada a população retirante, estabeleceram divisões para separar os enfermos dos que estavam sãos.

V — A SOLIDARIEDADE LOCAL

Logo que os natalenses perceberam que a cidade estava sendo diariamente invadida pelos retirantes, começaram a promover movimentos de solidariedade.

Sem esquecer aquelas manifestações individuais, feitas em silêncio à porta da casa, mencionaremos três movimentos que nos pareceram importantes.

1. Bando Precatório

Com o intuito de angariar donativos para socorrer os flagelados, um bloco carnavalesco organizou um bando precatório que saiu às ruas da cidade pedindo donativos. Entre as contribuições recebidas e as doadas pelos próprios integrantes do bando, foram arrecadados quinhentos mil réis. (14)

2. A Festa de Inauguração do Teatro “Carlos Gomes”

Aceitando a sugestão que fora feita pelas elites natalenses, o Governador do Estado resolveu inaugurar o Teatro com uma grande festa, cuja renda reverteu em benefício dos flagelados concentrados em Natal, (15). Em março, a comissão encarregada entregou 450 vestidos para as crianças dos retirantes. (16)

3. Loja 21 de Março

A maçonaria também preocupou-se com os retirantes. Constituiu uma comissão que percorreu as ruas de Natal. Aos flagelados foram distribuídos quatrocentos cartões no valor de 500\$ cada um. (17)

VI — A SOLIDARIEDADE NACIONAL

Impulsionados pelo espírito humanitário, por ideais cristãos ou ainda por laços de conterraneidade, brasileiros de diversos Estados faziam algo para auxiliar os flagelados nordestinos. Como veremos a seguir, as manifestações nacionais de solidariedade procederam das mais variadas organizações sociais.

14. A República — 17 de fevereiro de 1904, p. 2

15. Idem — 22 de fevereiro de 1904, p. 1

16. Idem — 16 de abril de 1904, p. 1

17. Idem — 18 de abril de 1904, p. 2

1. Bando Precatório na Capital Federal e em Recife

Por iniciativa do norte-rio-grandense José Dantas Pacheco (18), organizou-se um bando precatório nas Escolas Superiores do Rio de Janeiro. A quantia recolhida foi entregue ao Ministro do Interior, Dr. José Seabra, que a remeteu ao Governador do Rio Grande do Norte. (19)

No Recife, os acadêmicos organizaram também um bando precatório com as mesmas finalidades.

2. Círculo dos Repórteres do Rio de Janeiro

Uma comissão central, presidida pelo deputado cearense João Lopes, promoveu na Capital da República vários festivais em benefício das vítimas da seca no Nordeste. (20) Através da Delegacia Fiscal, a comissão central enviou ao Rio Grande do Norte a importância de 16.557\$750 destinada a hospitais e casas de caridade. (21)

3. Sociedade Humanitária do Brasil

Esta sociedade angariou no Rio de Janeiro recursos para os flagelados e remeteu para o Rio Grande do Norte a importância de 326\$000. Este dinheiro foi enviado ao Cel. Odilon Garcia que, de imediato, entregou-a ao Padre João Maria que o distribuiu com os pobres. (22)

4. Prefeitura da Capital Federal

O Dr. Pereira Passos, prefeito da Capital Federal de então, mandou para o Governo do Estado a importância de 2:500\$000 para auxiliar as vítimas da seca. (23)

5. Centro das Classes Operárias do Rio de Janeiro

Por três vezes, a Liga Artístico-Operária de Natal recebeu e distribuiu com os flagelados os auxílios que lhes foram enviados pelo Centro das Classes Operárias do Rio de Janeiro.

A segunda remessa compreendia 20 fardos de xarque; 10 sacos de farinha; 10 sacos de feijão; 5 de arroz e 2 de sal. Estes alimentos foram distribuídos aqui entre mais de três mil flagelados. (24)

18. Para maiores detalhes sobre ele, consultar o livro de Hélio Dantas — José Dantas — José Dantas Pacheco

19. Diário de Natal — 19 de janeiro de 1904.

20. A República — 18 de abril de 1904, p. 1

21. Idem — 29 de agosto de 1904, p. 1

22. Idem — Idem.

23. A República — 26 de maio de 1904, p. 2

24. Diário de Natal — 8 de junho de 1904, P. 1

6. “Tribuna” de Santos

Além de uma subscrição aberta ao público e de festivais realizados em benefício dos flagelados do Norte, a “Tribuna” arrecadou, em Santos, a quantia de 5.601.770. Este dinheiro foi dividido pelos Estados do Nordeste e remetido para os seus respectivos Bispos. O Rio Grande do Norte recebeu a maior parcela por deliberação da própria comissão de Santos. (25) D. Adauto Câmara, Bispo da Paraíba e do Rio Grande do Norte, ao receber este auxílio, remeteu ao Padre João Maria três contos de réis.

O ilustre vigário dividiu a quantia entre as paróquias do Rio Grande do Norte, cabendo a cada uma 97\$500, inclusive a de Natal.

7. Os auxílios Provenientes do Pará

A Colônia Norte-rio-grandense de Santarém, liderada pelos Drs. Anysio Chaves, Augusto Meira e Crescencio Chaves, mandou a importância de 1:234\$000 para auxiliar os retirantes concentrados em Natal. (26)

A Associação Comercial do Pará enviou 100 sacos de farinha de mandioca. (27).

8. A Doação dos Charqueadores de Pelotas (RS)

Os charqueadores desta cidade gaúcha mandaram para os flagelados do Rio Grande do Norte 77 fardos de charque, pesando 385 arrobas de carne. Esta doação foi transportada para Natal pelo vapor “Planeta” do Lloyd Brasileiro. O Governador distribuiu os fardos com a população de diversas cidades do interior potiguar. (28)

VII - ATAQUES VIOLENTOS À PROPRIEDADE PARTICULAR

Apesar dos socorros prestados pelo Governo, pelas organizações locais e nacionais, em fins de abril, os flagelados viveram momentos de desespero. Em primeiro lugar, atacaram a firma comercial Mello & Companhia, que estava recebendo do vapor Rio Formoso um carregamento de farinha. Munidos de faca e liderados principalmente por mulheres, os flagelados rasgaram mais de vinte sacos de farinha e, com rapidez, apoderavam-se da mercadoria.

25. *Idem — Idem.*

26. *A República — 28 de julho de 1904, p. 2 e 3*

27. *Idem — 28 de julho de 1904, p. 2*

28. *A República — 5 de setembro de 1904, p. 2*

Após a chegada da polícia ao local, os grupos de retirantes foram dispersos. A Força Pública armou piquetes e garantiu a regular descarga do vapor.

No dia seguinte, os retirantes se arregimentaram e foram, às 9 horas à residência do Governador, exigindo comida para matar a fome. O Governador respondeu que o dinheiro prometido pelo Governo Federal não tinha chegado. Por isso, nada possuía para dar aos famintos.

Sem grandes esforços, os flagelados se retiraram. Mesmo assim, o ajudante de ordem do Governador, Capitão Joaquim Anselmo, conteve com a sua espada um retirante mais exaltado.

Deixando a casa do Governador, a multidão desesperada dirigiu-se à Praça Deodoro, onde uma lancha descarregava farinha para a casa comercial de Alves & Companhia.

Os flagelados avançaram sobre a mercadoria. Mas, por causa do que acontecera anteriormente, a Força Pública ficara de sobreaviso. Travou-se, então, um conflito entre flagelados e policiais, registrando-se muitos ferimentos de ambos os lados. Isto foi o suficiente para que o comércio ficasse em pânico. A cidade ficou assombrada. Para evitar novos ataques, a polícia passou o resto do dia policiando as ruas da cidade.

Neste segundo ataque, predominou um grupo de mulheres lideradas por Maria Brilhante (com os filhos), irmã de Jesuíno Brilhante; Maria Viado; Chica Soares e Rosa Galdina. Todas lutaram com a polícia armadas de faca, pedra e cacete. (29)

VIII — A INDÚSTRIA DA SECA EM NATAL

Em todas as secas do Nordeste surgiu este tipo de indústria, cuja matéria-prima é, às vezes, à apropriação indébita dos dinheiros públicos, o tráfego de influência em benefício dos detentores do poder ou ainda a montagem de um sistema de exploração em cima de uma população exaurida.

Na seca de 1904, a indústria da seca também funcionou em Natal.

O destocamento que o Dr. Pereira Simões mandou fazer na Cidade Nova, assim como o baldo que mandou levantar na Lagoa Manoel Felipe, teve tão somente a finalidade de beneficiar a propriedade do Cel. Joaquim Manoel Teixeira de Moura, chamada “Senegal”. (30)

Lembramos que o Cel. Joaquim Moura era um dos membros da segunda comissão organizada pelo Governo para socorrer os flagelados.

29. *Diário de Natal — 27 abril de 1904*

30. *Idem — 1 de março de 1904, p. 1*

Estes trabalhadores pagos pelo Governo Federal destocaram muito mato em terrenos particulares, pertencentes a pessoas ilustres e de poder em Natal.

IX — A MIGRAÇÃO PARA O NORTE E PARA O SUL

Vimos anteriormente que interessava ao Governo Federal promover a migração da população flagelada para os cafezais paulistas e para os seringais da Amazônia.

Nesta seca de 1904, até junho do mesmo ano deixaram o Rio Grande do Norte 15.647 pessoas: 12.684 foram para o Norte e 2.963 foram para o Sul. Vale Salientar que este montante refere-se apenas aos que viajaram com passagens dadas pelo Governo.

X — CONCLUSÃO

De tudo o que acabamos de ver neste trabalho, podemos concluir que a migração da população flagelada pela seca de 1904, em direção a Natal, resultou da concentração dos recursos na Capital do Estado. Outro aspecto importante diz respeito à estrutura do poder nacional: A hegemonia econômica e política do Centro-Sul impedia que durante a República Velha o governo central atendesse com maior solicitude aos rogos do Nordeste solapado pelas secas. Isto ficará mais evidente quando analisarmos as secas de 1915 e de 1919. Apesar das limitações financeiras, a seca de 1904 deixou um saldo de algumas obras em Natal, principalmente a Estrada de Ferro de Natal a Ceará-Mirim.

GT/CAICÓ

Dióscoro Gonçalves Vale

(Sócio Correspondente)

GT — GRUPAMENTO TÁTICO: “Na Divisão de Infantaria, a designação *grupamento tático* é, geralmente, aplicada a um destacamento composto de um Regimento de Infantaria, um Grupo de Artilharia Leve e Unidades essenciais de outras Armas em promoções convenientes”.

MG — EME — Manual de Campanha C — 100-5

“Operações” — Cap. I, N° 2

SUMÁRIO

- I — Apresentação
- II — Situação em MINAS GERAIS, antes de 31 de março.
- III — Agravação da Crise — Desfecho
- IV — Repercussão em BRASÍLIA
- V — 12º Regimento de Infantaria, março de 64
- VI — GT /12
- VII — GT/CAICÓ
- VIII — Missão Cumprida

I — APRESENTAÇÃO

1 — Muito se tem escrito sobre o MOVIMENTO DEMOCRÁTICO de 31 de março de 1964, já apreciado em todos os aspectos conjunturais da vida brasileira, no período; todavia, pouco se tem dito a respeito dos acontecimento militares que

então se desenrolaram. Quem desejar, futuramente, pesquisar sobre eles, precisará buscar nos relatórios das Unidades participantes as informações necessárias para reconstituir a História desses dias, sem dúvida, decisivos para os destinos de nossa Pátria.

Creio que tal falha se possa atribuir a duas circunstâncias principais: — A ausência de *operações de guerra*, como as entende o povo, através de choques armados que, somente eles, impressionam e marcam vivamente nossa sensibilidade. A presteza e o sigilo da mobilização em pessoal e material executada então pela 4.^a Região Militar — Estado de MINAS GERAIS — e a surpresa do seu pronto acionamento não permitiram que a máquina comunista, tão alardeada, fosse em tempo movimentada; dada a partida, logo se desmantelou todo seu apregoado dispositivo militar-sindical;

— outra causa, a discrição habitual que devem guardar os militares acerca dos *assuntos de quartel*, não se lhes permitindo o comentário, fora do âmbito apropriado, de fatos relativos à segurança nacional, dos quais foram eles muitas vezes participantes.

2 — Um desses episódios quase desconhecidos, não obstante sua importância no quadro geral da REVOLUÇÃO, foi a atuação da tropa que marchou de BELO HORIZONTE para a CAPITAL FEDERAL.

Destina-se este pequeno ensaio a registrar o fato, para que não se perca uma modesta, mas importante página de nossa história, escrita pelo soldado mineiro com a bravura, a determinação de vencer a qualquer preço, a perseverança no cumprimento do dever, a calma refletida e o despreendimento que o caracterizam.

Valorosos soldados mineiros! Orgulham-se os chefes que tiveram a honra de comandar-vos face ao perigo iminente e imprevisível daqueles dias memoráveis!

II — SITUAÇÃO EM MINAS GERAIS, ANTES DE 31 DE MARÇO

1 — A pequena história do *G T/C A I C Ó* que pretendemos aqui relatar constitui uma página da História da REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA de 31 de março; para melhor compreensão dos fatos, julgamos convenientemente seja para isso montado, sinteticamente, um quadro dos acontecimentos que então se desenrolaram para, dentro dele, ser posicionada nossa narrativa. Na ordem natural dos fatos, começemos por *onde começou* a Revolução — MINAS GERAIS — daí avançando para a GUANABARA e finalmente acabando em BRASÍLIA, objetivo daquela Tropa e onde terminaram as operações militares.

2 — A Capital mineira viveu os primeiros meses de 1964 em constante agitação e grande ansiedade. “Era o domínio público a infiltração nos meios estudantil e operário de BELO HORIZONTE dos agentes do comunismo internacional. Em teoria e, certamente, com muita argúcia, eles situavam na conquista de MINAS a primeira etapa para o domínio de todo o país. E para isso bastava-lhes firmarem-se

em BELO HORIZONTE. ... Então, a manutenção de BELO HORIZONTE, para proteger MINAS, e de MINAS para defender o BRASIL, como é fecundo exemplo nossa formação, seria o primeiro passo. O Segundo, se necessário, fazer destas montanhas o reduto da liberdade. E, depois, o trampolim de onde se desencadeariam as ações para a reconquista da pátria, se até aí nos conduzissem os acontecimentos... (1)

A agitação nos meios universitários agravava-se dia a dia. Pleiteando medidas inaceitáveis, algumas absurdas, outras com finalidades simplesmente políticas, evidentemente inspiradas por elementos estranhos ao meio estudantil, mas interessados no processo de subversão em marcha, tumultuavam o ambiente e impediam qualquer espécie de solução.

As provocações tornavam-se mais freqüentes e exigiam das autoridades responsáveis pela ordem pública uma atitude ao mesmo tempo serena e firme, sem recorrer à violência procurada pelos agitadores. No interior do Estado manifestaram-se alguns focos de turbulência, prontamente controlados, que provocaram, em CURVELO e alguns outros municípios, de parte dos fazendeiros e proprietários, a formação de uma *Liga Anti-Comunista* para defesa dos princípios democráticos face a onda comunizante contida no bojo das apregoadas "Reformas de Base".

Assim, naturalmente, o movimento revolucionário em MINAS começou mais cedo.

3 — O Deputado JOSÉ MARIA DE ALKMIN (2), que foi o vice-presidente da República no governo do Marechal HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO, em certo momento declarou: "Foi na intimidade dos lares que o espírito de luta primeiro se revelou. Em MINAS, foram as mulheres que arregimentaram e propuseram a questão em termos definitivos. Não foi só no seu Estado que isso se deu. Lá foi o começo".

Outro chefe revolucionário, General GUEDES, também o reconheceu: "Foi inestimável o concurso das mulheres, cuja intuição tem, muitas vezes, mudado a face do mundo. Receosas por seus filhos, sentindo, mesmo antes de sofrerem, o que se estava tramando e as terríveis conseqüências que adviriam, elas enfrentaram todos os perigos, clamando, reagindo, encorajando, rezando".

Partir da *LIMDE* (Liga da Mulher Democrática) o primeiro ato público de rebeldia, com o protesto contra a reunião em BELO HORIZONTE do Congresso de *CUTUAL* (Central Única de Trabalhadores da América Latina), já proibido na GUANABARA e em S. PAULO, finalmente realizado em BRASÍLIA.

Depois foi a intensa e silenciosa campanha contra o comício convocado para o dia 28 de fevereiro pelo *CET* (Comando Estadual dos Trabalhadores), filial do *CGT* (Comando Geral dos Trabalhadores) da GUANABARA.

A grande figura presente, anunciada pelos líderes comunistas mineiros, seria Leonel Brizola, deputado gaúcho, cunhado do Presidente GOULART, que estaria acompanhado de sua esposa. Achava-se ele então no auge de seu prestígio político, dirigindo o *PTB* (Partido Trabalhista Brasileiro) e a campanha de pressões contra o Congresso Nacional, ameaçado de fechamento, e as forças conservadoras e democráticas; estava possuído da maior ambição de poder e projeção populista.

Os ânimos em BELO HORIZONTE estavam exaltadíssimos. Na véspera, o Almirante SYLVIO HECK que fora Ministro da Marinha de JÂNIO QUADROS, havia realizado uma conferência, com numerosa assistência e de grande repercussão, como parte da campanha de esclarecimento da opinião pública que, a duras penas, vinha realizando por todo o país.

Por medida de ordem e segurança só eram permitidas reuniões de caráter político em recinto fechado, para tal fim, sendo destinado o auditório da Secretaria de saúde, bastante amplo, de fácil acesso, com capacidade para duas mil pessoas.

Na tarde de 28 de fevereiro, a LIMDE, com o intuito de impedir que os pregoeiros da desordem e da mistificação tomassem lugar no auditório, começou desde cedo a ocupá-lo com seus convidados, em grande número. Quando chegaram os partidários de BRIZOLA, um grupo de senhoras — funcionárias, donas-de-casa, professores, estudantes — tendo à frente o Padre CAIO DE CASTRO, da Congregação do Verbo Divino, unidas com um só pensamento — por Deus, pela família, pela Pátria” — rezavam em altas vozes o “ROSÁRIO DE NOSSA SENHORA”, poucos dias antes tomado por símbolo da campanha desenvolvida pelo Padre PEYTON, na mensagem de fé que vinha pregando pelo mundo inteiro (em BELO HORIZONTE 500 mil pessoas foram ouvi-lo em praça pública).

Provocado pelos comunistas já reunidos em grande massa, rapidamente um tumulto se desencadeou no auditório e logo se estendeu até a frente da Secretaria, já então tomada de verdadeira multidão decidida e vibrante, disposta a impedir a realização do comício. A entrada de BRIZOLA foi bloqueada, sua guarda pessoal desarmada e seus camaradas escorraçados, sendo ele próprio obrigado a fugir em um carro qualquer que passava nas imediações, ocupado à força e mandado seguir diretamente para o aeroporto.

Vencera o espírito mineiro de liberdade!

4 — Poucos dias antes, em 24 de fevereiro, os médicos da Capital, em número de 364, assinaram um manifesto “A NAÇÃO BRASILEIRA”, consignando seu “protesto contra o descalabro político, moral, econômico e social que deprime o país, e aconselhando a todos “para que se compenetrem de suas responsabilidades de cidadãos livres e democratas”.

5 — Evoluía a situação nacional, negativamente, culminando com a realização do comício da sexta-feira, 13 de março na Guanabara, quando JANGO defendeu suas falazes *Reformas*. Uma semana depois, no dia 20, através de uma cadeia de rádio e televisão, do Palácio da Liberdade, o Governador do Estado, Doutor JOSÉ DE MAGALHAËS PINTO declarava que não estava de acordo com as últimas atitudes do Presidente GOULART: — “Este é um pronunciamento do povo de MINAS GERAIS... Estamos dispostos a lutar contra o golpe. Já não há lugar para sistemas ditatoriais arquivados em nossa história” E finalizando: — “Minas quer impedir o caos a que estamos sendo arrastados. Brasileiros! Juntos, lutemos pela paz”.

Observe-se que é da mesma data a Circular do Chefe do Estado-Maior do Exército, General HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO, esclarecendo a posição do Exército no ambiente de intranquilidade que se criou depois do comício do dia 13. Entre outras afirmações, acentuava ele: — “A insurreição é um recurso legítimo de um povo”.

6 — “Minas trabalhava em silêncio”. O Comando Militar da Guarnição de BELO HORIZONTE, contando já com o apoio da Polícia Militar, vinha mantendo estreito contato com a direção política estadual, na pessoa do Governador MAGALHÃES PINTO e contava também com a valiosa colaboração da população civil, representada pelo GRUPO ACAIACA formado por industriais, banqueiros, fazendeiros, médicos, advogados, professores, jornalistas — os homens mais respeitáveis e responsáveis da sociedade mineira — que chamara a si o encargo da articulação do movimento de oposição aos desmandos do Governo de JANGO, colocando-se na vanguarda da opinião pública; através de contatos com vicis de outros Estados, tratava de propiciar à Revolução em marcha as indispensáveis condições psicológicas e materiais para sua eclosão e vitorioso fim.

III — AGRAVAÇÃO DA CRISE — DESFECHO

1 — Os grandes acontecimentos políticos, de repercussão nacional, continuavam a ter origem no RIO DE JANEIRO — *a Velha Capital* — de onde logo se estendiam às outras Capitais e à BRASÍLIA — ainda questionada sede do Governo Federal — para seu desfecho e solução final pelos Altos Dirigentes da Nação.

2 — Mais e mais se agravava a situação, tumultuada e insegura, atingindo novo clímax, então, no dia 27 de março, sexta-feira santa, com a crise irrompida na Marinha.

Pretextando comemorar seu aniversário de fundação, reuniu-se no dia 25, a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, sob a presidência do Cabo JOSÉ ANSELMO, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara. A reunião foi coordenada e dirigida por elementos da CGT e logo se desviou de seus fins, tomando caráter político. Os chefes sediciosos foram punidos pelo Ministro da Marinha, porém não acataram as ordens, permanecendo “em vigília”, amotinados, até o dia 27, quando JANGO, chamado às pressas de BRASÍLIA, os perdoou. A notícia foi-lhes levada pelo Ministro do Trabalho acompanhado pelos mesmos elementos do CGT; grande passeata se organizou, encaminhando-se para o centro da cidade, transformando-se em verdadeiro carnaval.

O Ministro Almirante SILVIO MOTA se demitiu, sendo logo substituído pelo Almirante Reformado, PAULO MÁRIO DA CUNHA RODRIGUES, tido pelos companheiros por comunista. O Almirante CÂNDIDO ARAGÃO, conivente com os rebeldes e por isso afastado do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais durante a crise, foi reintegrado no cargo.

A cúpula militar reagiu imediatamente, sendo lançados manifestos À NAÇÃO pelos Almirantes, o Clube Naval e o Clube Militar.

Nesse mesmo dia 27, encontrava-se o General OLÍMPIO MOURÃO FILHO, Comandante da 4.^a Região Militar, em OURO PRETO assistindo às cerimônias da Semana Santa. Em face dos acontecimentos acima narrados, o General GUEDES solicitou sua presença em BELO HORIZONTE, com urgência,

dando-lhe então conhecimento da situação na GUANABARA e das providências que em consequência havia determinado, em seu nome, ordenando, prontidão geral para a tropa regional. Por sua vez, o Coronel PM JOSÉ GERALDO DE OLIVEIRA, Comandante-Geral da Polícia Mineira, já dera ordem de recolhimento de todos os destacamentos do interior do Estado às sedes dos Batalhões e tomara outras providências necessárias ao emprego de sua Força em curto prazo.

3 — Na entrevista com o Governador JOSÉ DE MAGALHAËS PINTO tomou conhecimento o General MOURÃO das ligações estabelecidas na GUANARABA por emissários do Governador, ficando assentado que nova reunião seria efetuada no dia seguinte, sábado, 28 de março, em JUIZ DE FORA. Para ela, convidou MAGALHAËS PINTO o Marechal ODYLO DENIS, que se prontificou a comparecer; o Marechal EURICO GASPAS DUTRA, que pela dificuldade de locomover-se do RIO DE JANEIRO, apresentou suas escusas declarando, entretanto, ficar solidário com qualquer decisão tomada; e o Brigadeiro EDUARDO GOMES que já tinha conhecimento da situação em MINAS e assim julgou mais conveniente sua permanência no Rio, junto à FAB. Após o encontro, o General MOURÃO mandou a S. Paulo seu Chefe de Estado-Maior Revolucionário, levando carta ao General AMAURY KRUEL, comandante do II Exército, que todavia não se mostrou sensível aos seus apelos, respondendo-lhe que a crise provocada na GUANABARA pela atitude dos marinheiros estava superada.

Por sua vez, o Governador de S. PAULO, ADHEMAR DE BARROS, fora procurado por um emissário do General GUEDES, respondendo nestes termos: — “S. PAULO não repetirá 32, mas está de acordo com qualquer iniciativa e pronto a acompanhá-lo”.

4 — Realizados esses entendimentos, mais de caráter político, convocou o General MOURÃO os militares para se reunirem em JUIZ DE FORA na tarde do dia 29, domingo, quando foram então assentadas as medidas para o início do movimento partindo de MINAS GERAIS.

Ao término, pediu o observador da Marinha, presente à reunião, uma palavra positiva e clara para ser levada aos Almirantes, sendo prontamente respondido pelo General GUEDES: — “Diga aos Almirantes que iniciaremos o movimento amanhã, dia 30 (3).

Em Resumo, foi decidido: —

— Um Destacamento deveria marchar sobre a GUANABARA, tendo como primeiro objetivo a divisa do Estado; dependendo da atitude da tropa sediada no Rio, prosseguiria atuando ofensivamente ou lutaria defensivamente no corte do rio PARAIBUNA;

— a direção de BRASÍLIA seria coberta, inicialmente, em TRÊS MARIAS. O desenvolvimento da luta na direção da GUANABARA determinaria sua consequente evolução;

— Ao sul, em TRÊS CORAÇÕES, seria organizado um núcleo de Forças, enquadrado pela tropa da escola de Sargentos das Armas, com a missão especial de vigilância no rumo de S. PAULO, até que a situação ali de definisse; se a nosso favor, o emprego daquelas Forças seria na direção de BRASÍLIA; se contra nós, seria para cobrir a direção de BELO HORIZONTE;

— na Capital far-se-ia a reunião principal das Forças disponíveis e das que seriam mobilizadas, para emprego de acordo com a evolução das operações;

— Os abastecimentos seriam feitos através da Estrada de Ferro Vale do Rio Doce. O General GUEDES regressou na mesma noite a BELO HORIZONTE.

5 — Na manhã do dia seguinte, segunda-feira, 30 de março, teve lugar outra importante reunião, esta de caráter político, na residência do Doutor OSWALDO PIERUCCETTI, na Capital, presentes o Governador MAGALHÃES PINTO, NEY BRAGA.

— *Governador do PARANÁ* — todos os Secretários, o General GUEDES e o Coronel JOSÉ GERALDO DE OLIVEIRA, Comandante-Geral da Polícia Militar. Nela foram acertadas as providências finais e o Doutor MILTON CAMPOS redigiu o manifesto que seria lançado pelo Governador, terminando com estas palavras, por proposta do General GUEDES: — “MINAS se empenhará com todas as suas forças e todas as energias de seu povo para a restauração da ordem constitucional comprometida nesta hora”.

À tarde, pelas 14 horas, reuniu o General GUEDES em seu gabinete, no Quartel General, os oficiais e sargentos que ali serviam — cumprindo o que declarara de véspera em JUIZ DE FORA — “dando-lhes conhecimento que MINAS, com sua integral concordância, a partir daquele momento, se levantara para opor-se à nefasta política seguida por JANGO”. A partir desse momento — tarde do dia 30 de março — a Infantaria Divisionária da 4.^a Divisão de Infantaria e a Polícia Militar de Minas Gerais estavam prontas para cumprir qualquer missão. Falara seu General Comandante e Líder, General CARLOS LUÍS GUEDES.

6 — Toda essa movimentação político-militar no Estado de MINAS GERAIS era ignorada, desprezada mesmo, pelas autoridades federais na GUANABARA que não acreditavam na possibilidade de uma reação partida de MINAS às provocações insufladas pelos comunistas. Até preparavam já um grande comício em BELO HORIZONTE, com a presença de JANGO, para 19 de abril, data aniversária de GETÚLIO VARGAS.

7 — Sentindo o Presidente GOULART que se avolumavam e agravavam as críticas contra sua orientação, julgada quebrantadora dos princípios da hierarquia e da disciplina militares, resolveu dar uma demonstração de força e prestígio junto aos escalões menores das Forças Armadas, aceitando a homenagem que fora preparada pela Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado da Guanabara e convocada para a noite de 30 de março, no Automóvel Clube. Novo pretexto para indisciplina, lá estava abraçados o Almirante ARAGÃO e o CABO ANSELMO.

Ameaçando com “represálias do povo”, JANGO pronunciou então um dos seus mais violentos discursos; o último de sua carreira política

Na manhã do dia seguinte, 31 de março de 1964, as tropas mineiras iniciavam sua marcha, que terminaria no RIO DE JANEIRO — vitoriosamente; —.

8 — MINAS GERAIS SE LEVANTARA, SÓ — inteiramente SÓ —. Com a determinação própria de seu povo tranqüilo, mas capaz de todos os esforços e sacrifícios, quando necessário, vibrante em sua mocidade, ponderado e sereno por suas autoridades, aguerrido em seus soldados, animado pelo entusiasmo e o apoio das Mães Mineiras, as grandes incentivadoras dessa jornada histórica — MINAS se levantara, para servir ao BRASIL —.

IV — REPERCUSSÃO EM BRASÍLIA

1 — Na Capital Federal, na grande caixa de ressonância que é o Congresso Nacional, todos esses episódios reboaram intensamente, mais graves que surpreendentes dentro do clima de inquietação em que vivia o país, atingidas agora as próprias bases da segurança nacional que repousam na disciplina das Forças Armadas, duramente atingidas.

BRASÍLIA deixara de ser aquele “mar de tranqüilidade” que a caracterizava. Escreve a respeito o historiador HÉLIO SILVA (4): — “um boato corria de que o Chefe da Casa Civil da Presidência da República, DARCI RIBEIRO, havia concentrado no Teatro Nacional, ainda em construção, um grande número de candangos e trabalhadores e mandado distribuir armas”. (Tal fato foi nos também relatado por empregados das obras, quando a tropa mineira ali acantonou)... “A expectativa desses elementos (janguistas) não era pessimista, antes, contavam com uma resistência militar razoável e de que a essa resistência militar se somariam as diversas mobilizações populares, que sustentavam o governo constitucional. Essa era a idéia dominante nas bases janguistas de BRASÍLIA, no dia 31 de março”.

A Rádio Nacional de Brasília era usada para invectivar o Congresso e estimular os pelegos a ocuparem-no e silenciarem as vozes dos representantes do povo. Essa mobilização era feita por DARCI RIBEIRO e RAUL RIFF.

2 — À tarde e à noite do dia 31, nas sessões das duas Casas do Congresso os debates foram os mais acalorados e quase sempre tumultuados, desde quando começaram a circular as primeiras notícias vindas de MINAS, chegando ao auge, quando foi anunciada a adesão de S. PAULO.

No dia seguinte, os Presidentes das duas CASAS DO CONGRESSO procuraram o Comandante Militar de BRASÍLIA, General NICOLAU FICO, gaúcho e amigo particular do Presidente GOULART, para transmitir-lhe suas apreensões a respeito da segurança da Capital. A perspectiva era de um encontro armado dentro de BRASÍLIA, onde candangos teriam sido armados e alistados para formarem uma *milícia popular*.

3 — Inesperadamente, à tarde do dia 1º de abril, chegava o Presidente “disposto a defender suas prerrogativas constitucionais; todavia, desistindo desse propósito depois de reunir-se com seus principais auxiliares imediatos, reembarcou por volta das 22 horas no aeroporto de BRASÍLIA, rumando para PORTO ALEGRE, última etapa de sua fuga, antes de deixar definitivamente o país.

Por volta das 24 horas, encontrou-se novamente com os Presidentes da Câmara e do Senado o General NICOLAU FICO para comunicar-lhes que haviam cessado seus compromissos com o Presidente, desde o momento em que ele se ausentara da Capital Federal.

4 — Duas horas depois, reunido o Congresso Nacional em sessão que durou apenas 10 minutos, seu Presidente, o Senador AURO DE MOURO ANDRADE considerou vaga a Presidência da República e proclamou o Presidente da Câmara, Deputado RANIERI MAZZILLI novo chefe do Poder Executivo Federal, sendo empossado logo em seguida, às quatro horas da madrugada do dia 2 de abril.

Na mesma ocasião, foi convidado para Chefe da Casa Militar da Presidência da República o General ANDRÉ FERNANDES DE SOUZA que exercia então o cargo de Chefe do Escalão Avançado do Gabinete do Ministro da Guerra, General JAIR DANTAS RIBEIRO, eram ambos norte-rio-grandenses.

5 — O General NICOLAU FICO logo mais deixou a Capital, sendo substituído no Comando Militar do Planalto e da 11ª Região Militar pelo General RAFAEL DE SOUZA AGUIAR, que acabara de chegar do RIO DE JANEIRO.

V — 12.º REGIMENTO DE INFANTARIA, MARÇO DE 1964

1 — Os acontecimentos que vinham abalando o país, pela orientação comunistal que o Presidente GOULART imprimia ao governo, traziam às Forças Armadas perspectivas sombrias.

Depois que sofreu o impacto da intencionalidade comunista, em novembro de 1935 (NATAL, dia 23; RECIFE, dia 24; RIO DE JANEIRO, dia 27), à base da perfídia e da traição, com o assassinio bárbaro de vários companheiros, tornou-se o Exército intransigentemente anti-comunista; ao menor indício de conspiração vermelha reagiu — e reage ainda — prontamente, mantendo seus quadros permanentes vigilante e inabalável repúdio ao credo moscovita.

A lembrança dos companheiros cínica e covardemente sacrificados em novembro de 35, continuava em todos bem viva (5) e um só pensamento a todos unia, de absoluto repúdio às tendências comunizantes, já então visíveis nos altos escalões do Governo Federal.

2 — Em BELO HORIZONTE, o 12.º Regimento de Infantaria (12.º RI), unidade de escol que tem um passado de gloriosas tradições a defender, preparava-se em ritmo acelerado para a luta inevitável. O novo período de instrução de recrutas foi iniciado em janeiro de 1964, em regime de tempo integral, intensivo e com a programação dos assuntos adaptada às necessidades mais urgentes e de maior importância, visando ao emprego antecipado da tropa.

O Comandante da Infantaria Divisionária da 4.ª Divisão de Infantaria (ID/4), General CARLOS LUIS GUEDES, incentivava os trabalhos da tropa, transmitindo-lhes seu entusiasmo e dando aos comandados subordinados a convicção da importância da Capital mineira, por ele “considerada *chave* para a solução dos problemas que em breve repercutiriam em todo o território nacional”.

A formação moral dos jovens recrutas foi conduzida dentro de um espírito de luta que realçava a importância do Regimento, fiel a seu passado, no cumprimento da missão assinalada pelo Chefe, *pari passu* com o intensivo treinamento físico e acelerado adestramento no manejo das armas. Assim, dez semanas apenas de metódica e cuidadosa formação bastaram para deixar o 12.º RI apto para participar da luta onde quer que fosse chamado, honrando como de outras vezes já o fizera, seu passado e seu lema:

DEVER — LEALDADE — SACRIFÍCIO

Inscrito em outubro de 1930, no *Quartel da Colina*, com o sangue de seus soldados que ali morreram a serviço da Pátria, em defesa da ordem e da lei.

A coesão do Regimento era perfeita, a moral da tropa a mais elevada e os princípios da disciplina e da hierarquia solidamente implantados, animando a todos, desde o Coronel Comandante ao mais jovem recruta, um só pensamento: O cumprimento do dever na luta contra o comunismo.

3 — Já relatamos os graves acontecimentos que se desenrolaram na GUANABARA, nos últimos dias de março e sua repercussão em MINAS, provocando uma série de medidas tomadas pelas autoridades militares e civis, culminando no ato declaratório de rebeldia do General GUEDES, na tarde do dia 30.

Na manhã de 31, durante a reunião de rotina para início dos trabalhos, fez o Comandante do 12.º RI, numa exposição da situação geral, que se agravara com os explosivos discursos pronunciados na noite anterior, por ocasião da manifestação de apoio a JANGO, no Automóvel Clube, pelos Sargentos da Polícia da GUANABARA; confirmou, então, a possibilidade de emprego do Regimento a curto prazo, de acordo com as informações recebidas por ele, pessoalmente, do General OLÍMPIO MOURÃO FILHO, Comandante da 4.ª Região Militar, em JUIZ DE FORA, de onde chegara pela madrugada. Encerrada a reunião, dirigiram-se todos para a formatura matinal da tropa, para início dos exercícios normais.

Um dos oficiais presentes fez, então, a respeito o seguinte registro: — “Notamos que todos os companheiros desaprovavam energicamente a conduta do Chefe da Nação, increpando-lhe a infidelidade aos princípios alicerçados de nossa Democracia Cristã. Achavam os oficiais que algo deveria ser feito para barrar, de uma vez por todas, o processo de comunização do BRASIL que já se acelerava, sobretudo com o desmoronamento da disciplina e da hierarquia”.

4 — Logo em seguida, com o Regimento ainda em forma, recebeu o Coronel Comandante ordem do General GUEDES, pelo telefone, para deslocar imediatamente, por solicitação pessoal do General MOURÃO, um Batalhão para JUIZ DE FORA, onde passaria à disposição do Estado-Maior Revolucionário, pois fora substituído o Comandante do 10º Regimento de Infantaria cuja atitude, por isso, agora inspirava cuidado.

Coube a missão ao II Batalhão, que recebera uma *ordem de marcha* desde o dia anterior; tão logo foram recebidas as viaturas requisitadas para completar o comboio militar, prontamente cedidas pelas empresas de transporte da Capital, iniciou o Batalhão seu deslocamento para seu primeiro destino e daí, já integrando o DESTACAMENTO TIRADENTES, sob o Comando do General ANTONIO CARLOS MURICY (6), lançou-se para o objetivo final — a GUANABARA —.

5 — Na Capital, ainda ficaram do Regimento seu I Batalhão e os Órgãos de Serviços Regimentais que prosseguiram em seus trabalhos normais, prontos para cumprir qualquer missão de acordo com as operações planejadas.

BELO HORIZONTE, tomada do mais vivo entusiasmo, mantinha-se em absoluta ordem, mobilizando com a maior presteza todos os recursos disponíveis, necessários à campanha que se avaliava áspera, difícil e por tempo imprevisível. Os postos de alistamento estavam superlotados, os estudantes se apresentavam em massa: Em tudo, muita ordem e tranqüilidade.

No Regimento, a preocupação natural de todos não afetou, em nenhum instante a moral da tropa que aguardava, confiante, informações das frentes de luta principais: A da GUANABARA já engajada e a de S. PAULO, em expectativa de cooperação com as Forças Mineiras; finalmente, pelas 23 horas ainda do dia 31 de março, o General AMAURY KRUEL decidiu-se e com ele o Governador ADHEMAR DE BARROS: S. PAULO integrava-se na Revolução, dissipando as dúvidas e preocupações. A notícia foi recebida com o maior agrado, aliviando a tensão que o Regimento vivera durante a jornada; era a certeza da vitória que não demoraria, para tranqüilizar a família mineira angustiada com a perspectiva de uma luta prolongada, entre irmãos.

VI — GT/12

1 — A importância da Capital Federal sempre foi considerada em todos os Planos de Operações elaborados tanto no RIO como em MINAS. BRASÍLIA se havia constituído assim, desde o início, em objeto de estudos e de preocupações dos

Chefes Revolucionários. O jornalista potiguar MURILO DE MELO FILHO faz referência (7) a um Plano Geral de Operações que teria sido organizado na GUANABARA, em agosto de 1963; nele “a imediata conquista de BRASÍLIA foi considerada importante do ponto de vista psicológico”, sendo previsto “marchar sobre a GUANABARA imediatamente com destacamentos de S. PAULO e MINAS” e “marchar ao mesmo tempo sobre BRASÍLIA com guarnições de MATO GROSSO e BELO HORIZONTE”.

Mais objetivamente o problema foi tratado pelo Estado-Maior Revolucionário de JUIZ DE FORA; na reunião do dia 29 ficara decidido, como já vimos, que simultaneamente marcharia um Destacamento sobre a GUANABARA e seria lançada uma cobertura na região da represa de TRÊS MARIAS, sobre a BR — 7 (Belo Horizonte — Brasília), dependendo seu prosseguimento da disponibilidade de meios, com a evolução dos acontecimentos nas duas frentes, da GUANABARA e S. PAULO.

2 — Desde início, a reunião de Forças em BELO HORIZONTE tinha por núcleo o 12.º Regimento de Infantaria, à base do qual seria constituído um *Grupamento Tático* (G T/12) dotado de meios adequados a uma operação potente, flexível, de grande raio de ação, durável e capaz de manter-se com os recursos próprios e locais; seria planejada e acionada diretamente pelo Comandante da ID/4, General GUEDES.

No dia 1.º de abril, tendo sido definida a posição de S. PAULO ao lado das Forças Mineiras e aproximando-se celeremente da GUANABARA o Destacamento TIRADENTES, pôde então o General GUEDES voltar-se para a organização da Força que seria lançada na direção de BRASÍLIA.

O G T/12 ficou organizado com os seguintes elementos:

Exército: — 12.º RI (Comando e Estado-Maior, I Batalhão e Companhia de Comando e Serviços);

— Bateria de Artilharia do Centro de Preparação da Reserva de Belo Horizonte (Bia Art/CPRO) (8);

— I Grupo do 4.º Regimento de obuses de 105 mm, de POUSO ALEGRE (I/4.º R O 105).

Policia Militar: — 3.º Batalhão de Infantaria, de DIAMANTINA (3.º BIPM);

— 10.º Batalhão de Infantaria, de MONTES CLAROS (10.º BIPM);

— Uma Companhia de Fuzileiros do 7.º BIPM, de LAVRAS (I/7.º BIPM);

— Um esquadrão de Fuzileiros do Regimento de Cavalaria de Minas, de Belo Horizonte (Esq/RCM);

— Uma Companhia de Metralhadoras Pesadas do Departamento de Instrução, de Belo Horizonte (CMP/DI);

— Uma Companhia de Comando e Serviços do Batalhão de Guardas, de Belo Horizonte (CCS/BG);

— Efetivo total: 1.932 homens

3 — Era ponderável a participação da Polícia Militar na organização do G T/12 e vale aqui uma observação a respeito da contribuição prestada à Revolução pelos bravos e dignos companheiros da Polícia Mineira.

O planejamento das operações militares no Estado, pelo General GUEDES repousava, em grande parte, na integral cooperação de sua Polícia Militar, que ele soube conquistar e manter nas horas mais graves, formando com as Unidades do Exército um todo homogêneo, compacto, íntegro e fiel a seus objetivos e propósitos: Destruir o comunismo, que procurava instalar-se no país, e restabelecer princípios democráticos, postergados pelo Governo Federal.

Essa perfeita compreensão e união de esforços era desconhecida, naturalmente, pela cúpula comunista que não avaliava o valor do instrumento militar preparado em MINAS pelo General GUEDES, para reforçar sua Infantaria Divisionária (I D/4) justamente quando, em crítica situação de efetivos aptos para o combate, contava a ID/4 apenas com um Batalhão do 11º Regimento de Infantaria, de S. João d'El Rei, pois que o 10º Regimento de Infantaria, de Juiz de Fora, com um Batalhão e o 12º Regimento de Infantaria, de Belo Horizonte, com dois Batalhões, estavam ainda no período de formação de recrutas, incorporados em janeiro, como já dissemos.

4 — Relata o próprio General GUEDES: — “Contava a Polícia Militar de Minas Gerais com o efetivo de 18.000 homens, instruída nos moldes do Exército, sendo mesmo grande parte recrutada entre seus reservistas, sob rigoroso critério. Afeitos à luta pelos riscos inerentes à própria profissão, disciplinados, aparecendo sempre bem nas apresentações coletivas, compunham tropa em que se podia confiar e a que se podia atribuir as mais difíceis missões. Seus quadros, formados em escolas profissionais, onde ingressam, após seleção cuidadosa, os mais capazes, lhes dão excelente enquadramento, constituindo seus batalhões tropa eficiente e preciosa. Unida ao Exército, uma completaria o outro. Este dispunha das armas de apoio, detendo o controle das munições, possuindo uma organização dos serviços indispensável para quaisquer operações e podendo constituir a necessária cadeia de comando, que as operações de larga envergadura exigem, o que somente é obtido com os quadros formados em suas Escolas Superiores, longo tirocínio e exercícios frequentes.

Era comandada pelo Coronel PM JOSÉ GERALDO DE OLIVEIRA; oficial culto, inteligente, educado, ninguém supusesse que, a essas qualidades, deixaria de unir um pulso firme, energia e decisão. Em 30 de março, provou ser homem de coragem e de atitudes”. (9)

Feita essa referência especial, de justiça, à valorosa Polícia Mineira, retomemos nossa narrativa.

5 — Na manhã do dia 2 de abril, recebeu o Coronel Comandante do 12º RI ordem do General GUEDES para ativar o G T/12, com a missão de
“OCUPAR BRASÍLIA E ASSUMIR O ENCARGO DE
MANUTENÇÃO DA ORDEM”.

A execução foi imediata, dentro do planejamento já feito, e assim às 13 horas do mesmo dia 2 de abril, o Comandante do 12º RI, de acordo com as *Ordens*

de Movimento expedidas às Unidades subordinadas, assumia o comando do G T/12 em plena marcha rumo a BRASÍLIA, passando à hora marcada, pontualmente, a testa da primeira coluna no *ponto inicial* (P I) da PAMPULHA.

A primeira coluna de marcha foi organizada com as Unidades estacionadas na Capital: — Comando e Estado-Maior, I/12º RI — Bia Art/CPOR — 3º BIPM com seus reforços (CMP/DI — Esq./RCM — CCS/BG).

A segunda coluna partiria mais tarde, tão logo chegasse de POUSO ALEGRE o II/4º RO, ao qual se juntaria os órgãos regimentais dos serviços (CCS/12º RI) e a I/7º BIPM, de Lavras, dada em reforço ao 10º BIPM, de Montes Claros, que se incorporaria à coluna na cidade de PARACATU; seria comandada pelo Sub-Comandante do 12º RI.

As colunas eram totalmente motorizadas, formadas por viaturas militares orgânicas das Unidades e viaturas civis (ônibus e caminhões) cedidas pelas empresas de transporte e dirigidas por motoristas também civis, num total aproximado de 180 viaturas, transportando cerca de 3.500 homens e todo o armamento leve e pesado, munições e equipamentos da tropa.

A primeira etapa de marcha foi executada sem qualquer incidente até TRÊS MARIAS, onde a tropa pernitoiu em ótimas acomodações preparadas pela direção da usina hidro-elétrica da CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais). Nos entroncamentos principais da BR — 7 estavam postados, para segurança do deslocamento da Coluna, grupos de civis armados que colaboravam com os *Tiros de Guerra* da região.

6 — Prosseguindo a marcha na manhã do dia 3, fez o G T/12 uma parada em PARACATU, onde foi servido o almoço; ali se lhe incorporou o 10º BIPM, chegado no dia anterior de MONTES CLAROS, executando com notável esforço e rapidez uma penosa marcha, o que lhe valeu merecido lugar na vanguarda do GT. Era uma tropa excelente, muito bem comandada, de ótima apresentação, coesa, disciplinada, motivada e de grande agressividade, apta a cumprir qualquer missão sem hesitação e sem temor, características, aliás, comuns a toda a Corporação militar mineira, como temos aqui com justiça destacado.

7 — Ao deixar BELO HORIZONTE, fora o Comandante do G T/12 informado da situação em BRASÍLIA, pelo General GUEDES, que se mantinha perfeitamente ao par de tudo que se vinha passando, militar e politicamente. Desde a noite de 31 de março, recebendo uma comunicação telefônica, informando sobre a falta de garantias para o funcionamento do Congresso Nacional, respondera que “faria ocupar BRASÍLIA por forte destacamento e que podia transmitir oficialmente a seus colegas essa decisão”.

Um reconhecimento aéreo lançado no dia 1º de abril, de BELO HORIZONTE sobre a rodovia para BRASÍLIA assinalou o deslocamento de uma coluna motorizada constante de três carros de combate e onze ônibus, conduzindo tropas. Novo reconhecimento lançado no dia seguinte, constatou que a coluna não mais se encontrava na área, parecendo haver regressado a BRASÍLIA.

Em PARACATU tivemos confirmação desses fatos; realmente, tais elementos haviam chegado até a ponte do rio S. MARCOS, na divisa do Estado de

MINAS com o de GOIÁS, abandonando a posição ocupada, graças à intervenção oportuna, ponderada e inteligente do Coronel PM GEORGINO JORGE DE SOUZA, Comandante do 10º BIPM, junto às autoridades civis da Cidade, evitando-se por sua intervenção um desagradável incidente entre as duas forças.

8 — Retomando a marcha, a partir de PARACATU, lançou o Comandante do G T/12 um Pelotão de Reconhecimento Motorizado, organizado com elementos tomados ao Regimento, o qual precedeu a coluna até a entrada de BRASÍLIA, onde se fez um alto para cerrar o dispositivo, antes da coluna entrar na Cidade.

Aí, veio o General RAFAEL DE SOUZA AGUIAR receber a tropa mineira com expressivas manifestações de camaradagem e de satisfação pelo apoio militar que o Comando Revolucionário de BELO HORIZONTE lhe prestava, no justo momento em que assumia o Comando Militar de BRASÍLIA. (10)

Ao anoitecer do dia 3 de abril, entrou o G T/12 na Cidade, desfilando pela avenida W — 3, precedido por uma Secção de Carros de Combate que o guiou até o acantonamento que lhe estava reservado, no Teatro Nacional, sob grande curiosidade da população que se aglomerava ao longo do percurso.

O 10º BIPM que se deslocara em caminhões abertos, pelo desejo de participar da vanguarda do GT, desembarcou e acantonou no interior do Teatro, em condições precárias, como já se habituara! O restante da tropa permaneceu nos próprios ônibus. Durante a noite, ainda ocorreram inexpressivas manifestações de hostilidade na Estação Rodoviária, ao lado do Teatro, mas a tranqüilidade pública em geral foi respeitada.

9 — No dia seguinte procedeu-se à organização do estacionamento da tropa; no Teatro Nacional permaneceram o Comando e o Estado-Maior do GT, os órgãos dos serviços necessários ao seu acionamento e o 3º BIPM;

também no Plano Piloto, no edifício (em construção) do Instituto dos Marítimos, acantonou o I/4º GO 105;

no Setor Militar Urbano, no quartel que estava sendo construído para o Regimento dos Dragões da Independência, do RIO, foram alojados o I/12º RI, parte dos Serviços Regimentais (Material Bélico, Manutenção, Aproveitamento) e a Bia Art/CPOR;

o 10º BIPM deixou o Teatro e foi acantonar na Cidade Satélite de TAGUATINGA, a de maior concentração populacional, mais distante, agitada e de menor segurança: Missão especial, de grande responsabilidade, integralmente cumprida pelo seu dinâmico comandante, com firmeza e ponderação; foi a última tropa a deixar BRASÍLIA, por solicitação do General Comandante da Guarnição.

10 — Executara o GT/12 a primeira parte de sua missão, chegando a destino sem incidentes, ERA, ENTÃO, A ÚNICA TROPA REVOLUCIONÁRIA ainda efetiva e ativamente empenhada, porquanto desde o dia 2 terminara praticamente a missão do DESTACAMENTO TIRADENTES com a ocupação da GUANABARA e esfacelamento do que fora o “forte dispositivo militar de apoio” apregoado pelos Janguistas. Nesse dia, nosso II Batalhão, que integrava a coluna mineira comandada pelo General MURICY, acantonou no Estádio do Maracanã, onde permaneceu até

o dia 6, quando então iniciou sua marcha de regresso, chegando a seu quartel na tarde do dia 7, feliz do êxito da *missão cumprida*, depois de festiva recepção pelas autoridades e o povo belorizontino.

VII — GT/CAICÓ

1 — A presença do GT/12 na NOVA CAPITAL despertara o maior interesse, não apenas no meio militar, mas também entre os civis, particularmente os políticos, agora tranqüilos no exercício de suas funções parlamentares; recebido com agrado e simpatia, isso muito ajudaria, realmente, no cumprimento de sua missão que não era fácil pelas características especiais e apuro em sua execução.

O ambiente agradável, simples e natural que se formou teve grande influência e foi mesmo causa remota para a presente narrativa, como passamos logo a relatar.

2 — Assim que as Unidades ocuparam seus estacionamentos, começaram as visitas de autoridades e amigos, os mineiros em maior número, numa contínua homenagem de simpatia e apoio; entre eles, o Senador JUSCELINO KUBITSCHKEK, sempre comunicativo e alegre junto a seus conterrâneos soldados do 3.º BIPM de Diamantina.

Também dois ilustres norte-rio-grandenses nos honraram com suas presenças. Primeiro foi o General ANDRÉ FERNANDES DE SOUZA, novo Chefe da Casa Militar da Presidência da República, digno conterrâneo nosso de grande prestígio e estimadíssimo em todo o Exército; para os companheiros mais antigos, era o *Velho André*, assim afetuosamente tratado; gozava do melhor conceito pelo seu grande valor profissional e integridade de caráter, ponderação e lhanza de trato, constituindo-se em um dos mais fortes esteios da Revolução naqueles dias incertos e tumultuados que atravessava o BRASIL, principalmente sua Capital.

Destacando-se entre as autoridades civis presentes a nosso acantonamento, a todos agradou vivamente a figura simpática e jovial de outro conterrâneo — Monsenhor WOLFREDO GURGEL — digno e ilustre representante do Estado no Senado da República. Austero e compenetrado de suas altas funções políticas, extremamente afável e cordial no trato de pessoas, mesmo que não fossem de suas relações, conquistou logo Monsenhor WOLFREDO a estima dos oficiais que o cercaram das maiores atenções quando o souberam *nascido no CAICÓ*.

Sempre proclamei, por onde estive servindo em várias Guarnições Militares de norte a sul do país, orgulhosamente, minha condição de norte-rio-grandense *do Caicó*, procurando torná-lo conhecido tanto pela sua riqueza natural como pelo valor de seus filhos, velhos e dignos patriarcas da terra seridoense. Era, portanto, bem conhecida de meu Regimento a sempre falada *terra do Coronel VALE*. Assim, a presença do caicoense WOLFREDO tornou-se verdadeiramente festiva, agradável, a palestra franca e descontraída, demorada, cordial: Ninguém mais perguntaria, pilheriando, “esse Caicó existe mesmo, Coronel Vale?”

Pois ele estava ali bem vivo, presente na pessoa de Monsenhor WALFREDO; ao término da visita, todos os oficiais o acompanharam até a saída do acantonamento e dele se despediram com as mais expressivas demonstrações de apreço e amizade.

3 — Quando voltei ao Posto de Comando (PC), tive uma agradável e emocionante surpresa; sua placa indicativa havia sido mudada: Não era mais “PC — GT/12” e sim “GT/CAICÓ — PC—DF” (“posto de comando no Distrito Federal”) nova denominação espontaneamente dada pelos meus companheiros em carinhosa homenagem ao Velho Comandante e pela qual passou nossa tropa a ser designada, mesmo no noticiário dos jornais e publicações oficiais.

Desse modo, explica-se como e porque esteve o nome de minha cidade natal — CAICÓ — presente à Revolução Democrática de 31 de março, no DISTRITO FEDERAL e em MINAS.

4 — Nasceria o GT/CAICÓ recebendo por herança de seu *antepassado* GT/12 a missão que a ele fora atribuída, ainda em BELO HORIZONTE, e cuja primeira parte já fora executada: — “OCUPAR BRASÍLIA” —; cabia-lhe agora em prosseguimento, a parte mais difícil: — “ASSUMIR O ENCARGO DE MANUTENÇÃO DA ORDEM” —.

A tropa do *Comando Militar de Brasília* continuou desempenhando suas funções normais. A ordem pública não chegara efetivamente a ser perturbada, apenas ameaçada. O crédito de confiança aberto aos chefes militares pelos brasilienses permitiu a normalização fácil das atividades urbanas, públicas e particulares, em toda a Capital e o retorno do aspecto peculiar da vida diária de sua população, predominantemente constituída por funcionários e trabalhadores nas grandes obras de construção ainda em pleno andamento (em abril a cidade festejaria seu 14.º aniversário).

Ao GT/CAICÓ foram atribuídas, pelo Comando Militar, missões especiais de segurança, controle das comunicações, ocupação de pontos-chave e atuação junto aos órgãos da administração pública, antes ocupados por elementos que haviam fugido ou foram afastados de seus cargos com provas evidentes de participação na subversão e/ou na corrupção que se instalara em alguns setores dos Ministérios. Nos palácios e granjas residenciais abandonadas, em várias repartições governamentais e até em apartamentos deixados às pressas por pessoas comprometidas com a situação passada, encontrou-se farta documentação subversiva, bem como sinais da dilapidação da fazenda pública inexplicavelmente amealhada em certos órgãos da administração, envolvidos em atividades extremistas; fatos surpreendentes foram constatados, episódios da maior gravidade conhecidos e não faltaram mesmo a comprovação de dramas, de tragédias e até de verdadeiras comédias humanas. Uma referência, apenas, à Universidade de Brasília onde, em meio à documentação recolhida — não de caráter científico ou didático, mas de pura propaganda subversiva — havia centenas de exemplares de um estranho “*Violão de Rua*”, para distribuição aos novos alunos, contendo alguns poemas que, por obscenos, só poderiam figurar na estante de jovens mais levados à libertinagem que aos estudos acadêmicos.

Em duas oportunidades, precisou o GT/CAICÓ atuar fora do DISTRITO FEDERAL. Uma Companhia do I/12.º RI deslocou-se para URUAÇU — GO —

onde, em fazenda de propriedade de JANGO, havia denúncia de existirem armas e munições em depósito. Outra, para UNAI — MG — agitada e ameaçada por elementos subversivos levados de BRASÍLIA para aquela cidade à aproximação do GT; seu desempenho foi confiado a uma Companhia do 10.º BIPM que agiu com presteza e eficiência, logo restabelecendo a ordem. Durante o regresso da coluna, em lamentável acidente, perdeu a vida o Soldado JOÃO CORDEIRO DE ARAÚJO — único registro desagradável em todo o período de atuação da tropa mineira.

VIII — MISSÃO CUMPRIDA

1 — Esse, o trabalho do GT/CAICÓ por dias seguidos, contínuo, perseverante, infatigável em colaboração com as autoridades de BRASÍLIA. Os altos órgãos da administração foram reintegrados no pleno exercício de suas funções, limpos da corrupção e da subversão que os pressionavam; a cidade retomara suas atividades em segurança e tranqüilidade; a vida social voltara a seu ritmo normal; a ordem pública fora restabelecida; a família brasiliense gozava de paz.

Cumprira o GT/CAICÓ sua missão, coroada no dia 16 de abril com o honroso encargo de constituir a tropa principal da GUARDA DE HONRA que prestou as continências militares ao Presidente da República, Marechal HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO, desfilando com o garbo, a marcialidade e o entusiasmo de uma tropa de escol. Foi verdadeiramente um dia de festa em BRASÍLIA, com a participação do povo na rua em espontânea demonstração de apoio, satisfação e tranqüila confiança. Voltara a paz à Nação Brasileira.

2 — MINAS GERAIS deu sua contribuição até o fim: — Tomando a iniciativa das operações militares em 31 de março, ao lançar-se sobre a GUANABARA, estava presente com sua tropa, representada pelo GT/CAICÓ, no ato final em BRASÍLIA; sua preeminência foi reconhecida pelo Chefe da Revolução, Marechal CASTELO BRANCO, durante as solenidades comemorativas do primeiro aniversário, proclamando então: “Hoje, falando na heróica MINAS GERAIS, do Palácio da Liberdade, bem posso dizer-vos que aqui começou a revolução”.

3 — E foi assim que o nome de uma cidade do Rio Grande do Norte — CAICÓ — ligou-se ao Movimento Revolucionário de 31 de março de 1964, sendo levado à Capital Federal, honrando as tradições seridoenses de bravura e de patriotismo. Ao registrar o episódio, move-nos tão somente o desejo de homenagear, em primeiro lugar, minha terra natal e depois, as Forças do Estado de MINAS GERAIS — Exército e Polícia Militar — que em horas incertas e inseguras para o BRASIL lançaram-se à luta pela liberdade contra o comunismo, impedindo que as sombras da bandeira da foice e do martelo cobrissem a TERRA DA SANTA CRUZ.

(Discurso de posse, na categoria de “Sócio Correspondente”, durante a sessão solene de 26.07.78, cuja saudação ao novo confrade, proferiu o Sócio Efetivo João Batista Cascudo Rodrigues).

Notas

1 — MANCHETE — Rio, 2-1-1965: General Carlos Luis Guedes —

“EU COMECEI A REVOLUÇÃO”.

A mesma revista publicou em abril de 1964 uma “Edição Histórica”, trazendo várias reportagens sobre a Revolução em MINAS e nos outros Estados. Também *O Cruzeiro* lançou (10-4-64) uma “Edição Histórica da Revolução”. Todavia, as informações mais valiosas para este modesto trabalho foram tomadas do livro *ainda inédito* “**TINHA QUE SER MINAS**”, deixado perlo General **GUEDES**. De muitos fatos relatados fui participante e de outros tive conhecimento pelo próprio General, com quem mantive permanente contato durante dois anos, de maio de 1962 a maio de 1964, quando comandeí o 12.º Regimento de Infantaria de BELO HORIZONTE, sendo ele meu comandante imediato.

O livro escrito pelo General **GUEDES** é um dos mais importantes documentos sobre a Revolução de 31 de março, em MINAS — pela capacidade do autor e pela honestidade de seus depoimentos. Era ele o Comandante da ID/4 e da Guarnição de Belo Horizonte, com a principal responsabilidade da ligação política com o Governador **Magalhães Pinto**, uma vez que o General **Mourão**, Comandante da 4.ª Região, tinha seu QG em **Juiz de Fora**.

Durante a preparação e o desencadeamento da Revolução foi ele o mais realista, previdente e ativo Chefe que atuou entre os elementos representativos das classes dirigentes, na Capital do Estado, impulsionando a ação governamental.

Seus esforços não foram reconhecidos pelos outros Chefes que assumiram o Poder; promovido a General-de-Divisão, foi comandar a 2ª Região Militar, em S. PAULO, e depois Chefiar uma Diretoria no RIO. Negaram-lhe a promoção a General-de-Exército que devia receber pelos seus reconhecidos méritos — profissionais e morais — e pelos inigualáveis serviços prestados à Revolução Democrática.

Faleceu em LONDRES, vítima de um acidente de trânsito, em 29.6.76 e foi sepultado em sua querida BELO HORIZONTE.

Noticiando a morte do General **GUEDES**, escreveu o **ESTADO DE MINAS**, jornal Associado de BELO HORIZONTE, em 29.6.76: — “Fiquem certos todos os filhos deste País: Devemos a este homem a tranqüilidade do Brasil. A Revolução lhe deve tudo. É claro que encontrou grandes companheiros.

...Morreu o Chefe da Revolução Brasileira.”

O mesmo dizemos nós, seus comandados, em 31 de março de 1964, e todos aqueles que tiveram com ele maior contato antes, durante e depois do período ativo do movimento revolucionário.

2 — O CRUZEIRO — Rio, 2-5-1964: Deputado José Maria de Alkmin — “A Mulher Mineira Começou a Revolução”.

J. M. ALKMIN foi um notável político mineiro que teve ativa e destacada atuação no movimento revolucionário. Era Deputado Federal de grande prestígio no Congresso Nacional, quando foi convidado pelo Governador **Magalhães Pinto** — embora pertencesse ao PSD — para integrar o novo Secretariado do Estado, reformulado em março de 1964.

Em muitas outras situações críticas teve destacada influência na política nacional. Famoso pela sua inteligência e vivacidade, dele se contam em MINAS *estórias* inesquecíveis! Grande político mineiro!

3 — O CRUZEIRO — Rio, 29-8-1964: General Carlos Luis Guedes — Entrevista: “Guedes Planta Rosas e Colhe Espinhos”.

“Nessa oportunidade, o General **Mourão** disse que pensava no dia 1º de abril, idéia que combati, não só por julgá-la protelatória como também pela tradição que cerca essa data, ao que o General retorquiu — “Melhor, assim ninguém acreditará!” — Mas, eu queria que acreditassem e propus o dia 30, ou o mais tardar a madrugada de 31. A uma pergunta da razão dessa escolha, respondi: “31 é o último dia da lua cheia e eu não começo coisa nenhuma na minguante”.

4 — HÉLIO SILVA — “1964 — Golpe ou Contragolpe?” — pág. 420 — Ed. Civilização Brasileira, 1975.

5 — Um dos oficiais assassinados, então, pelos comunistas na **Escola de Aviação** (Campo dos Afonsos) foi o 1º Tenente **Benedito Lopes Bragança**, belorizontino, classificado no 12º R. I. e posto à disposição da Escola como Instrutor. Era irmão dos Generais **José e Elcino Lopes Bragança** que tiveram participação muito ativa na Revolução. Ambos também serviram no 12º RI.

6 — O General **Antônio Carlos da Silva Muricy** foi um dos grandes Chefes do Movimento Revolucionário, destacando-se pela sua atuação antes, durante e depois dos acontecimentos de 31 de março. Tem seu nome ligado à História de nosso Estado, onde serviu em 1963, exercendo o comando da Infantaria Divisionária da 7ª Divisão de Infantaria (ID/7) e da Guarnição do NATAL.

É **Sócio honorário** de nosso **Instituto Histórico e Geográfico** no qual foi recebido por **Câmara Cascudo**, a 27 de novembro de 1965, sendo Presidente **Enélio Lima Petrovich**. “A Cidade do NATAL faz parte de minha vida”, disse, então, o General **Muricy** em seu agradecimento.

“Em maio de 1963, como Comandante da Guarnição Federal de Natal, RN, foi rudemente ofendido pelo então Deputado Leonel Brizola, que naquela época percorria o Nordeste pregando a subversão. Cioso das suas responsabilidades, o General conteve sua tropa que se preparava para uma desforra contra o agitador e, no dia seguinte, veio a público para se pronunciar energicamente contra a subversão reinante no Brasil. O seu pronunciamento, que repercutiu profundamente na opinião pública e teve grande difusão em todo o território nacional, foi a primeira demonstração de que as Forças Armadas estavam

dispostas a por um paradeiro naquele estado de coisas e o primeiro passo, dos muitos que foram dados, para levar a bom termo a Revolução de 31 de março. Mas não parou aí a sua ação decisiva contra o clima de agitação que se implantava no País. ..." (Artigo de "O GLOBO" sobre o General MURICY, em 10 Abr 69).

Só por isso — mesmo dispensada a consideração devida ao seu valor de Chefe Revolucionário ardoroso — já estaria entendida sua presença em MINAS no dia 31 de março, a convite do General **Mourão** quando ainda se achava ele na Chefia da Sub-Diretoria da Reserva para onde havia sido transferido após os acontecimentos de NATAL. Assim ganhou o Destacamento Tiradentes seu grande Comandante.

Tão logo pôde a Revolução prescindir de sua valiosa colaboração no RIO, voltou o General **Muricy** ao NORDESTE, assumindo o comando da 7ª Região Militar (Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas) de onde saiu para, como General-de-Exército — este o mais elevado cargo que pode um oficial alcançar na carreira das Armas.

O General **Muricy** é paranaense, filho do General **José Cândido da Silva Muricy** — um dos funcionários do Instituto Histórico do Paraná —. Pertence à Turma de Aspirantes de 1925; atingiu o generalato em 1960, depois de galgar por merecimento todos os postos como oficial superior; recebeu as **Quatro Estrelas** em 1966, permanecendo no mais alto posto da hierarquia até novembro de 1970, quando foi transferido para a Reserva, por limite de tempo de serviço ativo.

Mesmo na Reserva continuou prestando sua colaboração ao Governo da Revolução, graças ao seu grande prestígio mesmo no meio civil, onde são reconhecidas suas qualidades de cidadão de caráter firme e profundas convicções democráticas.

7 — *MANCHETE* — Rio, 2-1-1965: *Murilo de Melo Filho* — "A História Secreta da Revolução".

8 — Não era **elemento orgânico** do C P O R. Fora mandado organizar, no ano anterior, em caráter extraordinário pelo Ministro da Guerra, General **Jair Dantas Ribeiro** que se preocupava com a precariedade de meios disponíveis na Guarnição de BELO HORIZONTE. Na mesma ocasião, recebeu o 12º RI o reforço de um Pelotão de Carros de Combate, melhorando assim consideravelmente o potencial de Forças do Exército da Capital (Infantaria — Artilharia — Carros), de acordo com a importância que representava sua posição sobre o eixo RIO-BRASÍLIA.

9 — General **Carlos Luis Guedes**: Do livro inédito — "Tinha que Ser Minas".

Em MINAS, Exército e Polícia Militar formavam realmente **uma tropa só**, como se verifica pelo seguinte diálogo entre o General **GUEDES** e o General **NICOLAU FICO**, Comandante Militar de Brasília, na madrugada do dia 2 de abril, por telefone:

"**GUEDES** — Fiz seguir para aí um GT sob o comando do Coronel **VALE**. Quero que você mande fixar locais de acantonamento para toda a tropa: O 12º RI, o II/4º RO reforçados por uma Bateria do

CPOR e três Batalhões da Polícia Militar, tudo somando três mil e quinhentos homens.

“Fico — Você vai mandar Polícia?”

“Guedes — Já mandei. A tropa é uma só: Forças Revolucionárias”.

10 — Refere o historiador **Hélio Silva** (obra citada, pág. 429) que “o Deputado Ranieri Mazzili comunicou ao General Costa e Silva que havia sido empossado na Presidência da República e pediu garantias. Duas horas depois, um choque de pára-quedistas descia na Praça dos Três Poderes, dando ao novo Governo a garantia das forças revolucionárias vitoriosas.”

Na realidade, deve tratar-se da vanguarda do 16º Batalhão de Caçadores, vindo de **Cáceres, MT**, na fronteira com a **Bolívia**, sob o comando do Coronel **Carlos de Meira Matos**, chegando os primeiros elementos pelo ar, em aviões da VASP. Foi um deslocamento executado com extraordinária rapidez e grande ousadia, sem a menor perda de tempo, demonstrando que seu Comandante, participante do planejamento das operações, vinha acompanhando atentamente os acontecimentos.

Realmente, foi o Coronel **Meira Matos** um dos mais ativos oficiais em ação no RIO, como refere Murilo de Melo Filho, já citado; por isso mesmo foi afastado para uma Guarnição de Fronteira, o que não impediu que fosse o primeiro a chegar com sua tropa em BRASÍLIA para onde foi logo chamado, vindo a desempenhar importantes missões confiadas pelo Governo Revolucionário.

Também tem seu nome ligado à Guarnição de Natal, onde exerceu o Comando da ID/7 no período 1971-72.

É paulista, pertence à Turma de Aspirantes de 1936 e atingiu o generalato em 1968.

Combateu na Itália com a Força Expedicionária Brasileira, no Regimento Tiradentes, recebendo então a Cruz de Combate, uma das muitas condecorações — nacionais e estrangeiras — com que foi distinguido.

Desempenhou no Exército os mais importantes cargos, merecendo destaque: Instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras, da Escola de Comando e Estado-Maior e da Escola Superior de Guerra; — Inspetor-Geral das Polícias Militares, Comandante da Academia Militar (AMAN), Diretor de Transportes do Exército, Chefe de Sub-seção do Estado-Maior do Exército e Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).

Outros cargos de grande responsabilidade incluem: Comandante do Batalhão da Guarda Presidencial, de Brasília, Sub-Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, Interventor Federal em Goiás, Presidente da Comissão Especial do Ministério da Educação e Cultura, Comandante do Destacamento Brasileiro da Força Interamericana de Paz, na República Dominicana e Comandante da Brigada Latino-americana também em S. Domingos. Encerrou suas atividades militares como Vice-Diretor do Colégio Interamericano de Defesa, em WASHINGTON — USA.

É jornalista, escritor de nomeada e autor de vários livros e ensaios sobre história, geopolítica e defesa nacional. Pertence ao Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo e ao Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Floriano Cavalcanti de Albuquerque: Aspectos de uma vida ilustre

João Batista Pinheiro Cabral

(Sócio Correspondente)

A História recolhe e guarda em seu multimilenar e implacável arquivo os nomes daqueles que durante a vida se immortalizam por seus feitos. Ela grava em tijolo, pedra, papiro, pergaminho, papel, fita magnética, ou filme, uma síntese das vidas de homens e mulheres que se destacam em suas respectivas sociedades, por seus dotes e feitos. O próprio Evangelho proclama, na maravilhosa Parábola dos Talentos, que o homem é, em última análise, julgado perante a eternidade pelo que realiza ou deixa de fazer com os talentos que lhe são confiados pelo Criador (Mateus, capítulo 25, versos 14 a 30).

É igualmente verdade que as sociedades, em todas as civilizações, guardam na memória coletiva dos povos o nome e a lembrança daqueles que, de modo excepcional, souberam exercer suas atividades humanas e profissionais, deixando-as mais desenvolvidas e honradas, quando delas se retiram.

Floriano Cavalcanti de Albuquerque foi um desses iluminados. Soube conviver com seus semelhantes, de maneira tão atuante, bem-fazeja, inteligente, digna e honrada que conquistou, de modo inquestionável, um lugar de destaque na memória do Rio Grande do Norte. Nasceu Floriano Cavalcanti na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, no dia 10 de dezembro de 1895. Era filho de um brioso oficial do nosso Exército, o capitão Pedro Cavalcanti de Albuquerque e de sua digna esposa D. Eulália Cavalcanti de Albuquerque. No Pará, só fez nascer, pois com seis meses de idade viajou, juntamente com seus pais e irmãos, para Natal, cidade onde estavam fincadas as raízes sociais do capitão Pedro e de D. Eulália,

ambos pertencentes a ilustres e tradicionais famílias do Rio Grande do Norte. O nascimento de Floriano no Pará deveu-se apenas ao fato de encontrar-se seu pai, ali servindo, numa missão especial. Cumprindo o dever, retorna a família ao convívio dos numerosos parentes e amigos que possuíam na cidade dos Reis Magos.

Além da esmerada educação do lar, o jovem Floriano Cavalcanti faz os cursos primário e secundário em Natal, tendo sido aluno dos colégios Americano, Diocesano Santo Antônio e Atheneu Norte-Rio-Grandense. Terminado o curso secundário, foi para Recife, com o objetivo de estudar engenharia civil. Pouco depois de chegar à capital Pernambucana, torna-se auxiliar de ensino no curso preparatório, que funcionava anexo à Escola de Engenharia, mas acabou abandonando o estudo de engenharia, provavelmente por não afinar-se com os métodos e a filosofia de ensino de alguns dos catedráticos daquela escola¹.

Sendo possuidor nato do pendor matemático, e de uma invejável capacidade de pensar logicamente, o jovem acadêmico do Rio Grande do Norte era também senhor de uma sólida cultura humanística, fruto das muitas horas de leitura reflexiva e da familiaridade com as grandes obras nos terrenos da Filosofia, da Literatura e da História. Era cultor de uma intensa vida interior. Por longas horas, meditava sobre a matéria lida. Não se contentava apenas com o enunciado ou a memorização das fórmulas e dos teoremas. Queria ir além, até encontrar a essência das coisas, do universo, do homem. Seria pois, na Faculdade de Direito do Recife — a famosa “Escola do Recife” —, e não na Escola de Engenharia, que Floriano iria encontrar o convívio acadêmico que desejava. Era a faculdade de Direito, com sua magnífica biblioteca, com seus irrequietos estudantes, quase todos polemistas em potencial, com seu dinâmico Centro Acadêmico que promovia debates sobre as questões jurídicas, filosóficas, econômicas, sociais, morais e políticas da época, que atraía as atenções e a prodigiosa inteligência do jovem e idealista acadêmico.

Floriano Cavalcanti foi, durante toda sua vida, um grande e inseparável amigo dos livros. Era capaz de passar horas e horas, sozinho, de dia ou de noite, lendo e meditando. Câmara Cascudo, no magnífico discurso de saudação a Floriano Cavalcanti, quando de sua posse na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, na noite de 23 de março de 1950, assim descreveu sua paixão pelos livros:

Floriano Cavalcanti nasceu com a fidelidade ao livro e daí a sua história ser essencialmente a história de uma inteligência e não a odisséia de uma ambição humana. Escolheu a tarefa mais solitária e mais alta, aquela de poucos companheiros, a função intelectual que lhe daria, forçosamente, o isolamento pela incompreensão: O culto da filosofia. Não o culto gráfico, a enfabulação, o uso da dialética, a evidência impressa, a batalha da exposição entre os estudiosos, mas a própria função filosófica, a participação pessoal e direta nos problemas, a busca da solução nos mestres e em si mesmo, nas longas noites de meditação sem testemunhas e sem vestígios materiais².

Depois de abandonar o estudo de engenharia e de ter entrado para a Faculdade de Direito, Floriano Cavalcanti dedicou-se aos estudos jurídicos e sociais sem abandonar, jamais, os estudos filosóficos. Durante o estágio universitário, viveu no Recife da Primeira Grande Guerra, cuja vida intelectual era dominada pela Faculdade de Direito, onde ressoavam ainda os ecos do intelecto prodigioso de Tobias Barreto e de tantos outros grandes mestres. A biblioteca da Faculdade era atualizadíssima. Lá encontravam-se os trabalhos de Emile Durkenheim, o fundador e editor de *L'Année Sociologique*, e autor de obras como *De la division du travail social*, *Les Règles de la methode sociologique*, *Le Suicide*, *Les Formes elementaires de la vie religieuse*, e de mais de cem outros trabalhos de caráter sócio-jurídico-filosófico, publicados simultaneamente na França e na Alemanha, que lecionou em Bordeaux e Paris, e que foi o sucessor de Auguste Comte, nas cátedras de Sociologia e Pedagogia na universidade da capital francesa. Lá, achavam-se também os trabalhos de Auguste Comte, o pai da teoria positivista, que procurou explicar os fenômenos sociais da mesma maneira como os físicos explicam os fenômenos ocorridos nos domínios da física, numa espécie de engenharia social; e Charles Darwin com seus revolucionários escritos sobre o evolucionismo; e Charles Bernard Renouvier, o filósofo francês, que combinou em seus escritos o fenomenalismo de Kant com a rejeição da coisa em si mesma, valorizando mais a experiência pessoal do que o desconhecido; a Ernest Heinrich Haeckel, o biólogo germânico, que foi o difusor da teoria evolucionista na Alemanha, e que procurou aplicar essa mesma teoria aos fenômenos filosóficos e religiosos, em seu famoso livro *Die Welträtsel* (Os Enigmas do Universo); a Beneditus de Espinoza, o profundo filósofo espiritualista da Holanda; e Arthur Schopenhauer, o pessimista alemão; e os gênios de Karl Emmanuel Nitzsch e de Emmanuel Kant, além de muitos outros tratadistas, filósofos e cientistas sociais. Floriano os conhecia a todos, e dominava perfeitamente bem muitos desses trabalhos. Em suas próprias palavras, eis o que se passava:

Na Academia de Direito, veio-me a paixão da filosofia, avassalando tudo e distendendo os limites de minha visualidade. Lá, então, Kant, Fitch, Hegel, Renouvier, Taine, Locke e Hume. E a Alemanha e a Inglaterra passaram a ter também o seu lugar em minha estima³.

Era assim que o jovem acadêmico consumia seus dias e noites no Recife. Mas de todos os autores lidos foi, sem sombra de dúvida, Emmanuel Kant, o mestre de Königsberg, o que mais influenciou o pensamento de Floriano Cavalcanti. Foi com a leitura da *Crítica da Razão Pura* e de *Crítica da Razão Prática*, principalmente desta última obra, que ele convenceu-se da insuficiência do materialismo evolucionista que tanto o havia influenciado, quando apresentou, ainda acadêmico, suas duas teses no Congresso de Estudantes do Recife, em 1917, as quais tinham os descritivos títulos de “A Criação na Terra” e “Aplicação Transformista”, respectivamente⁴. Dois anos depois, em 1919, já formado e residindo em Natal, depois de haver se debruçado uma vez mais sobre a *Crítica da Razão Prática*, de Kant, rejeita peremptoriamente o pessimismo materialista no magnífico ensaio

crítico-filosófico intitulado “O Pessimismo encarado sob o ponto de vista universal”, apresentado no teatro “Carlos Gomes”, hoje “Alberto Maranhão”, por ocasião de uma homenagem prestada a Manuel de Oliveira Lima, o grande historiador e diplomata brasileiro, que viera a Natal, para paraninfar a primeira turma de concluintes da Escola Doméstica de Natal⁵.

Floriano Cavalcanti foi também um profundo conhecedor dos princípios doutrinários e filosóficos do Cristianismo e das religiões em geral. Leitor dos Evangelhos, era profundamente teísta, como ele mesmo declara na última entrevista, gravada em fita magnética, que concedeu a um grupo de estudantes de jornalismo, poucos dias antes de sua morte, cópias da qual, acham-se em poder de cada um dos seus filhos sobreviventes⁶. Dessa entrevista, bem como da análise dos seus escritos, conclui-se, claramente, que Floriano Cavalcanti serviu-se da Filosofia para se aproximar — e não para afastar-se — de Deus, e para melhor compreender-se a si mesmo e aos seus semelhantes.

Floriano concluiu seus estudos jurídicos, com distinção, em 1918, mas sua turma só colou grau e recebeu diploma em 1919, devido à epidemia de gripe espanhola, que assolou o Brasil na época. Formado, vem para Natal, transbordando o mais puro idealismo, imbuído do mais sincero desejo de servir à sociedade. Foi essa ardente aspiração que o fez abraçar o magistério, ocupação que desenvolveu paralelamente — e com igual brilhantismo — à carreira jurídica. Era um velho enamorado da História. Fora, ainda nos tempos do curso primário e do ginásio, um dos mais aplicados alunos dessa matéria. Aprendera a amar e a admirar os personagens e os episódios históricos descritos nos compêndios. Iniciou sua carreira magisterial no Rio Grande do Norte como regente substituto da cadeira de Filosofia no velho e tradicional Atheneu, por um ano (1919). No mesmo ano, por concurso, torna-se catedrático de História, a matéria de sua paixão ginásiana. Instalado na cátedra, cheio de entusiasmo, delirante de idealismo, o jovem professor Floriano Cavalcanti procurou ministrar um curso do mais alto nível. Adicionou uma biblioteca de história, de igual calibre, às suas excelentes coleções de Filosofia, Direito e Literatura, todas adquiridas, em grande parte, nas livrarias do Recife, vindas da Europa.

Como professor de História, Floriano compreendeu a importância das disciplinas correlatas e do enfoque multidisciplinar, incluindo na bibliografia que recomendava aos alunos obras de Geografia Humana, Sociologia, Religião, Filosofia e outras disciplinas afins. Lecionou por dez anos e dois meses, de dezembro de 1919, a janeiro de 1930⁷.

Suas aulas no velho Atheneu ficaram famosas pela erudição do professor. O mestre preocupava-se em apresentar em classe todas as teorias e interpretações existentes a respeito dos problemas históricos estudados. Isto lhe valeu a incompreensão de alguns indivíduos pouco ilustrados. Certa vez, ao tratar do fenômeno do aparecimento do homem na face da terra, expôs em classe as teorias monogenista e poligenista, explicando aos seus alunos o conteúdo do Mosaísmo do livro de Gênesis e o evolucionismo de Darwin e Haekel. Isto foi o bastante para que o acusassem, sem fundamento algum, de ser anticatólico. Essa malévola, gratuita, estapafúrdia e anônima acusação causou-lhe profundo desgosto e muito concorreu

para que tomasse a decisão de, temporariamente, afastar-se do magistério, iniciando a seguir sua carreira na magistratura do Rio Grande do Norte⁸.

Mais uma vez prevalece o idealismo na escolha da profissão. Floriano Cavalcanti — esse incorrigível idealista — quando teve que escolher entre uma carreira de advogado rico ou a de magistrado pobre, preferiu ser o juiz probo e honrado, distribuidor isento e desinteressado de justiça. Foi juiz de direito de Pau dos Ferros (janeiro de 1930, a fevereiro de 1931), juiz da comarca de Canguaretama (fevereiro de 1931, a setembro de 1934) e juiz da primeira vara da capital (setembro de 1934, a junho de 1941). No segundo semestre de 1941, foi nomeado, por merecimento, para o alto cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado. Juntamente com o juizado das várias comarcas onde serviu, exerceu ainda os seguintes cargos: 1) Foi juiz do Estado de Sítio (novembro de 1935, a março de 1936), tendo nessa capacidade julgado os fatos relacionados com a revolta comunista de 1935, no Rio Grande do Norte; 2) foi membro do Tribunal Regional Eleitoral (setembro de 1934, a novembro de 1937), deixando de exercer ali suas funções, em virtude da implantação do Estado Novo; e 3) foi Diretor da Escola de Aprendiziz Artífices, hoje Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte.

Concomitantemente com sua primeira fase no magistério, Floriano exerceu também os cargos de deputado estadual, no triênio 1923—1926, foi eleito deputado constituinte em 1926, e exerceu a liderança política do Partido Republicano Federal, no município de São Gonçalo, entre 1925 e 1929⁹.

Com a redemocratização em 1945, após a queda da ditadura de Getúlio Vargas, voltou às suas atividades no Tribunal Regional Eleitoral, onde foi distinguido com as honras de vice-presidência e da presidência daquela egrégia corte de justiça eleitoral.

No ano eleitoral de 1946, foi escolhido como candidato ao governo do Estado pelas “Oposições Coligadas”, movimento liderado pela União Democrática Nacional. A eleição foi inconclusiva e, após longas e confusas batalhas eleitorais e judiciais, o Dr. José Varela, candidato do P.S.D. — que no Rio Grande do Norte era comandado pelo “cacique” Georgino Avelino — foi declarado vencedor.

Aliás, essa decisão da instância superior, favorável ao candidato do Partido Social Democrático, bem como a companhia política de 1946 como um todo, são assuntos que ainda estão à espera dos estudiosos de História e Ciência Política do Rio Grande do Norte, para uma análise profunda, configurando-se como excelente material para teses de mestrado ou de doutorado.

Passada a movimentação da campanha política estadual, volta Floriano Cavalcanti às suas funções de Desembargador do colendo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte e ao magistério. As décadas de 1950 e 1960 vão encontrá-lo no exercício do cargo de professor de História nos cursos clássico e científico do Colégio Estadual do Atheneu Norte-Rio-Grandense, turno matutino. Foi ali que tive a honra e privilégio de ser seu aluno.

O professor comparecia às aulas sempre bem vestido e impecavelmente preparado. Lembro-me perfeitamente de suas magníficas aulas sobre as concepções formais da História, e de suas exposições — sempre em linguagem castiça — sobre a evolução do pensamento Grego. Recordo-me de sua patente identificação dos

metafísicos idealistas, os quais conceberam a história como sendo a filosofia da evolução da humanidade, e das brilhantes preleções sobre as teorias dos grandes mestres como Voltaire, Vico, Herder, Kant, Hegel, Spangler, Santo Agostinho, Bossuet, e desses dois discípulos de Hegel, tão exuberantemente citados e tão pouco lidos, Marx e Engels, sem deixar nunca de apresentar sua própria síntese. Para o professor Floriano, a finalidade da jornada do homem aqui na terra, que vem de milênios e vai para milênios, é alcançar Deus, o que o homem somente realizará pelo domínio completo da natureza externa que o envolve, e da natureza interna, que é, em última análise, o conhecimento do “eu” e do “não eu”, que o tornará capaz de perceber o seu espírito e de compreender Deus¹⁰.

No magistério superior, exercido também nas décadas de 50 e 60, após a criação da Faculdade de Direito, à qual serviu como um dos seus primeiros diretores, Floriano Cavalcanti foi lente de Introdução à Ciência do Direito. Suas aulas ali causavam grande sucesso. Eram assistidas tanto por alunos como por professores da Faculdade, entre os quais incluía-se seu amigo e admirador, salvas de palmas dos presentes que, deleitados com a profundidade e universalidade de seu pensamento, emocionavam-se e aplaudiam-no. Era respeitadíssimo pelos alunos, tendo sido escolhido como paraninfo da quinta turma de bacharéis da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a “Turma da Paz”, que colou grau em 1963.

Aos concluintes, em memorável noite, falou como paraninfo e pai, pois entre os novos bacharéis, encontrava-se o seu dileto filho, Antonino Pio da Câmara Cavalcanti de Albuquerque, meu prezadíssimo e inesquecível amigo, tragicamente desaparecido há pouco tempo, em Brasília. A oração do paraninfo descortinou a competência do catedrático, a justa complacência do magistrado, a serenidade do julgador, o conhecimento do jurista, o saber do filósofo, as luzes do humanista e o justificado orgulho de pai, ali materializados na pessoa de Floriano Cavalcanti.

Ao aposentar-se da cátedra na Faculdade de Direito, o professor Floriano recebeu das mãos do então Reitor e hoje presidente da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, Dr. Onofre Lopes da Silva, o título de Professor Emérito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como reconhecimento pelos serviços prestados à educação superior do Rio Grande do Norte e do Brasil.

As décadas de 1950 e 1960 foram, provavelmente, as mais intensas da produtiva vida de Floriano Cavalcanti. Foi nesse período, após o retorno às atividades de Desembargador (29 de janeiro de 1951), que ele ocupou, por mais de uma vez, a presidência e a vice-presidência do Tribunal de Justiça do Estado, deixando, ali também, os frutos de sua eficiente administração¹¹.

Como Juiz das comarcas onde serviu, e depois como Desembargador, Floriano Cavalcanti foi autor de sentenças que ficaram famosas. Dentre as suas mais preclaras sentenças, destacam-se uma passada em Pedro Velho, sobre “Crime Preterintencional”, que foi publicado do *Arquivo de Jurisprudência Criminal*, outra, em Canguaretama, sobre “A Natureza do Delito Sexual”, outra, em Natal, sobre a “Responsabilidade Civil do Estado”, e duas outras, já como Desem-

bargador, sobre “Inadimplemento de Cláusula Contratual” e “Avaria Grossa”. Essa última sentença, como muitos dos seus julgamentos no Tribunal de Justiça, demonstra a invulgar cultura jurídica de seu autor e sua capacidade de compreender e julgar questões interdependentes e extremamente complexas¹².

Na minha opinião porém, sua mais profunda sentença não foi passada nas comarcas, nem proferida no Tribunal de Justiça. A maior e a mais bela sentença de Floriano Cavalcanti foi passada na efervescência das ruas, em plena Ribeira. Não foi publicada em nenhuma revista de jurisprudência, mas está escrita no Livro da Vida. Foi a sentença do “Episódio de Jonas”.

Certo dia, vinha o Dr. Floriano no bonde da Ribeira, em direção à Cidade Alta. Ao atingir o veículo o local onde mais tarde seria construído o edifício-sede do Banco do Rio Grande do Norte, um grande alvoroço interrompe a marcha do coletivo. Uma multidão assistia ao despejo de um infeliz inquilino que estava sendo retirado de um casebre que ocupava parte do terreno, onde seria construído o prédio do banco. Chamava-se Jonas o desgraçado, que estava sendo posto na rua pelos serventuários da justiça. Como o profeta recalcitrante do Velho Testamento, que se recusou a escutar a voz do Senhor, que o ordenara deixar sua morada para ir pregar em Nínive, sendo por causa de sua desobediência engolido por um grande peixe (Jonas, capítulo 1, versos 1—5), esse Jonas moderno da Ribeira, também desobedecera à ordem do juiz e à voz do oficial de justiça, para desocupar a casa. Agora, com castigo, estava na iminência de ser engolido pelo gigantesco cofre do banco. Desesperado, como o seu homônimo profeta, Jonas, aflitíssimo, gritava: “Pelo amor de Deus, será que não existe nessa cidade um filho de Deus que me acuda?”. Ao ouvir esse desesperado apelo, Floriano abre caminho entre o povo e pergunta ao oficial de justiça pelo mandado de despejo. Ao lhe ser mostrado o documento, toma-o e rasga-o, retirando-se, em seguida.

Ao chegar a sua residência, o magistrado Floriano Cavalcanti apercebe-se da arbitrariedade que cometera e, aflito, começa a imaginar um modo de reparar o seu desliz ético-jurídico. Pensava em como recompor-se perante seu colega, Eutiquiano Garcia Reis, o juiz que assinara o mandado de despejo, que ele rasgara. Cogitava pedir ao seu grande amigo médico, Dr. José Ivo, que fornecesse um atestado médico, declarando o sr. Jonas enfermo, pois isso sustaria a ordem de despejo; preocupava-se com o que diria ao Dr. Manuel Varela, advogado do Estado, também interessado no caso, etc., etc.

Em meio a esses pensamentos, chegam a sua residência os Drs. Eutiquiano Garcia Reis e Manuel Varela, que queriam parabenizá-lo por sua atitude no caso de Jonas, por sua compaixão para com um desvalido. Floriano disse-lhes que não pudera resistir ao grave apelo para que *um filho de Deus* acudisse. E foi compreendido. Dias depois, foi encontrada uma solução para o problema de Jonas, sem que o pobre homem e sua família fossem jogados no olho da rua¹³.

Floriano Cavalcanti foi um elemento engajado em todas as atividades de que participou em vida. Era membro da Associação de Magistrados Brasileiros, tendo sido um dos fundadores da seção do Rio Grande do Norte, que foi instalada

em Natal, em 1954. Foi diretor da *Revista do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte*, na qual publicou inúmeros artigos. Era membro da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, tendo ocupado a cadeira número 21, cujo patrono é Antônio Marinho. Era sócio efetivo do nosso Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, tendo sido empossado na reunião de 12 de junho de 1954, ocasião em que proferiu uma brilhante conferência sobre “A Concepção Filosófica da História. O Padre Miguelinho e a Revolução de 1817”.

Dentre os muitos trabalhos que deu à estampa, destacam-se os seguintes: *O Pessimismo sob o ponto de vista universal*, Antônio Marinho e seu tempo (discurso de posse na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras), *Ruy Barbosa e a necessidade do culto cívico*, *Sílvio Romero o Crítico, o Filósofo e o Jurista*, *Clóvis Beviláqua e a sua Concepção jurídico-Filosófica* (palestra proferida no Tribunal de Justiça, por ocasião da comemoração do centenário de nascimento de Clóvis Beviláqua), *O Juiz e a importância de sua missão*, *Juízes e Advogados*, *Amaro Cavalcanti, o homem e o jurista*, *A nacionalização da justiça*, *Caxias, o estadista soldado*, e outros.

Floriano Cavalcanti casou-se em 1927 com D. Dulce Arimá da Câmara Cavalcanti de Albuquerque, já falecida. O casal teve os seguintes filhos: Emmanuel Wundt, advogado; Mirian Ângela, cirurgiã-dentista; Marlúcia Lucimar, esposa do coronel José Geraldo de Souza, da nossa Força Aérea; José Valério, médico; Marco Aurélio, engenheiro; Antonino Pio, advogado (já falecido); Adriano Augusto, funcionário do Banco do Brasil; e Paulo Deodato, engenheiro ¹⁴.

Floriano Cavalcanti faleceu em Natal, no dia 7 de outubro de 1973. Com ele se foi dentro de nós “O último humanista”, como Hélio Galvão, adequadamente o definiu, no memorável artigo publicado em *Tribuna do Norte*. Quando apresentou-se ao Criador, para prestar contas dos talentos que lhe haviam sido confiados, ouviu do Juiz Supremo a confortadora sentença: “Bem está, servo bom e fiel. Sobre o pouco foste fiel. Sobre o muito te colocarei. Entra no gozo do teu Senhor”.

NOTAS

1. Essas informações foram prestadas pelo Dr. Emmanuel Wundt, filho do Des. Floriano Cavalcanti, na residência da Av. Nilo Peçanha.
2. Luís da Câmara Cascudo, “Floriano Cavalcanti, sua evolução intelectual e filosófica”. *Revista do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte*, vols. XII—XVI (1953—1957), p. 15.
3. Floriano Cavalcanti de Albuquerque, *A Concepção Filosófica da História. O Padre Miguelinho e a Revolução de 1817*. Discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. (Natal: Tipografia Galhardo, 1955), p. 5.
4. Câmara Cascudo, “Floriano Cavalcanti e sua evolução intelectual e filosófica”, p. 16.
5. *Ibid.*, p. 17.
6. O Dr. Emmanuel Wundt teve a fidalguia de nos permitir ouvir essa gravação, onde o Dr. Floriano faz um retrospecto de sua vida.
7. Câmara Cascudo, “Floriano Cavalcanti, sua evolução intelectual e filosófica”, p. 13.
8. Floriano Cavalcanti de Albuquerque, *A Concepção Filosófica da História*, pág. 6.
9. Câmara Cascudo, “Floriano Cavalcanti, sua evolução intelectual e filosófica”, p. 6.
10. Floriano Cavalcanti de Albuquerque, *A Concepção Filosófica da História*, p. 9.
11. Veríssimo de Mélo, *Patronos e Acadêmicos da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras*. (Rio: Pongetti, 1974), p. 211.
12. Câmara Cascudo, “Floriano Cavalcanti, sua evolução intelectual e filosófica”, p. 19.
13. Este fato nos foi narrado pelo Dr. Emmanuel Wundt, durante a entrevista referida na nota 1.
14. Veríssimo de Mélo, *Patronos e Acadêmicos da Academia Norte-Rio-Grandense*, pp. 211—213.

Depoimento sobre Câmara Cascudo

Arthur Cezar Ferreira Reis

(Sócio Correspondente)

A interpretação do Brasil não é tarefa fácil. Ao contrário, muito difícil. Porque somos um verdadeiro continente, pela extensão territorial e sobre que nos deu um livro excelente, "Le Continent Brésilien", o professor francês Jean Dema Geot. Porque somos também um arquipélago, como sustentaram, sob aceitação geral. Vianna Moog e Gilberto Freyre, comprovado pela diversidade fisiográfica das cinco regiões em que nos dividimos e por todo um conjunto de elementos de diferenciação entre essas mesmas regiões. Porque, face a todo esse acervo que conduziria ao esfacelamento, o problema da unidade nacional não tem explicação, por mais que se pretenda ou procure explicá-la, desde o fundamento da raiz portuguesa, que é unitária numa península dividida étnica e culturalmente, ao estado de consciência nacional que, desde o período colonial, se foi elaborando e enriquecendo por atos firmes, que refletiam uma decisão coletiva. Porque nas diferenças de linguagem, atividades econômicas, alimentação, para exemplificar, as distâncias ou diferenças são flagrantes mas não serviram, como ocorreu na América Espanhola, para destruir a harmonia de uma formação unitária que se consolida nos dias de hoje como relacionamento mais intenso e mais íntimo entre os cinco Brasis e não apenas dois, como imaginou Jacques Lambert, ou três, como preferiu François Coubret. Porque não somos índios, negros africanos, portugueses, embora a presença desses stocks étnico-culturais sejam ponderantes, mas fruto da mestiçagem que se processou e permitiu o espanto de Keiserling, quando assinalou que não éramos qualquer daqueles elementos étnicos, mas brasileiros, perfeitamente definidos. Se já nos indicam para comendar, no mundo, o processo de relacionamento e de vivência harmônica dos povos, uns com os outros, conforme a tese de Michel Schooyans!

A formação de base física do país, compondo episódio marcante de nossa presença no cenário mundial, explica o fundamento, a raiz mais distante dessa variedade pelos vários aspectos econômicos que a marcaram e ainda hoje, de certo modo, continuem a explicá-la.

A princípio, recordemos, fora a expansão pelo litoral, seguida, com ímpeto, pela penetração do interior, façanha admirável de que resultou o descobrimento, a conquista, a posse e o domínio soberano sobre o extremo-norte, a Amazônia, o Centro-Oeste, o Nordeste dos sertões, o Centro Sul e o extremo-sul das campanhas gaúchas. A história que escrevemos, nesse episódio de tamanha importância, fazendo, nos séculos XVI, XVII, e XVIII e que os norte-americanos, na sua marcha para oeste, realizam no século XIX, valem como uma demonstração da energia e da capacidade de criar um povo em crescimento veloz.

A interpretação do Brasil como um todo, com realidade geopolítica, começando com Frei Vicente do Salvador, que já compreendia a existência dos vários Brasis, não cessou. Passando por Handelman, Alberto Torres, Oliveira Viana, João Ribeiro, Manoel Bonfim, Afonso Arinos, Gilberto Freyre, não se promoveu de maneira a levar à conclusão ou conclusões severas e realísticas. São páginas agudas, de análise, de exegese, deste ou daquele aspecto preferido pelos autores citados e que pretendem ponderante, mas sem autorizar a definição do que é efetivamente, este continente-arquipélago nas várias manifestações de sua força criadora. Será interessante, a propósito das variedades regionais, registrar que ainda há poucos anos reuniu em Veneza uma Assembléia, promovida pela UNESCO, para dar o balanço das políticas culturais que os países integrantes daquele organismo mundial estavam promovendo. Para espanto de muitos, constatou-se a permanência de diferenças gritantes em alguns Estados soberanos, como foram a Rússia Soviética, Tchecoslováquia, Bélgica e Iugoslávia. Da Rússia estavam presentes sete ministros da Cultura, sendo um da União e os outros seis das muitas partes componentes da Rússia Soviética, cada um deles tendo a sua personalidade cultural. Da Bélgica havia dois Ministros da Cultura — um dos belgas de raiz francesa e outro de raiz flamenga. No caso da Tchecoslováquia, também dois Ministros — um para os tchecos e outro para os eslavos. O espanto era — como conviviam harmonicamente gentes tão diversificadas? O problema da unidade de um país, com tamanhas regionalizações, é o problema básico para explicá-la e para assegurar-lhe continuidades através dos tempos.

Voltando ao tema — e o Brasil? Se é certo que não experimentamos aquelas diferenças, os que existem, em que medidas devem se considerados?

Um brasileiro de inteligência superior, mas afundado em modéstia sensível, vem procurando responder às dúvidas que nos assaltam, acentuando peculiaridades e levando seu campo de observação não limitado a esta ou àquela interpretação que tanto demora e é tão difícil. Essa figura inconfundível chega hoje aos oitenta anos, cercado do respeito e da admiração dos brasileiros de todas as cinco regiões. Porque, realmente, a todas elas ele tem dirigido sua atenção, buscando com cada uma a nação e a contribuição que tem trazido para a caracterização do Brasil continente-arquipélago. Refiro-me, como todos sabemos, a Luís da Câmara Cascudo.

Dissemos que ele vem procurando responder a problemática que nos marca. Essa a grande faceta de sua personalidade e de sua obra.

Através dela, podemos ter a certeza de uma interpretação perfeita, exata? Há, nela, o ensaio de compreensão do que é a característica da força criadora popular do que nos distingue na dieta alimentar, na produção literária, no linguajar da multidão, dos momentos históricos, de ontem, dos elementos étnicos que conformam a paisagem humana do país? Terá sido possível a esse homem invulgar deter-se para a reflexão apropriada sobre tamanho conjunto de aspecto a definirem o Brasil e sua gente?

Luís da Câmara Cascudo, todos sabemos, vem vivendo uma vida produtiva, voltado para o estudo do que fomos, do que somos e portanto do que podemos vir a ser. E esse estudo, realizado realisticamente, assinale-se de logo, sem ceder à pressão de ideologias ou de orientações ditadas pela paixão ou pelos apriorismos prejudiciais. É, assim, um autor liberto de primarismo, com a preocupação da verdade e com o processo brasileiro de elaboração cultural.

Principiando por onde deveria principiar, isto é, por o seu muito querido Rio Grande do Norte, em "Histórias que o tempo leva", vamos encontrá-lo um pouco mais tarde às voltas com a minha Amazônia, no perfil de Ermano Stradeli, o italiano que se apaixonou por ela e lhe dedicou a existência como pesquisador de sua realidade geográfica e etnográfica. Editado em 1936, teve segunda edição em 1967, atualizada, em ambas trazendo prefácio meu.

Nos "Vaqueiros e Cantadores", "Antologia do Folclore Brasileiro", "Contos Tradicionais do Brasil", "Literatura Oral", "Cinco Livros do Povo", "Dicionário do Folclore Brasileiro", "Jangada, Jangadeiros", "Superstições e Costumes", "Rede de dormir", "Prelúdio da Cachaça", "Coisas que o povo diz", "A Vaquejada nordestina e sua origem", "Locuções tradicionais no Brasil", "Sociologia do Açúcar", "Tradição, ciência do povo", compôs um conjunto gigantesco do que é expressivo como criação do povo, analisado, explicado, interpretado com segurança, profundidade, e ao mesmo tempo harmonia, tudo, assinale-se, sem pretensão e em linguagem apropriada e de uma simplicidade que retrata muito bem o autor. De toda essa bagagem, convindo distinguir o "Dicionário de Folclore", obra de alto conteúdo, indispensável para que possamos acompanhar as origens e o desenvolvimento da criatividade brasileira popular.

Como historiador, encontramos-lo nas biografias do Conde d'Eu e do Marquês de Olinda, na "História da Cidade de Natal" e em "História do Rio Grande do Norte".

Na "História da alimentação no Brasil" e em "Civilização e Cultura", Cascudo assumiu proporções gloriosas. Porque nesses dois livros há fundamentos característicos do Brasil, nas suas variantes regionais, como há a análise e a informação rica de toda a série de elementos que integram o campo da antropologia. Trata-se, esta, de obra fundamental em língua portuguesa da problemática da civilização e da cultura, tanto mais quanto podemos dizer que se trata de trabalho

pioneiro, na extensão que possui, nos detalhes e no encaminhamento do que são as duas áreas, confundidas por tantos, e em que Cascudo estabeleceu com muita clareza as distâncias, as diferenças entre ambas e o que as aproxima, vincula e completa. Obra verdadeiramente monumental, permita-se o chavão, preencheu velha lacuna.

No particular da alimentação, o Brasil regional está proposto sem excessos, através de uma de suas mais visíveis autonomias, que é a da dieta com que o povo brasileiro, nas suas variedades, se realiza e tanto exotismo lhe assegura.

A interpretação do Brasil tem, no que Cascudo já produziu, a mais extensa, rica e variada contribuição, que vale, intensamente, para permitir que se vá chegando a uma conclusão de maneira a definir-nos realisticamente e não romanticamente. Cascudo é, assim, um dos mais autorizados exegetas do Brasil. Sua presença é profundamente marcante.

Nota da Redação

(O presente trabalho foi escrito em homenagem ao mestre Luís da Câmara Cascudo, pelo transcurso dos seus 80 anos de idade, ocorridos a 30.12.78, quando o Governo do Estado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Prefeitura Municipal do Natal, Fundação José Augusto, Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Museu Câmara Cascudo, Conselho Estadual de Cultura, Centro de Ensino Superior Câmara Cascudo e Comissão Permanente da Medalha do "Mérito Câmara Cascudo").

Promoveram uma série de comemorações, cabendo ao Folclorista e Historiador Dante de Laytano, por sua vez, no Salão Nobre do I.H.G.R.N. proferir palestra sobre a figura do Homenageado ("O mundo mágico de Luís da Câmara Cascudo", em 16.12.78, à qual, também, compareceu o Exm.^o Sr. Ministro Euro Brandão, titular do MEC, além do Governador Tarcísio Maia, confrades etc.)

Peregrino oitentão (I)

Odylo Costa, filho

(Colaborador)

O Século XIX foi tempo de literato morrer cedo, em geral, tuberculoso, e havia mesmo um certo prazer nos historiadores de literatura em mostrar a idade em que morreram Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, mesmo Castro Alves, que, por sinal, já não era criança: Vinte e quatro anos. De Gonçalves Dias, desse, se escondia que naufragou depois de inteirar os quarenta, uma vergonha. Sempre me pareceu o contrário. Queria ficar velho. Minha predileção ia toda para a longevidade de Antônio Vieira, só que pretendia chegar a seus 87 anos, sem o cansaço moral que lhe invadiu os dias dessa idade, quando comunicou aos amigos que nem a cartas respondia, nem recebê-las queria mais. Era o tal de tédio enorme da vida, de que fala o poeta.

Por outro lado, invoco o testemunho do leitor que por acaso me tenha lido antes e em dia de aniversário: Gosto de fazer anos, e uma das coisas por que lamento não morar no Maranhão é que li, em certo dia de dezembro, sei que haveria alvorada, charanga, foguete, arroz de cuxá, galinha no espeto, peru no forno, peixe de rio e bom-bocado, além de alguns esplêndidos discursos para me festejar os encontros com a vida. Em Caxias dizem — mas não garanto — que o mínimo por noite de festa cívica anda pelos trinta. Em São Luís, ponhamos, para minha vaidade, uns quinze.

Sinto-me, por isso, à vontade para saudar os próximos oitenta anos de Peregrino Júnior, a quem em nossa casa queremos tanto, que lhe demos a batizar nossa filha Antônia, née (acho uma beleza esse participio tão usado pela crônica social) née Antônia Costa, e hoje Costa de Thuin, dentro da linda mistura de sangue brasileiro e heranças estrangeiras, que se vai fazendo regra no casamento dos nossos filhos. Ambos, Peregrino e Antônia, portaram-se bem no ato do batismo, ele

oferecendo-a à água purificadora e pondo-lhe a mão sobre a cabeça, ela evitando choros como já era do seu temperamento ameno e sorridente. Cresceu assim, de certo pela bênção do padrinho, dos padrinhos, Peregrino e Wanda; cresceu assim, com uma tranqüila saúde do corpo e da mente, um organismo tão perfeito que preocupava. Nazareth chegou a ouvir Peregrino sobre exteriorizações dessa normalidade: — “Que é que a Antônia tem nas pernas?” E o compadre: — “Nazareth, você nunca viu menina de perna grossa?” Lá pelo Equador (o Piauí fica no Equador, o Maranhão também) a gente é muito perna fina, canela seca.

Voltando a Peregrino, venho também a Ribeiro Couto, nascido em Santos no mesmo dia em que ele nascia em Natal: 12 de março de 1898. Os dois foram amigos desde rapazes de jornal; de ambos, mal os conheci, me fiz amigo, e digo que essa amizade continua além da morte, pois sempre que penso em Ribeiro Couto é vivo — e bulindo, porque não viveu jamais sem bulir, a tal ponto que me pareceu milagre da presença divina, em que ambos críamos, que nas sucessivas operações da retina, a que se curvou por força do desejo de não perder a luz dos olhos, conservasse a imobilidade absoluta semanas seguidas. Dizia-me Di Cavalcanti, que o viu nas vésperas da partida final, que ele estava imenso — e quase cego, senão de todo cego. Mas o testemunho do próprio Di e Gilberto Amado (meu Deus, quantas sombras!) é o de que nem por um instante o menino de Santos morreu dentro do poeta sessentão. Sua última carta respirava a viagem para o Brasil; e não me espantaria, eu tão frio diante das parapsicologias ectoplásmicas, de encontrá-lo numa noite na Lapa — se para mim ainda houvesse noite na Lapa. Parece que não há mais para ninguém.

(“Última Hora” — Rio 3/3/78).

Nota da Redação: Peregrino Júnior é sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, tendo doado a sua biblioteca à referida entidade.

Fatos de uma época

Cristiano Gurgel

(Colaborador)

Animado pelo desejo de fazer registro de um movimento cultural verificado em minha cidade natal — Caraúbas-RN, — não pude furtar-me àquele desejo para, rememorando tempos idos, deixar consignado aqui tão proveitoso movimento.

Surgira a década de 10 e Caraúbas continuava parada, sem vida social, adormecida num sono letárgico que a tornava imobilizada. Foi, quando surgiu aquele moço caraubense, sem maiores estudos, mas dotado de um espírito empreendedor, batalhador infatigável, de visão ampla e que chegou a advogar como provisionado que era. — Jonas Gurgel — que sacudira Caraúbas dos seus alicerces e a despertara daquela indolência maléfica, daquele marasmo nocivo em que se achava postada.

Além de empreendimentos outros que tanto beneficiaram a terra comum, Jonas Gurgel montou uma oficina tipográfica para impressão do jornal da terra — “O Caraubense”. E quem iria organizar as oficinas e fazer o jornal? Mandaram-me estagiar nas oficinas de “O Mossoroense”, sob a direção do saudoso jornalista João da Escóssia. Tinha uns 14 anos, se não me falha a memória, quando ingressei naquelas oficinas. Interessei-me logo por tudo que se relacionasse com a composição e impressão de um jornal, bem como a feitura de trabalhos vários. Findo o estágio e conhecedor dos segredos da arte tipográfica, regressei à Caraúbas, dando início imediato à organização do referido jornal. Após ingentes esforços, às vezes trabalhando à luz de vela e lampião, pois não havia luz elétrica, conseguimos imprimir tão almejado jornal, em um prelo manual, trabalhoso, antiquíssimo. E qual não foi a nossa satisfação depois de compormos, imprimirmos e distribuírmos o jornal pelas ruas da cidade!.

Foram meus auxiliares de trabalho os menores Alcibiádes Gurgel, o Bibi, que veio a falecer no Rio de Janeiro como Engenheiro aposentado do Serviço do

Patrimônio da União, e Rafael Robson de Souza, hoje Contador, residente em Natal.

“O Caraubense”, de tiragem quinzenal, posteriormente semanal, tinha o formato de 0,36 x 0,47 cm, com duas páginas de leitura e duas de anúncios. Foram colaboradores do mesmo: Jonas Gurgel, proprietário; jornalista Luiz Antônio, farmacêutico; Luiz Guerra, poeta; Josué de Oliveira, Mário Fernandes e outros. Nas oficinas fazíamos trabalhos vários de impressão, não somente para o município, como, também, para os municípios circunvizinhos. Publicava-o, também, um jornal pequeno, de crítica local — “O Chicote”— de 0,18 x 0,26 cm . de tamanho.

Animado pelo movimento jornalístico de Caraúbas, o jovem Hugolino de Oliveira, filho de Augusto Severo, posteriormente escrivão em Caraúbas, editou um pequeno jornal em sua terra — “O Pharol”, que era impresso nas oficinas de “O Caraubense”

Caraúbas começava a desenvolver-se culturalmente quando, um selecionado grupo de filhos da terra fundou, em 1919, uma bem organizada sociedade dramática sob a denominação de “CLUBE DRAMÁTICO SEGUNDO WANDERLEY”, o qual teve a sua primeira diretoria composta dos: Dr. Alfredo Celso — Presidente; Farmacêutico Luiz Guerra — Vice-Presidente; Negociante Jacob Gurgel — 1º Secretário; Mário Fernandes — 2º Secretário; Jornalista Luiz Antônio — Orador; Negociante Jonas Gurgel — Tesoureiro; e Cristiano Gurgel, Bibliotecário. A Comissão de Sindicância era composta dos: Fazendeiro Fausto Pimenta e comerciantes: Firmino Gurgel e Cesário Fernandes. A Comissão de Finanças era composta dos: Professor Pedro de Oliveira, Jornalista Luiz Antônio e Poeta Josué de Oliveira (Estatutos de 16-6-1919 impressos nas oficinas de “O Caraubense”).

Desejava-se, com aquele movimento, levar cultura ao povo.

E Caraúbas crescia. Fábricas de cigarros, de bebidas, padarias, usina de beneficiamento de algodão, etc. eram instaladas.

Em “O Caraubense” Jonas Gurgel batalhava pela passagem da estrada de ferro Mossoró—Souza, por Caraúbas, o que era pleiteado pelo município de Apodi, e pela instalação de uma agência telegráfica na cidade, pois os telegramas de Caraúbas eram expedidos por Apodi, a 42 km de distância, reivindicações aquelas que vieram a ser concretizadas, beneficiando o nosso município.

Aproximara-se batalha eleitoral para eleição de mandatários estaduais e a malfadada politicagem invadira Caraúbas, por haver “O Caraubense” levantado a candidatura do Desembargador Felipe Guerra ao Governo do Estado (“O Caraubense” de 5-7-919), contrário à política local. Resultado: O meu avô, Elísio Fernandes, genitor de Jonas Gurgel, foi perseguido pelo seu primo, Chefe Político local e pelo seu irmão, Presidente da Câmara Municipal (então Intendência); teve de abandonar o cargo de escrivão vitalício, que era, por não se submeter às injunções da política local, mudando-se para Areia Branca. O tio Jonas, desgostoso, vendeu as oficinas de “O Caraubense” para Natal, a João Café Filho, futuro presidente da República. O “Clube Dramático Segundo Wanderley” dissolveu-se. E tudo aquilo que fora construído com tanto carinho, tanto desvelo, e tanto amor, foi destruído pela mesquinha, malfadada, e nociva politicagem. E Caraúbas voltou ao seu sono letárgico primitivo; só se recuperando muito tempo depois.

“Passo da Pátria”

Jaime dos G. Wanderley

(Sócio Efetivo)

É noite. Estamos na feira,
do “Passo da Pátria”, à beira
do rio, que o dorso estende.
Aqui, um grande galpão,
além, aglomeração
de gente, que compra e vende.

Há barracas com cachaça,
tabernas, onde a desgraça
vive, sempre a campear.
Mulheres, sem pudicícia,
levam praças da polícia,
pro prazer do lupanar.

Tabuleiros com sequilhos,
cuscuz, mungunzá de milho,
doce seco, regalia,
estão expostos à venda,
sobre a toalha de renda,
junto a um pote de água fria.

Gostoso “pé de moleque”,
come, um negro, de pileque
ladeando uma ruma de lenha.
Há um sururu esboçado!
Corre o povo, apavorado.
Nossa Senhora da Penha!

Panela de barro e pote,
broa, alfinin, cocorote,
tudo se mistura, enfim,

baldo de cana, gelado.
Você quer doce ou picado?
Tem tudo meu botequim.

Quem foi que armou essa briga?
Isso era uma velha intriga,
desse povo valentão...
Houve cacete a valer.
A polícia quis prender
Georgino e Oscar Brandão.

Os dois homens, dois doutores,
dois peritos brigadores,
conhecidos em Natal,
deram tanta cacetada,
que, com a cara quebrada,
um praça foi pro hospital.
Juntinho ao trilho do trem...
Me dá um beijo, meu bem —
uma preta da ralé,
pede, soprando a fogueira,
para ferver a chaleira
a ser servido o café.

Olha o sargento da ronda!
Ninguém, dele, hoje, se esconda,
vem trazendo a marafona,
todo catita e dengoso,
de braço dado, amoroso,
escandalizando na zona.

Aí vem um bêbedo, em cana.
O que fez esse banana,
que não sabe nem brigar?
Que foi que ele cometeu?
Foi cachaça, que bebeu
e depois não quis pagar.

“Passo da Pátria, eu te acordo
no pensamento, e recordo,
com prazer, que alma me invade,
o que eras tu, na distância,
de hoje, pra minha infância,
pra ti lembrar, com saudade.

(Do livro “*Minha Cidade, de doze*”)

Relatório da Presidência

— De 29-03-77 a 29-03-78

Eminentes confrades:

De acordo com as normas estatutárias, deve a Presidência desta veneranda Casa, apresentar, todos os anos, o seu relatório das atividades. Por isso, aqui estou para cumprir esta obrigação, fazendo-o com alegria, quando o I.H.G.R.G.N. completa mais um ano de fundação, isto é, o 76º aniversário.

I — SESSÕES REALIZADAS

Nesse período, houve apenas 8 sessões, sendo 2 de assembléia geral e 6 solenes. Destaquem-se as sessões magnas de 29 de março de 1977, quando tomaram posse os historiadores Geraldo Fernandes de Oliveira (sócio efetivo) e Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega (sócio correspondente), e lançamos o vol. III de “O Livro das Velhas Figuras”, do mestre Câmara Cascudo, e “Os Franceses no Rio Grande do Norte”, do sócio efetivo Bernard Alléguede. A nosso convite presidiu-a o Exm.º Sr. Governador Tarcísio Maia; de 20 de setembro de 1977, com a palestra do Embaixador Nestor dos Santos Lima, sobre o tema: “Roteiro da Redescoberta do Trópico onde nasci e me criei”, saudado pelo confrade Paulo Pinheiro de Viveiros; e a sessão solene de 9 de novembro de 1977, conjuntamente com a Academia Brasileira de História, quando prestamos, também, uma singela homenagem ao Vigário Bartolomeu, pelo transcurso do 1º centenário de sua morte. Na mesma solenidade falou o mestre Luís da Câmara Cascudo.

II — CONVÊNIOS ASSINADOS

Decerto, todos os anos, requeremos aos órgãos governamentais, sobretudo o Ministério da Educação e Cultura, alguns auxílios, a fim de dar execução ao programa cultural deste Instituto.

Assim, com o Conselho Federal de Cultura, assinamos um convênio da ordem de Cr\$ 75.000,00 (proc. CFC—041/77), cujo valor já foi liberado e, no próximo mês, apresentaremos a prestação de contas. Com esse valor, editamos mais um número da Revista do Instituto — referentes aos anos 1973—74—75, organizamos boa parte da biblioteca “Peregrino Júnior”, e procedemos à limpeza geral do prédio, com a construção de um sótão, na sala “Vicente de Lemos”. Também, no Departamento de Assuntos Culturais — MEC, através do Dr. Manuel Diegues Júnior, conseguimos uma ajuda da ordem de Cr\$ 11.810,00, para os serviços de classificação de livros e periódicos. Já prestamos conta, conforme proc. n.º 1158/78 — DAC-MEC.

Mas, já no começo deste ano, através do proc. CFC 013/78, também solicitamos outro auxílio junto ao Conselho Federal de Cultura, para o cumprimento das obrigações à frente desta Casa da Memória. A importância requerida, que obteve aprovação pelo Conselho Estadual de Cultura, foi de Cr\$ 250.000,00, esperando-se, muito breve, que a mesma seja liberada até o mês de junho. Servirá para publicações de nossa Revista, o IV volume de “O Livro das Velhas Figuras”, do mestre Cascudo, e “A História da Imprensa no Rio Grande do Norte”, do confrade M. Rodrigues de Melo, além de adaptações nesta sede e serviços de catalogação do restante dos livros e periódicos da Biblioteca “Peregrino Júnior”.

Não se deve, evidentemente, deixar de referir-se à ajuda que nos deu, neste mês, a Secretaria de Educação e Cultura. Assim, após entendimento pessoal com o Dr. João Faustino Ferreira Neto, Sua Excia. liberou Cr\$ 15.000,00, destinados a serviços de classificação de livros e encadernação de diversos. Esse valor se acha em conta especial no Banco do Rio Grande do Norte (n.º 045), e ainda não foi movimentada (proc. SEC —002596/78).

III — SÓCIO FALECIDO

Com muito pesar, registramos o falecimento do nosso insigne sócio Dr. Manoel Varela Santiago Sobrinho, em data de 15.07.77, deixando, desta forma, uma falta impreenchível em nosso quadro de sócios. Manifestamos o voto de profunda tristeza, em nome dos ilustrados confrades, à família do Dr. Varela Santiago, que também integrava a Comissão de Fazenda e Orçamento deste Instituto.

IV — UM AGRADECIMENTO OPORTUNO

Queremos, neste ensejo, evidenciar o nosso agradecimento ao eminente consócio Dr. Manoel Varela de Albuquerque, tesoureiro da entidade, que, colaborando com as realizações do I.H., sempre está ao nosso lado, acompanhando as aplicações dos auxílios e, com esta presidência, elaborando as competentes prestações de contas.

Durante o exercício findo, foram admitidos como sócios do Instituto, os seguintes historiadores: Paulo de Freitas Mercadante, Waldemar Gurgel do Amaral (sócios correspondentes), João Alves de Melo, Carlos Borges de Medeiros, Vicente de Almeida, José Gurgel Guará, Francisco Rodrigues Alves e Ivoncisio Meira de Medeiros (sócios efetivos), Adroaldo Mesquita da Costa, Orlando Parahym e Dióscoro Gonçalves Vale (sócios correspondentes).

Eis, caríssimos consócios, o relatório, simples e objetivo, de nossas atividades.

Se poucas sessões, realmente, houve, nem por isso deixamos de dedicar uma boa parte do tempo, prestando serviços a esta vetusta entidade. Estamos catalogando todos os seus livros e periódicos, melhorando algumas dependências e, na medida do possível, colaborando com o desenvolvimento cultural do Estado. Inúmeros pesquisadores aqui freqüentam, além de um sem número de visitantes avulsos e turistas, conforme se pode comprovar através das assinaturas no livro de presença.

Fica, aqui, o nosso agradecimento à imprensa falada e escrita, aos eminentes confrades que, de uma forma ou de outra, nos incentivam à frente do Instituto.

Enfim, se pouco fizemos, temos fé em Deus que, até março vindouro, quando se encerrará o nosso mandato, poderemos fazer algo mais. Esta Casa valoriza, realmente, a história, a pesquisa, fruto do labor de nossos estudiosos.

Hoje, por sinal, festeja o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte os seus 76 anos de fundação. E por esse grato evento, em comum acordo com o Comando da Polícia Militar do Estado, elaboramos uma vasta programação, a qual já foi cumprida — a primeira parte, pela manhã, isto é, a reinauguração do monumento em homenagem aos sacrificados da Guerra de Canudos, ocasião em que se cumpriu a seguinte agenda: Palavras do Comandante da Polícia Militar do Estado, Coronel Eider Nogueira Mendes; recepção à Bandeira levada a Canudos pelo 34º Batalhão de Infantaria; Bênção a cargo do Arcebispo Metropolitano, Dom Nivaldo Monte; e palavras alusivas ao acontecimento, pelo confrade Raimundo Nonato da Silva.

Nesta noite, haverá a sessão solene, quando tomarão posse dois ilustres sócios — Historiadores João Alves de Melo e Vicente de Almeida, com saudação pelo confrade Diógenes da Cunha Lima, palestrado escritor Manoel Rodrigues de Melo, sob o título “Evocando os heróis de Canudos”, e lançamento de mais um número da Revista e do livro “Serra do Martins”, do consócio Raimundo Nonato da Silva.

Para essas solenidades foram, por esta presidência e pelo Comando da Polícia Militar do Estado, expedidos convites a todas as autoridades e sócios da instituição.

Este é, caros e eminentes confrades, o nosso relatório. O que se fez neste período de 29 de março de 1977 até esta data.

Muito obrigado a todos pelo estímulo, ajuda, interesse, manifestados por cada um dos ilustrados confrades, sem o que nada poderíamos realizar.

Isto o que desejamos dizer nesta assembléia geral.

Natal, 29 de março de 1978

76.º aniversário do I.H.G.R.G.N—

Enélio Lima Petrovich

(Aprovado, por unanimidade, na sessão de Assembléia Geral de 29.03.78).

PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

(com o auxílio do CONSELHO FEDERAL DE CULTURA)

- 1 — Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Vols. LVI — LVII — LVIII — LIX — LX — LXI — LXII — LXIII — LXIV — LXV — LXVI — LXVII — LXVIII — LXIX — LXX — anos de 1964 a 1978.
- 2 — Presença Norte-Rio-Grandense na Alçada Pernambucana — Raimundo Nonato
- 3 — Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte — Manoel Ferreira Nobre
(anotações de M. Rodrigues de Melo)
- 4 — Luís da Câmara Cascudo — sua vida e sua obra
- 5 — Os Arquitetos da História do Rio Grande do Norte — Enélio Lima Petrovich
- 6 — Roteiro do visitante do Instituto Histórico e Geográfico
- 7 — O Livro das Velhas Figuras — (I, II, III e IV) — Luís da Câmara Cascudo
- 8 — Visões e Abusões Nordestinas (I e II) — Raimundo Nonato
- 9 — Os Franceses no Rio Grande do Norte — Bernard Alléguede
- 10 — A Independência do Brasil no Rio Grande do Norte — Augusto Tavares de Lyra
(publicação com o auxílio da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil)

PRÓXIMAS EDIÇÕES

- 1 — Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
- 2 — Guia Histórico e Turístico da Cidade do Natal — Rômulo Wanderley
- 3 — Monumentos do Rio Grande do Norte — Nestor Lima
- 4 — O Livro das Velhas Figuras (V) — Luís da Câmara Cascudo
- 5 — História da Imprensa no Rio Grande do Norte — Manoel Rodrigues de Melo
- 6 — Titulares do Açu — Francisco Amorim
- 7 — Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte — Tarcisio Medeiros